

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo

2017

Versão após consulta pública
junho 2018

FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2017

Entidade responsável pela edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Coordenação

João Pereira Teixeira

Coordenação Operacional

Carlos Pina e Fernanda do Carmo¹

Autoria / Equipa

Carlos Pina

Fernanda do Carmo

Linda Irene Pereira

Colaboração

Alexandra Almeida

Ana Sofia Carvalho

Ana Sofia Cerqueira (estagiária)

André Gouveia Marquês (estagiário)

Cecília Löya (estagiária)

Duarte Leandro (estagiário)

Fátima Carriço

Helena Tavares

Leonor Cintra

Luisa Nogueira

Marta Alvarenga

Miguel Ferreira (estagiário)

Nuno Bento

Paula Pinto

Patrícia Cabrita

Sandra Mesquita

Técnicos da Direção de Serviços de Ordenamento do Território

Colaboração externa

Margarida Pereira

Edição digital | junho 2018

ISBN | 978-972-8872-35-9

Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa

Tel. +351 21 383 71 00 | www.ccdr-lvt.pt | geral@ccdr-lvt.pt

¹ Até dezembro 2016

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	6
INTRODUÇÃO	7
PARTE I – DINÂMICAS TERRITORIAIS	9
1. ORGANIZAÇÃO, TENDÊNCIAS E DESEMPENHO DO TERRITÓRIO REGIONAL	10
1.1. PERFIL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	12
1.2. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS	15
1.2.1. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	16
Ocupação do Solo	16
OVT – Padrões de Ocupação do Solo	16
OVT – Áreas Edificadas	17
AML – Padrões de Ocupação do Solo	20
AML – Áreas Edificadas	20
Regime do Uso do Solo	23
Classificação do Solo Urbano e Rural – PDM em vigor (2014)	23
Evolução da Classificação do Solo Urbano e Rural – PDM Revistos (2016)	26
1.2.2. POPULAÇÃO E NÍVEL DE VIDA	38
Demografia	38
Concentração e Variação Populacional	38
Perfil Populacional	43
Qualificações e Emprego	45
Escolarização	45
Perfil de Qualificações	47
Desemprego	48
Rendimento e Consumo	48
1.2.3. CIDADES E SISTEMA URBANO	52
Cidades	52
Sistema Urbano	55
Tipologias dos Centros Urbanos	55
Tipos e Formas de Povoamento e de Ocupação	61
Parque Habitacional	63
Alojamentos e Tipos de Ocupação	63
Propriedade	64
Idade e Estado de Conservação	65
Dinâmicas de Reabilitação	65
Dinâmica Construtiva	67
Equipamentos	72
Educação	72
Serviços e Equipamentos Sociais	72

Saúde	76
1.2.4. MOBILIDADE E TRANSPORTES	82
Infraestruturas de Transporte e Logística	82
Mobilidade	86
1.2.5. ENERGIA	92
Produção e Consumo	92
1.2.6. ECONOMIA	96
I. Desempenho Económico, Especialização e Competitividade	96
Especialização – Turismo	103
Empreendedorismo	107
II. Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	109
1.2.7. AMBIENTE	113
Água	113
Resíduos	116
Resíduos Perigosos	118
Qualidade do Ar	118
Ambiente Sonoro	122
1.2.8. CAPITAL NATURAL	127
Áreas Classificadas	127
Proteção da Biodiversidade e Paisagem	130
Estrutura Ecológica Regional	131
Reserva Ecológica Nacional nos Municípios da RLVT	134
Serviços dos Ecossistemas	136
1.2.9. RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL	140
Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos	140
1.3. CONVERGÊNCIA COM AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DOS PROT	153
PARTE II – EXECUÇÃO DOS PROT E DINÂMICAS DE PLANEAMENTO	163
2. EXECUÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	164
2.1. ANTECEDENTES DO PROTOVT E PROT AML	164
2.2. DINÂMICA DOS PROT NO QUADRO DO NOVO RJGT	166
2.2.1. Alteração legal de objetivos e conteúdos	166
2.2.2. Novos Referenciais Estratégicos e Programáticos	171
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROT AML (2002) E ALGUMAS CONCLUSÕES DOS TRABALHOS DE ALTERAÇÃO 2008/2009	173
2.4. CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROT OVT 2011/2015	178
2.5. QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROT OVT – RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO DE ATORES	187

2.5.1. Perfil dos Inquiridos	188
2.5.2. Avaliação da relevância do PROT OVT na articulação com os instrumentos de gestão territorial e de programação operacional	189
2.5.3. Avaliação dos conteúdos e da estruturação do PROT OVT	190
2.5.4. Avaliação Global do PROT OVT	199
3. DINÂMICAS DE PLANEAMENTO	206
3.1. Avaliação e Alteração do PNPOT: Principais Conclusões	206
3.2. Transposição das Normas dos Planos Especiais nos Planos Diretores Municipais	207
3.2.1. Metodologia para a Incorporação de Conteúdos do PEOT no PDM	208
3.2.2. Principais problemas suscitados	212
3.2.3. Ponto de Situação – novembro 2017	212
3.3. Evolução dos Processos de Revisão dos PDM	214
3.4. Outras Dinâmicas dos PDM	217
3.5. Planos de Urbanização e Planos de Pormenor	220
4. PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	223
5. CONCLUSÕES	229
ANEXOS	234

Siglas e Acrónimos

AML Área Metropolitana de Lisboa	PEOT Plano Especial de Ordenamento do Território
ANE Áreas Nucleares Estruturantes	PDM Plano Diretor Municipal
ANS Áreas Nucleares Secundárias	PIB Produto Interno Bruto
ARS Administração Regional de Saúde	PME Pequenas e Médias Empresas
CAOP Carta Administrativa Oficial de Portugal	PMOT Plano Municipal de Ordenamento do Território
CEE Corredores Ecológicos Estruturantes	PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
CEX Corredores Ecológicos Secundários	POAP Planos de Ordenamento de Área Protegida
CM Câmara Municipal	POAAP Planos de Ordenamento de Albufeira de Águas Públicas
CIM Comunidade Intermunicipal	POOC Plano de Ordenamento da Orla Costeira
CORINE Land Cover Produção de cartografia de ocupação e uso do solo	PO Lisboa Programa Operacional de Lisboa 2020
DH Domínio Hídrico	PP Plano de Pormenor
EB Ensino Básico	PROT Plano Regional de Ordenamento do Território
EEU Estrutura Ecológica Urbana	PU Plano de Urbanização
EMAG Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão	QREN Quadro de Referência Estratégica Nacional
ERPVA Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental	RAMSAR Convenção de Ramsar - " <i>Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat</i> "
EUNIS <i>European Nature Information System</i>	RAN Reserva Agrícola Nacional
GEP Gabinete de Estratégia e Planeamento	RCM Resolução do Conselho de Ministros
I&DT Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	REN Reserva Ecológica Nacional
IGT Instrumento de Gestão Territorial	RJIGT Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
INE Instituto Nacional de Estatística	RJRU Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
LBPOTU Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei .º 48/98)	RJUE Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
LBPPSOTU Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014)	RL Região de Lisboa
LCA Limiar da Capacidade de Alojamento	RLVT Região de Lisboa e Vale do Tejo
LNEC Laboratório Nacional de Engenharia Civil	RMQA Rede de Monitorização da Qualidade do Ar
LVT Lisboa e Vale do Tejo	RSI Rendimento Social de Inserção
MAES <i>Mapping and Assessment of Ecosystem Services</i>	SIC Sítio de Interesse Comunitário
MT Mobilidade Territorial	SNIT Sistema Nacional de Informação Territorial
MTSS Ministério do Trabalho e Solidariedade Social	TIC Tecnologias de Informação e Comunicação
NAL Novo Aeroporto de Lisboa	UE União Europeia
ND Não disponível	UOPG Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
NDE TL Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer	VL Valor limite (referente a qualidade do ar)
NO ₂ Dióxido de Nitrogénio	ZER Zona de Emissões Reduzidas
NUTS Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos	ZPE Zona de Proteção Especial
O ₃ Ozono troposférico	
OVT Oeste e Vale do Tejo	
OENR Orientações estratégicas de âmbito nacional e regional da REN	

INTRODUÇÃO

Em 1998, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) estabeleceu a obrigação de avaliação sistemática da política de ordenamento do território, designadamente através da apresentação de relatórios relativos ao estado do ordenamento do território e ao balanço da execução dos planos e das políticas e estratégias subjacentes.

Com a posterior aprovação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em 1999, foi determinada a criação de um observatório nacional responsável pela recolha e tratamento da informação de carácter estatístico, técnico e científico relevante, com competências de elaboração de relatórios periódicos de avaliação, incidentes, nomeadamente, sobre o desenvolvimento das orientações fundamentais do programa nacional da política de ordenamento do território e em especial sobre a articulação entre as ações sectoriais, incluindo competências de recomendação da respetiva revisão ou alteração.

Para além da constituição do observatório nacional, o RJIGT de 1999 detalhou a obrigação de produção de relatórios sobre o estado do ordenamento do território aos níveis nacional, regional e local, com conteúdos de balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, prevendo-se que estes relatórios fossem sujeitos a discussão pública e constituíssem fundamento de uma eventual necessidade de revisão.

A estrutura organizacional prevista no RJIGT, desde 1999 e reforçada na alteração deste regime jurídico, em 2007, passava pela constituição do Observatório do Ordenamento do Território, na qualidade de estrutura de missão a funcionar na ex-DGOTDU (atual Direção Geral do Território), apoiado por nós regionais a funcionar junto das CCDR.

Esta estrutura não chegou a ser implementada nos moldes previstos colocando em causa a publicação dos relatórios ao nível nacional. De referir que até 1999 foram produzidos alguns relatórios sobre o estado do ordenamento do território, os primeiros deles respondendo de forma integrada às políticas de ambiente e de ordenamento do território, no quadro da Lei de Bases do Ambiente de 1987 e a partir de 1994 de forma autónoma.

Não obstante as descontinuidades de produção ao nível nacional, foram sendo produzidos relatórios sobre o estado do ordenamento do território no âmbito municipal e também relatórios de monitorização e avaliação de planos regionais de ordenamento do território, como é o caso do PROT OVT, os quais se aproximam dos objetivos previstos.

Em 2014 e 2015 a publicação, respetivamente, da Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, embora eliminando a previsão de constituição de um observatório, veio reafirmar a obrigação de elaboração de relatórios periódicos sobre o estado do ordenamento do território, associados à monitorização da implementação dos programas e planos territoriais, mantendo na essência o seu conteúdo.

No atual quadro legal encontra-se, assim, consagrado um modelo de monitorização que obriga as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional a elaborar, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, a submeter à apreciação da respetiva tutela, após sujeição a um período de discussão pública.

Assim, considerando:

- os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do processo de monitorização e avaliação do PROT OVT, em vigor desde 2009, e do qual resultaram cinco relatórios de monitorização, produzidos em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (disponíveis no sítio da CCDR LVT);
- o interesse de alargar os trabalhos de monitorização sistemática dos instrumentos de planeamento regional ao território da AML, cujo último exercício de avaliação ocorreu em 2008 e 2009 no âmbito de um processo de alteração encetado e não concluído;
- a necessidade de se dispor, a prazo, de relatórios sobre o estado do ordenamento do território regional e o balanço da implementação dos planos regionais que sirvam de suporte à recondução destes planos a programas, nos termos do quadro legal vigente;

a CCDR LVT decidiu inscrever no seu plano de atividades a produção de um primeiro relatório sobre o estado do ordenamento do território regional que analisa as principais dinâmicas territoriais ocorridas na RLVT e apresenta um balanço da implementação dos PROT e dos níveis de coordenação interna e externa promovidos e alcançados.

Este relatório tem como objetivo sistematizar e disponibilizar informação relevante para monitorizar e avaliar as dinâmicas regionais e o estado do ordenamento do território e reportar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da implementação dos PROT.

O presente relatório inclui uma grande diversidade de conteúdos analíticos organizados em nove domínios: Ocupação e Uso do Solo; População e Nível de Vida; Cidades e Sistema Urbano; Mobilidade e Transportes; Energia; Economia; Ambiente; Capital Natural; e Riscos e Proteção Civil, disponibilizando informação qualitativa e quantitativa tratada sob a forma de gráficos e mapas, produzidos a partir da informação disponível na CCDR LVT e em fontes oficiais.

Nos termos do artigo 189.º do RJIGT, o REOT LVT foi sujeito a discussão pública entre 07 de maio e 18 de junho de 2018 e será submetido à apreciação da tutela.

PARTE I – DINÂMICAS TERRITORIAIS

1. ORGANIZAÇÃO, TENDÊNCIAS E DESEMPENHO DO TERRITÓRIO REGIONAL

Neste capítulo retrata-se a organização, tendências e desempenho do território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), procurando, simultaneamente, aferir níveis de convergência dos resultados obtidos com os objetivos estratégicos definidos nos Planos Regionais de Ordenamento do Território em vigor na Região – Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML, 2002) e Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT, 2009).

Para tal, identificou-se um conjunto de **Indicadores de perfil da Região**, com intuito de a posicionar do ponto de vista da competitividade, coesão, qualidade ambiental e bem-estar e aferir o seu desempenho face à média do país e das restantes regiões.

De seguida, apresenta-se uma análise das dinâmicas territoriais com recurso a **indicadores temáticos organizados em nove domínios** e respetivos subdomínios: Ocupação e Uso do Solo; População e Nível de Vida; Cidades e Sistema Urbano; Mobilidade e Transportes; Energia; Economia; Ambiente; Capital Natural; e Riscos e Proteção Civil (Conforme se ilustra na Tabela 23, Anexo).

O processo de seleção dos indicadores teve ter por base o seguinte:

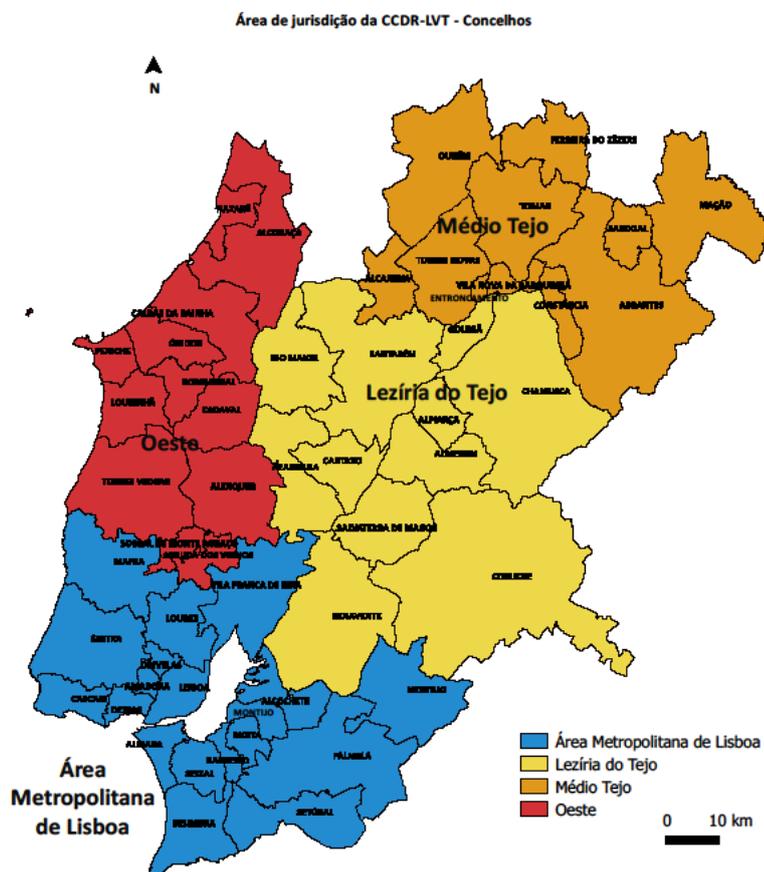
- Disponibilidade da informação de base, privilegiando-se a adoção de indicadores já existentes ou de informação de base já sistematizada e disponível em sistemas de informação mantidos por produtores fiáveis e estáveis no tempo. Sempre que possível utilizaram-se indicadores já produzidos por entidades oficiais, tendo em vista a credibilidade das fontes e a regularidade na recolha de informação.
- Compatibilidade com outros sistemas de indicadores, dando preferência a indicadores coincidentes ou compatíveis com outros sistemas de diferentes escalas e objetos de avaliação. Sempre que possível utilizaram-se indicadores considerados para a monitorização do PTOT OVT e Portugal 2020.
- Comparabilidade no tempo e no espaço, dando preferência à utilização de indicadores que permitam comparações mais alargadas.
- Pertinência para a avaliação do eixo estratégico / prioridade estratégica dos PROT.
- Equilíbrio na distribuição de indicadores monitorização por Domínio com a preocupação de limitar o número de indicadores selecionados.
- Robustez e fiabilidade científicas, privilegiando indicadores cientificamente robustos, construídos a partir de dados coerentes e consistentes, com base em métodos científicos válidos e credíveis, tendo por referência a qualidade das técnicas, procedimentos e análises utilizadas para recolher e interpretar a informação.

Abrantes
Alcanena
Alcobaça
Alcochete
Alenquer
Almada
Almeirim
Alpiarça
Amadora
Arruda dos Vinhos
Azambuja
Barreiro
Benavente
Bombarral
Cadaval
Caldas da Rainha
Cartaxo
Cascais
Chamusca
Constância
Coruche
Entroncamento
Ferreira do Zêzere
Golegã
Lisboa
Loures
Lourinhã
Mação
Mafra
Moita
Montijo
Nazaré
Óbidos
Odivelas
Oeiras
Ourém
Palmela
Peniche
Rio Maior
Salvaterra de Magos
Santarém
Sardoal
Seixal
Sesimbra
Setúbal
Sintra
Sobral de Monte Agraço
Tomar
Torres Novas
Torres Vedras
Vila Franca de Xira
Vila Nova da Barquinha

PERFIL DA REGIÃO

1.1. PERFIL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Figura 1 – Área de jurisdição da CCDR LVT



A região de Lisboa e Vale do Tejo integra 52 concelhos e 355 freguesias numa área de 12.204 Km², que corresponde a 13.3% do território nacional. O território da Região, abrange não só uma NUTS II completa, a Área Metropolitana de Lisboa, coincidente com uma NUTS III, mas também mais três NUTS III, duas delas – Oeste e Médio Tejo – integradas na NUTS II Centro e uma – Lezíria do Tejo – integrada na NUTS II Alentejo. Esta especificidade impõe um esforço adicional de coordenação e articulação de políticas, de entidades e de instrumentos de planeamento e programação, por razões que se prendem com o desfazamento existente entre unidades administrativas territoriais para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial (área de jurisdição da CCDR LVT) e para fins de aplicação de fundos comunitários (NUTS III AML), com repercussões no sistema estatístico nacional, o que dificulta a obtenção de alguns dados na desagregação territorial necessária.

Fonte: CCDR LVT 2016

Analisando o desempenho das NUTS II portuguesas quanto ao índice de bem-estar (OCDE), a Região de Lisboa em 2014 registou valores superiores às restantes NUTS II nos domínios do rendimento, educação, participação democrática e acesso aos serviços. A situação de Lisboa é menos favorável no que respeita ao emprego e ao ambiente.

Tabela 1 – Índice de Bem-estar regional (NUTS II) – OCDE 2014

Unidade	Rendimento	Emprego		Habitação	Educação	Saúde		Ambiente	Segurança	Participação democrática	Acesso aos serviços
	Rendimento familiar disponível per capita	Taxa de Emprego	Taxa de desemprego	Número de quartos por pessoa	População ativa que completou pelo menos o ensino secundário	Esperança de vida à nascença	Taxa de Mortalidade	Poluição do ar, níveis de PM2.5	Taxa de Homicídios	Número de eleitores que compareceram em eleições gerais	Acesso das famílias à Internet em banda larga
	US Dollar,	%	%	Rácio	%	Anos	Por 1 000 habitantes	Microgramas por metro cúbico	Por 100 000 habitantes	%	%
Portugal	15973,0	66,1	13,9	1,9	47,3	80,8	7,8	7,1	1,3	56,9	63
Norte	13584,0	63,4	14,8	1,9	42,5	81,3	7,7	8,1	0,8	57,8	61
Centro	14632,0	71,7	10,6	2,1	42,5	81	7,8	6,9	1,9	55,2	57
Lisboa	20353,0	65,8	14,9	1,9	60,5	81,3	7,5	7,2	1,4	59,8	72
Alentejo	15075,0	66,1	14,3	2	44	80,2	8,3	6,4	1,2	58,3	53
Algarve	16290,0	68,8	14,5	1,9	48,1	80,6	8	6,9	2,9	51,4	64
Açores	16515,0	58,8	16,3	1,8	33	76,7	11,1	3,2	0,8	41,2	69
Madeira	15823,0	61,7	15,1	1,6	38,2	78,4	9,6	5	1,5	49	67

Fonte: OCDE; Regional Well-Being; 2014 (ultimo ano disponível do indicador desagregado por NUTS II)

Tabela 2 – Evolução da população residente

	2001	2011	2016 (estimativas)	Taxa de Variação 2001-2011	Taxa de Variação 2001-2016
Portugal	10356117	10562178	10309573	1,99	-0,45
Oeste	338711	362540	358029	7,04	5,70
Médio Tejo ²	226090	220661	217918	-2,40	-3,61
Lezíria do Tejo	240832	247453	239977	2,75	-0,36
AML	2661850	2821876	2821349	6,01	5,99
RLVT	3467483	3652530	3637273	5,34	4,90

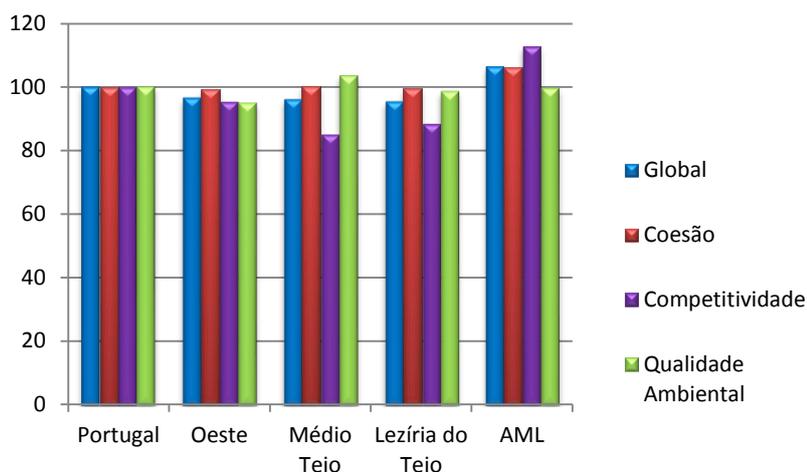
Fonte: INE Estimativas Anuais da População Residente (2016); INE, Censos - séries históricas (2001, 2011)

Em 2011 residiam na região 3 652 530 habitantes, mais 18 5047 que em 2001, o que corresponde a um crescimento de 5.3%, bastante superior à média nacional. Neste período o Oeste e a AML registaram maior atratividade, com taxas de crescimento populacional de 7% e 6%, seguidos da Lezíria do Tejo com 2.7%, enquanto o Médio Tejo registou um decréscimo populacional de 2,4%.

Em 2016, as estimativas da população residente apontam tendências demográficas desfavoráveis no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo, com taxas de variação negativas face a 2001. No Oeste e AML o crescimento populacional registado é superior a 5 %, contrariando a tendência nacional.

²Médio tejo - neste cálculo não integra os concelhos de Sertã e Vila de Rei

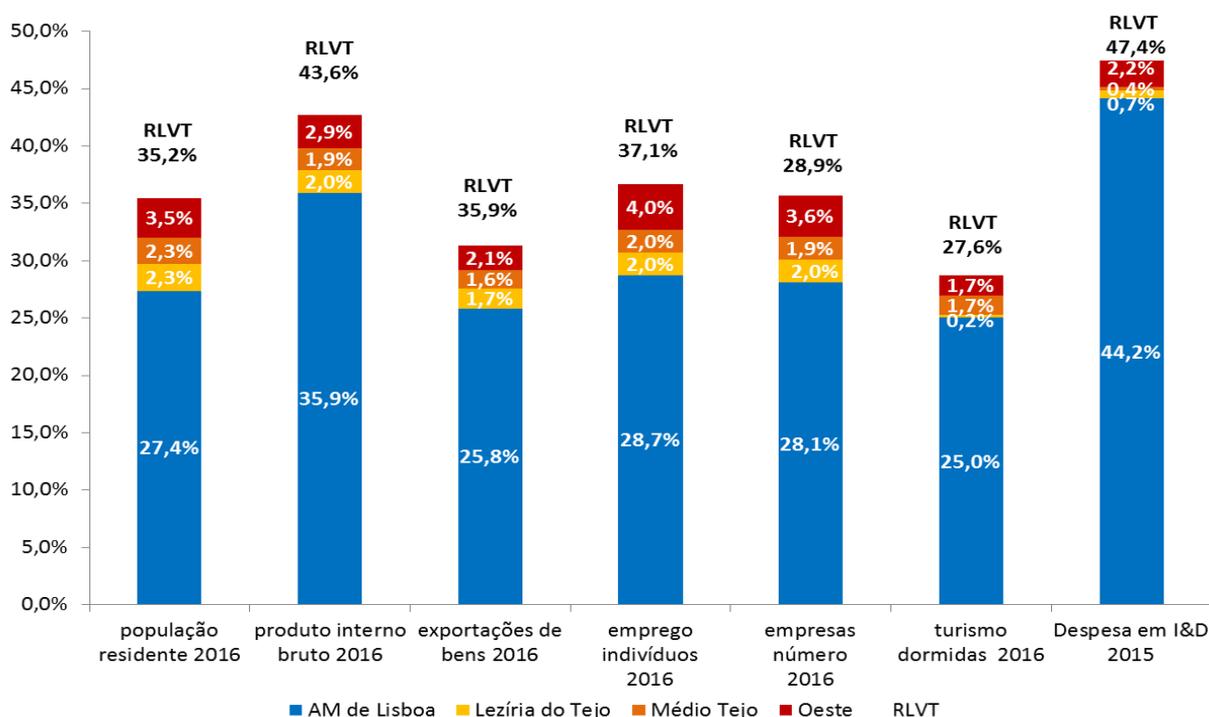
Gráfico 1 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - 2015



Fonte: INE; ISDR

Em 2015 o Oeste, o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo registaram um Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Global inferior ao da média do país, sendo os valores da Área Metropolitana de Lisboa superiores aos da média nacional. Na componente coesão do índice o retrato territorial é menos desequilibrado. Destacam-se os desempenhos positivos do Médio Tejo, na qualidade ambiental, e da AML, na competitividade, ambos com valores superiores aos da média de Portugal.

Gráfico 2 – Sumário estatístico - a RLVT no contexto nacional



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Na RLVT reside uma parte substancial da população portuguesa – 35%, localizando-se neste espaço 29% das empresas do país. A Região gera 44% do PIB nacional, 37% do emprego e 36% das exportações de bens, concentrando 50% do montante nacional aplicado em investigação, para o que contribui o fato de nela se concentrarem algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras e políticas de Portugal. Este território ocupa uma posição singular no espaço europeu e desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e para a competitividade externa do país, oferecendo uma diversidade de paisagens, de atividades e de culturas que fazem dela uma região dinâmica e de grande atratividade.

1.2. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Ocupação do solo

Regime do Uso do Solo



Fonte: DGT; 2010

1.2.1. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

A ocupação e uso do solo é um domínio de análise fundamental do ordenamento do território, na medida em que traduz as orientações e opções de organização das diversas atividades humanas no território.

Em matéria de ocupação e uso do solo as dinâmicas territoriais regionais são apresentadas em duas dimensões de análise. Uma primeira dimensão, relativa à evolução da efetiva ocupação do solo, assente nos mapeamentos dos padrões de ocupação do solo produzidos, no âmbito dos trabalhos de elaboração e de monitorização / avaliação dos PROT em duas datas distintas (no futuro esta análise pode ser atualizada com base na Carta de Ocupação do Solo da DGT de 2015, que se encontra em elaboração). Uma segunda dimensão, relativa ao regime de uso do solo, suportada na carta síntese dos regimes de uso constantes dos PDM em vigor na região.

Tendo em vista uma análise dinâmica e atualizada dos regimes de uso do solo apresenta-se como complemento um mapeamento da evolução da classificação do solo adotada nos PDM de 1ª e de 2ª geração para todos os planos já revistos.

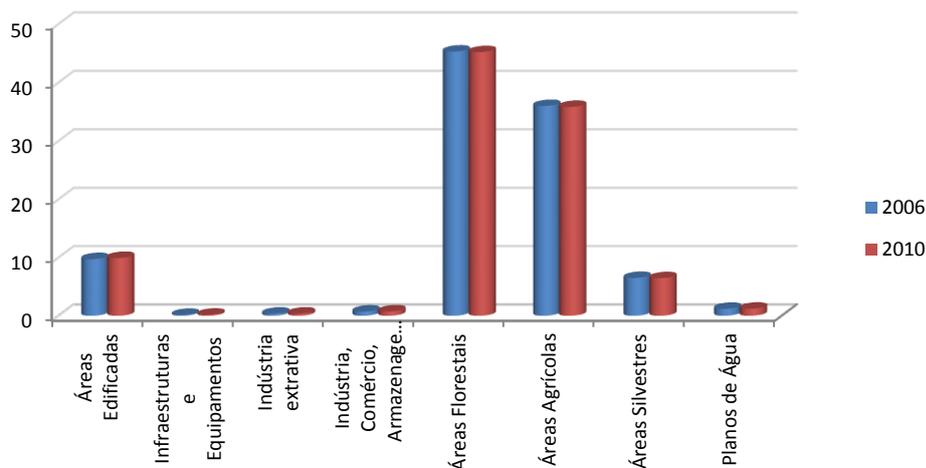
Ocupação do Solo

OVT – Padrões de Ocupação do Solo

Os Estudos elaborados no âmbito do PROT OVT permitem-nos afirmar que a ocupação do solo no Oeste e Vale do Tejo é dominada por áreas florestais (45%) e áreas agrícolas (35%), sendo que as áreas edificadas ocupavam, em 2006, cerca de 10% desta sub-região. Em 2010 manteve-se este padrão de ocupação, com ligeiro reforço das áreas edificadas., particularmente no Oeste.

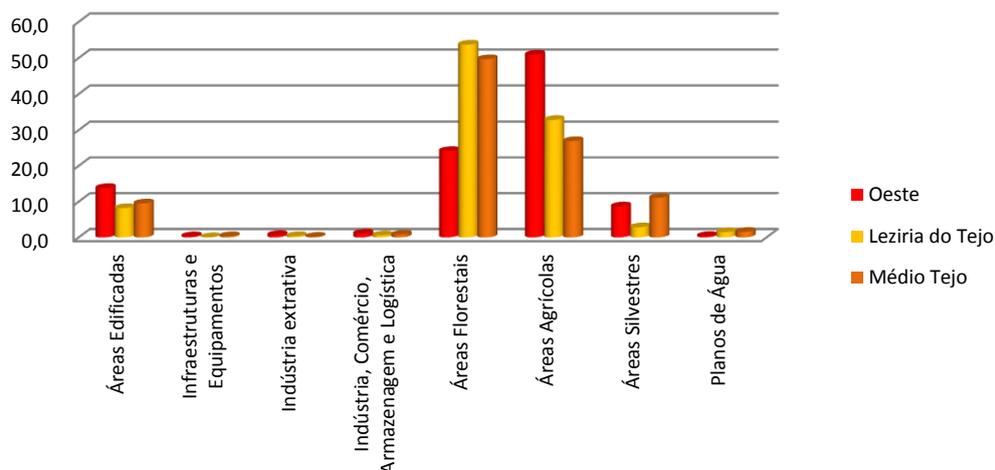
As áreas agrícolas dominam a ocupação do solo no Oeste (50%) e as áreas florestais prevalecem na Lezíria do Tejo (53%) – montado, e no Médio Tejo (50%) – outros povoamentos florestais. As áreas florestais ocupavam cerca de 7% do território do OVT, sendo mais expressivas no Médio Tejo e no Oeste, por influência das Serras de Aire e Candeeiros e da Serra de Montejunto ou do Planalto das Cesaredas.

Gráfico 3 - Proporção das classes de ocupação do solo no OVT 2006/2010 (%)



Fonte: CCDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT; 2006 atualizados em 2010

Gráfico 4 - Proporção das classes de ocupação do solo no Oeste e Vale do Tejo, NUTS III, 2010 (%)

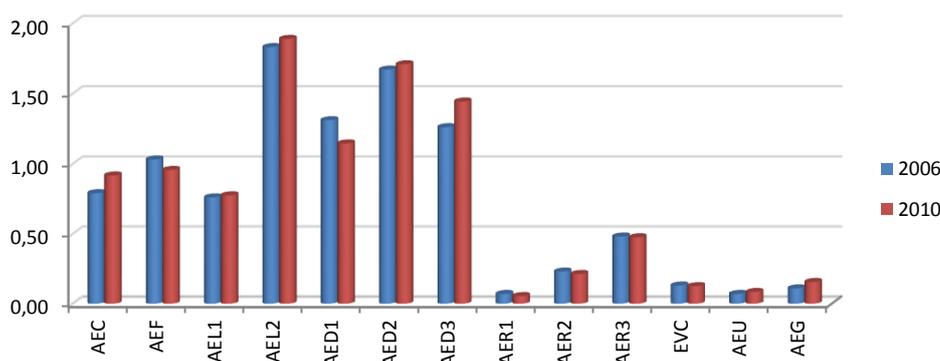


Fonte: CCDR LVT (2006); Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT, atualizados em 2010

OVT – Áreas Edificadas

As áreas edificadas dispersas e lineares caracterizam o povoamento do OVT, correspondendo, em 2010, a dois terços das áreas edificadas. As áreas edificadas dispersas ocupam maior área territorial na Lezíria do Tejo, por vezes associadas aos “foros”, porém são também expressivas no Oeste e Médio Tejo, designadamente nos concelhos de Alcobaça, Arruda dos Vinhos, Caldas da Rainha, Óbidos, Ourém, Tomar e Torres Novas. As áreas edificadas lineares ocorrem sobretudo no Oeste e Médio Tejo.

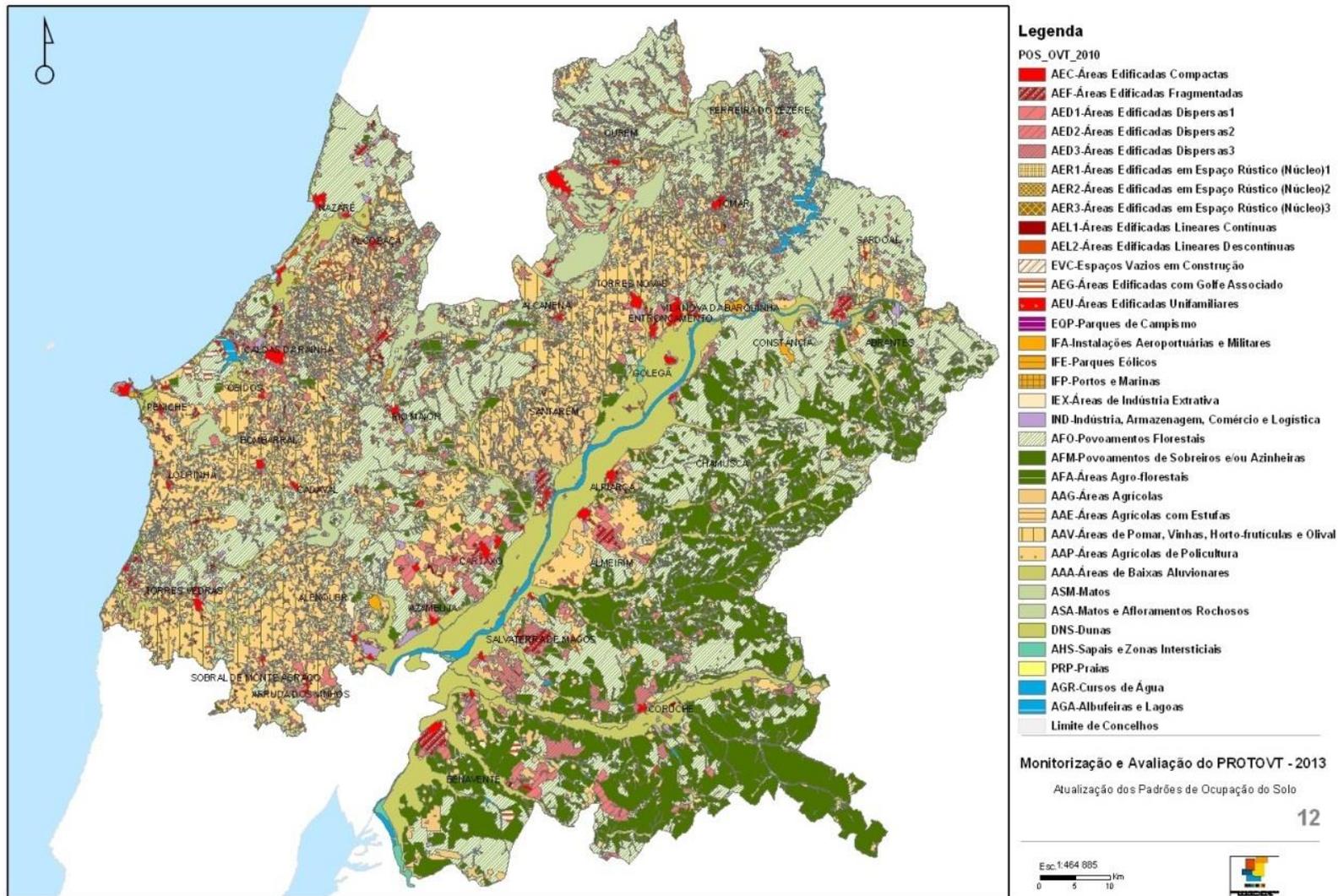
Gráfico 5 - Proporção das áreas edificadas no território do OVT 2006/2010 (%)



Fonte: CCDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT; 2006 atualizados em 2010

Legenda - AEC – Áreas edificadas compactas; AEF – áreas edificadas fragmentadas; AEL1 – áreas edificadas lineares contínuas; AEL2 – Áreas edificadas lineares descontinuas; AED1 – Áreas edificadas dispersas tipo 1 (<10 edif/25ha); AED2 - Áreas edificadas dispersas tipo 2 (10 a 50 edif/25ha); AED3 - Áreas edificadas dispersas tipo 3 (>50 edif/25ha); AER1 – Áreas edificadas em espaço rústico tipo 1 (<10 edif/25ha); AER2 – Áreas edificadas em espaço rústico tipo 2 (10 a 50 edif/25ha); AER3 – áreas edificadas em espaço rústico tipo3 (>50 edif/25ha); EVC – Espaços vazios em construção; AEU – Áreas edificadas unifamiliares; AEG – Áreas edificadas com golfe associado.

Figura 2 – Padrões de ocupação do solo do Oeste e Vale do Tejo – 2010

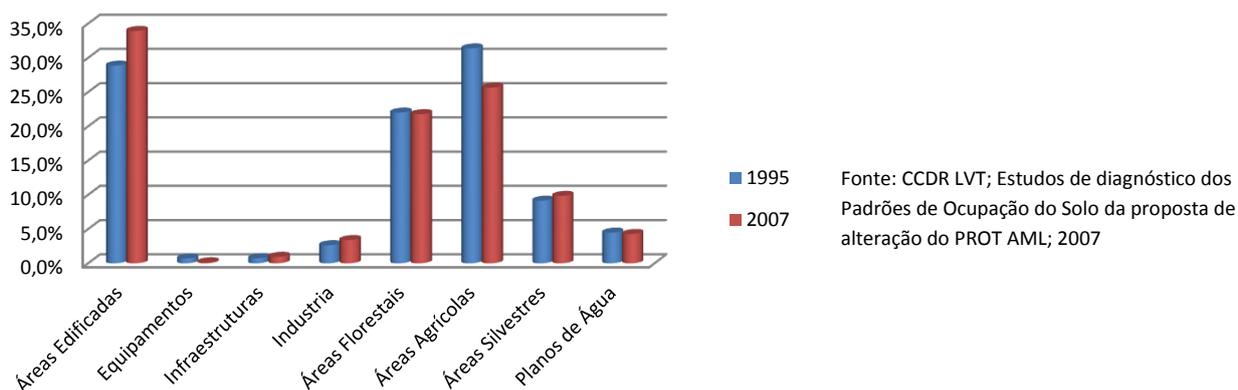


Fonte: CDDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT, 2006 atualizados em 2010

AML – Padrões de Ocupação do Solo

Em 2007, um terço do território da AML estava ocupado por áreas edificadas, sobretudo a margem norte do Tejo, sendo que as áreas agrícolas e florestais ocupavam 25% e 21%, respetivamente, com maior expressão nos concelhos segunda coroa metropolitana (Mafra, V.F. Xira, Alcochete, Montijo e Palmela). Entre 1995 e 2007 verificou-se o incremento de áreas edificadas (5%) que foram ocupar maioritariamente áreas agrícolas.

Gráfico 6 - Proporção das classes de ocupação do solo na AML 1995 / 2007 (%)



AML – Áreas Edificadas

As principais tendências identificadas decorrem da consolidação de modelos urbanos, da extensão de fenómenos de dispersão ou de novas localizações de atividades económicas, em particular relacionados com a profunda alteração das acessibilidades rodoviárias e dinâmica económica dos últimos anos. Em termos genéricos mantêm-se as tendências e as dinâmicas expressas no PROT AML 2002, com a consolidação das áreas compactas, preenchimento de vazios urbanos, colmatção de áreas fragmentadas e incremento das áreas edificadas dispersas (sobretudo na margem sul do Tejo).

Os dados publicados pela DGT, no âmbito do projeto LANDIN, apenas disponíveis por NUTS II, permitem afirmar que do ponto de vista da artificialização do solo, entre 1980 e 2010, este tipo de áreas cresceram 7% na AML

Gráfico 7 - Proporção das áreas edificadas na AML 1995/2007 (%)

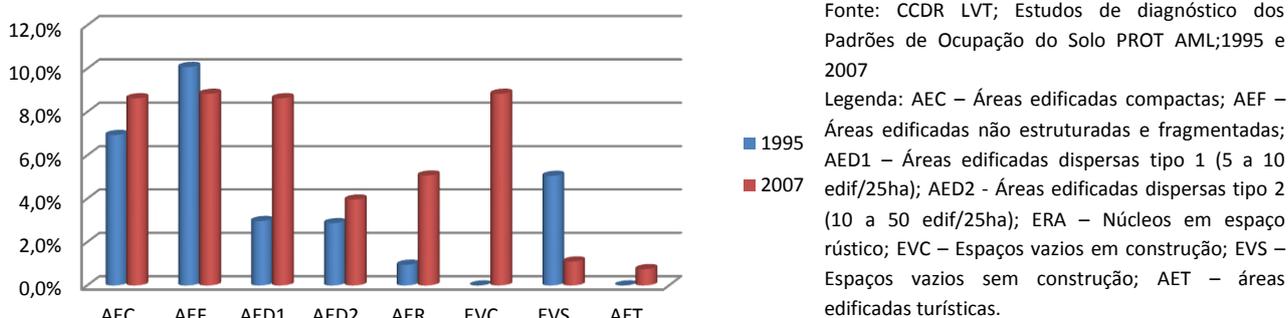
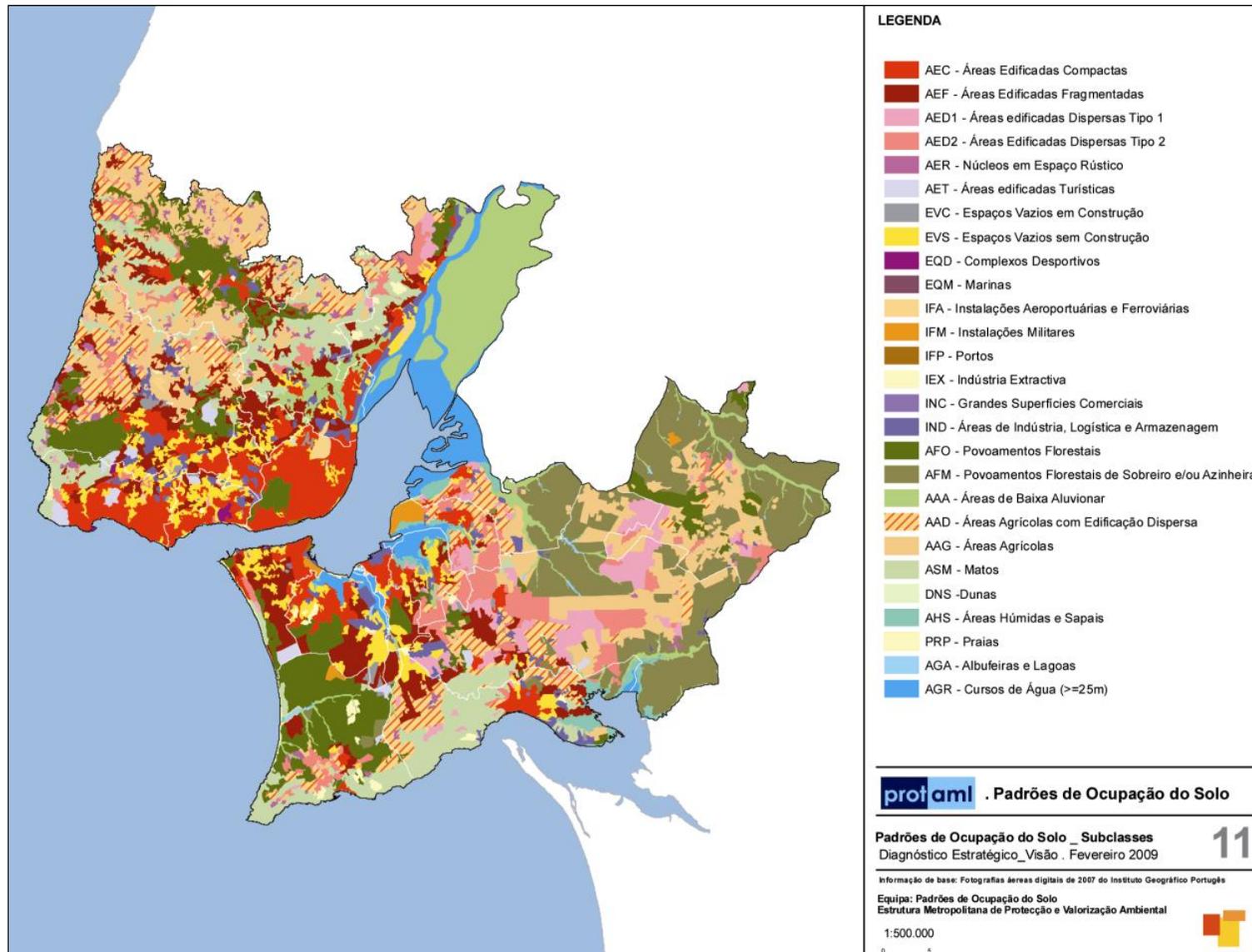
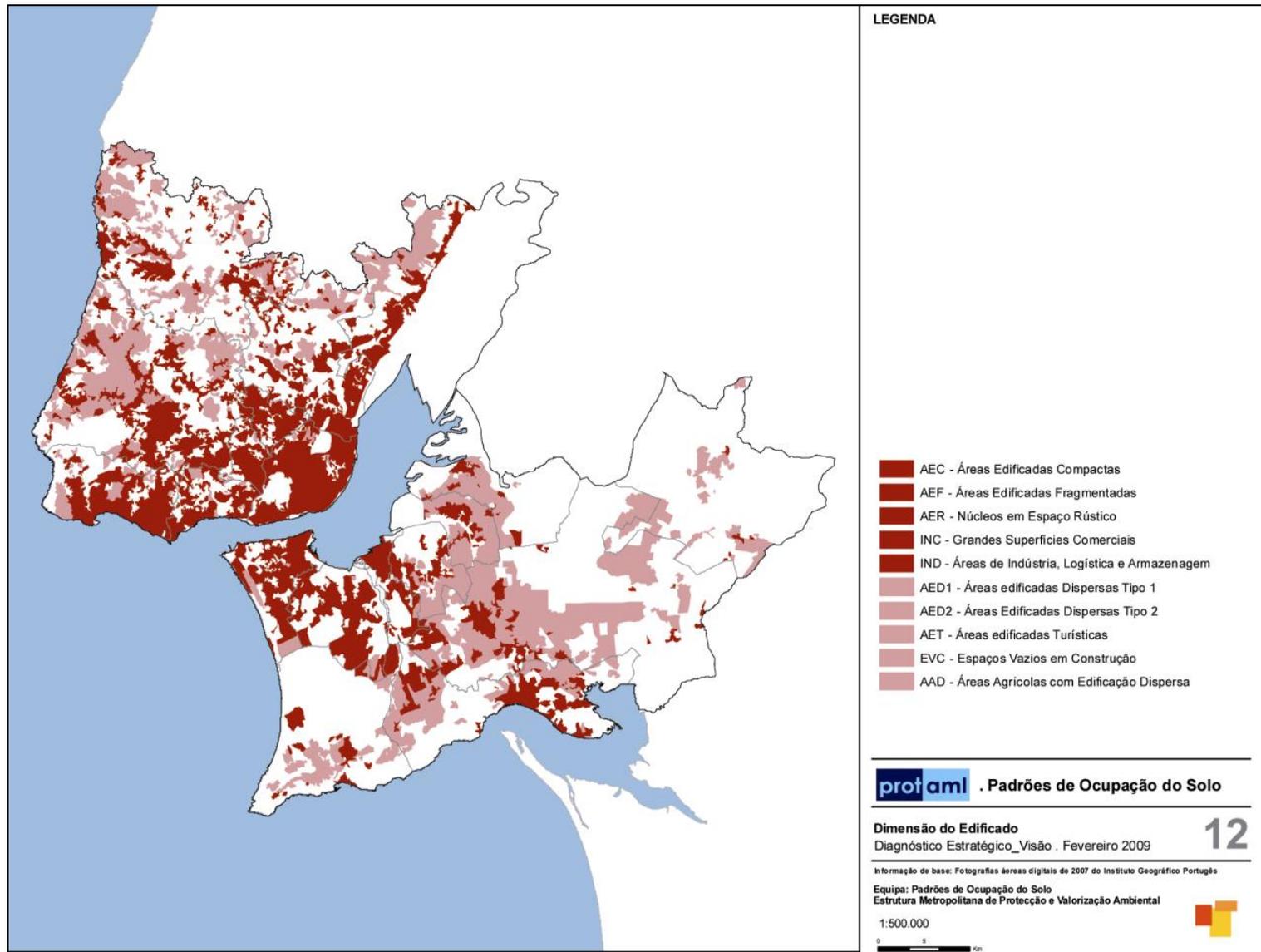


Figura 4 – Padrões de ocupação do solo da Área Metropolitana de Lisboa, 2007



Fonte: CCDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo da Ocupação do Solo da proposta de alteração do PROT AML; 2007

Figura 5 – Áreas edificadas na Área Metropolitana de Lisboa, 2007



Fonte: CCDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo da proposta de alteração do PROT AML; 2007

Regime do Uso do Solo

Classificação do Solo Urbano e Rural – PDM em vigor (2014)

Segundo a Carta do Regime do Uso do Solo elaborada pela DGT (com base nas cartas de ordenamento dos PDM), em 2014, a superfície de solo urbano identificada nos PDM é mais expressiva nos concelhos de Sintra (10.216 ha) e Torres Vedras (8.592 ha), seguidos de Lisboa (8.438 ha) e Ourém (7.422 ha). No extremo oposto, os municípios com menor superfície de solo urbano identificada nos PDM são a Golegã (371 ha), Sardoal (620 ha), Alpiarça, (727 ha), e Sobral de Monte Agraço (741 ha). As diferenças entre os vários municípios são expressivas.

Os valores da superfície do solo identificada nos PDM como rural evidenciam uma relação com a dimensão dos concelhos e com a sua vocação agrícola e florestal. Destacam-se os concelhos de Coruche (108.546 ha), Chamusca (73.589 ha), Abrantes (67.895 ha) e Palmela (40.165 ha) com maior superfície de uso do solo classificada como rural. Em 2014, os PDM de Lisboa e de Amadora não tinham identificado qualquer superfície de solo como rural. Odivelas e Entroncamento identificaram uma superfície de solo rural de cerca de 600 ha.

Figura 6 – Superfície de uso de solo urbano (ha) identificado nos PDM dos concelhos da RLVT, 2014

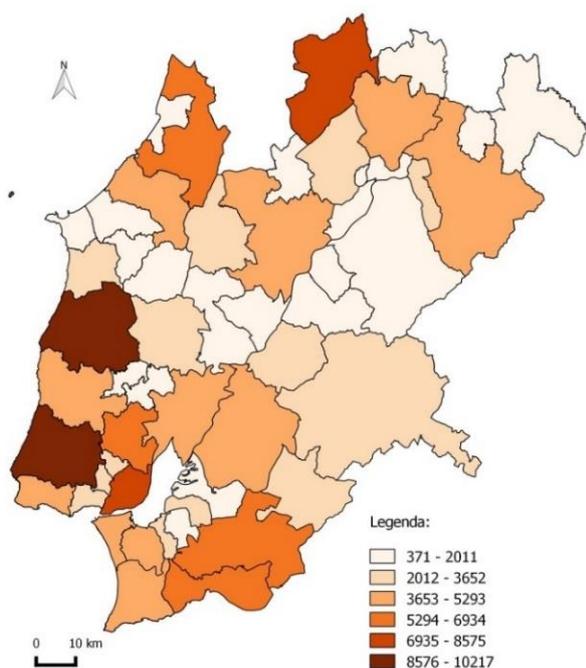
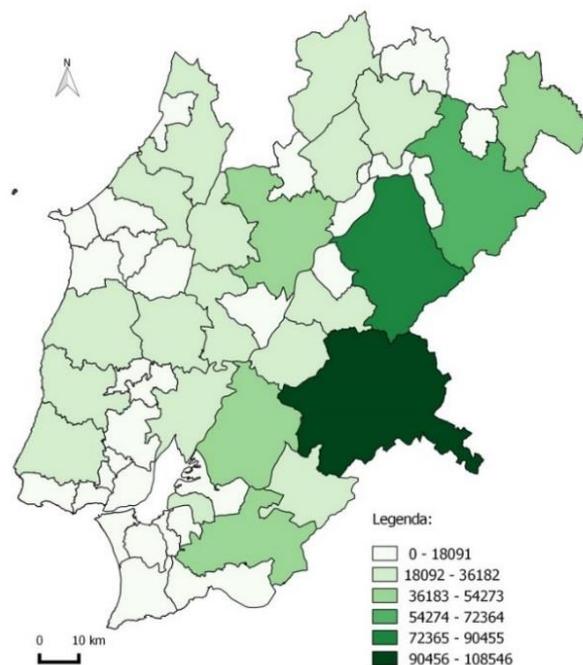
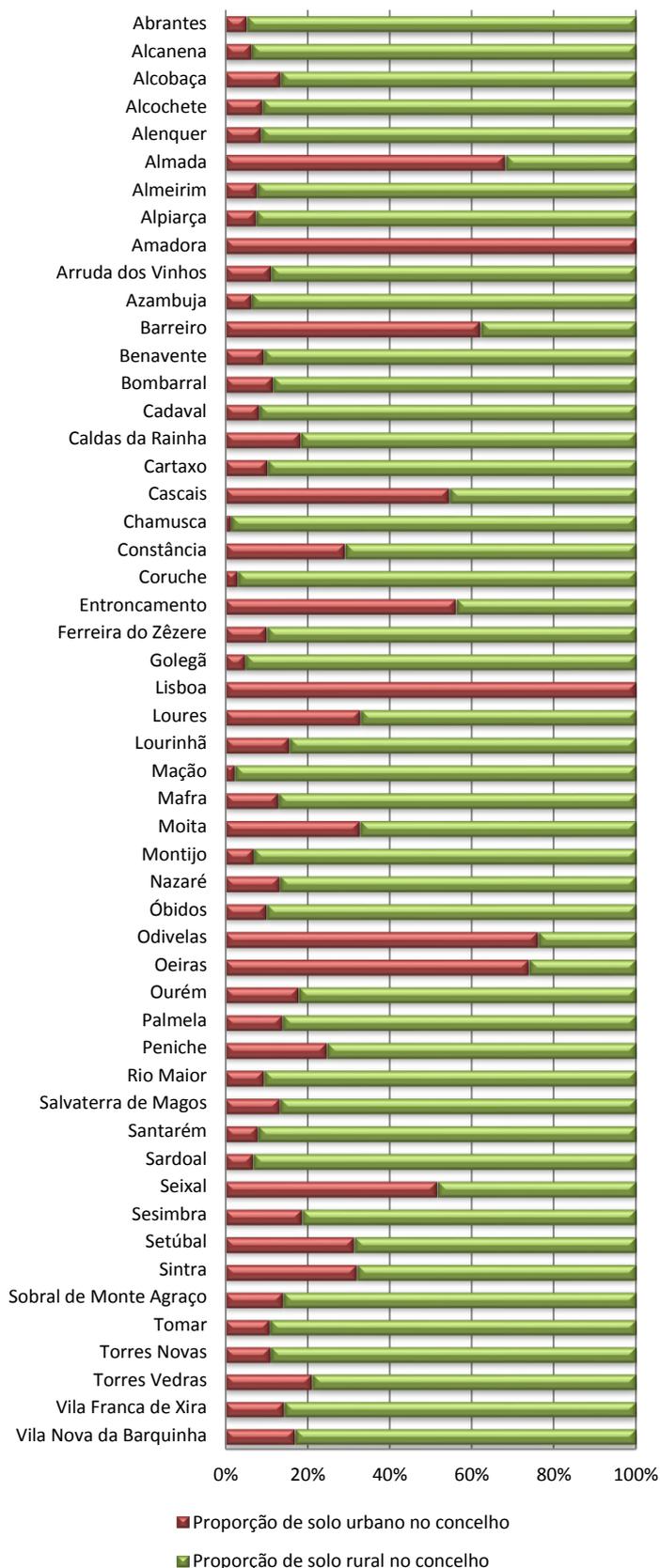


Figura 7 – Superfície de uso solo rural (ha) identificado nos PDM dos concelhos da RLVT, 2014



Fonte: INE / DGT; Carta do Regime do Uso do Solo; 2014

Gráfico 8 – Classes de uso do solo identificadas nos PDM, 2014 (%)



A proporção de solo urbano no total do concelho era maior, em 2014, nos PDM da Área Metropolitana de Lisboa. No município de Lisboa e Amadora essa proporção era de 100%, destacando-se também Odivelas, Oeiras, Almada, Barreiro, Cascais, Seixal e Entroncamento com valores superiores a 50%.

No Oeste e Vale do Tejo esta proporção era inferior a 20% com exceção dos PDM de Entroncamento, Constância, Peniche e Torres Vedras.

Fonte: INE / DGT; Carta do Regime do Uso do Solo; 2014

Gráfico 9 – Categorias de solo urbano identificadas nos PDM, 2014 (%)

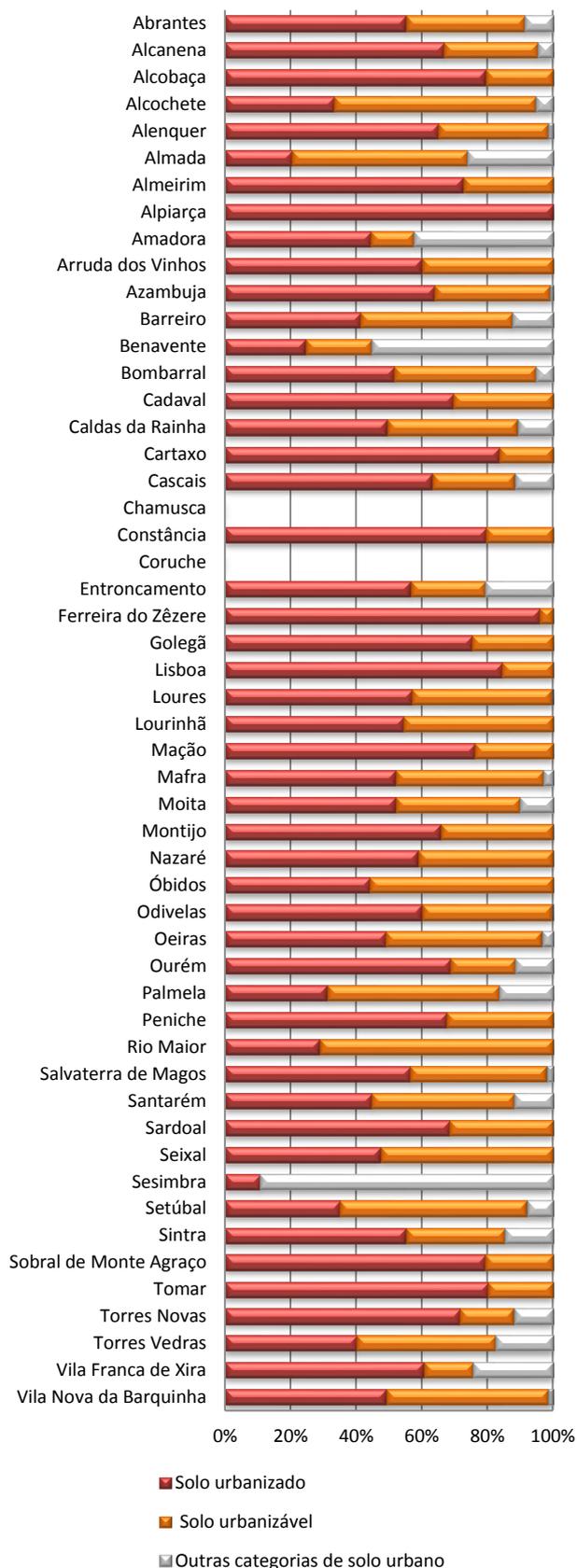
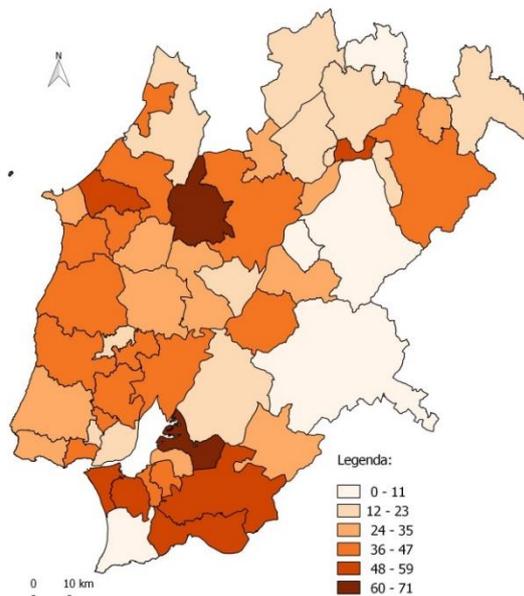


Figura 8 – Proporção de solo urbanizável em solo urbano (%)



Fonte: INE / DGT; Carta do Regime do Uso do Solo; 2014

Nota: os valores disponibilizados referem-se à informação de uso do solo registada na Carta de Regime de Uso do Solo (CRUS) a partir da informação da planta de ordenamento do PDM. As situações em que o “solo urbanizado” e o “solo urbanizável” não se encontra disponível referem-se a PDM que não permitem distinguir estas categorias.

A proporção de solo urbanizável no solo urbano, em 2014, era maior nos municípios da Península de Setúbal, sendo que em Alcochete, Setúbal, Seixal, Almada e Palmela essa proporção era superior a 50% do solo urbano.

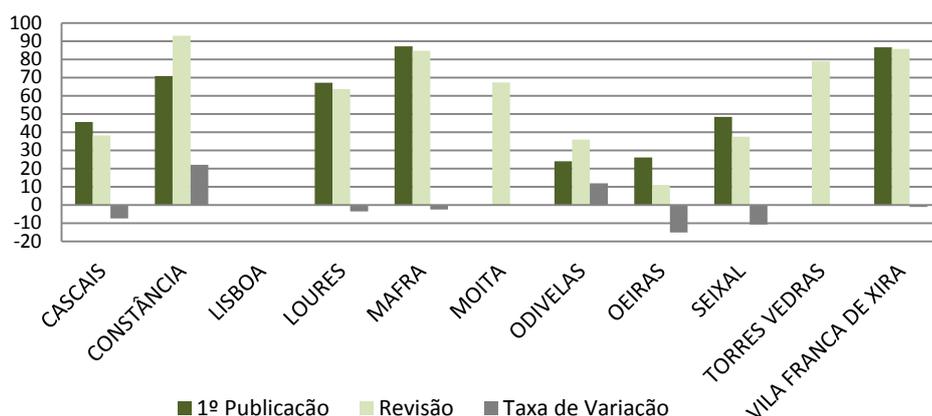
Fora da AML sobressaem os valores elevados registados em Rio Maior (71%) e Vila Nova da Barquinha (49%).

Destaca-se ainda a proporção de solo urbano identificado nos PDM de Benavente (55%) e Amadora (42%) como “outras categorias” de espaço, que não é enquadrado nem no urbanizado nem no urbanizável.

Evolução da Classificação do Solo Urbano e Rural – PDM Revistos (2016)

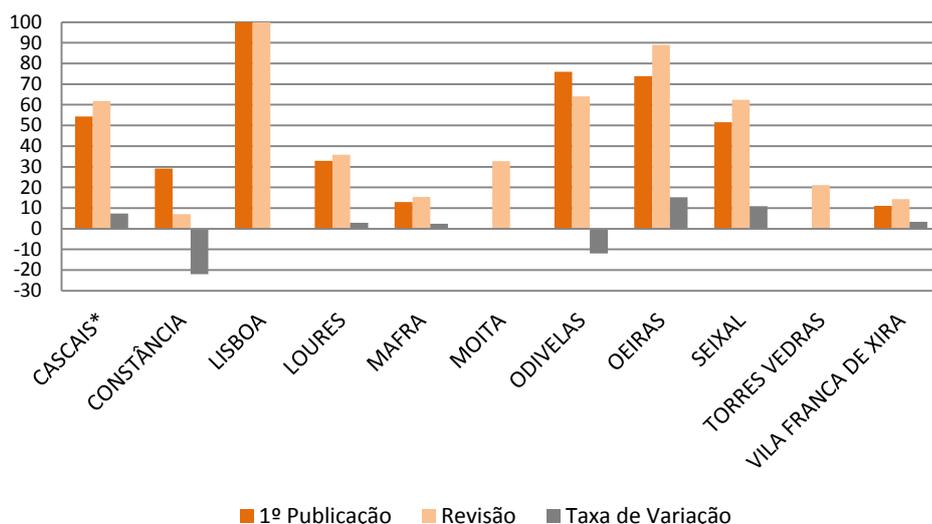
Analisadas as cartas de ordenamento dos 11 PDM revistos na RLVT³, até 2016, por comparação com as cartas de ordenamento da primeira publicação do respetivo PDM, conclui-se que a proporção de solo urbano no concelho aumentou em quase todos os concelhos em apreço, com exceção de Constância e Odivelas. Essa proporção manteve-se nos 100% no PDM de Lisboa e nos concelhos de Moita e Torres Vedras não foi possível apurar por não se dispor da 1.ª versão da carta de ordenamento em formato digital (*shapefile*). Os PDM de Oeiras (15%), Seixal (10%) e Cascais (7%) foram os que registaram maiores acréscimos de solo urbano face ao total do concelho.

Gráfico 10 - Proporção de solo rural (%) nos concelhos da RLVT com PDM revisto. 2016



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação
 Nota: A Carta de Regime de Uso do Solo (CRUS) é elaborada pela DGT a partir da informação da planta de ordenamento do PDM. O PDM revisto de Vila Franca de Xira (2009), para além da classificação de solo como urbano e rural, considera também a classificação como "Espaços Canais" e "Outras Infraestruturas". A CRUS integrou as "Outras Infraestruturas" no Solo Rural.

Gráfico 11 - Proporção de solo urbano (%) nos concelhos da RLVT com PDM revisto - 2016

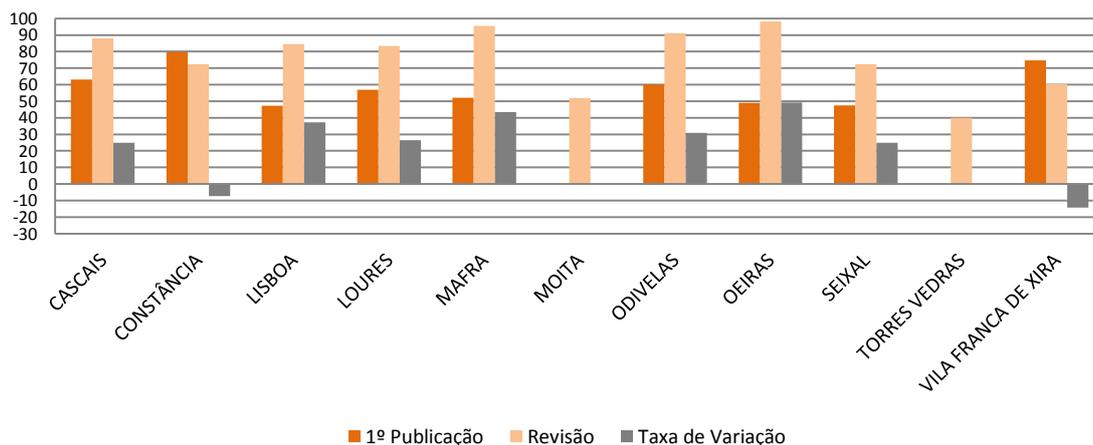


Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação
 *As categorias "Espaço Canal" e "PMOT em vigor", classificados autonomamente no PDM revisto, foram aqui integrados no solo urbano.

³ Para a análise do regime do uso do solo em Odivelas tomou-se como base de partida a 1.ª publicação do PDM de Loures na parte referente aquele território. O PDM de Odivelas apenas existe a partir de 2015.

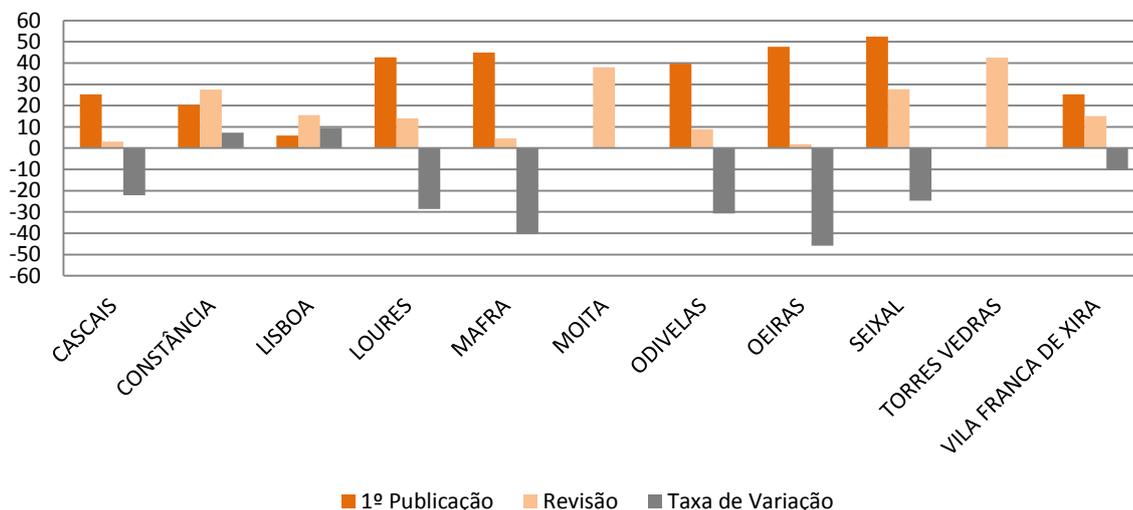
Nos concelhos analisados registou-se, em termos gerais, um acréscimo da proporção do solo urbanizado no solo urbano, exceto no PDM de Constância e Vila Franca de Xira. Esta tendência foi mais expressiva nos PDM de Oeiras, de Mafra, de Lisboa, de Odivelas e de Loures, com valores superiores a 80% de solo qualificado como urbanizado face ao total do solo urbano. Não obstante, a proporção de solo urbanizável no solo urbano é ainda significativa nos concelhos de Torres Vedras (42%), Moita (38%), Seixal (28%) e Constância (27%).

Gráfico 12 - Proporção de solo urbanizado (%) no solo urbano nos concelhos da RLVT com PDM revisto - 2016



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

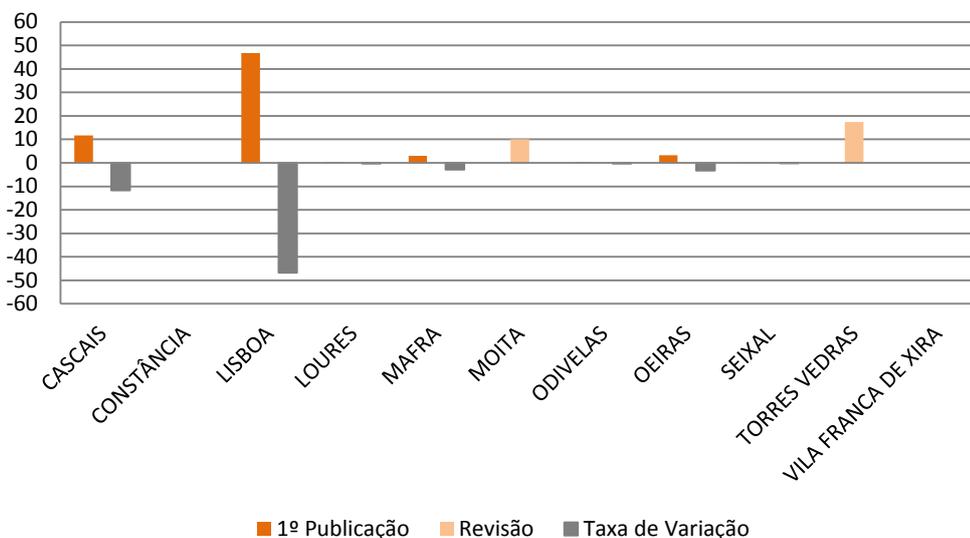
Gráfico 13 – Proporção de solo urbanizável no solo urbano nos concelhos da RLVT com PDM revisto - 2016



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

Nas plantas de ordenamento digitais integradas na Carta de Regime do Uso do Solo, dada a dificuldade de legibilidade dos documentos ou de enquadramento nas categorias de espaço legalmente estabelecidas, existem alguns polígonos classificados como urbanos mas sem qualificação de solo atribuída. Esta situação teve maior expressão nos PDM de Cascais e de Lisboa (1.ª publicação), cujos resultados podem influenciar a leitura da evolução da proporção de solo urbanizado no solo urbano.

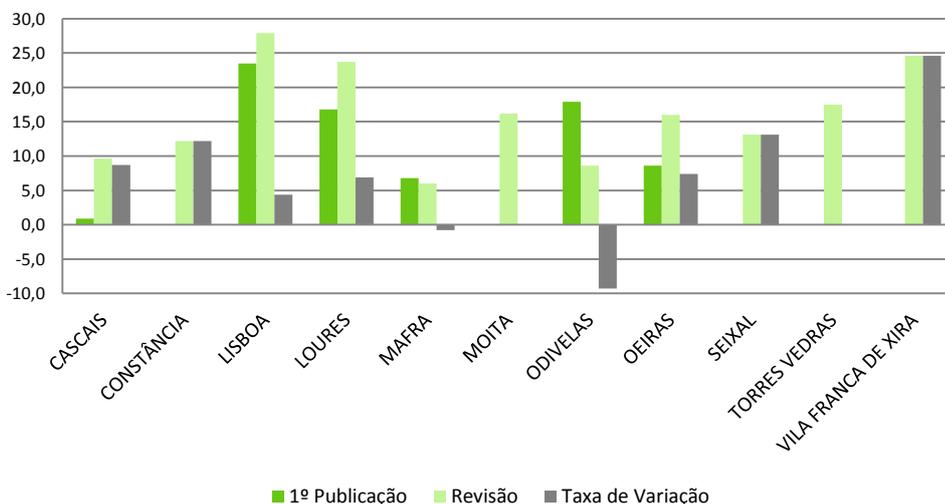
Gráfico 14 - Proporção de solo qualificado como "Não Atribuída" (%) no solo urbano, nos concelhos com PDM revisto da RLVT - 2016



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

A proporção de espaços verdes urbanos aumentou em quase todos os concelhos com PDM revisto, com exceção do concelho de Odivelas. Em Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira os espaços verdes correspondem a mais de 20% do solo urbano. Este facto explica, em parte, o crescimento do solo urbano na generalidade dos PDM revistos.

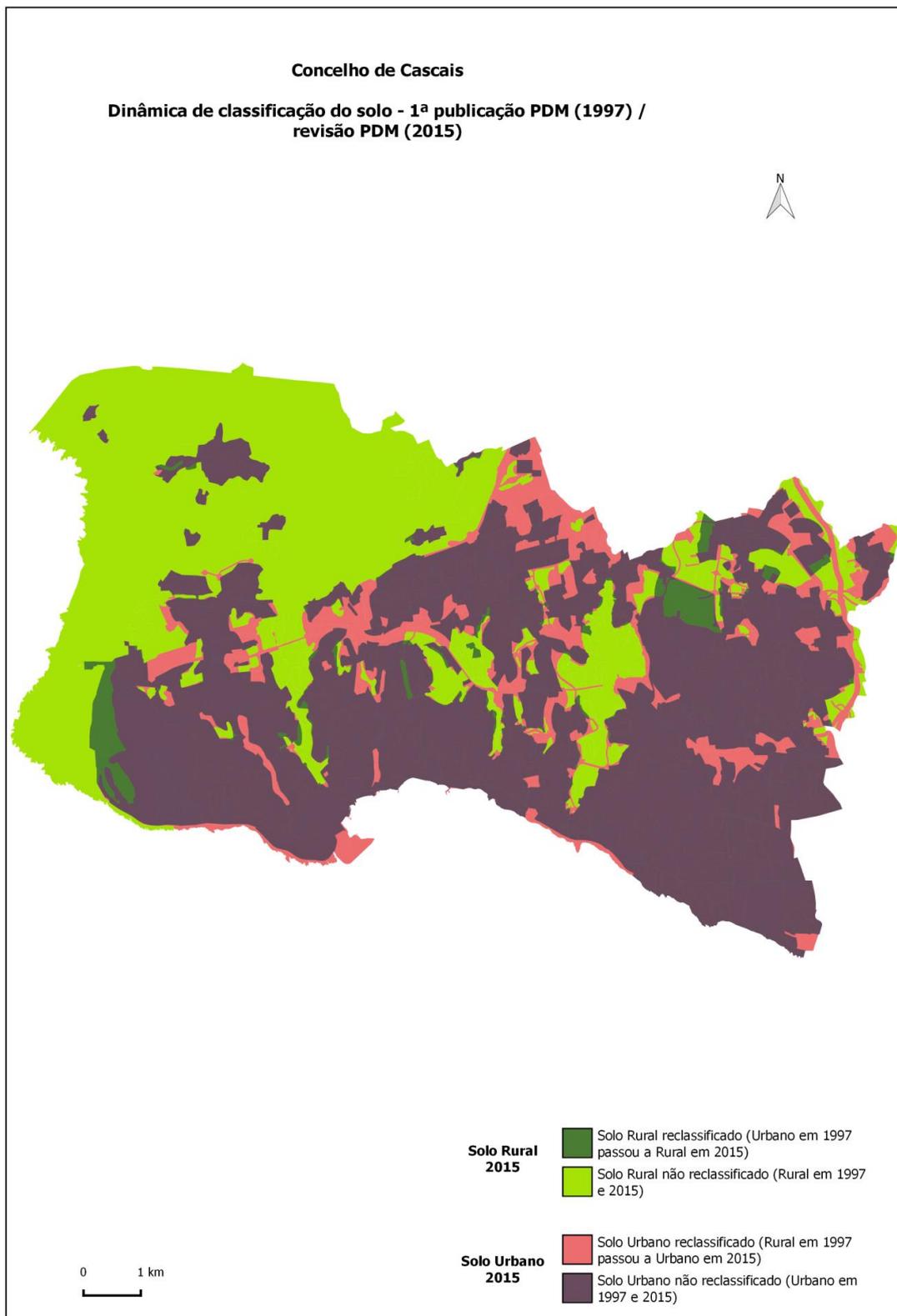
Gráfico 15 - Proporção de espaço verde urbano (%) nos concelhos da RLVT com PDM revisto - 2016



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

De seguida ilustra-se a dinâmica da classificação do solo nos concelhos da região com PDM revisto, através da sobreposição da carta de ordenamento do PDM revisto com a da 1.ª publicação. Deste modo, é possível visualizar para cada concelho: o solo rural reclassificado (que passou de urbano na 1.ª publicação para rural na revisão); o solo rural não reclassificado (que se manteve rural na revisão); o solo urbano reclassificado (que passou de rural para urbano aquando da revisão); e o solo urbano não reclassificado, que permaneceu urbano na revisão do PDM.

Figura 9 - Dinâmica da classificação do solo no concelho de Cascais - 1ª publicação do PDM (1997) /revisão do PDM (2015)



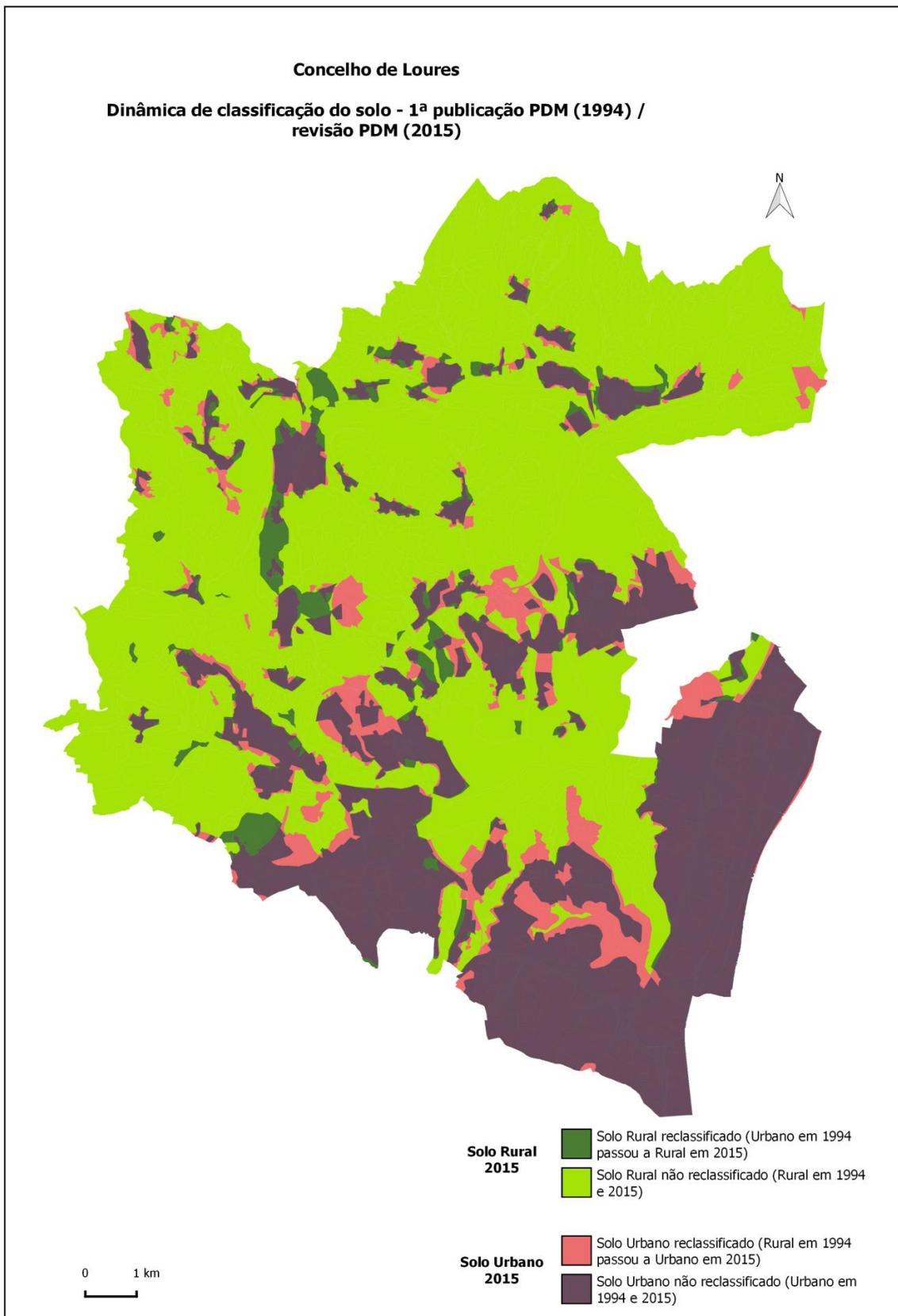
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo, 1997; CM Cascais: Carta de Ordenamento do PDM revisto, 2015; CCDR LVT: tratamento da informação

Figura 10 - Dinâmica da classificação do solo no concelho de Constância - 1ª publicação do PDM (1994) /revisão do PDM (2015)



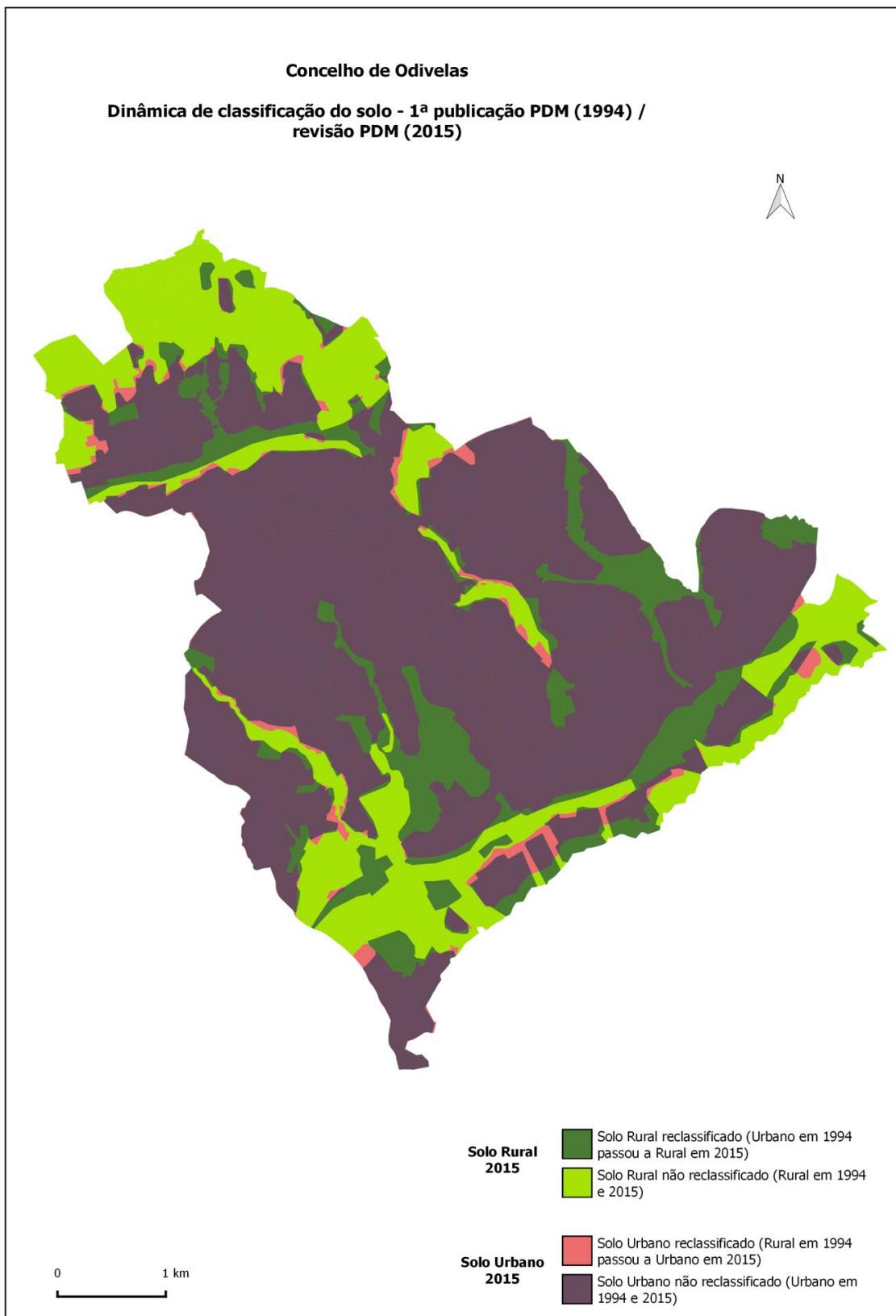
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo, 1994; CM Constância: Carta de Ordenamento do PDM revisto, 2015; CCDR LVT: tratamento da informação

Figura 11 – Dinâmica da classificação do solo no concelho de Loures - 1ª publicação do PDM (1994) /revisão do PDM (2015)



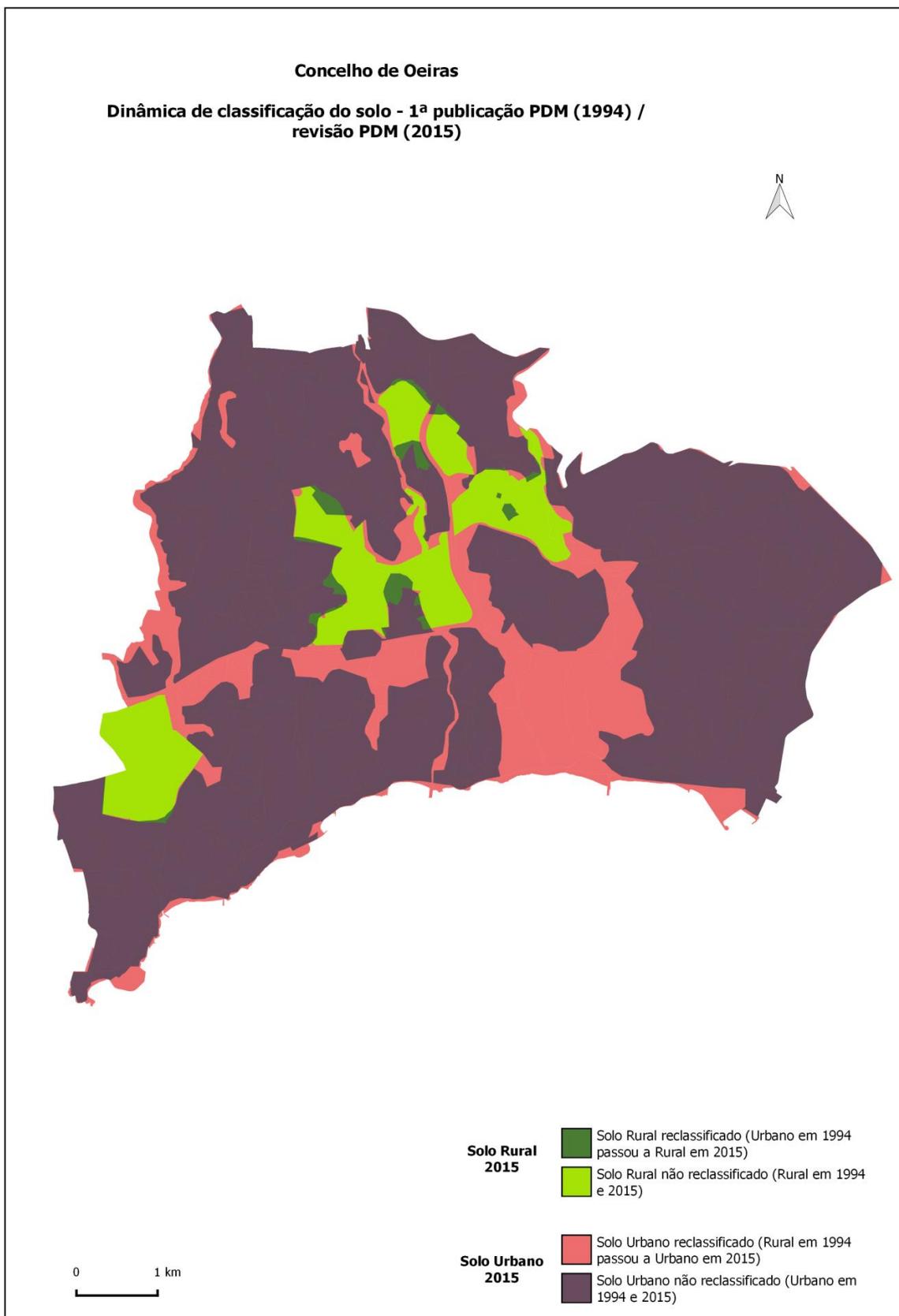
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo, 1994; CM Loures: Carta de Ordenamento do PDM revisto, 2015; CCDR LVT: Tratamento da informação

Figura 12 - Dinâmica da classificação do solo no concelho de Odivelas - 1ª publicação do PDM de Loures (1995) /revisão do PDM de Odivelas (2015)



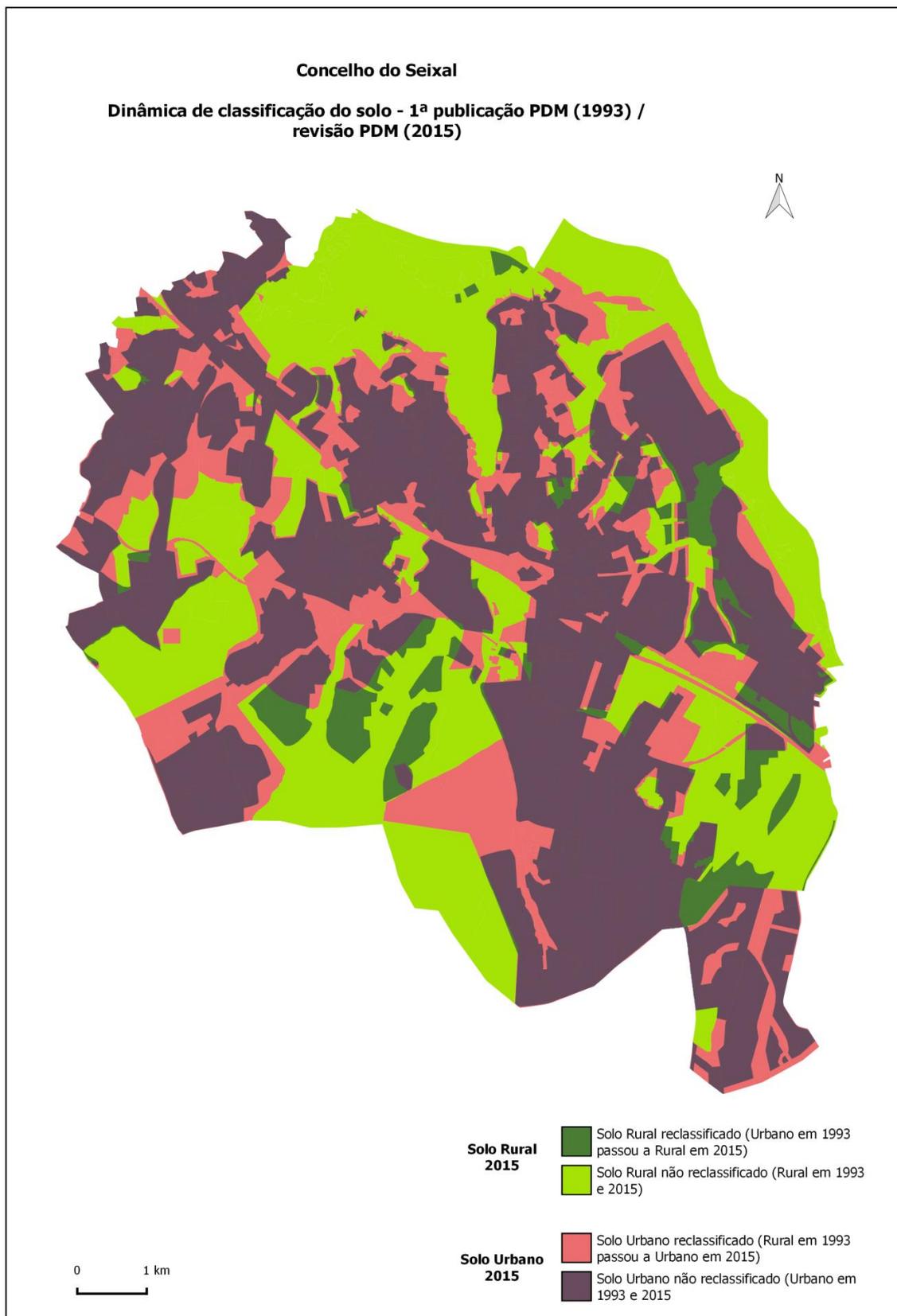
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo, 1994; CM Odivelas: Carta de Ordenamento do PDM revisto, 2015; CCDR LVT: Tratamento da informação

Figura 13 - Dinâmica da classificação do solo no concelho de Oeiras - 1ª publicação do PDM (1994) /revisão do PDM (2015)



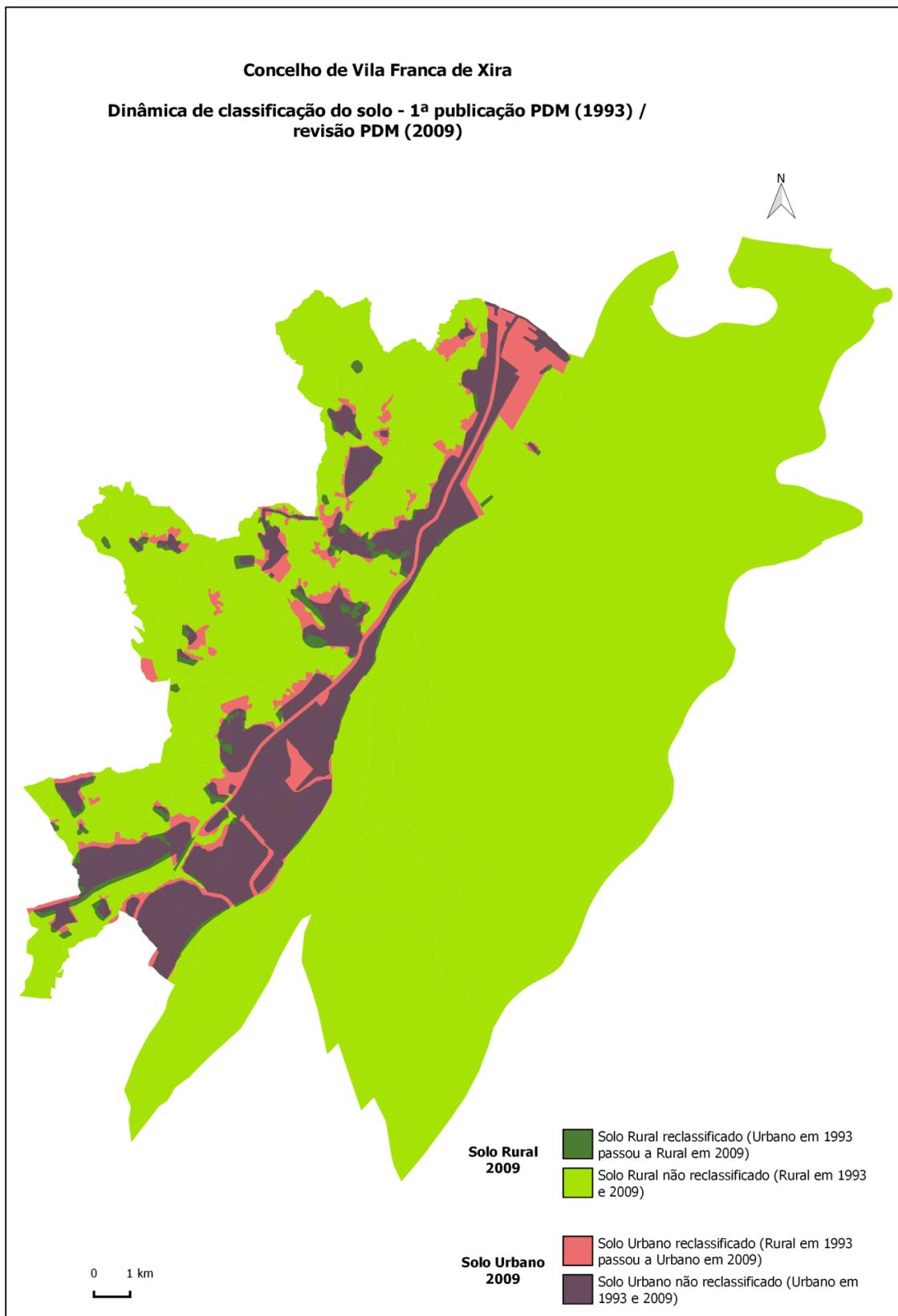
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo, 1994; CM Oeiras: Carta de Ordenamento do PDM revisto, 2015; CCDR LVT: Tratamento da informação

Figura 14 - Dinâmica da classificação do solo no concelho de Seixal - 1ª publicação do PDM (1993) /revisão do PDM (2015)



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo, 1993; CM Seixal: Carta de Ordenamento do PDM revisto, 2015; CCDR LVT: Tratamento da informação

Figura 15 - Dinâmica da classificação do solo no concelho de Vila Franca de Xira - 1ª publicação do PDM (1993) /revisão do PDM (2009)



Fonte: DGT; Carta do Regime de Uso do Solo; 1993 e 2009; CCDR LVT: Tratamento da informação

Ocupação e Uso do Solo – Síntese

AML

- O território da Área Metropolitana é ocupado essencialmente por áreas edificadas, que registaram um acréscimo de 5% entre 1995 e 2007 (33%), com impacto na diminuição de áreas agrícolas. As áreas agrícolas e florestais ocupavam 25% e 21%, respetivamente. No contexto metropolitano estas áreas desempenham funções relevantes do ponto de vista económico e ambiental (sequestro de carbono, produção alimentar etc...)
- A análise ao regime do uso do solo estabelecido nos PDM em vigor, em 2014, mostra que a proporção de solo urbanizável no solo urbano, era maior nos municípios da Península de Setúbal, sendo que em Alcochete, Setúbal, Seixal, Almada e Palmela essa proporção era superior a 50%.
- Em 2017, metade dos dezoito concelhos da AML tem Plano Diretor Municipal revisto – Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal e Vila Franca de Xira.
- Nos Planos Diretores Municipais revistos os maiores acréscimos de solo urbano face ao total do concelho, por comparação com a 1.ª publicação, foram registados em Oeiras (15%), Seixal (10%) e Cascais (7%).
- Acréscimo do peso do solo urbanizado no solo urbano, particularmente nos PDM de Oeiras, de Mafra, Loures, Odivelas e de Lisboa (valores superiores a 80% de solo urbanizado face ao total do solo urbano).
- A proporção de solo urbanizável nos PDM revistos é ainda significativa nos concelhos de Moita (38%) e Seixal (28%).
- As áreas verdes urbanas representam cerca de 20% do solo urbano nos PDM de Lisboa, Loures e V.F. de Xira.

OVT

- Entre 2006 e 2010 crescerem ligeiramente as áreas edificadas (sobretudo no Oeste), que ocupam apenas 10% do território, As áreas edificadas dispersas e lineares dominam a estrutura de povoamento do Oeste e Vale do Tejo.
- Em 2010, 80% do território era ocupado por áreas florestais e agrícolas e as áreas silvestres representavam 7% do território.
- Apenas três municípios têm o Plano Diretor Municipal revisto – Constância, Lourinhã e Torres Vedras.
- Na maioria dos PDM do OVT vigentes em 2014, a proporção de solo urbano no concelho era inferior a 20% com exceção de Peniche, Torres Vedras, Entroncamento e Constância. Na proporção de solo urbanizável no solo urbano sobressaem os valores elevados registados em Rio Maior (71%), Vila Nova da Barquinha (49%) e Torres Vedras (42%).
- Na revisão do PDM de Constância verificou-se um decréscimo (-20%) da proporção de solo urbano no concelho.
- As áreas verdes urbanas correspondem a mais de 10% do solo urbano nos PDM revistos de Torres Vedras e de Constância.

POPULAÇÃO E NÍVEL DE VIDA

Demografia

Qualificações e Emprego

Rendimento e Consumo



Fonte: <http://www.apdemografia.pt/>

1.2.2. POPULAÇÃO E NÍVEL DE VIDA

O tema da população e sociedade centra-se nas pessoas, nas suas qualificações para o emprego, e nos níveis de exclusão do mercado de trabalho. A capacidade dos territórios fixarem e atraírem pessoas, bem como a capacidade de gerarem equilíbrios na composição etária da população residente e um perfil de qualificações ajustado ao potencial de desenvolvimento territorial é um desafio determinante.

Considerando o contexto de mudança demográfica, no sentido do envelhecimento e diminuição populacional, centrou-se a análise deste domínio na evolução da concentração e na variação populacional, no perfil demográfico e na relação entre a idade, as qualificações e o emprego. Apresenta-se também uma análise do perfil do desemprego em termos de duração e faixa etária, pelas consequências que este fenómeno tem nos níveis de pobreza e de exclusão social. Na análise das qualificações foi dada atenção ao nível médio das qualificações da população adulta e jovem, no sentido de identificar a participação da população adulta em atividades de educação e formação e os níveis de abandono escolar precoce dos jovens. Considerando o objetivo de associar a população, o emprego e o nível de vida apresentam-se alguns indicadores de rendimento e consumo.

Demografia

Concentração e Variação Populacional

A Região de Lisboa e Vale do Tejo possui, de acordo com os Censos de 2011, uma população residente de 3.652.530 habitantes, que corresponde a 34,6% do total de residentes em Portugal Continental.

A Região acolhe duas sub-regiões com características distintas – Área Metropolitana de Lisboa (AML), fortemente urbanizada e com maior concentração de população, e Oeste e Vale do Tejo (OVT), com menores quantitativos populacionais e uma dominância de áreas rurais.

A AML concentrava, em 2011, 77,3% dos residentes na Região de Lisboa e Vale do Tejo e representava cerca de um quarto (26,7%) da população de Portugal Continental, o que corresponde a um reforço do peso face aos Censos de 2001 – 76,8% na Região e 25,7% no Continente. Em 2011 residiam no OVT 830.654 habitantes, representando pouco mais de 20% do total da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Em 2011, a maior parte da população residente da região concentrava-se nos concelhos da Grande Lisboa e em Almada, Seixal e Setúbal. Assumiam também relevância populacional Santarém, Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça e o “triângulo” formado por Torres Novas, Tomar e Abrantes que desempenham uma função de polarização no Oeste e Vale do Tejo.

Entre 1991 e 2011 grande parte dos concelhos do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, assim como Lisboa, Barreiro e Amadora perderam população.

Entre 2001 e 2011 os concelhos da segunda coroa metropolitana foram os que registaram, maior crescimento populacional (Mafra, Alcochete, Arruda dos Vinhos, Sesimbra, Palmela, Benavente e Cascais) e de agregados familiares. A variação populacional foi negativa em 13 concelhos (incluindo as sedes de distrito Lisboa e Santarém) e 3 deles mantêm também essa tendência quanto à variação do número de famílias.

Figura 16 – População residente por concelho da RLVT, 2011

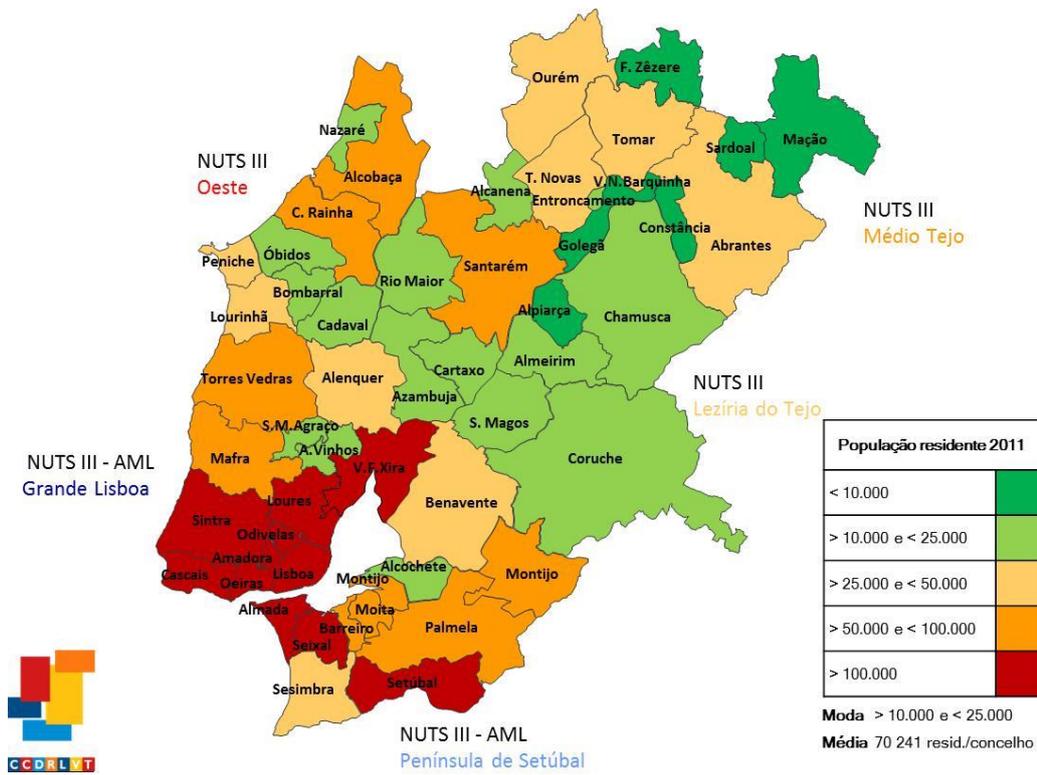
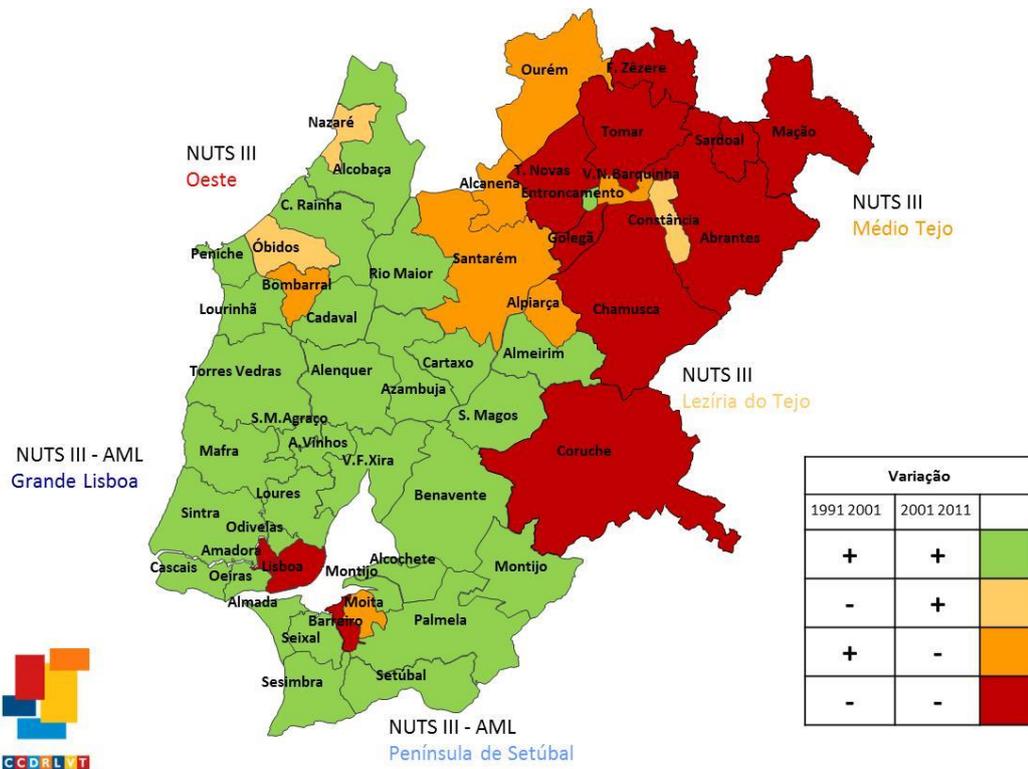


Figura 17 - Variação da população residente por concelho da RLVT, 1991/2011



Fonte: INE; Recenseamento da População e Habitação; 1991, 2001 e 2011; CCDRLVT: Tratamento da informação

Gráfico 17 – Variação da população residente nos concelhos da RLVT (%) 2001 - 2011

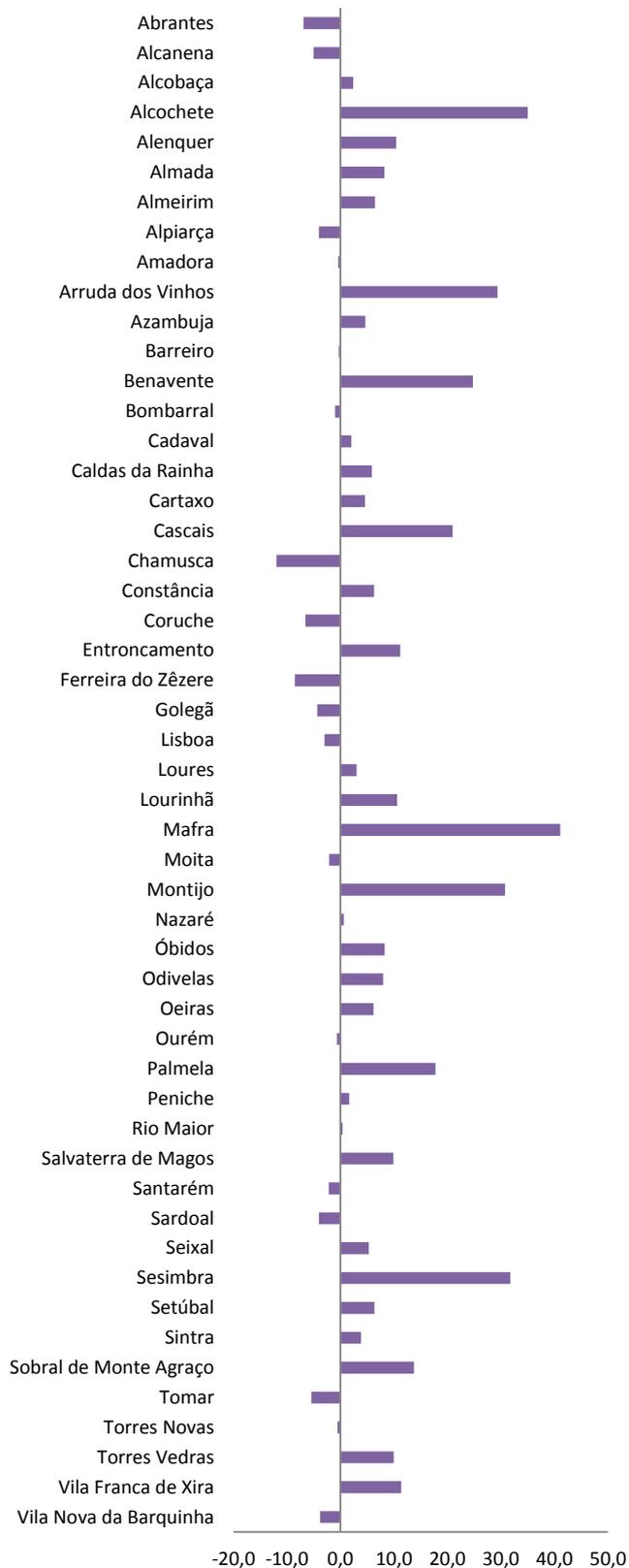
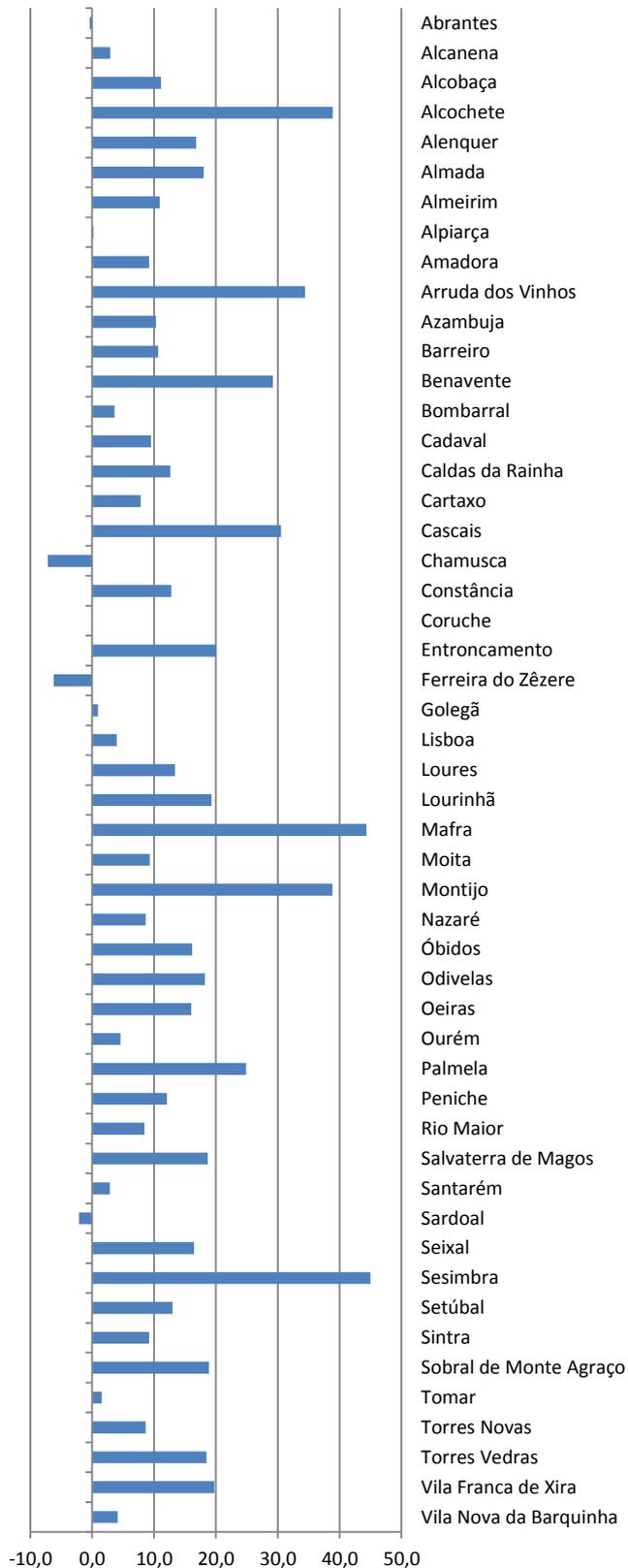


Gráfico 16 – Variação do n.º de famílias nos concelhos da RLVT (%) 2001 - 2011

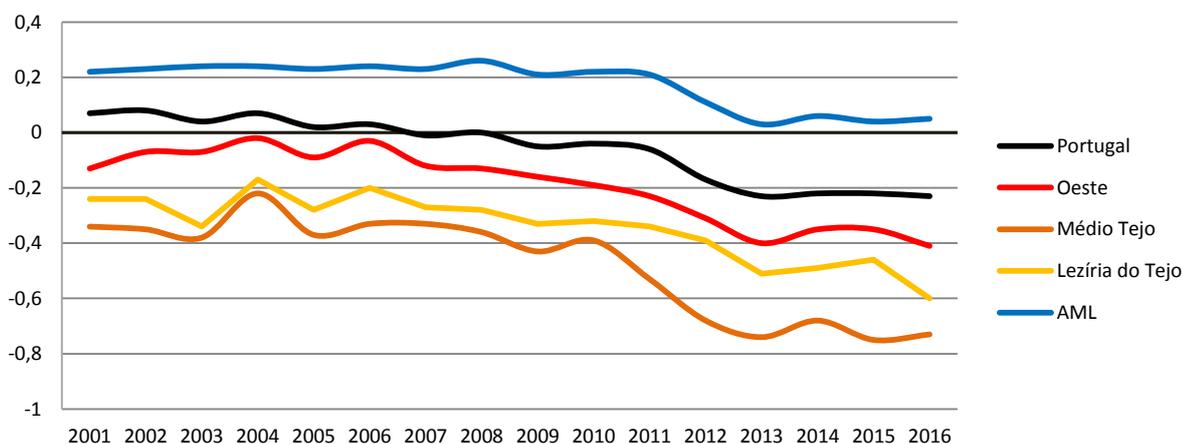


Fonte: INE; Recenseamento da População e Habitação; 2001, 2011

As estimativas anuais da população indicam tendências negativas de crescimento na RLVT e no país, quer do ponto de vista do saldo natural, quer em termos de saldo migratório.

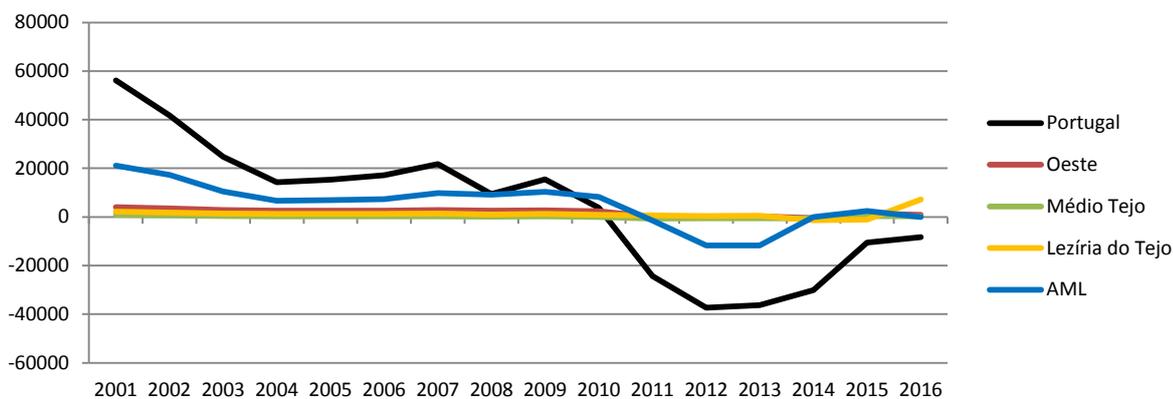
Desde 2012 atenuou-se a tendência regressiva, apesar de em 2016 apenas a AML registar valores positivos nestas duas variáveis.

Gráfico 18 - Taxa de crescimento natural (%), por localização geográfica, 2001 / 2016



Fonte: INE; Indicadores Demográficos; 2001, 2016

Gráfico 19 - Saldo migratório (N.º) por localização geográfica, 2001 / 2016



Fonte: INE; Indicadores demográficos; 2001, 2016

Tabela 3 – População residente por concelho, 2016

Oeste		Médio Tejo		Lezíria do Tejo	
Alcobaça	54628	Abrantes	36284	Almeirim	22912
Alenquer	43287	Alcanena	13063	Alpiarça	7209
Arruda dos Vinhos	14703	Constância	3990	Azambuja	22258
Bombarral	12603	Entroncamento	20797	Benavente	29965
Cadaval	13783	Ferreira do Zêzere	8126	Cartaxo	23939
Caldas da Rainha	51557	Mação	6586	Chamusca	9510
Lourinhã	25619	Ourém	44751	Coruche	18272
Nazaré	14350	Sardoal	3792	Golegã	5508
Óbidos	11656	Tomar	37795	Rio Maior	20582
Peniche	26848	Torres Novas	35420	Salvaterra de Magos	21567
Sobral de Monte Agraço	10295	Vila Nova da Barquinha	7314	Santarém	58255
Torres Vedras	78700				
Total	358029		217918		239977

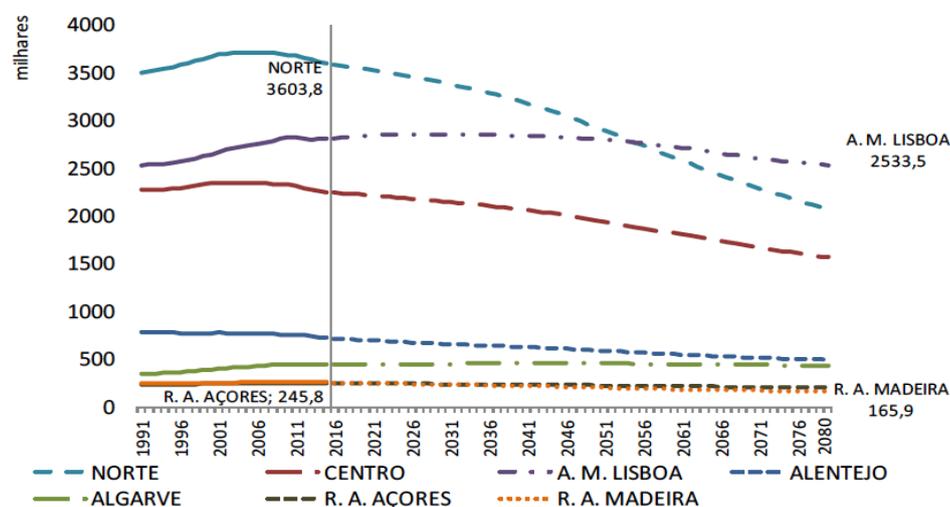
AML	
Alcochete	19020
Almada	169330
Amadora	178169
Barreiro	75978
Cascais	210889
Lisboa	504964
Loures	207567
Mafra	82581
Moita	64767
Montijo	55742
Odivelas	156083
Oeiras	174249
Palmela	64146
Seixal	165123
Sesimbra	50972
Setúbal	116979
Sintra	383946
Vila Franca de Xira	140844
Total	2821349

Em 2016, confirma-se uma distribuição da população muito diferenciada na Região. Na capital residem mais de 500.000 habitantes, sendo o concelho de Sintra, o segundo mais populoso, com um efetivo superior ao total de qualquer uma das NUTS III do OVT. No extremo oposto estão os concelhos de Sardoal e Constância com menos de 4.000 residentes. Na Região existem seis concelhos com menos de 10 mil habitantes (na Lezíria e Médio Tejo) e outros tantos com mais de 170.000 (na AML). Todos os concelhos da AML registam mais de 50.000 habitantes, com exceção de Alcochete. Já no OVT apenas os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Santarém atingem esse valor.

De acordo com as projeções demográficas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estatística para o período 2015-2080, mantém-se a tendência de regressão populacional e, conseqüentemente, de envelhecimento.

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente; 2016

Gráfico 20 - População residente, NUTS II, 1991-2080 (estimativas e projeções – cenário central)



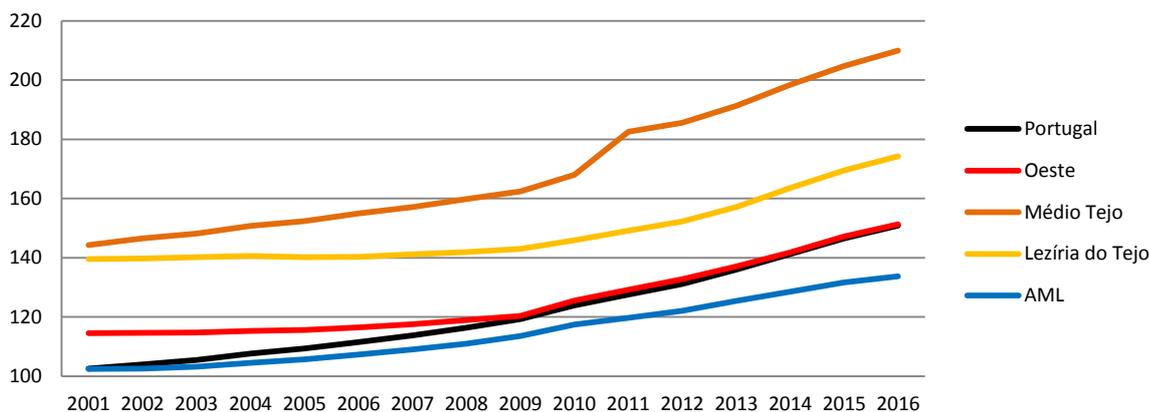
Fonte: INE; Projeções da População Residente

Considerando os dados obtidos a partir de um cenário central constata-se uma redução generalizada da população em todas as Regiões com duas exceções – o Algarve e a AML, onde se verifica uma tendência para a estabilização do quantitativo. No horizonte de 2080 a Região mais populosa será a AML.

Perfil Populacional

Em resultado dos indicadores atrás apresentados, os níveis de envelhecimento populacional na região seguem, e excedem, a tendência do país, com a exceção da AML, sendo que no Médio Tejo o índice de envelhecimento é superior a 200. A representação da proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos reflete esse envelhecimento e o isolamento em termos do seu quotidiano. Esta tipologia de famílias representava, em 2011, 15% da população no concelho de Lisboa e mais de 12% na maioria dos concelhos do Médio Tejo.

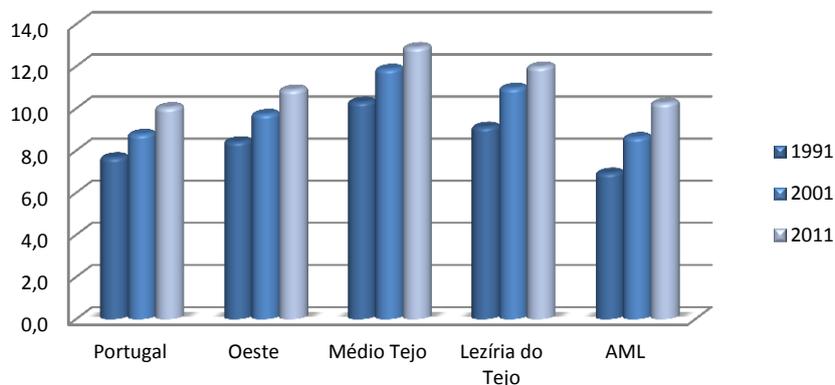
Gráfico 21 - Índice de envelhecimento (N.º) por localização geográfica, 2001 /2016



Fonte: INE; Estimativas Anuais da População Residente; 2001, 2016

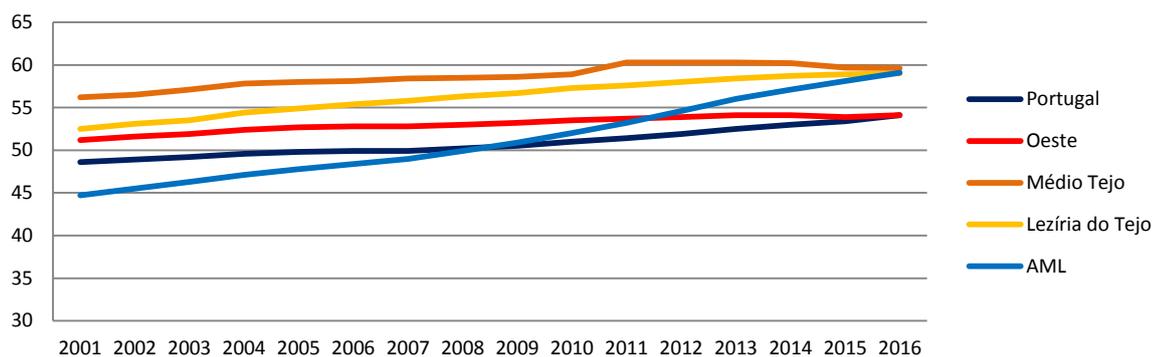
Por outro lado, constata-se ainda o efeito do envelhecimento no índice de dependência, que em 2016 era superior à média do país em todas as NUTS III da RLVT com exceção do Oeste. Neste quadro, o desafio para as políticas públicas e o ordenamento do território é de adaptação à idade sénior, procurando definir medidas que garantam o acesso aos serviços, o conforto habitacional, a adaptação dos espaços e equipamentos públicos e que atenuem o isolamento de uma população cada vez mais envelhecida.

Gráfico 22 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)



Fonte: INE; Recenseamento da População e Habitação; 1991, 2001, 2011

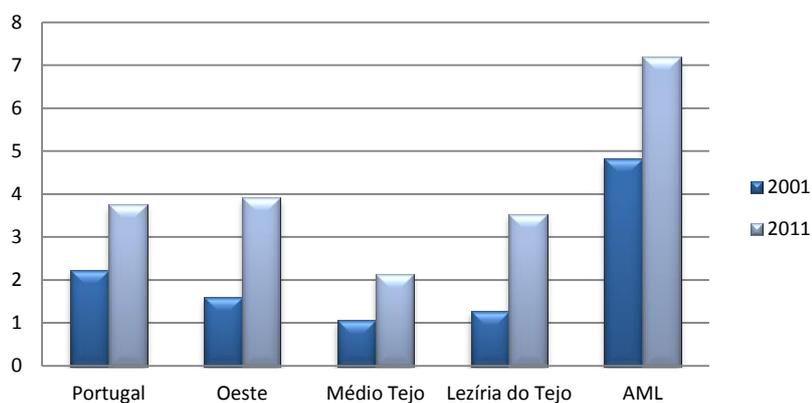
Gráfico 23 - Índice de dependência total (N.º) por localização geográfica, 2001 /2016



Fonte: INE; Estimativas Anuais da População Residente; 2001, 2016

No perfil populacional importa sublinhar a crescente proporção de população de nacionalidade estrangeira que reside na região, sobretudo na AML e que em 2011 já representava mais de 7% da população residente.

Gráfico 24 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência



Fonte: INE; Recenseamento da População e Habitação; 2001, 2011

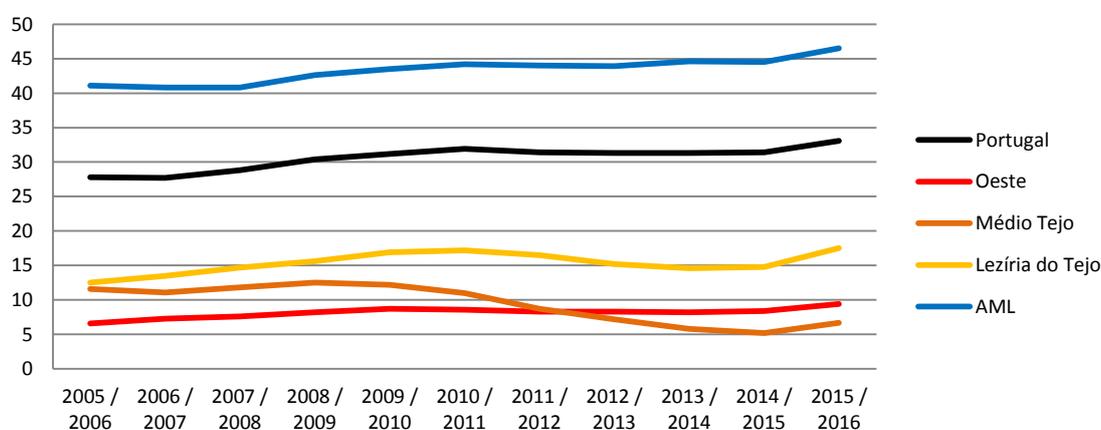
Qualificações e Emprego

Escolarização

Analisada a relação entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários, registam-se desempenhos distintos na RLVT. No ano letivo 2015/2016, a AML apresentava uma taxa de escolarização de 46%, superior à média do país em 13 pontos percentuais. Por outro lado, os níveis de escolarização no ensino superior no OVT eram inferiores a 15%, sendo que, em 10 anos, no Médio Tejo, essa taxa decresceu de 12,5% para 6,7%.

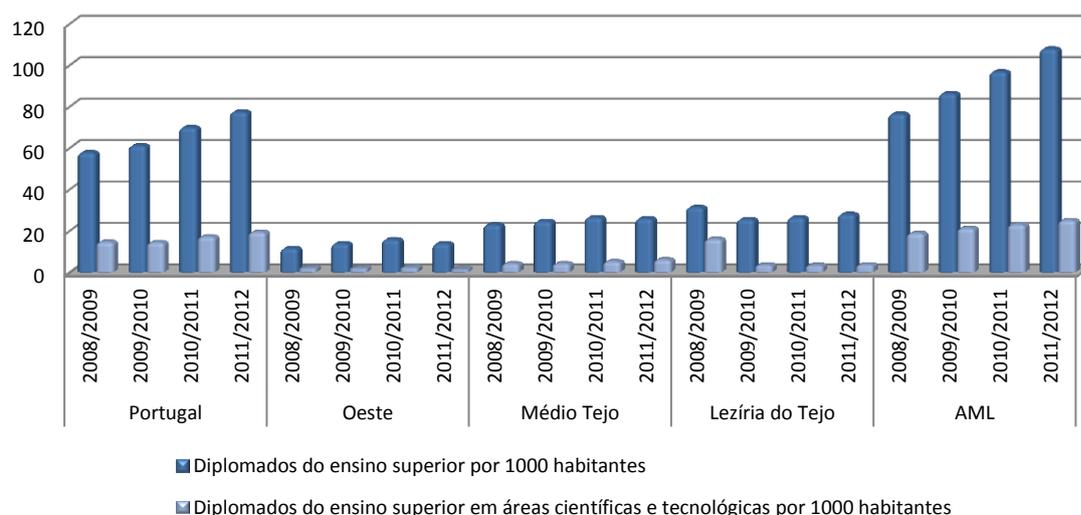
Esta tendência é também expressa através do número de diplomados do ensino superior por 1.000 habitantes, destacando-se o número de diplomadas em áreas científicas e tecnológicas registado na Área Metropolitana de Lisboa.

Gráfico 25 - Taxa de escolarização no ensino superior (%) por localização geográfica, 2005 -2016



Fonte: INE/ Ministério da Educação e Ciência; Anuário da Educação e Ciência;

Gráfico 26 – Diplomados no ensino superior (total e em áreas científicas e tecnológicas) por mil habitantes, 2001 - 2012

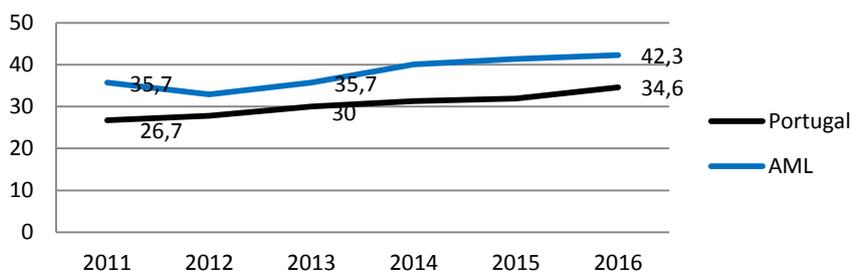


Fonte: INE/ Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência;

A percentagem de diplomados entre os 30 e os 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente constitui uma meta indicada pela UE no âmbito dos fundos europeus estruturais e de

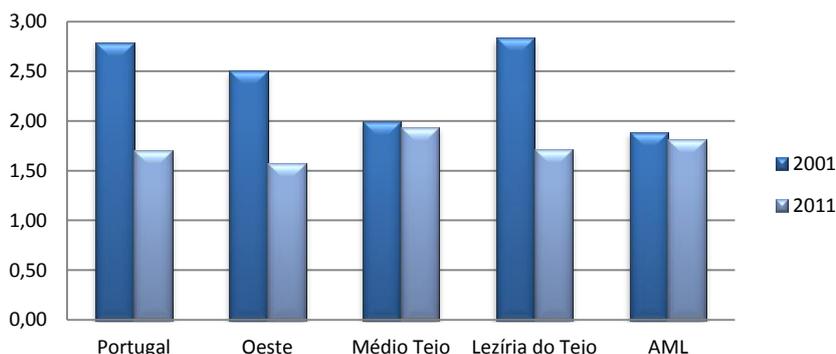
investimento, recomendando que em Portugal essa percentagem deveria ser de 40% em 2020. Em 2016, a taxa de escolaridade do nível de ensino superior em Portugal naquele grupo etário era de 35%, sendo que na AML a taxa era superior a 42%. Este indicador apenas tem informação disponível por NUTS II, pelo que não é possível apurar valores para as NUTS III Oeste, Médio Tejo - integradas na NUTS II Centro - e para a Lezíria do Tejo, integrada na NUTS II Alentejo.

Gráfico 27 - Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos por local de residência



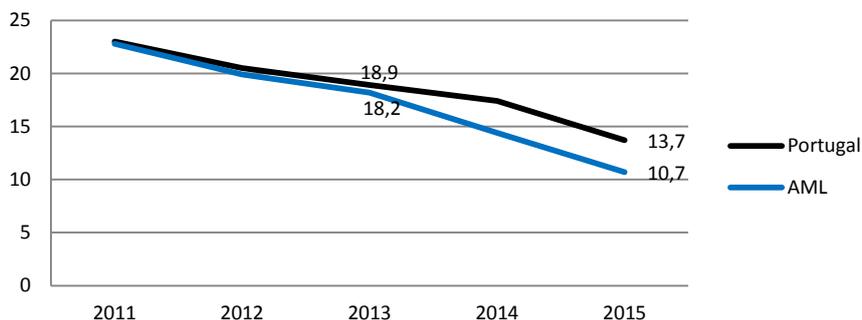
Fonte: INE; Inquérito ao Emprego

Gráfico 28 - Taxa de abandono escolar (%), por local de residência, 2001-2011



Fonte: INE; Recenseamento da População e Habitação; 2001, 2011

Gráfico 29 - Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)

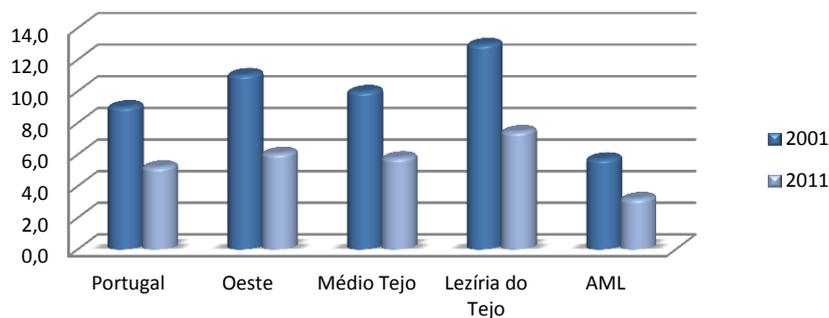


Fonte: INE; Inquérito ao Emprego; 2011 a 2015

Entre 2001 e 2011 diminuiu a proporção da população residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, sobretudo nas sub-regiões que tinham taxas mais elevadas. Não obstante, em 2011 no Médio Tejo, Lezíria do Tejo e AML a taxa de abandono escolar era superior à média nacional.

Por sua vez, na taxa de abandono precoce de educação e formação (relação entre a população residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência/ População residente com idade entre 18 e 24 anos) regista-se um comportamento decrescente da AML, que em 2015 já havia atingido o valor de 10% apontado pela UE como meta para Portugal no âmbito dos FEEI - Portugal 2020.

Gráfico 30 - Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência (à data dos Censos)



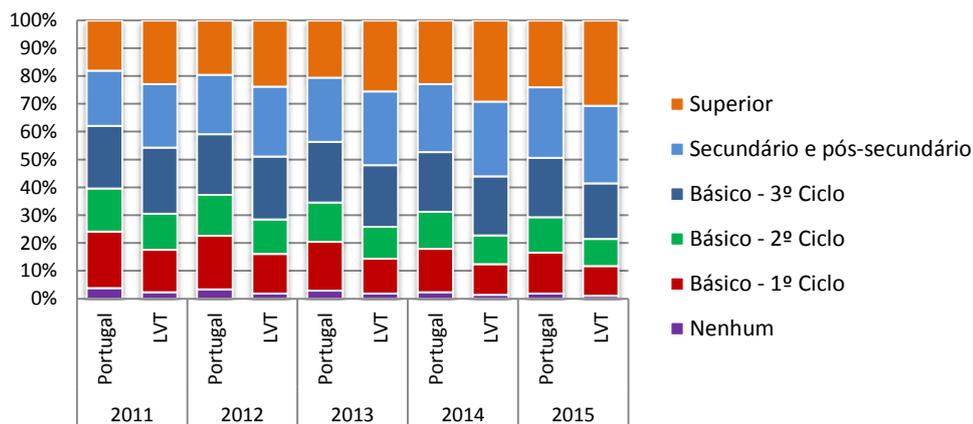
Relativamente à taxa de analfabetismo destaca-se a evolução positiva, ou seja de redução. No entanto, em 2011, mais de 6% da população residente no Médio Tejo, Oeste e Lezíria do Tejo, com mais de 10 anos, não sabia ler nem escrever.

Fonte: INE; Recenseamento da População e Habitação; 2001, 2011

Perfil de Qualificações

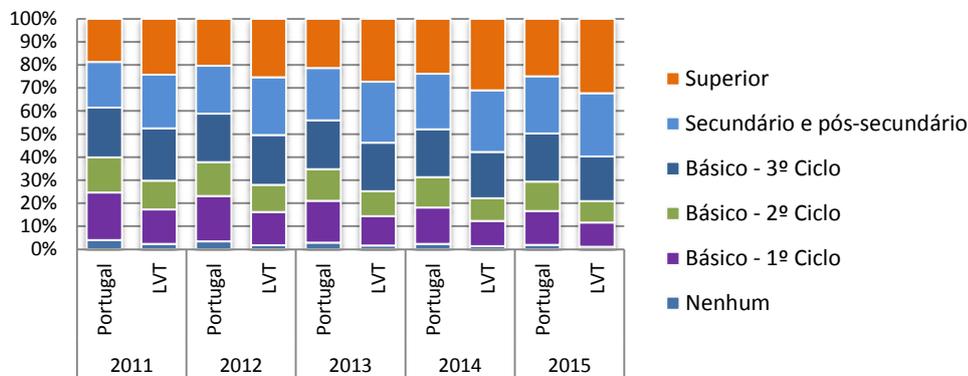
Em 2015, mais de 30% da população ativa e empregada residente na RLVT tinha o ensino superior completo. Estes valores são superiores à média nacional e têm registado um comportamento crescente desde 2001.

Gráfico 31 - Proporção da população ativa por local de residência e nível de escolaridade mais elevado completo (%), 2011 - 2015



Fonte: INE; Inquérito ao Emprego; 2011, 2015

Gráfico 32 - Proporção de população empregada por local de residência e nível de escolaridade mais elevado (%)



Fonte: INE; Inquérito ao Emprego; 2011, 2015

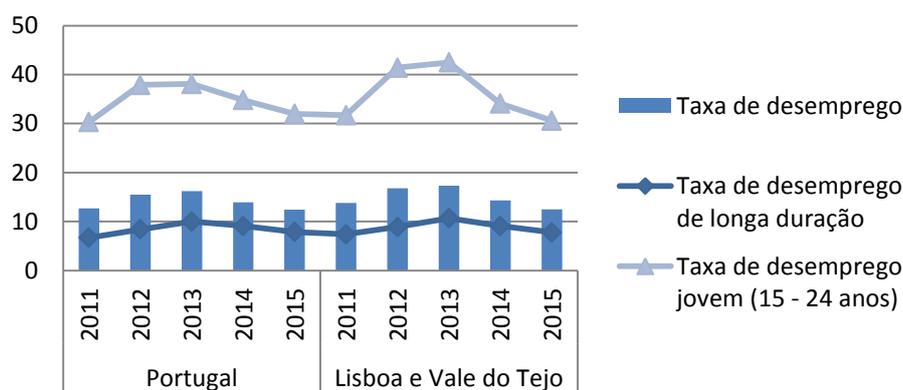
Desemprego

A taxa de desemprego aumentou até 2013, tanto na RLVT como em Portugal, começando a registar-se uma descida dos níveis de desemprego em 2014, que na região se situava nos 12.5% em 2015.

A taxa de desemprego por grupo etário revela a grande expressão do desemprego jovem, com valores, em 2013, de 43%, a partir daí registam-se descidas, encontrando-se, em 2015, próximo do valor de 2011 (30%).

Analisando o desemprego de longa duração no total do desemprego regista-se que a situação da RLVT é muito similar à situação nacional, e tem um comportamento semelhante ao da taxa de desemprego, ainda que com valores inferiores, que em 2015 eram de cerca de 8% na RLVT.

Gráfico 33 - Taxa de desemprego, desemprego de longa duração e desemprego jovem (%), por local de residência

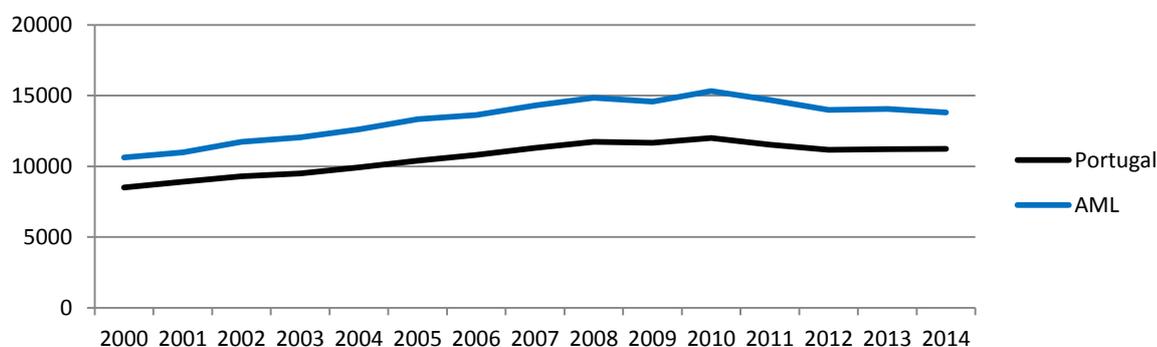


Fonte: INE; Inquérito ao Emprego; 2011, 2015

Rendimento e Consumo

Relativamente ao rendimento disponível das famílias regista-se uma subida progressiva do rendimento *per capita* até 2010, com decréscimo de 2011 em diante, acompanhando a tendência nacional. Quanto à remuneração média mensal, os valores na AML cresceram ligeiramente de 2002 a 2010, mantendo-se sem grandes oscilações até 2014 sempre superiores aos da média nacional em cerca de 200 euros. Em 2015 a remuneração média mensal de base na AML era de 1.143 euros.

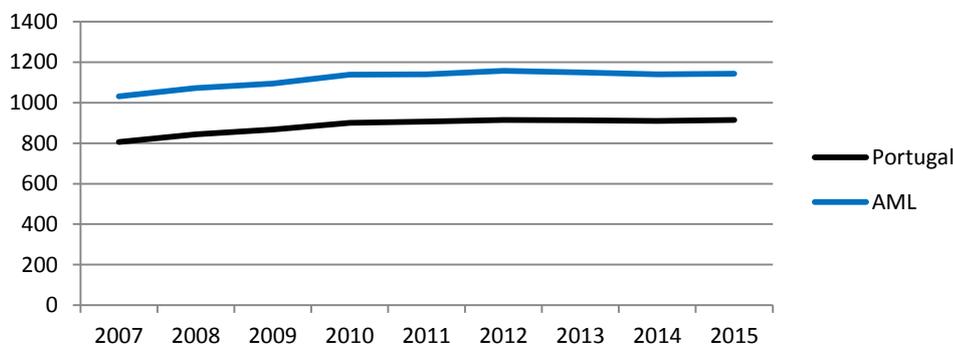
Gráfico 34 - Rendimento disponível bruto (B.6g) das famílias por habitante (Base 2011 - €)



Fonte: INE; Contas Económicas Regionais, 2014

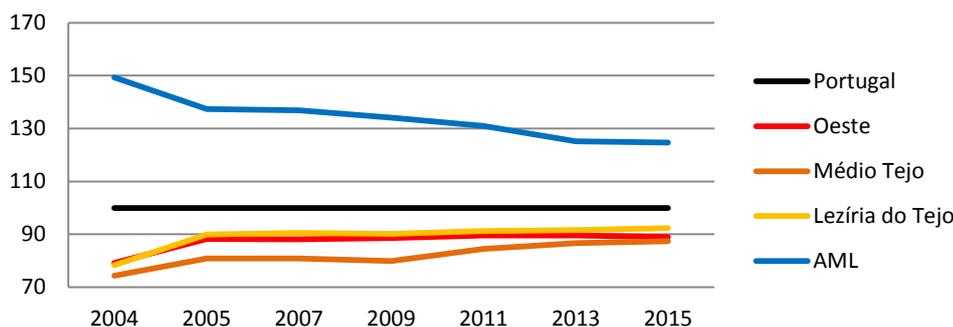
A análise da evolução do rendimento aponta a perda relativa de poder de compra *per capita*, da AML, face à média nacional, mantendo-se ainda assim 25 pontos acima do índice nacional de 100. Por oposição, as sub-regiões do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo registam um poder de compra *per capita* inferior à média nacional, tendo vindo a aproximar-se desta desde 2005.

Gráfico 35 - Remuneração média mensal de base (€)



Fonte: INE / MEE / Gabinete de Estratégia e Estudos; 2015

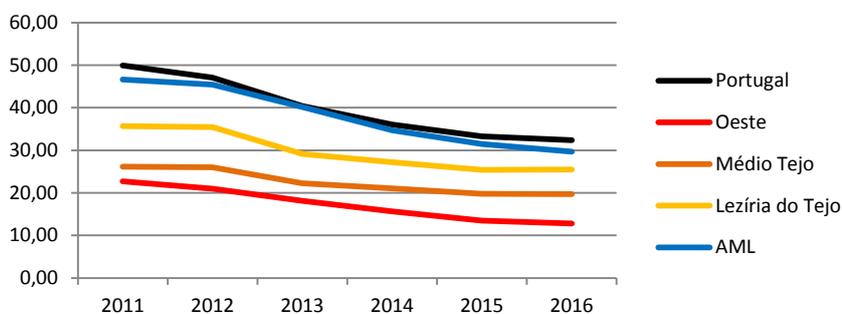
Gráfico 36 - Índice do poder de compra *per capita* por localização geográfica, 2004/2015



Fonte: INE; Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2015

O número de beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social por 1000 habitantes tem vindo a decrescer desde 2011. As NUTS III da RLVT têm valores inferiores aos da média nacional, sendo a AML a sub-região que registou maior número de beneficiários (30/1000 habitantes).

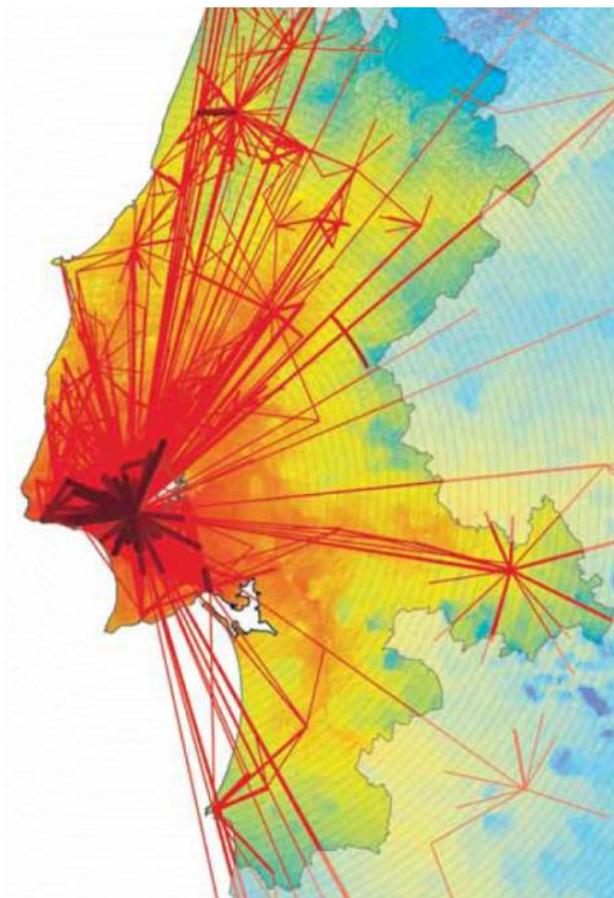
Gráfico 37 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por local de residência



Fonte: INE; Instituto de Informática. IP, 2011, 2016

População e nível de vida - Síntese

- Entre 2001 e 2011 a RLVT registou crescimento populacional na ordem dos 5%, com maior dinamismo e atratividade no Oeste (7%) e na AML (6%) e com variações negativas no Médio Tejo (-2%).
- No mesmo período, destaca-se o acréscimo percentual verificado na população residente nos concelhos da segunda coroa metropolitana (Mafra, Alcochete, Arruda dos Vinhos, Sesimbra, Palmela, Benavente e Cascais). Por outro lado, registaram-se taxas de variação negativa em treze concelhos da RLVT, localizados maioritariamente no Médio Tejo e Lezíria do Tejo, destacando-se também Lisboa, Almada e Barreiro que têm vindo a perder população residente.
- O saldo migratório na RLVT apresenta uma quebra abrupta com valores negativos nos anos de 2011, 2012 e 2013. Já o saldo natural, entre 1991 e 2015, tem sido sempre positivo na AML e sempre negativo no OVT.
- Os níveis de envelhecimento da população do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo excedem as tendências registadas no país – o índice de envelhecimento do Médio Tejo é superior a 200. Sendo também de destacar a proporção de pessoas, com mais de 65 anos que vivem sozinhas. O planeamento deverá preparar o território, os serviços e as atividades para atender a uma população mais envelhecida e isolada.
- As projeções demográficas do INE 2015 – 2080 apontam para a estabilização do quantitativo populacional da AML, podendo vir a ser a região mais populosa.
- No ano letivo 2014/2015 a AML apresentava uma taxa de escolarização no ensino superior de 46%, superior à média do país em 14 pontos percentuais. No mesmo período os níveis de escolarização do ensino superior no OVT eram inferiores a 15%.
- Em 2015, um terço da população ativa e empregada residente na Região tinha o ensino superior completo, verificando-se valores superiores à média nacional.
- A taxa de desemprego tem uma grande expressão ao nível dos jovens, cifrando-se em 30%, em 2015.



Fonte: Uma Metrópole para o Atlântico; Fundação Caloust Gulbenkian; 2015

CIDADES E SISTEMA URBANO

Cidades

Sistema Urbano

Parque Habitacional

Equipamentos

1.2.3. CIDADES E SISTEMA URBANO

As cidades têm um papel preponderante na organização do território e na qualidade de vida, uma vez que é nos maiores centros urbanos que reside parte substancial da população. A concentração da população e das atividades mais competitivas em cidades tem sido crescente e global, não se perspetivando uma alteração de fundo deste processo.

Nos territórios rurais o despovoamento coloca problemas do ponto de vista da presença humana e do aproveitamento pleno dos recursos territoriais, sendo fundamental a organização de um sistema urbano com capilaridade para providenciar bens e serviços às populações, nos diversos territórios e em condições de equidade.

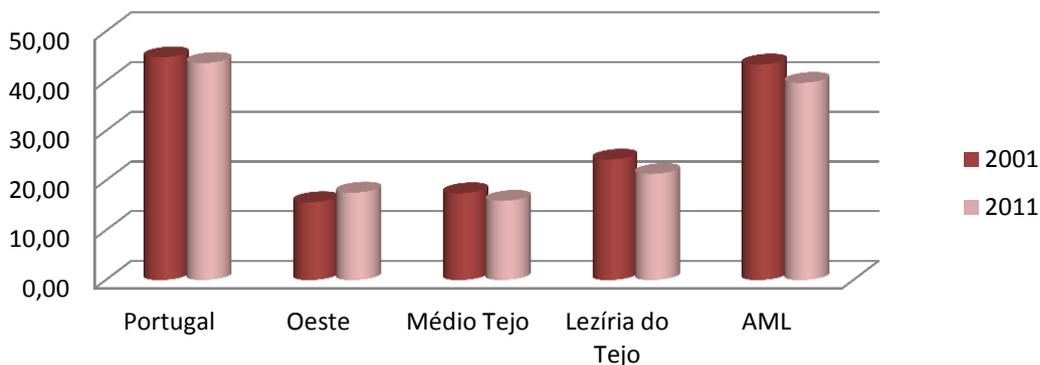
Nestes pressupostos analisam-se alguns indicadores de concentração da população em cidades e a distribuição da população por lugares e por tipologia de área urbana., salientando-se que este é um subdomínio que carece de aprofundamento ao nível da produção oficial de indicadores estatísticos.

Considerando os desafios das cidades e dos sistemas urbanos e associação entre habitação e serviços e qualidade de vida, apresenta-se uma caracterização do parque habitacional em termos de idade, estado de conservação e propriedade, a evolução das dinâmicas construtivas e de reabilitação e alguns indicadores relativos ao acesso à saúde, educação e cultura.

Cidades

O índice de concentração de população residente nas cidades⁴ - que avalia a concentração de pessoas na cidade estatística⁵ face às restantes cidades existentes na unidade territorial de referência - decresceu entre 2001 e 2011 em quase todas as sub-regiões, exceto no Oeste em resultado do crescimento populacional verificado na cidade de Caldas da Rainha face às restantes (acrécimo de 2.300 habitantes no período intercensitário).

Gráfico 38 - Índice de concentração da população residente em cidades (%)



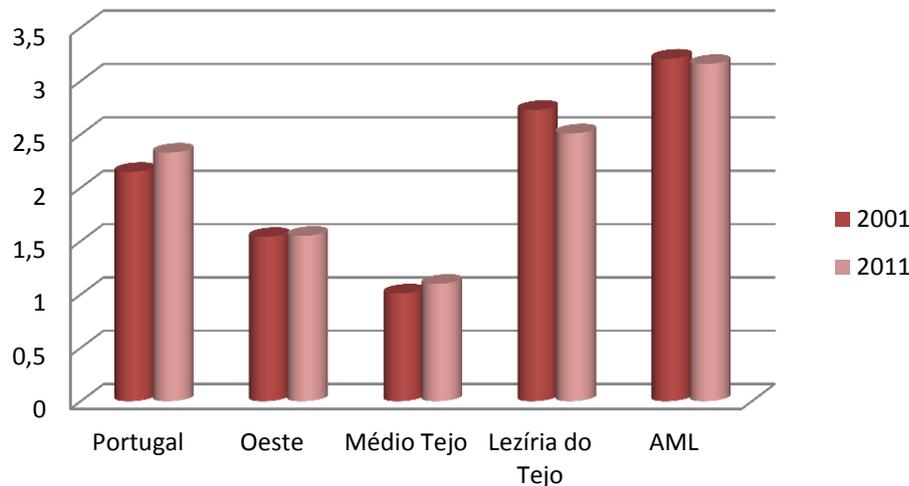
Fonte: INE Recenseamento da População e Habitação (2001 e 2011)

⁴ Índice - Somatório, para as cidades estatísticas de cada unidade territorial, dos valores absolutos das diferenças entre a proporção de população residente na cidade estatística face à população residente em todas as cidades estatísticas de cada unidade territorial e o rácio entre 1 e o número de cidades estatísticas da unidade territorial, dividido por 2 e multiplicado por 100.

⁵ Cidade estatística - Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espetáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins públicos.

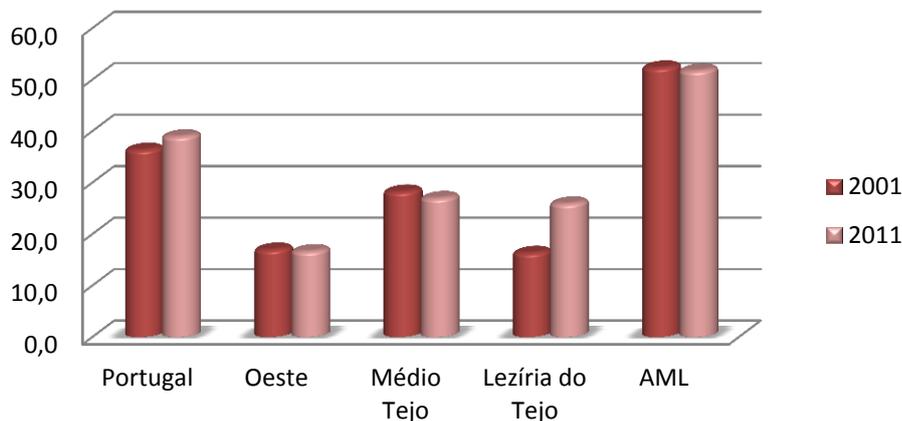
Analisado o Índice de primazia do sistema urbano entre 2001 e 2011 - que avalia a relação entre população residente da maior e segunda maior cidade da unidade territorial de referência – verifica-se um decréscimo do índice na AML e na Lezíria do Tejo, denotando uma aproximação entre as duas principais cidades de cada sub-região (Lisboa / Amadora e Santarém / Almeirim). Já no Médio Tejo e no Oeste o índice é mais reduzido e registou um ténue acréscimo refletindo a existência de cidades médias com efetivos populacionais que se aproximam, tais como Entroncamento / Abrantes no Médio Tejo e Caldas da Rainha / Torres Vedras no Oeste.

Gráfico 39 - Índice de primazia do sistema urbano



Fonte: INE Recenseamento da População e Habitação (2001 e 2011)

Gráfico 40 - Proporção de população residente em cidades com mais de 10 000 habitantes (%)



Fonte: INE Recenseamento da População e Habitação (2001 e 2011)

Quando se aproxima a escala de análise, verifica-se que, no período intercensitário, todas as cidades estatísticas do OVT registaram um crescimento populacional, com exceção de Peniche e Tomar, sendo esse crescimento mais expressivo nas Caldas da Rainha e no Entroncamento, contudo, Santarém permanece a cidade mais populosa.

Na AML, apesar do decréscimo de 11.957 residentes registado na cidade de Lisboa esta mantém uma posição dominante face às restantes cidades estatísticas da área metropolitana. Para além de Lisboa,

As cidades estatísticas com mais de 10.000 habitantes, em 2011, concentravam mais de 39% da população residente em Portugal, e na AML essa proporção era superior a 50%. Entre 2001 e 2011 a Lezíria do Tejo registou a maior concentração populacional nas cidades com mais de 10.000 habitantes face ao total da sub-região. No Oeste, não obstante o dinamismo dos seus centros urbanos, apenas 15% da população da sub-região reside em cidades com esta dimensão.

A propósito importa referir que na RLVT, em 2015, existiam apenas 32 cidades e 125 vilas, entre elas, Sintra, Cascais, Oeiras, Mafra, Palmela, Alcochete e Sesimbra.

também a segunda (Amadora), a terceira (Aguilva - Queluz) e a quarta (Almada) maiores cidades da área metropolitana registaram um (ligeiro) decréscimo populacional. Estes resultados refletem a perda de dinamismo populacional da área central em detrimento da coroa urbana mais periférica.

Gráfico 41 - População residente em cidades estatísticas (N.º) por local de residência - OVT

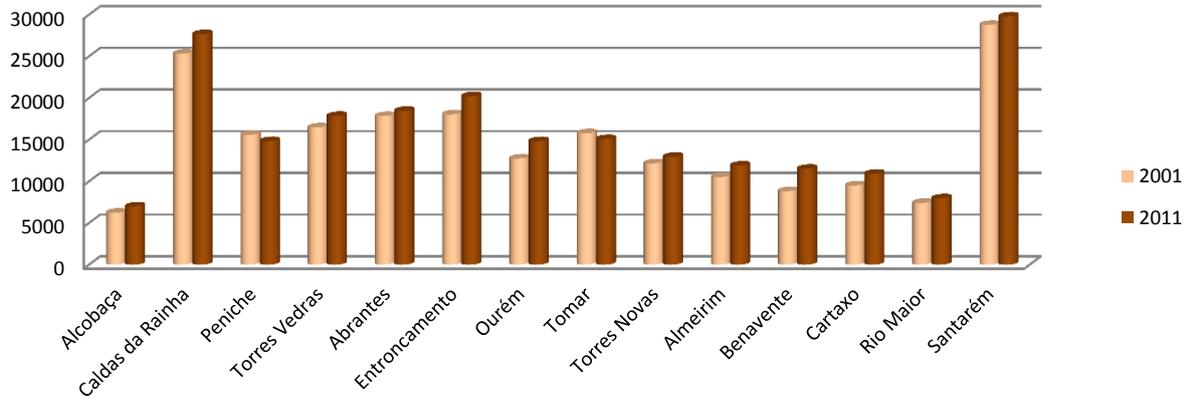
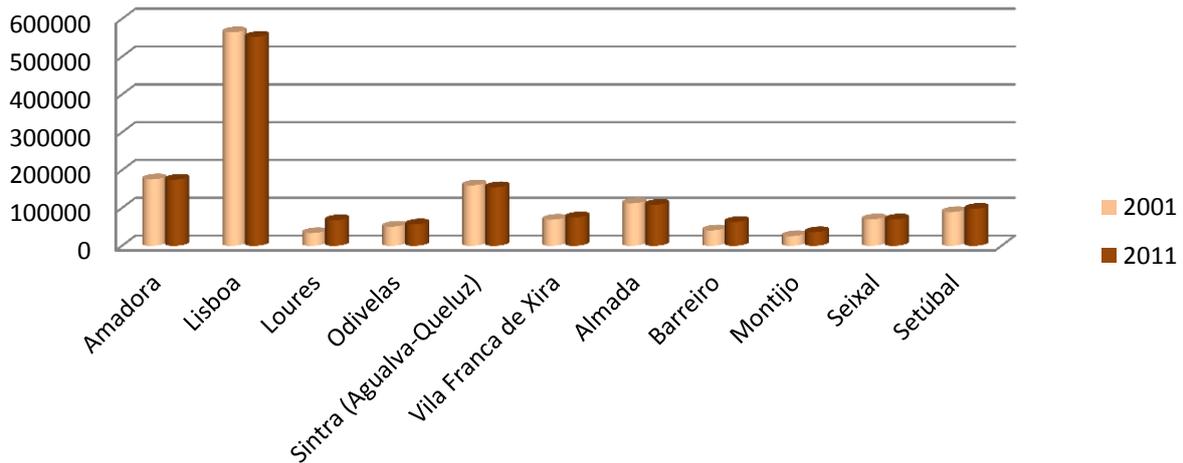


Gráfico 42 - População residente em cidades estatísticas (N.º) por local de residência - AML



Fonte: INE Recenseamento da População e Habitação (2001 e 2011)

Gráfico 43 - Cidades e vilas (N.º) por localização geográfica - 2015



Fonte: INE, Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas (2015)

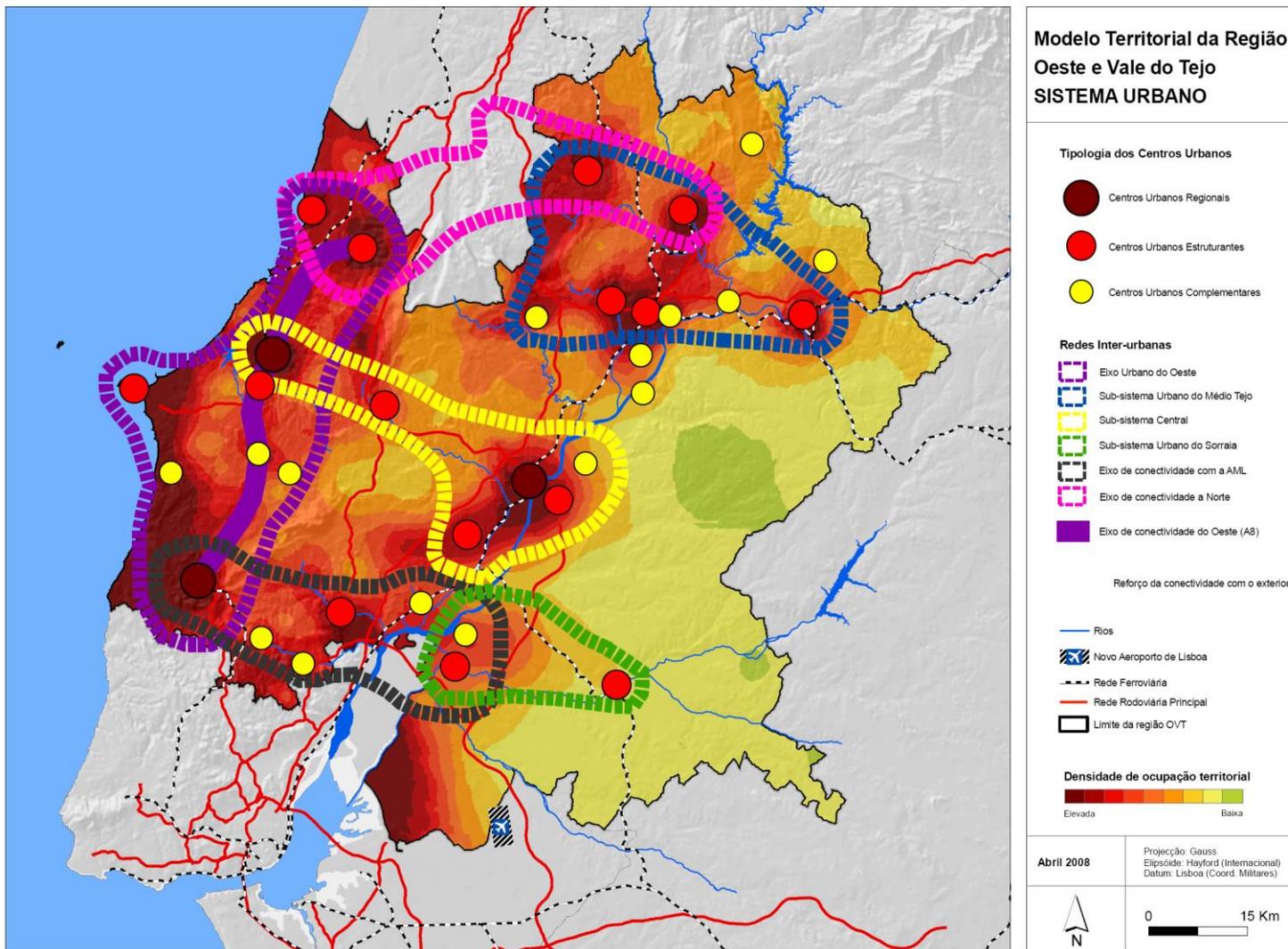
Sistema Urbano

Tipologias dos Centros Urbanos

O sistema de centralidades de Lisboa e Vale do Tejo, lido nos mapas que esquematizam o sistema urbano do Oeste e Vale do Tejo, definido no PROT OVT (2009) e proposto na alteração do PROT AML (2010), estrutura-se em torno de quatro tipologias:

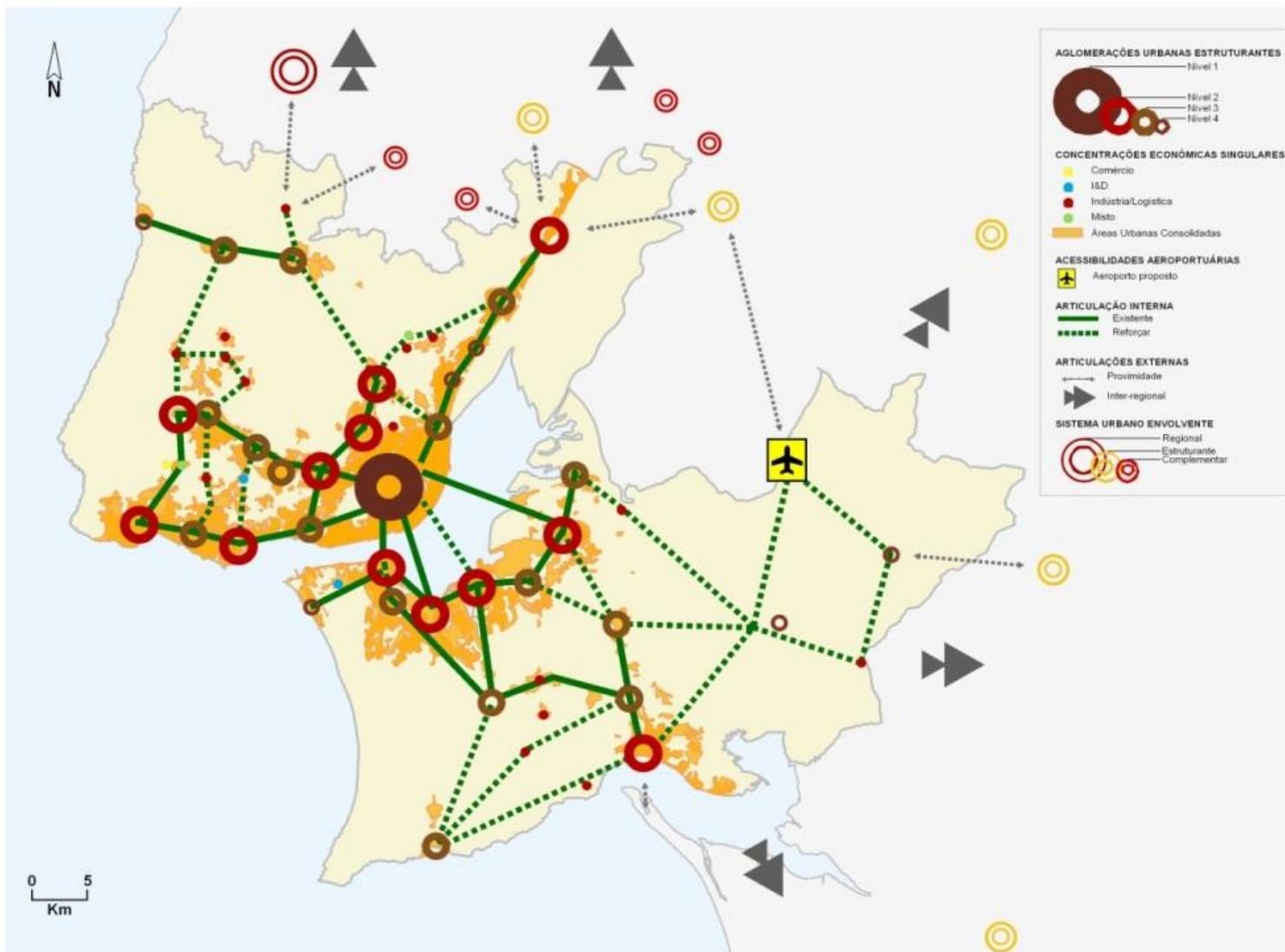
- **De Nível Nacional** - Lisboa é a principal centralidade urbana da macrorregião, de grande dimensão residencial (547.733 hab., em 2011) e fortemente polarizadora em termos de emprego e de comércio e serviços. Esta polarização de nível nacional, para além de resultar da dimensão e da diversidade funcional, é reforçada pela infraestruturação e oferta em transportes – rodoviário, ferroviário e aéreo;
- **De Nível Regional** – os centros deste nível oferecem uma rede de equipamentos e serviços diversificada, desempenhando funções essenciais de articulação territorial e evidenciando capacidades para construir e dinamizar redes e especialidades urbanas de âmbito regional. Integra doze aglomerações urbanas com um importante papel de estruturação regional e que se repartem por três sub-regiões:
 - ✓ *Área Metropolitana de Lisboa* - Cascais, Oeiras, Sintra, Almada e Setúbal;
 - ✓ *Oeste e Vale do Tejo* - Torres Vedras, Caldas da Rainha e Santarém;
- **De Nível Estruturante** - os centros aqui integrados prestam um conjunto de funções especializadas de âmbito regional ou um leque de funções razoavelmente diversificadas de influência sub-regional. Incorporam aglomerações urbanas onde se destacam as sedes de concelho: Mafra, Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Seixal, Barreiro, Montijo e Palmela na AML e Peniche, Rio Maior, Alcobaça, Fátima-Ourém, Tomar, Torres Novas, Alcanena e Abrantes, no Oeste e Vale do Tejo;
- **De Nível Complementar** - os centros urbanos enquadrados neste nível fornecem funções urbanas pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

Figura 18 – Modelo Territorial da região Oeste e Vale do Tejo - Sistema Urbano



Fonte: CCDR LVT (2009); PROT OVT

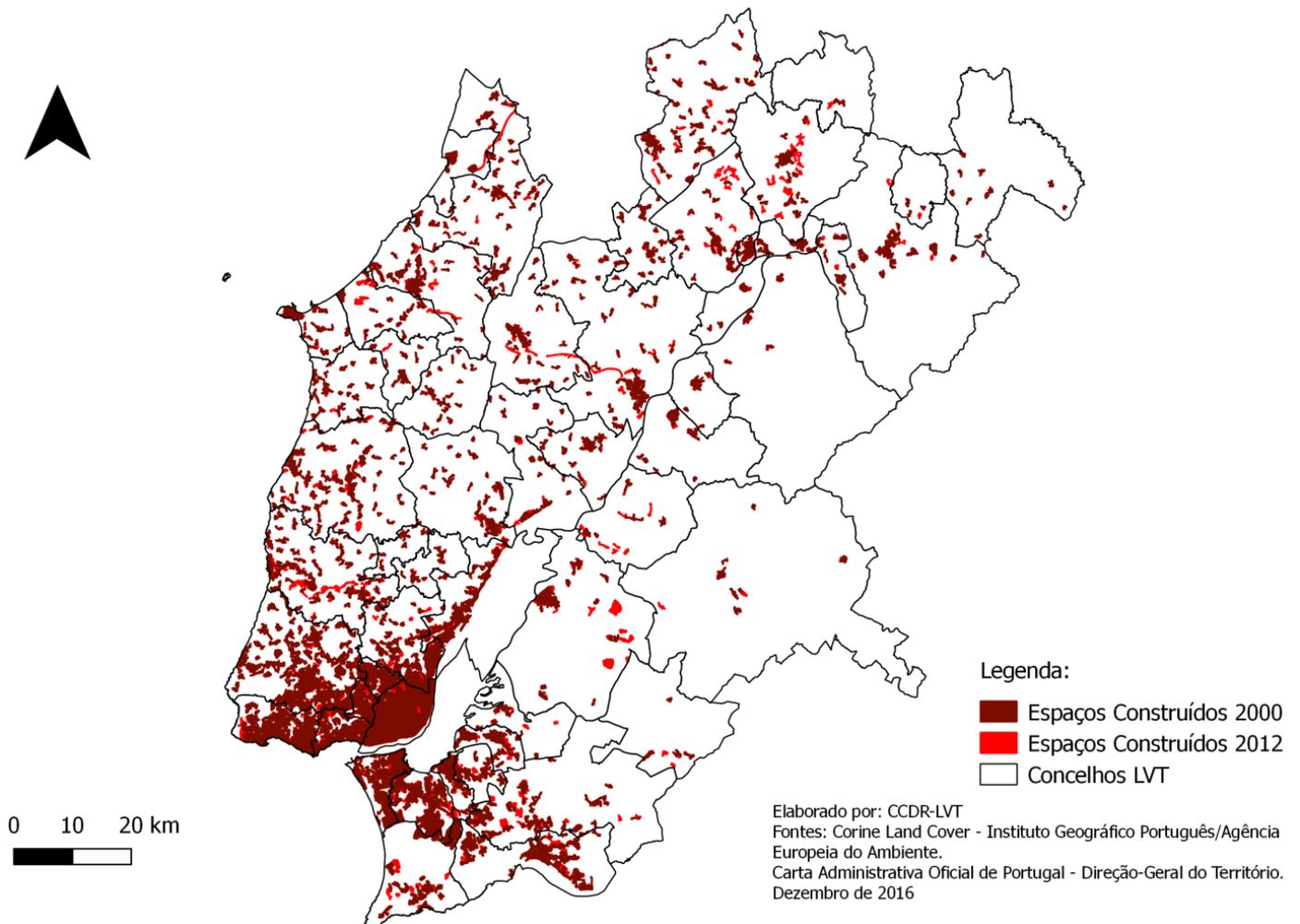
Figura 19 – Sistema Urbano Metropolitano – proposta de alteração do PROT AML



Fonte: CCDR LVT (2010); Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML

Entre 2000 e 2012, a RLVT cresceu tendo como modelo um processo de metropolização de carácter intensivo. Uma força residencial, de atividades e de infraestruturas evidencia-se na parte central (Lisboa e áreas urbanas adjacentes), com uma forma clara e uma densidade muito acentuada e concentrada. Mais densa na margem norte, mais estendida e difusa na margem sul da AML, a aglomeração urbana espalha-se sobretudo para norte.

Figura 20 - Espaços construídos 2000-2012



O alastramento da urbanização na AML tem sido induzido pela força motriz da cidade-capital e por eixos de estruturação territorial que as acessibilidades fluviais e ferroviárias, num primeiro tempo, e as rodoviárias, num segundo tempo, ajudaram a definir e a consolidar, prolongando a área urbana para além dos limites administrativos da cidade e para o interior das margens Norte e Sul.

Na margem Norte, sobressaem quatro grandes eixos territoriais: i) o eixo de Cascais; ii) o eixo de Sintra; iii) o eixo Vila Franca de Xira; iv) e o eixo de Loures. Os três primeiros apoiados em acessibilidades ferro e rodoviárias e, certamente por isso, consolidados primeiramente, com maior expressão territorial, e amarrando diversas centralidades urbanas que contribuem mais significativamente para a realidade sistémica da AML, polinucleada.

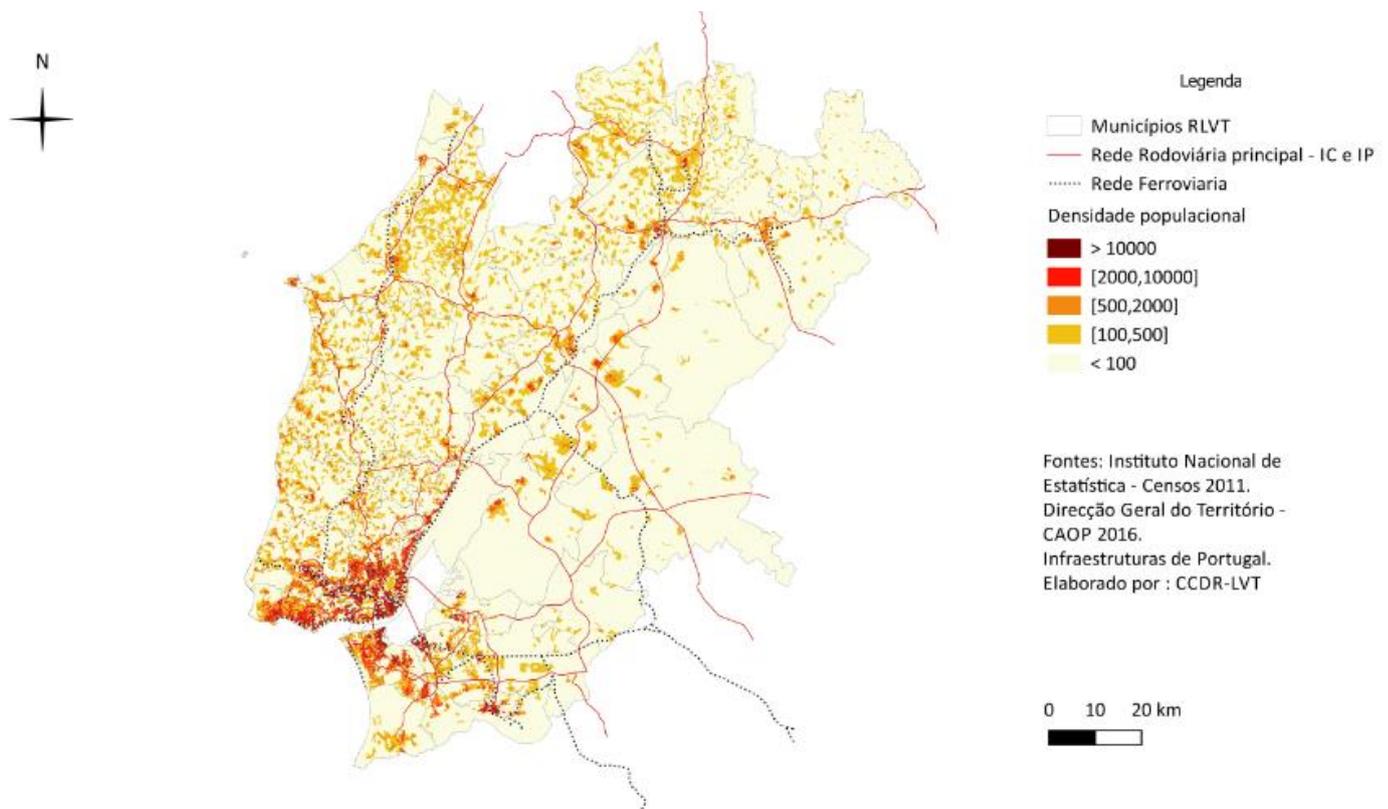
Na Península de Setúbal, a maior compacidade do edificado surge associada à cidade de Setúbal e às nucleações que emergiram e se consolidaram ao longo e a partir do Arco Ribeirinho. Neste último caso destacam-se: o contínuo que abarca Almada, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó e Corroios; o contínuo Costa de Caparica até à Fonte da Telha, o contínuo Amora, Fogueteiro, Arrentela; o contínuo Barreiro, Lavradio, Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Santo André; e as nucleações de Moita e do Montijo. Assiste-se ainda à afirmação de uma nova centralidade urbana Fernão Ferro/Quinta do Conde / Vale de Milhaços, que tem a particularidade de apresentar um tecido construtivo em extensão e o seu estabelecimento se ter operado através de processos urbanísticos de génese ilegal.

No OVT são claras as inter-relações causais entre dinâmicas de urbanização e as características infraestruturais, ambientais e económicas dos contextos. A proximidade do litoral, as dinâmicas de industrialização difusa, o reforço das redes viárias arteriais e secundárias e a maior acessibilidade a Lisboa determinaram processos de urbanização muito ativos.

O modelo de povoamento faz realçar um conjunto de aglomerados urbanos e a pulverização de diferentes estruturas de povoamento, com morfologias e densidades muito diferenciadas. No Oeste destacam-se os aglomerados populacionais de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche, no Médio Tejo sobretudo Tomar, Torres Novas e Abrantes, e na Lezíria do Tejo demarca-se Santarém.

No eixo de maior conectividade com a AML sobressai a atratividade e a concentração de atividades Económicas: na margem direita do Tejo, Alenquer, Carregado, Vila Nova da Rainha e Azambuja e, na margem esquerda, o eixo Porto Alto / Benavente / Samora Correia.

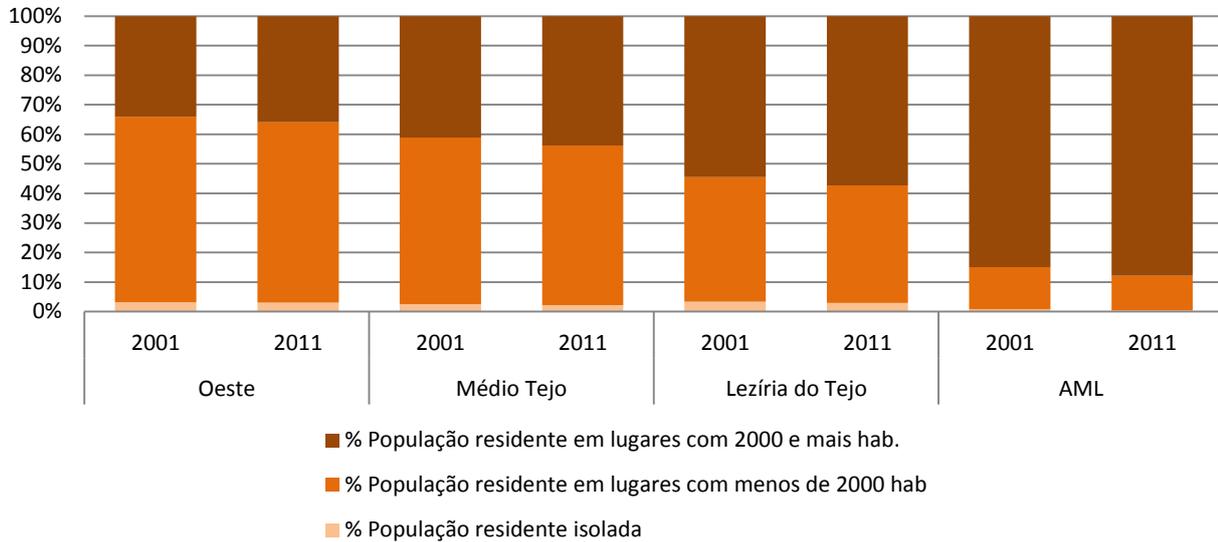
Figura 21 - Densidade populacional (hab/km²) por subsecção estatística, em 2011



Quanto à distribuição da população pela dimensão dos lugares, entre 2001 e 2011, em todas as NUTS III registou-se um ligeiro acréscimo da população a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes, sendo essa proporção na AML, em 2011, de quase 90%. Esta concentração de população em lugares com mais e

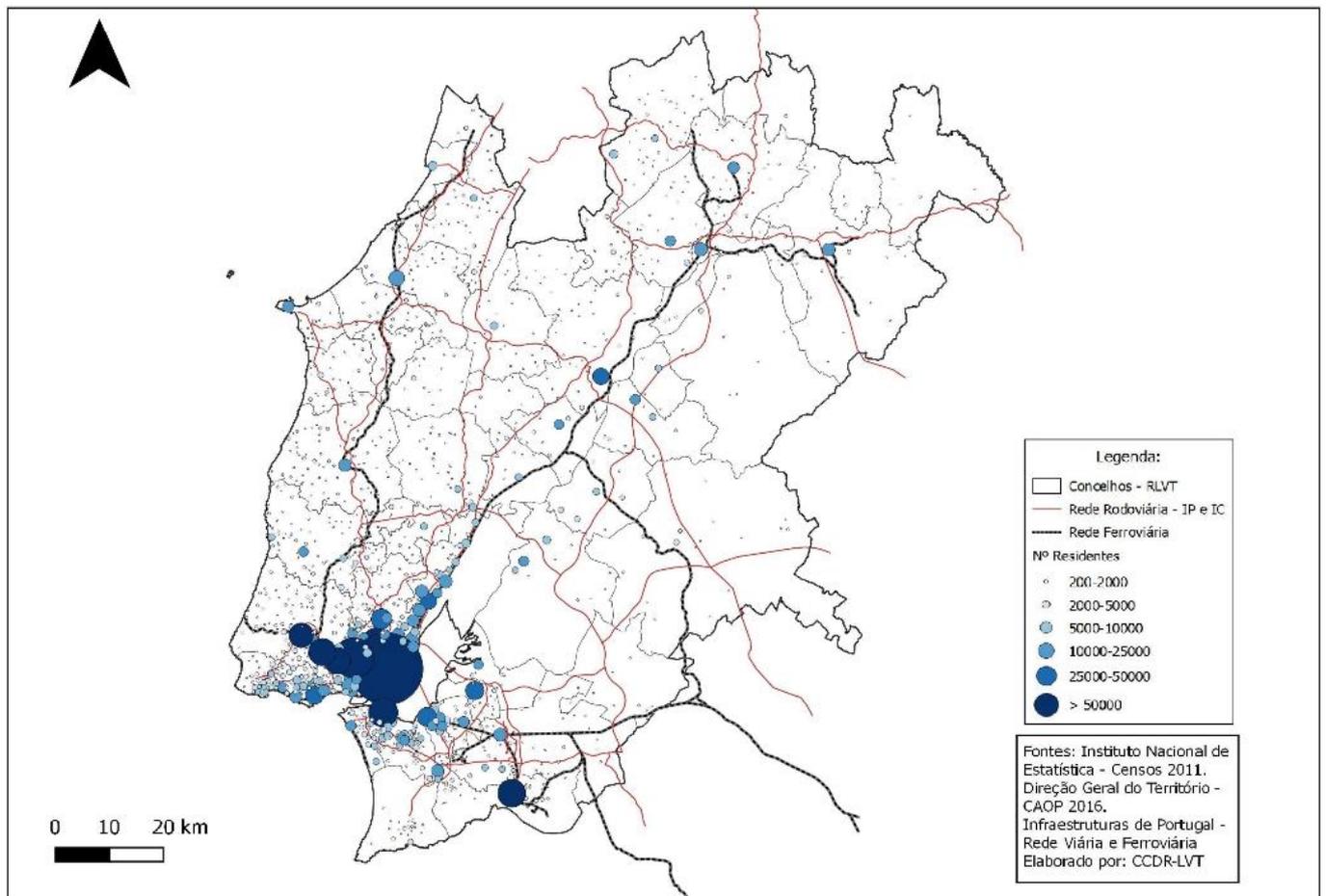
2.000 habitantes vai sendo menos acentuada nas restantes sub-regiões da RLVT. Em 2011, no Oeste e no Médio Tejo, mais de 50% da população residia em lugares com menos de 2.000 habitantes refletindo o tipo de povoamento destes territórios.

Gráfico 44 - Proporção de população residente em lugares censitários (%) por dimensão de lugar - 2001/2011



Fonte: INE Recenseamento da População e Habitação (2001 e 2011)

Figura 22 - População residente por lugar, em 2011



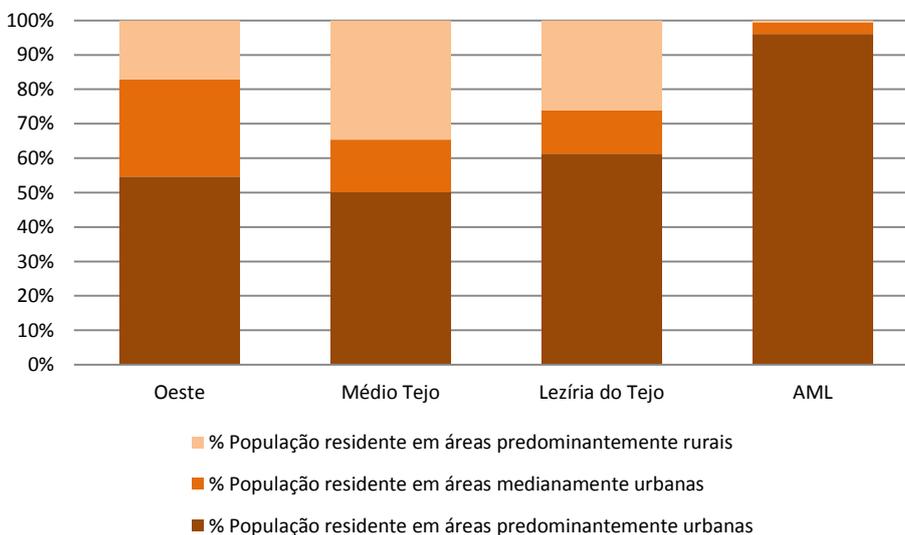
Tipos e Formas de Povoamento e de Ocupação

O INE, considerando a dimensão populacional e a classificação do uso do solo, desenvolveu uma metodologia para classificar as freguesias por tipologia das áreas urbanas, em: áreas predominantemente urbanas⁶, áreas medianamente urbanas⁷ e áreas predominantemente rurais⁸.

Tendo por referência estes conceitos verifica-se que, em 2016, mais de 96% da população da AML reside em áreas predominantemente urbanas. Esta proporção era superior a 60% na Lezíria do Tejo, e no Oeste e no Médio Tejo não ultrapassa os 55%.

Apesar do Oeste e Vale do Tejo constituir uma sub-região de características rurais, a população a residir em áreas predominantemente rurais não ultrapassa os 35% em nenhuma das três NUTS - Médio Tejo 35%, Lezíria do Tejo 26%, e Oeste 17%.

Gráfico 45 - Proporção de população residente por tipologia de áreas urbanas (%) e localização geográfica - 2016



Fonte: INE Estimativas Anuais da População Residente (2016)

Por outro lado, analisados os resultados dos padrões de ocupação do solo conclui-se que, em 2007, as áreas edificadas ocupavam cerca de 34% do território da AML, o que corresponde a um aumento face a 1995.

⁶ Integram as APU as freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia;

2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes;

3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%

⁷ Integram as Áreas Medianamente Urbanas as freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia;

2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia;

3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes;

4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

⁸ Integram as Áreas Predominantemente Rurais as freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Medianamente Urbana"

Quanto ao OVT, a proporção de áreas edificadas registou um ligeiro acréscimo entre 2006 e 2010 ocupando, neste mesmo ano, cerca de 8% do território da Lezíria do Tejo, 9,5% no Médio Tejo e 13,8% no Oeste.

A edificação dispersa é uma das características do povoamento do Oeste e Vale do Tejo: em 2010, correspondia a mais de 70% das áreas edificadas do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, sendo essa proporção de 65% no Oeste. Na AML as áreas edificadas dispersas são menos expressivas, no entanto esta tipologia de ocupação intensificou-se de 1995 para 2010, representando no ano mais recente cerca de 34% das áreas edificadas.

Gráfico 47 - Proporção de áreas edificadas na unidade territorial de referência (%) – OVT

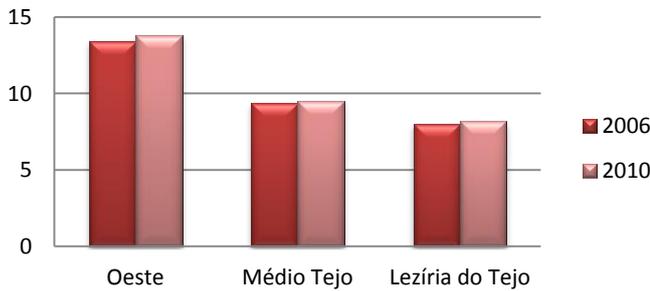
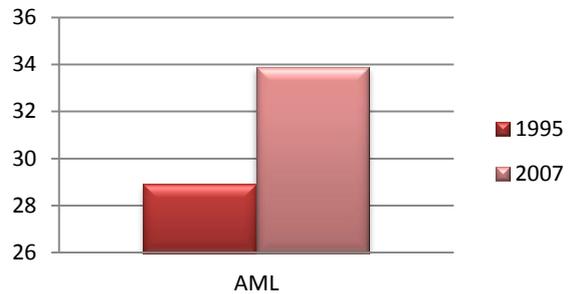


Gráfico 46 - Proporção de áreas edificadas na unidade territorial de referência (%) - AML

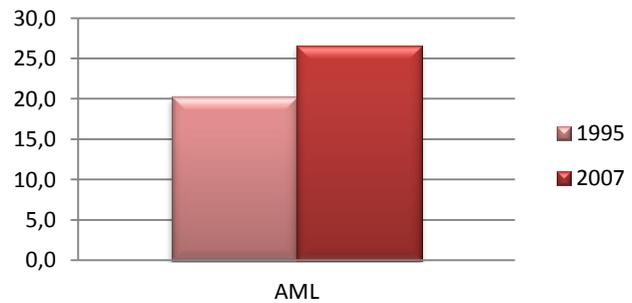


Fonte: CCDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 atualizados em 2010) e do PROT AML (1995 atualizados em 2007 aquando da proposta de alteração do PROT AML)

Gráfico 48 - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%) – OVT



Gráfico 49 - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%) - AML



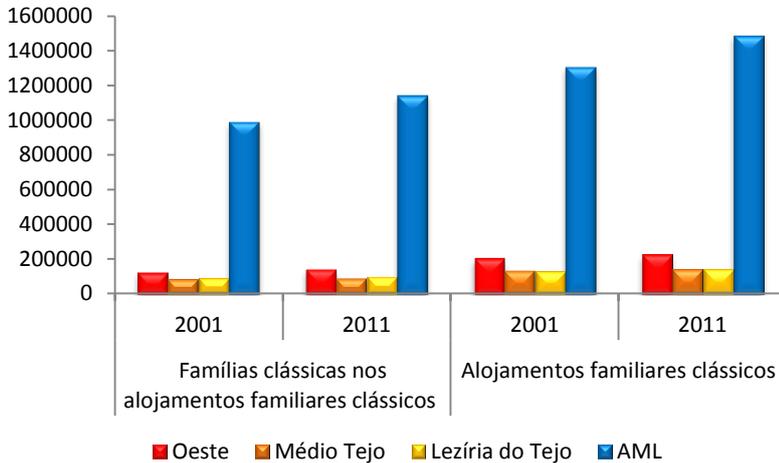
Fonte: CCDR LVT; Estudos de diagnóstico dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 atualizados em 2010) e do PROT AML (1995 atualizados em 2007 aquando da proposta de alteração do PROT AML)

Parque Habitacional

Alojamentos e Tipos de Ocupação

No período intercensitário 2001-2011 o crescimento do número de alojamentos é superior ao aumento do número de famílias em todas as NUTS III.

Gráfico 50 - Evolução dos alojamentos e agregados familiares 2001 e 2011 (Nº)

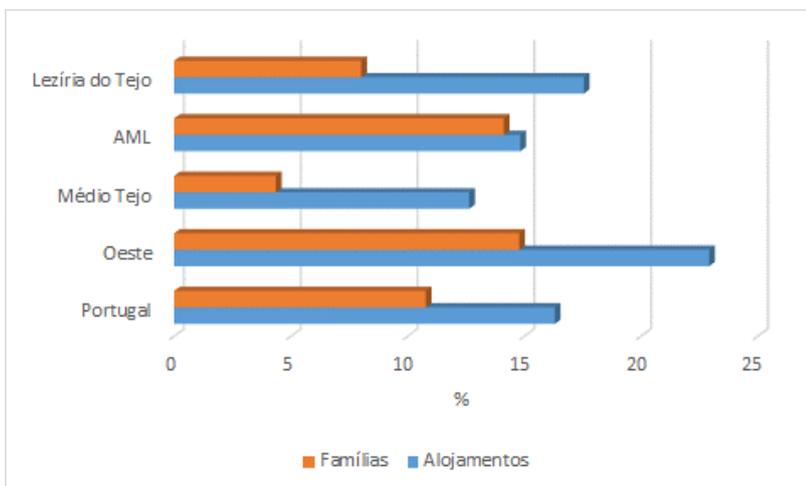


Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional e Recenseamento da População e Habitação)

Em termos intrarregionais, o Oeste e a Área Metropolitana de Lisboa registam crescimentos do número de famílias bem acima da média nacional. Cruzando estes valores com a taxa de variação de alojamentos será de salientar os seguintes aspetos:

- O maior crescimento de alojamentos verifica-se no Oeste;
- A variação de famílias e de alojamentos apresenta-se equilibrada na Área Metropolitana de Lisboa;
- O Oeste e Vale do Tejo regista um grande desfasamento entre a variação do número de famílias e o número de alojamentos, em particular no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo.

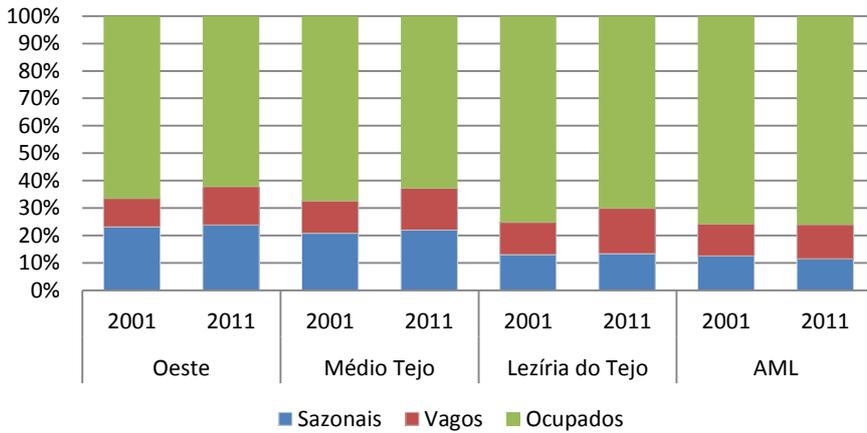
Gráfico 51 - Taxa de variação (%) do número de famílias e de alojamentos, entre 2001 e 2011



Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional e Recenseamento da População e Habitação)

A percentagem de alojamentos vagos aumentou em todas as sub-regiões, em particular no Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo (16.5% em 2011).

Gráfico 52 - Evolução do tipo de ocupação dos alojamentos (%)

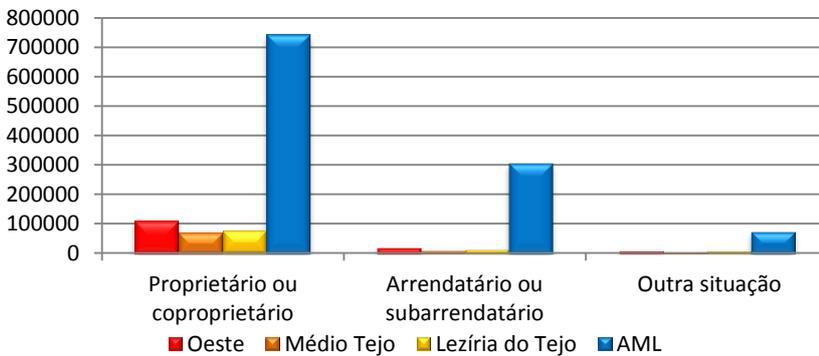


Fonte: INE, Censos - séries históricas (sazonal, vagos 2001); INE, Recenseamento da População e Habitação (sazonal, vagos 2011); CCDR LVT— Calculo alojamentos ocupados

Propriedade

A situação de proprietário é dominante em todas as NUTS III e as situações de arrendatário ou outras têm pouco significado fora da AML.

Gráfico 53 – Regime de propriedade de alojamentos - 2011



Fonte:- INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011

O valor médio mensal das rendas é superior no Oeste e na AML (269 euros, 2011).

Gráfico 54 - Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€)

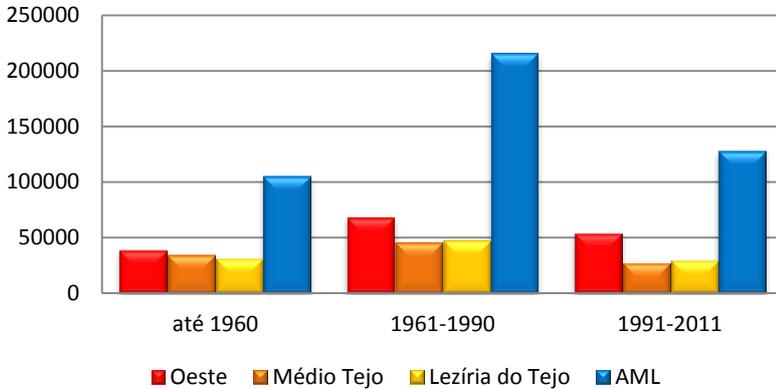


Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Idade e Estado de Conservação

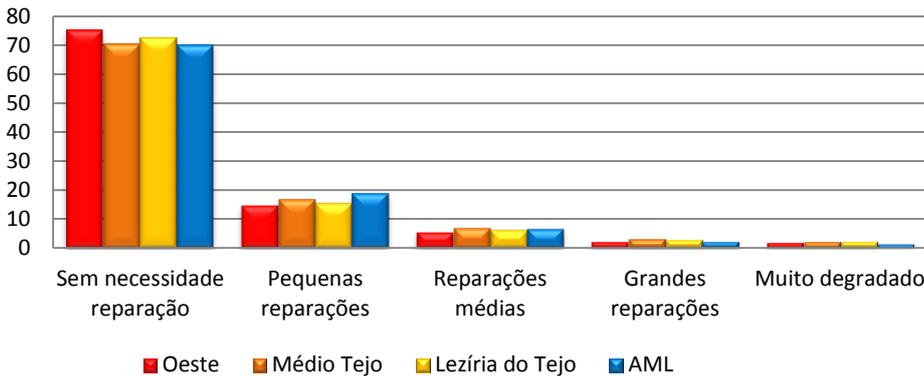
A maioria dos edifícios da RLVT foi construída antes de 1990 apresentando mais de 30 anos de idade.

Gráfico 55 - Época de construção do edificado (n.º)



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011

Gráfico 56 – Proporção de edifícios segundo o estado de conservação do edificado (2011)



Em 2011, a percentagem de edifícios a carecer de reparação situava-se entre os 25% e os 30% em todas as NUTS III.

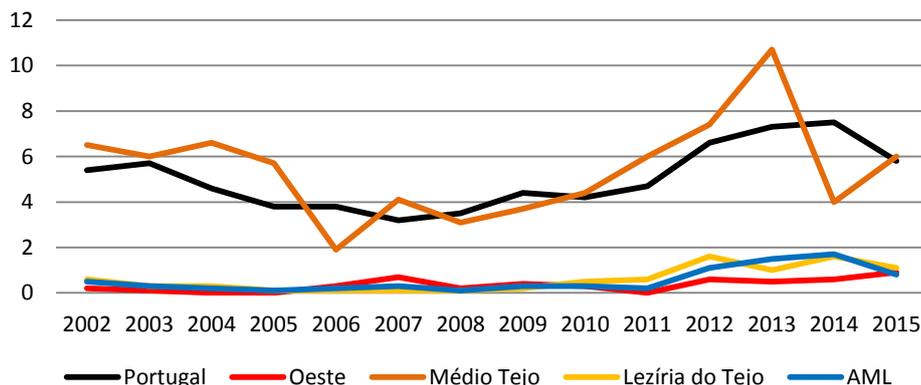
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Dinâmicas de Reabilitação

A dinâmica de reabilitação urbana, aferida a partir do peso das reconstruções em 100 construções novas licenciadas, sobressai no Médio Tejo, com uma média de reconstruções ao nível de Portugal. As restantes sub-regiões apresentam uma dinâmica inferior nunca superando as 2 reconstruções por 100 construções novas

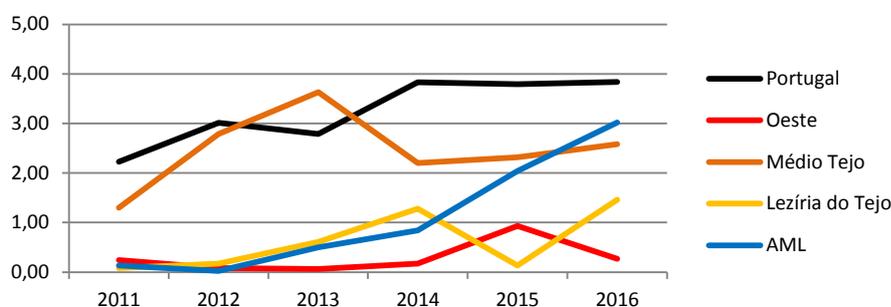
O Médio Tejo segue a evolução nacional – decréscimo entre 2003 e 2007, crescimento entre 2010 e 2013, e quebra nos anos mais recentes. As restantes sub-regiões registam um crescimento das reconstruções entre 2011 e 2014.

Gráfico 57 - Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas



Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Gráfico 58 - Proporção de superfície total reconstruída⁹ (%) por localização geográfica

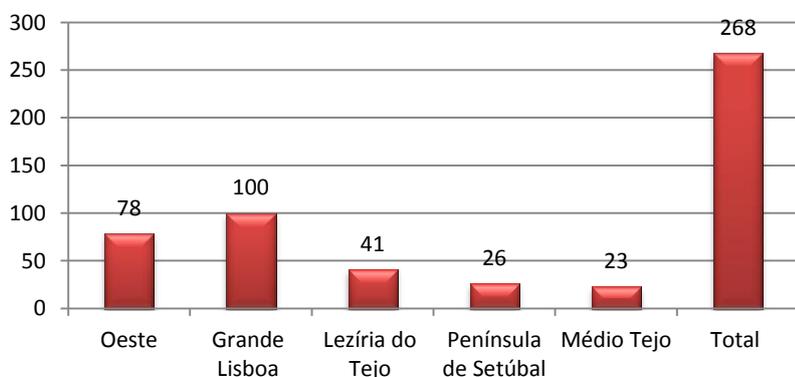


Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas

Quanto à superfície reconstruída, no contexto da RLVT mantém-se o desempenho positivo do Médio Tejo, superado em 2016 pela AML. Todavia, os valores registados são ainda pouco expressivos - inferiores a 3% de superfície total reconstruída.

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (DL 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto e pelo D.L. 136/2014 de 09 de setembro) introduziu medidas que dinamizaram e agilizaram a reabilitação urbana. Este regime teve resultados visíveis na RLVT que em junho de 2017 tinha legalmente constituídas e publicadas em Diário da República 268 áreas de reabilitação urbana (ARU), o que corresponde a cerca de 9.043 hectares de território identificado pelos municípios com objetivo de promover e potenciar ações de reabilitação e regeneração urbana.

Gráfico 59 - Áreas de Reabilitação Urbana – LVT, junho 2017



Fonte: Diário da República e IHRU; 2011 – junho 2017

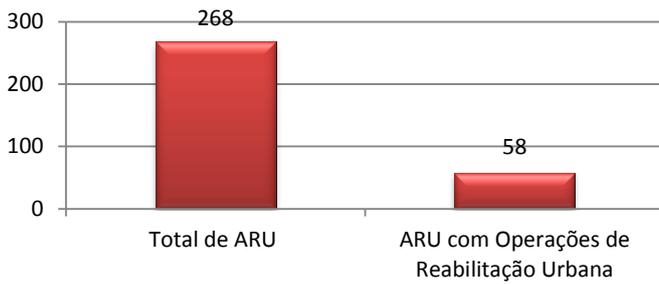
Das 268 ARU em vigor, apenas 58 possuíam uma das duas tipologias de operação de reabilitação urbana aprovada (simples ou sistemática), o que corresponde a 22% das ARU.

Mais informações disponíveis no sítio da CCDR LVT - Folha Informativa n.º 6.

<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/>

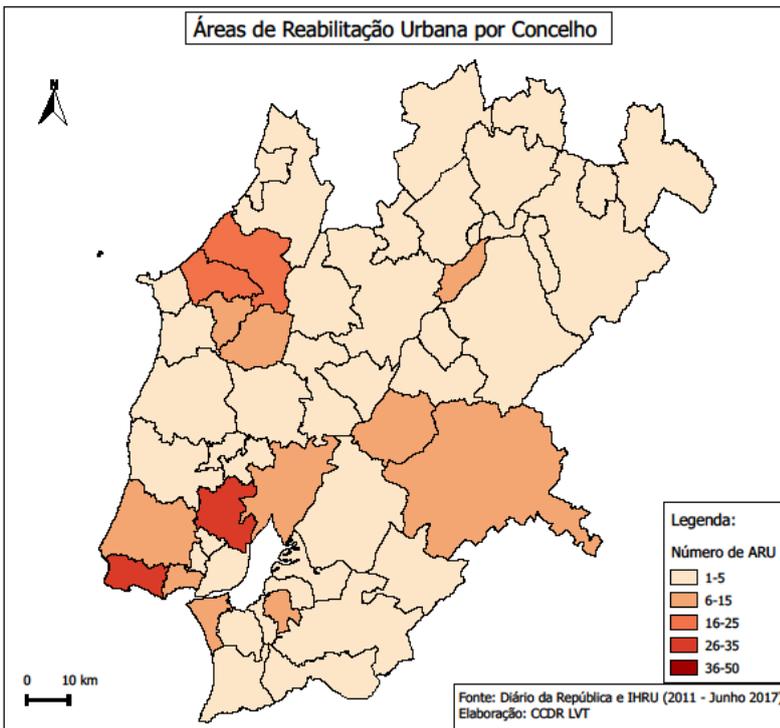
⁹ Relação percentual entre a superfície total dos edifícios reconstruídos e a soma da superfície total de edifícios reconstruídos com a superfície total de edifícios novos construídos.

Gráfico 60 - Operações de Reabilitação Urbana – LVT, junho 2017



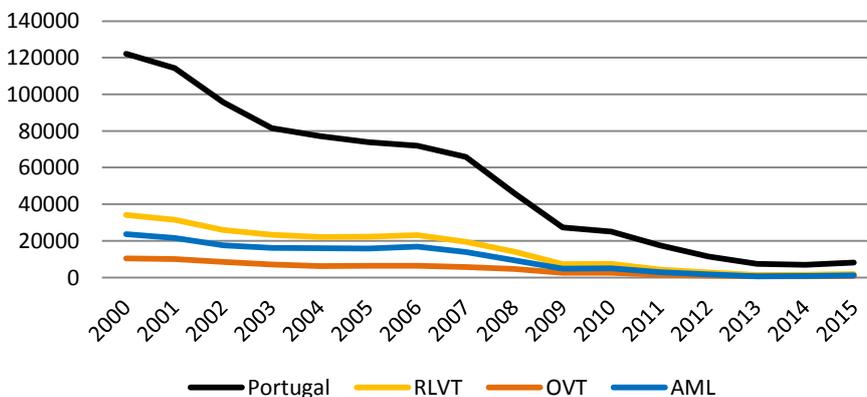
Fonte: Diário da república e IHRU; 2011 – junho 2017

Figura 23 – Áreas de Reabilitação Urbana por concelho



Dinâmica Construtiva

Gráfico 61 - Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar

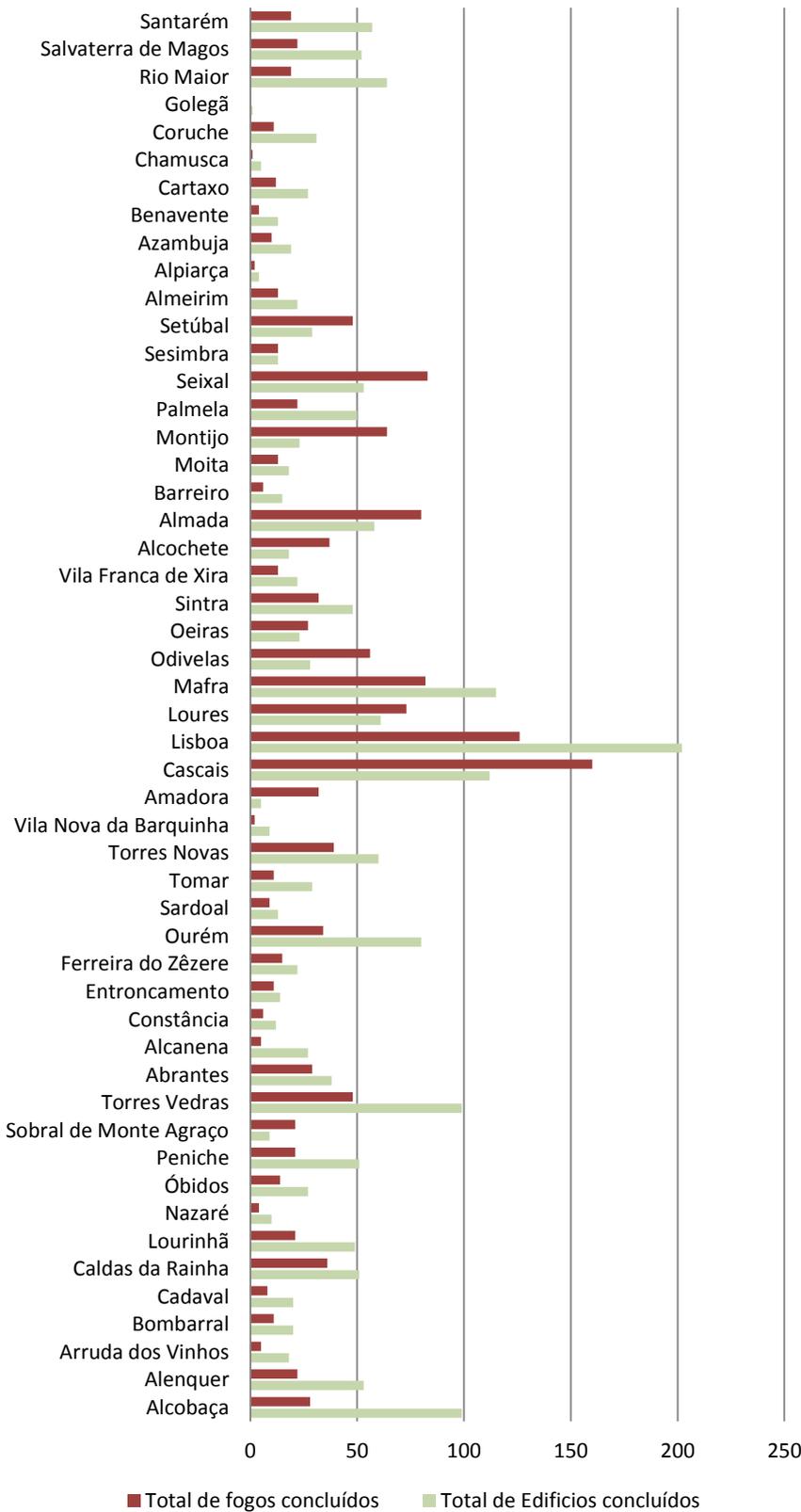


Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Na última década e meia registou-se uma diminuição significativa do número de fogos licenciados para habitação, na ordem dos 90%, sendo, proporcionalmente, maior a quebra na AML (-95%).

A diminuição do número de fogos licenciados foi particularmente acentuada em dois períodos – 2001/2002 e 2006/2009. Em 2015 na Região de Lisboa e Vale do Tejo foram licenciados 1.894 fogos, e em 2000 foram licenciados 34.034.

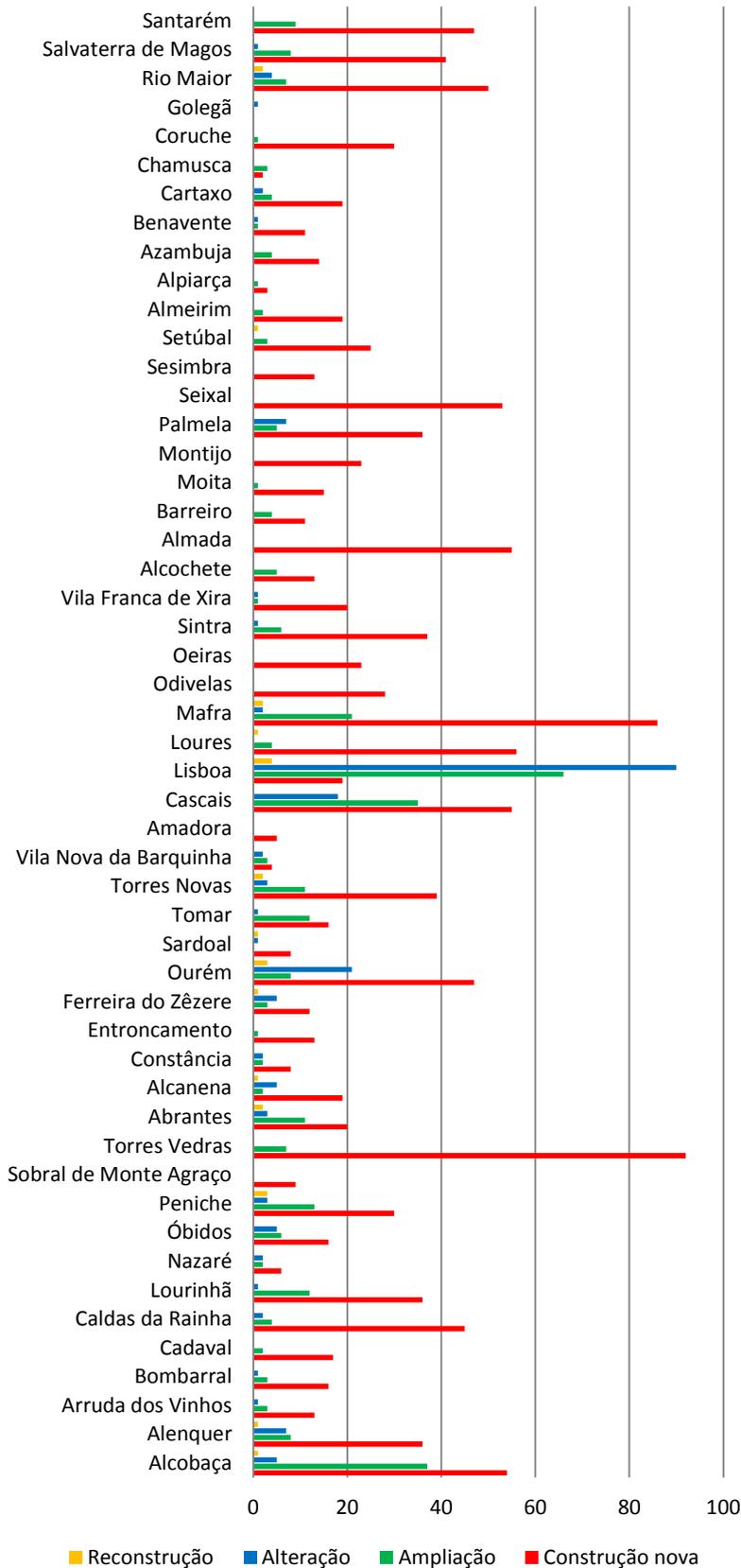
Gráfico 62 - Edifícios e fogos concluídos (n.º) nos concelhos da LVT, 2015



Em 2015, em todos os concelhos do OVT, o número de edifícios é superior ao número de fogos concluídos. Já na AML esta relação inverte-se para a maioria dos concelhos, com exceção de Lisboa, Mafra e Sintra, nos quais o número de fogos é inferior ao número de edifícios concluídos. Estes resultados refletem a dinâmica construtiva de habitação e de edifícios destinados a outros usos.

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas; Nota: informação indisponível para Mação

Gráfico 63 - Edifícios concluídos por tipo de obra (n.º) nos concelhos da RLVT, 2015

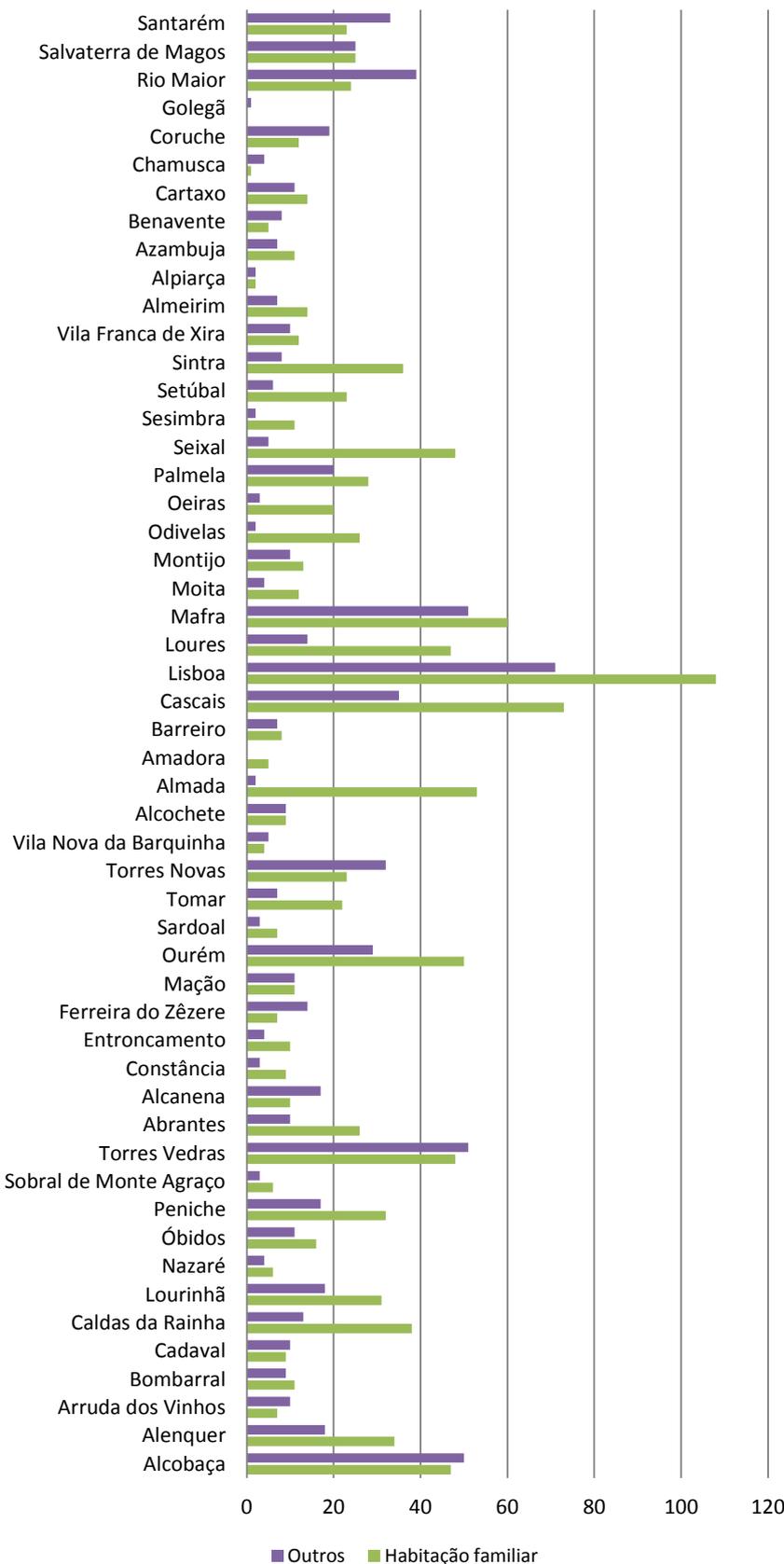


Relativamente ao tipo de obra nos edifícios concluídos, regista-se, em 2015, o domínio da construção nova em todos os municípios da RLVT exceto em Lisboa onde as obras de alteração e ampliação são superiores à construção nova.

Para além disso, refira-se a maior dinâmica construtiva dos concelhos de Torres Vedras, Lisboa e Mafra, verificando-se também uma dinâmica relevante nos concelhos de Rio Maior, Santarém, Seixal, Almada, Ourém, Caldas da Rainha, Alcobaça, Loures e Cascais.

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas; Nota: informação indisponível para Maças

Gráfico 64 - Edifícios concluídos nos concelhos da RLVT (N.º), por destino da obra, 2015



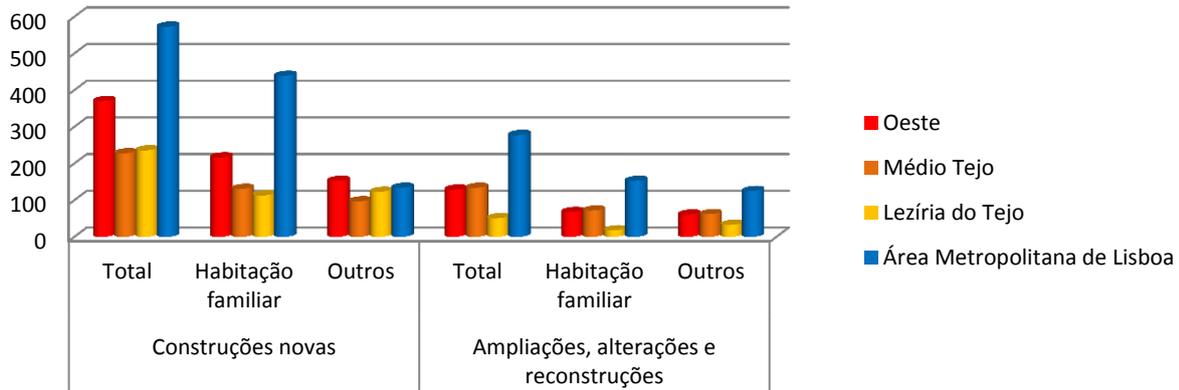
Quanto ao destino da obra dos edifícios, em 2015, constata-se que, na AML, todos os municípios têm mais edifícios destinados a habitação do que a outros usos. Na maior parte dos municípios da Lezíria do Tejo dominaram os edifícios concluídos para usos não habitacionais, exceto nos concelhos de Almeirim, Azambuja e Cartaxo.

No Médio Tejo a habitação foi o destino maioritário dos edifícios concluídos em sete dos treze concelhos. Na maior parte dos concelhos do Oeste os edifícios concluídos destinavam-se à habitação, com exceção de Alcobaça, Arruda dos Vinhos, Cadaval e Torres Vedras.

Analisados os gráficos seguintes, verifica-se que a maior parte dos edifícios concluídos se destina a habitação em todas as NUTS III da RLVT, ainda que também assumam relevância os “outros destinos” que inclui convivências de uso geral.

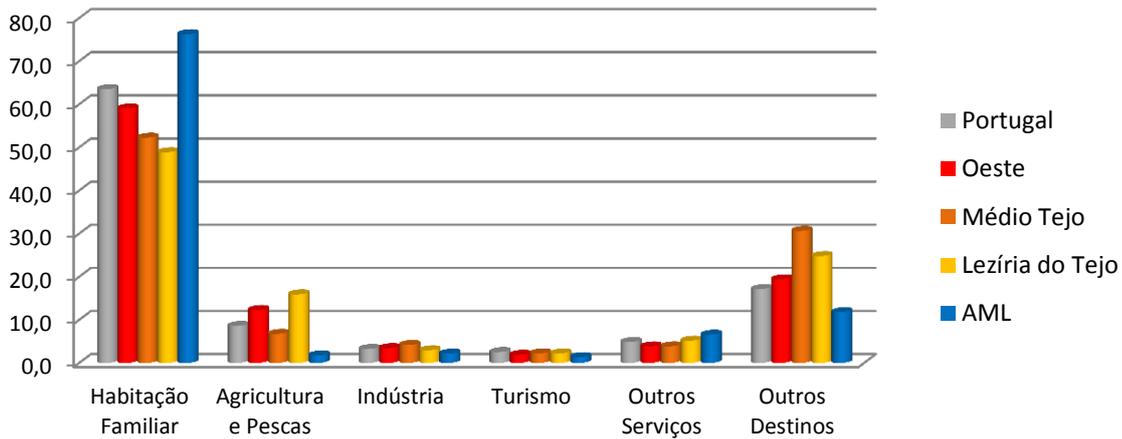
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Gráfico 65 - Edifícios concluídos por tipo de obra e destino da obra (n.º), NUTS III da RLVT, 2015



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Gráfico 66 - Proporção de edifícios concluídos, por tipo de destino (%), NUTS III, 2014



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Nota: "Outros Serviços" inclui Serviços Comerciais, Serv. Transportes e Comunicações e Serviços Não Mercantis. "Outros Destinos" inclui Convivências e Uso Geral.

Gráfico 67 - Proporção de alojamentos não clássicos (%) por localização geográfica



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Entre 2001 e 2011, registou-se na Região, sobretudo na AML, um forte decréscimo da proporção dos alojamentos não clássicos, sendo este inferior a 0,2% em todas as NUTS III.

Equipamentos

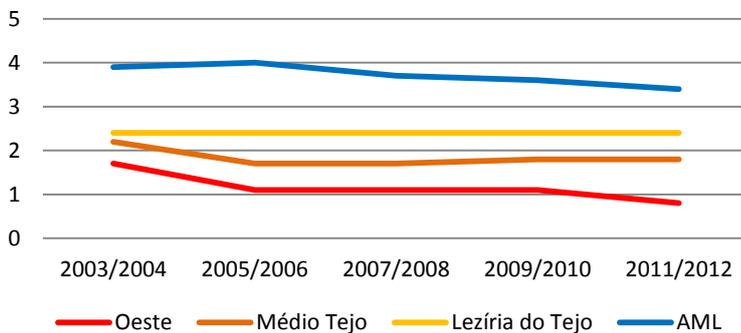
Educação

Tabela 4 - Estabelecimentos de ensino superior (N.º) por natureza institucional;2016

	Total	Público	Privado
Oeste	3	2	1
Médio Tejo	4	3	1
Lezíria do Tejo	6	5	1
AML	94	53	41
RLVT	107	63	44

Fonte: INE/ Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Gráfico 68 - Estabelecimentos de ensino superior por 100.000 habitantes (N.º)



Fonte: INE / Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

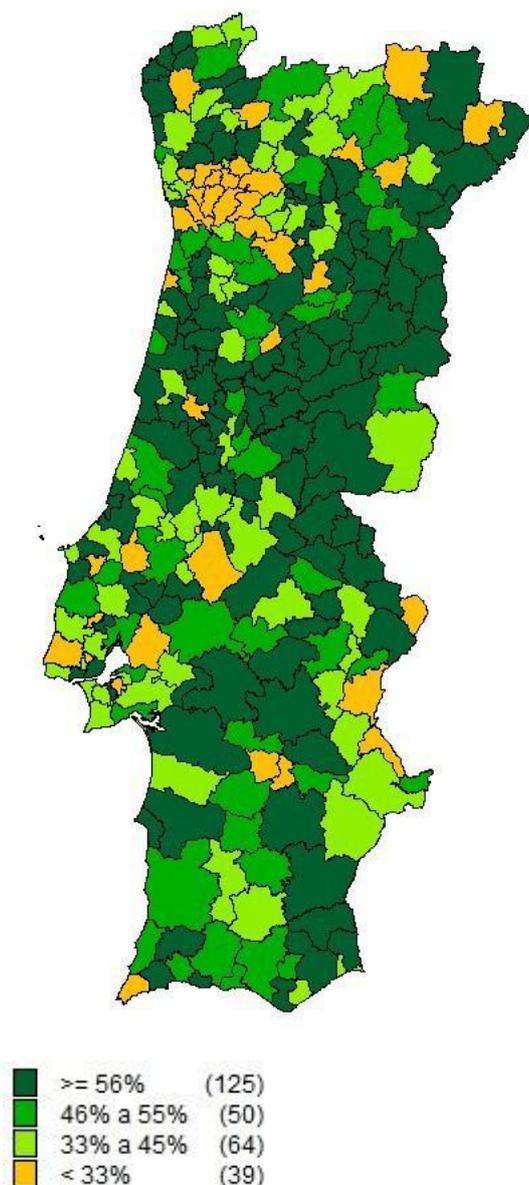
Em 2016 existiam na região 107 estabelecimentos de ensino superior, mais de metade de natureza pública. A RLVT concentra cerca de 33% dos estabelecimentos de ensino superior do país. O Oeste é a sub-região com menos estabelecimentos de ensino superior (3), maioritariamente situados na AML (96).

Estes valores refletem-se no rácio do número de estabelecimentos de ensino superior por 100.000 habitantes onde sobressai a AML com os melhores resultados (3,4) e o Oeste com os valores mais baixos (0,8).

Serviços e Equipamentos Sociais

Analisada a resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade – creches -, verifica-se que na AML as taxas de cobertura, em 2011, eram ainda muito baixas: a capacidade rondava os 32.262 lugares (taxa de cobertura de 28%). A ausência de informação detalhada para as restantes NUTS III da Região não permite o cálculo das taxas de cobertura para o Oeste e Vale do Tejo. Ainda assim, tendo por base informação da Carta Social (MTSSS, 2014), apresenta-se a capacidade das creches em 2015, dos municípios da RLVT e respetivas NUTS III.

Figura 24 - Distribuição territorial da taxa de cobertura das respostas Creche e Ama por concelho, 2014



Em termos da distribuição territorial da cobertura desta resposta social, verifica-se que, do total de concelhos do Continente (278), 239 registaram, em 2014, uma taxa de cobertura igual ou superior a 33%, dos quais 125 apresentaram uma cobertura acima de 56%.

Todavia, é notória uma oferta em torno da AML ainda frágil para as necessidades existentes. Refira-se que, em 2014, oito municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (Bombarral, Sobral de Monte Agraço, Rio Maior, Chamusca, Benavente, Sintra, Odivelas e Moita), apresentavam uma cobertura de respostas para a 1ª infância abaixo dos 33%. A taxa de cobertura na AML situava-se, em 2014, nos 44,6%.

Na AML verifica-se uma grande incidência de respostas sociais lucrativas, o que justifica, em grande medida, a dificuldade de acesso a esta resposta social. Assiste-se deste modo a uma diferenciação negativa no acesso às creches, devido às mensalidades praticadas em creche, as quais assumem normalmente valores de mercado, cabendo ao Estado definir medidas de política que promovam uma diferenciação positiva.

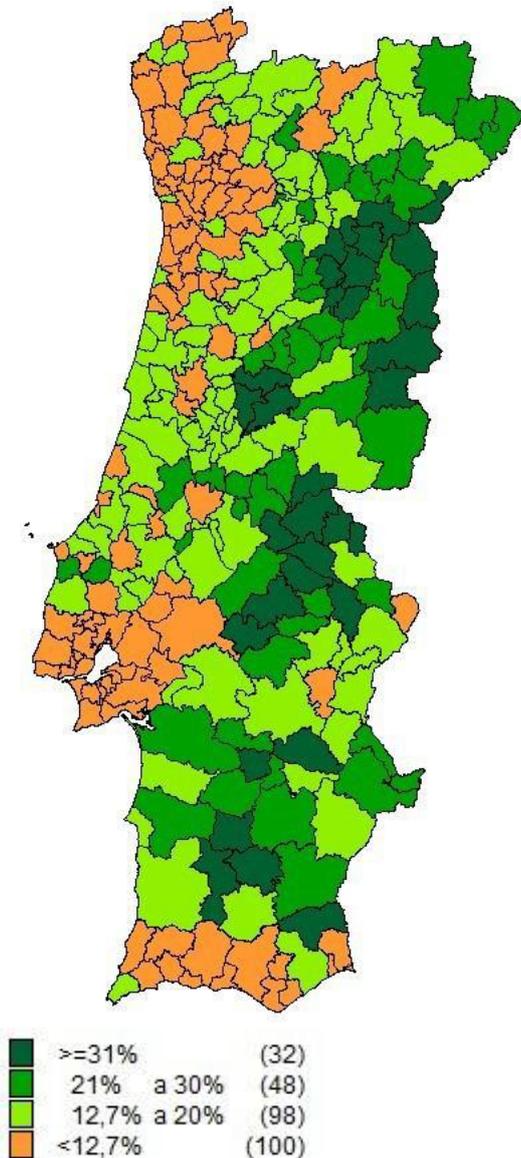
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MTSSS, Carta Social.

Tabela 5 - Capacidade das respostas sociais - 2015

	Creche	Centro de Atividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
Oeste	4240	535	213	2484	4250	4445
Médio Tejo	1857	575	399	2534	3860	3260
Lezíria do Tejo	2810	412	184	2116	2751	2747
AML	37160	3392	1686	13128	16398	21141
TOTAL	54.974	6.436	3.278	27.396	38.120	42.045

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt> extraída a 02/03/2017

Figura 25 - Distribuição territorial da taxa de cobertura das respostas para pessoas idosas (Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI e Centro de Dia), por concelho, 2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MTSSS, Carta Social

Segundo a informação da Carta Social (MTSS) prestada no âmbito da elaboração do Programa Operacional Lisboa 2020, as respostas sociais destinadas ao apoio à população idosa revelaram um crescimento significativo (49%), no período 2000-2014, resultando num aumento aproximado de 2.500 respostas no Continente. A capacidade (número de lugares) das respostas sociais para as Pessoas Idosas evidenciou também um manifesto desenvolvimento no período 2000-2014, que se concretizou no surgimento de 102.000 novos lugares. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) foi a resposta social com o crescimento mais acentuado, sendo que em 2015 atingiu os 42.045 lugares de oferta na RLVT (Carta Social). Embora com um crescimento mais moderado, a resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) registava na RLVT, em 2015, 41.398 lugares, enquanto a resposta de Centro de Dia dispunha de 27.396 lugares.

Todavia, o aumento crescente da população com idade igual ou superior a 65 anos tem condicionado o nível de cobertura oferecido. Em 2014 no Continente a taxa de cobertura média das principais respostas para este grupo (Centro de Dia, ERPI e SAD) fixou-se em 12,7%.

A cobertura territorial de respostas sociais dirigidas a Pessoas Idosas é manifestamente mais elevada no interior do território continental. Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, com exceção da Lourinhã, Cadaval e Golegã, todos os municípios apresentavam, em 2014, taxas de cobertura de respostas para pessoas idosas inferiores a 20%. Destaque-se que todos os concelhos que compõem a AML registavam uma taxa de cobertura, em 2014, inferior à média do Continente (12,7%).

À semelhança das respostas sociais destinadas à primeira infância, a oferta de apoio à população idosa na AML não é, ainda, suficiente para as necessidades.

Tabela 6 - Capacidade das respostas sociais por concelho - 2015

Concelhos	Creche	Centro de Atividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
Alcobaça	782	165	74	327	637	950
Alenquer	420	45	0	195	375	180
Arruda dos Vinhos	251	0	0	80	155	80
Bombarral	76	0	0	30	151	107
Caldas da Rainha	448	80	56	356	588	909
Cadaval	133	0	0	275	301	279
Lourinhã	363	50	0	348	422	311
Nazaré	258	15	0	100	109	178
Óbidos	216	0	0	34	130	227
Peniche	294	90	54	85	154	280
Sobral de Monte Agraço	70	0	0	25	125	30
Torres Vedras	929	90	29	629	1103	914
Abrantes	312	61	20	492	363	686
Alcanena	142	0	0	103	205	110
Constância	73	0	0	20	94	60
Entroncamento	151	64	22	60	200	126
Ferreira do Zêzere	108	60	14	135	192	272
Mação	35	0	0	209	287	277
Ourém	439	210	306	600	1333	578
Sardoal	35	0	0	113	55	115
Tomar	136	90	14	275	535	482
Torres Novas	325	90	23	478	469	475
Vila Nova da Barquinha	101	0	0	49	127	79
Almeirim	362	45	21	115	159	152
Alpiarça	68	0	0	77	124	115
Azambuja	306	40	24	263	304	275
Benavente	374	71	24	128	162	180
Cartaxo	370	0	12	244	253	338
Chamusca	45	0	0	197	133	204
Coruche	184	40	0	173	219	280
Golegã	35	0	0	70	108	170
Rio Maior	112	76	24	186	180	210
Salvaterra de Magos	296	0	0	220	247	163
Santarém	658	140	79	443	862	660
Amadora	2002	229	84	633	465	948
Cascais	2737	274	458	1117	1248	1538
Lisboa	9.913	1.348	468	3.797	4.298	8.072
Loures	2635	0	30	838	1006	1129
Mafra	1021	134	141	307	626	504
Odivelas	1583	0	48	707	687	838
Oeiras	3170	151	102	751	1008	1629
Sintra	3135	447	171	777	1606	1405
Vila Franca de Xira	2100	205	30	565	903	777
Alcochete	331	0	0	55	112	50
Almada	1890	57	28	958	979	1163
Barreiro	1196	117	11	224	308	405

Moita	422	60	42	235	260	282
Montijo	793	60	0	275	400	410
Palmela	572	15	24	303	624	378
Seixal	1554	55	14	915	522	839
Sesimbra	614	45	17	190	331	180
Setúbal	1492	195	18	481	1015	594
TOTAL	54.974	6.436	3.278	27.396	38.120	42.045

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt> extraída a 02/03/2017

Saúde

Quanto aos equipamentos de saúde, e tendo presente os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, na RLVT existiam, em 2013, 76 hospitais, sendo 37 deles de natureza privada. Em 2012 a região dispunha de 142 centros de saúde. O concelho de Lisboa destaca-se no número de hospitais e de centros de saúde. Note-se que, em 2013, na Lezíria do Tejo existia apenas um hospital público e no concelho de Lisboa existiam mais hospitais (34) do que no total do OVT (17). Os centros de saúde encontram-se mais distribuídos no território, ainda que seja na AML que se regista o maior efetivo, destacando-se Lisboa (17), e Sintra (6). Em 2012, todos os concelhos da RLVT dispunham de pelo menos um Centro de Saúde.

Segundo informação prestada pela ARS LVT para a elaboração do mapeamento dos equipamentos de saúde no âmbito do POR Lisboa 2014-2020, nas últimas décadas a RLVT, à semelhança do país, viveu uma profunda transformação na oferta de equipamentos, serviços e respostas de proximidade no domínio social, com uma intensa ampliação e qualificação da rede existente. Todavia, prevalecem ainda domínios e territórios com deficiências, ao mesmo tempo que fruto das recentes dinâmicas sociais e demográficas existem desfasamentos na oferta, nomeadamente na oferta de equipamentos de saúde.

Em termos de cuidados de saúde primários existiam na RLVT, em fevereiro de 2016¹⁰, 15 agrupamentos de centros de saúde, 115 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados 138 Unidades de Saúde Familiar.

Nos últimos anos a oferta hospitalar tem vindo a ser reorganizada, verificando-se a concentração da gestão de hospitais em unidades hospitalares e a construção de novas unidades públicas em regime de gestão privada.

Segundo dados da ARS LVT¹¹, a Região dispõe de 32 hospitais públicos, estando alguns agrupados em 8 Centros Hospitalares. Dos 32 hospitais da RLVT, 4 localizam-se no Oeste, 3 no Médio Tejo, 1 na Lezíria do Tejo e 24 na Área Metropolitana de Lisboa (destes apenas 5 na Península de Setúbal)

O concelho de Lisboa concentra os 2 hospitais universitários e de fim de linha da região (Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC) e Centro Hospitalar Lisboa Norte (CHLN)), os 3 hospitais monovalentes nas áreas de Oncologia (IPO), Psiquiatria (CHLP) e Oftalmologia (IOGP) e o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental (CHLO). Na AML localizam-se ainda, o Hospital Fernando Fonseca (HFF – Amadora / Sintra), o Hospital Garcia de Orta (Almada), o Hospital de Setúbal, o Hospital do Barreiro, e 3 novas unidades que entraram em funcionamento nos últimos anos em regime de Parceria Público-Privada (PPP), os 2 hospitais de substituição (Hospital de Cascais e de Vila Franca de Xira) e 1 novo Hospital (Beatriz Ângelo).

¹⁰ Disponíveis no site da ARSLVT consultado a 03/03/2017

¹¹ http://www.arslvt.min-saude.pt/pages/283?poi_id=2216, consultado a 03/03/2017

Cuidados Hospitalares na RLVT

Centro Hospitalar de Lisboa Norte:

- Hospital de Santa Maria
- Hospital Pulido Valente

Centro Hospitalar de Lisboa Central

- Hospital de São José
- Hospital dos Capuchos
- Hospital de Santa Marta
- Hospital Dona Estefânia
- Hospital Curry Cabral
- Maternidade Dr. Alfredo da Costa

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental

- Hospital de Egas Moniz
- Hospital de Santa Cruz
- Hospital São Francisco Xavier

Hospital Dr. José de Almeida

Hospital Professor Doutor Fernando da Fonseca

Hospital Beatriz Ângelo

Hospital de Vila Franca de Xira

Hospital Garcia de Orta

Centro Hospitalar do Barreiro-Montijo

- Hospital do Montijo
- Hospital Nossa Senhora do Rosário

Centro Hospitalar de Setúbal

- Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão (Centro Hospitalar de Setúbal, EPE)

- Hospital São Bernardo (Centro Hospitalar de Setúbal, EPE)

Centro Hospitalar do Oeste

- Hospital das Caldas da Rainha,
- Hospital de Peniche
- Hospital de Torres Vedras
- Hospital do Barro

Centro Hospitalar do Médio Tejo

- Hospital Doutor Manoel Constâncio - Abrantes
- Hospital Nossa Senhora da Graça - Tomar
- Hospital Rainha Santa Isabel - Torres Novas

Hospital Distrital de Santarém

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

- Hospital Júlio de Matos

Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto

Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil

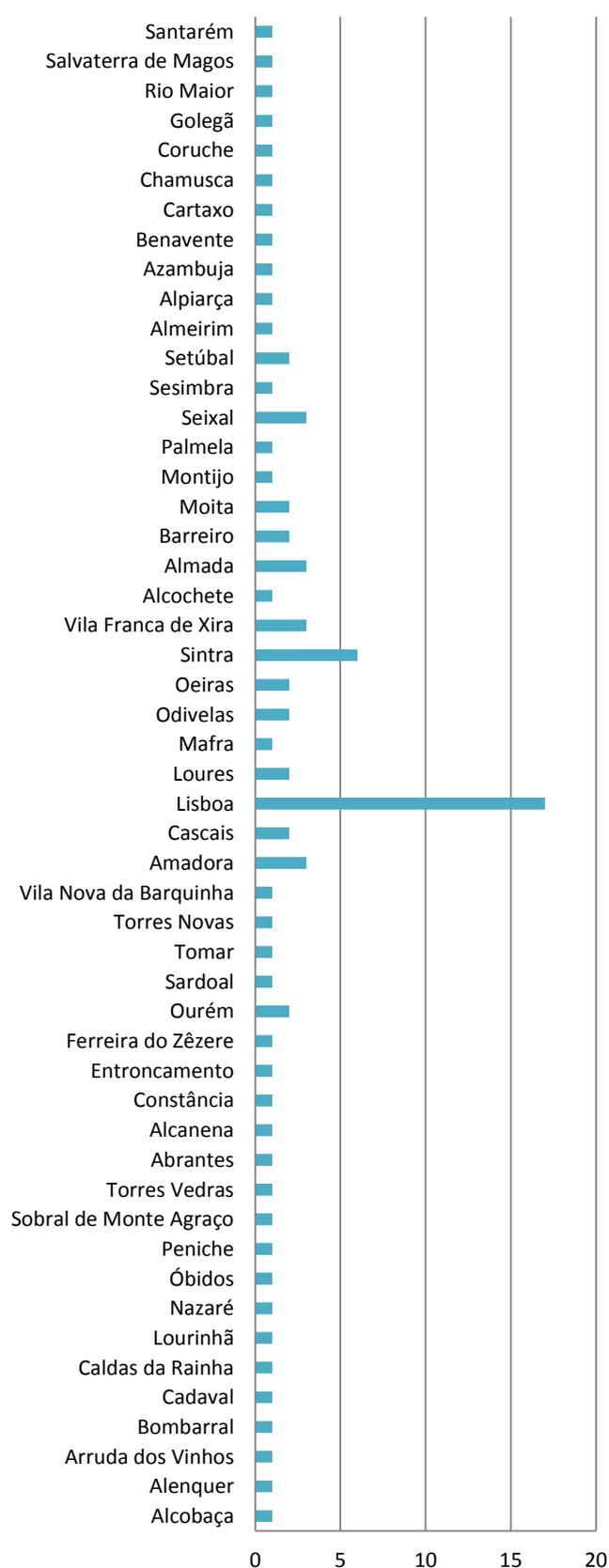
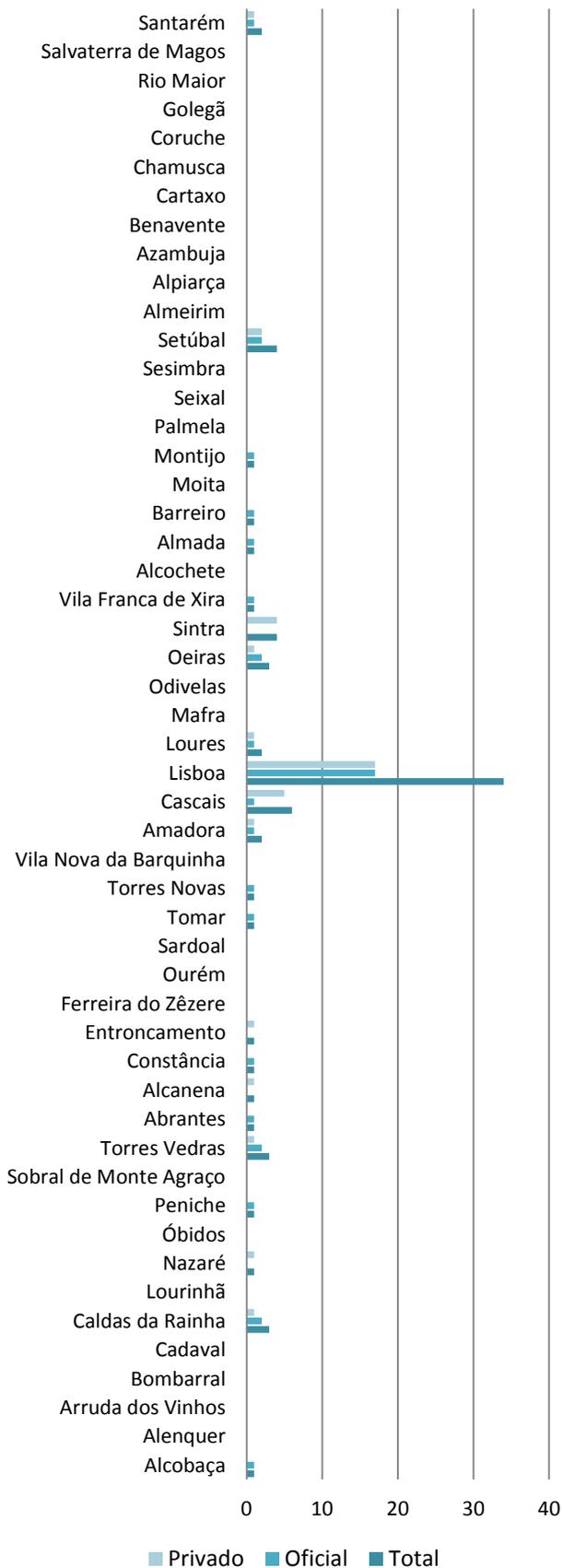
Cuidados Continuados Integrados

Comportamentos Aditivos e Dependências

Rede de Prestadores Convencionados

Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.

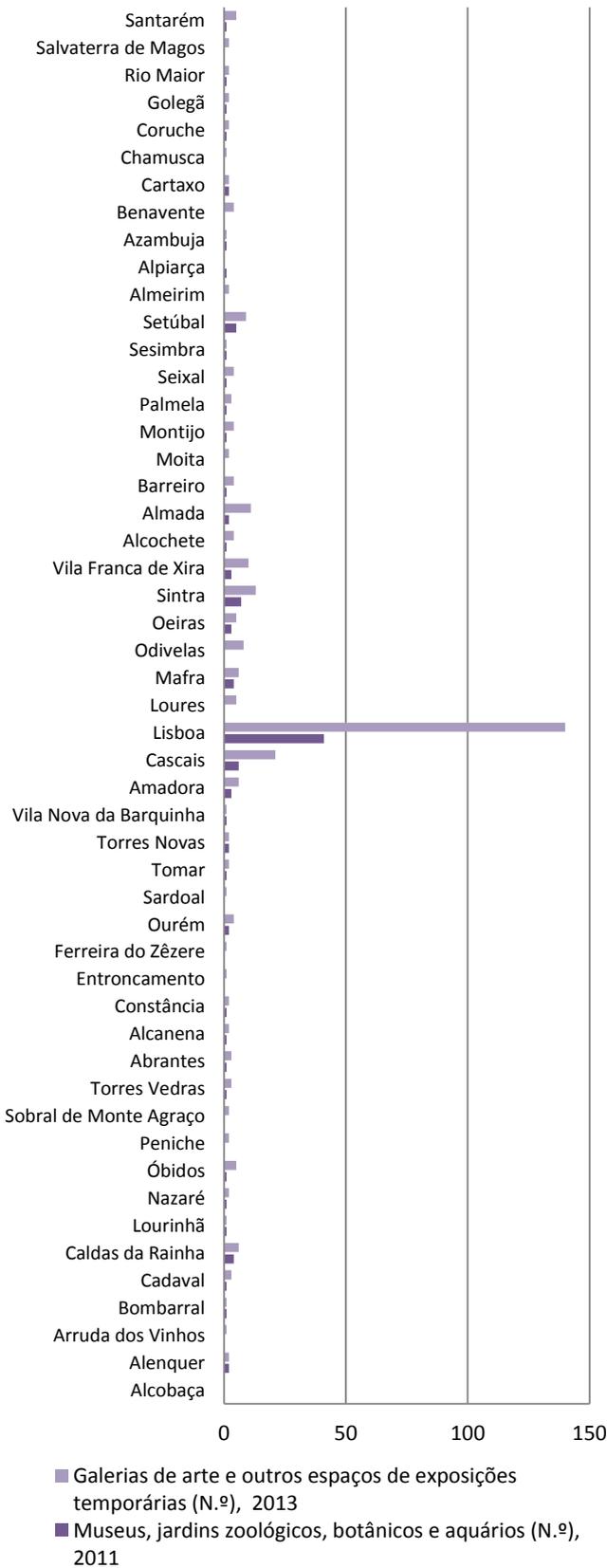
Gráfico 70 - Hospitais (N.º) por natureza institucional, na RLVT, 2013 Gráfico 69 - Centros de Saúde (N.º) na RLVT, 2012



Fonte: INE, Inquérito aos Hospitais e aos Centros de Saúde

CULTURA

Gráfico 71 - Equipamentos culturais nos concelhos da RLVT



Em termos de equipamentos culturais destaca-se a concentração de museus (41) e galerias de arte (140) no concelho de Lisboa.

Em 2011, a RLVT, dispunha de 109 museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 80 dos quais localizados na AML, 12 no Oeste, 9 no Médio Tejo e 8 na Lezíria do Tejo

Em 2013, as 326 galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias da região estavam sobretudo concentradas na AML, onde existiam 256 galerias de arte. No Oeste (28), Médio Tejo (19) e Lezíria do Tejo (23) estes equipamentos culturais assumiam uma expressão superior à dos Museus.

Fonte: INE, Inquérito aos Museus; Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias

Cidades e Sistema Urbano - Síntese

- A RLVT cresceu tendo como modelo um processo de metropolização de carácter intensivo. Uma força residencial, de atividades e de infraestruturas evidencia-se na parte central (Lisboa e áreas urbanas adjacentes). A aglomeração urbana espraia-se sobretudo para norte.
- A coroa central da área metropolitana está em perda de dinamismo populacional em favor da coroa urbana mais periférica.
- As cidades estatísticas com mais de 10.000 habitantes, em 2011, concentravam mais de 39% da população residente em Portugal. Na AML essa proporção era superior a 50% - esta proporção poderia ser superior uma vez que Sintra, Cascais, Oeiras, Mafra, Palmela, Alcochete e Sesimbra encontram-se classificadas como vilas. No Oeste, não obstante o dinamismo dos seus centros urbanos, apenas 15% da população da sub-região reside em cidades com esta dimensão.
- Em 2016, mais de 96% da população da AML residiam em áreas predominantemente urbanas. Esta proporção era superior a 60% na Lezíria do Tejo, não ultrapassando os 55% no Oeste e no Médio Tejo.
- A região denota ainda carências nas respostas sociais - oito municípios da RLVT (Bombarral, Sobral de Monte Agraço, Rio Maior, Chamusca, Benavente, Sintra, Odivelas e Moita), apresentavam uma cobertura de respostas para a **1ª infância** abaixo dos 33% (2014); todos os municípios, à exceção da Lourinhã, Cadaval e Golegã, apresentavam taxas de cobertura de respostas para **idosos** inferiores a 20% (2014).
- Na última década e meia a RLVT registou uma acentuada diminuição do número de fogos licenciados para habitação, na ordem dos 90%, sendo, proporcionalmente, maior na AML (-95%).
- A maior parte dos edifícios concluídos destina-se a habitação, ainda que também assumam relevância as obras destinadas a “outros destinos” que inclui convivências de uso geral.
- A percentagem de alojamentos vagos aumentou em todas as sub-regiões, em particular no Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo (16.5% em 2011).
- Na RLVT, em junho de 2017, existiam 268 áreas de reabilitação urbana correspondendo a cerca de 9.043 hectares de território. Destas áreas, apenas 58 (22%) possuíam uma das duas tipologias de operação de reabilitação urbana aprovada (simples ou sistemática). A tónica na reabilitação e regeneração de espaços urbanos abandonados, sem uso, ou com uso obsoleto, deve constituir uma prioridade para o ordenamento do território, numa perspetiva de gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, conferindo-lhe valor territorial.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

Infraestruturas de Transporte e logística

Mobilidade



Fonte: Infográfico mostra futuro intermodal e inteligente da mobilidade urbana

<http://revistagalileu.globo.com/Multimedia/Infograficos/noticia/2015/03/infografico-mostra-futuro-intermodal-e-inteligente-da-mobilidade-urbana.html>

1.2.4. MOBILIDADE E TRANSPORTES

Considerando a importância dos transportes na competitividade territorial, por via dos custos de deslocação de pessoas e bens, e na atratividade territorial, por via da quantidade e qualidade do acesso e considerando, também, o peso deste setor de atividade na sustentabilidade territorial, por via dos níveis de consumo de energia e do seu contributo para a utilização eficiente de recursos, a abordagem à mobilidade e transportes foi desenvolvida em duas vertentes.

Numa primeira vertente são analisadas as infraestruturas de transporte e logística, as utilizações dos transportes para a movimentação de pessoas e bens, tendo em conta a importância dos custos e tempos de transporte na competitividade económica e na coesão social e territorial.

Numa segunda vertente é analisado o sistema de mobilidade enquanto componente central da organização territorial e do funcionamento do sistema urbano e via de relacionamento interno e externo dos territórios, a partir dos movimentos pendulares e das escolhas do meio de transporte.

Infraestruturas de Transporte e Logística

Atualmente é gerado pela AML uma parte significativa do tráfego internacional de passageiros e mercadorias do país, localizando-se na Região o principal aeroporto nacional, dois dos cinco portos da rede nacional, bem como importantes infraestruturas rodo e ferroviárias de âmbito internacional e suprarregional. Para efeitos de análise considerou-se ainda o Porto de Sines, em face da proximidade e da interação com a RLVT. Assim, destacam-se como principais infraestruturas de conexão da Região com o exterior:

Gráfico 72 - Movimento de mercadorias (to) no Aeroporto de Lisboa e no total nacional

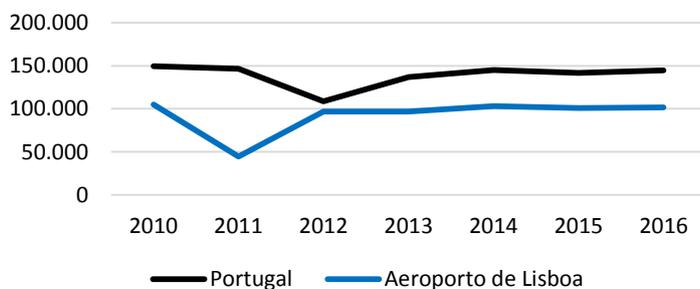
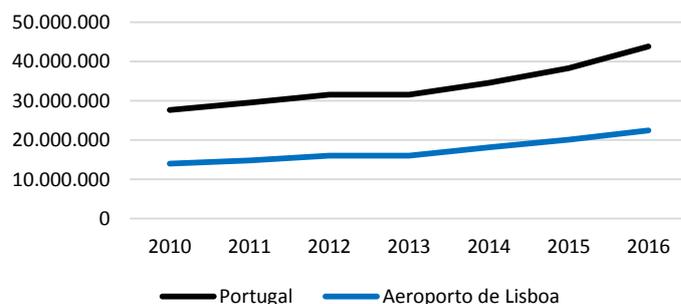


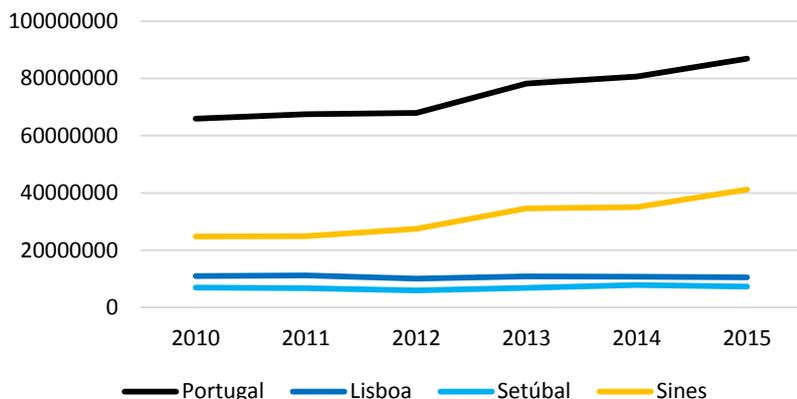
Gráfico 73 - Movimento de passageiros (n.º) no Aeroporto de Lisboa e no total nacional



- **O aeroporto General Humberto Delgado**, o qual constitui a principal porta de entrada nacional para os fluxos de passageiros internacionais, acumulando cerca de metade do total de passageiros e 60% da carga movimentada nos aeroportos da ANA. A procura deste aeroporto tem aumentado significativamente no segmento de passageiros, tendo atingido os 22 milhões em 2016. No que respeita ao movimento de mercadorias, o volume estabilizou nas 100.000 toneladas nos últimos 5 anos. Todavia, será de sublinhar os problemas de capacidade para uma resposta adequada à dinâmica registada.

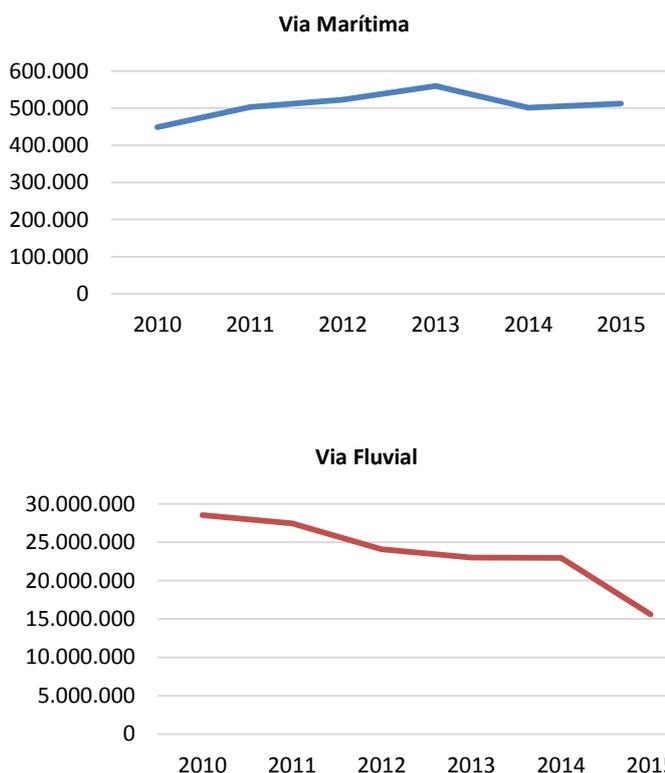
Fonte: INE, Inquérito aos aeroportos e aeródromos

Gráfico 74 - Movimentos de mercadorias nos Portos (toneladas)



Fonte: INE, Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias

Gráfico 75 - Movimento de passageiros (n.º) – Porto de Lisboa



Fonte: Estatísticas da APL

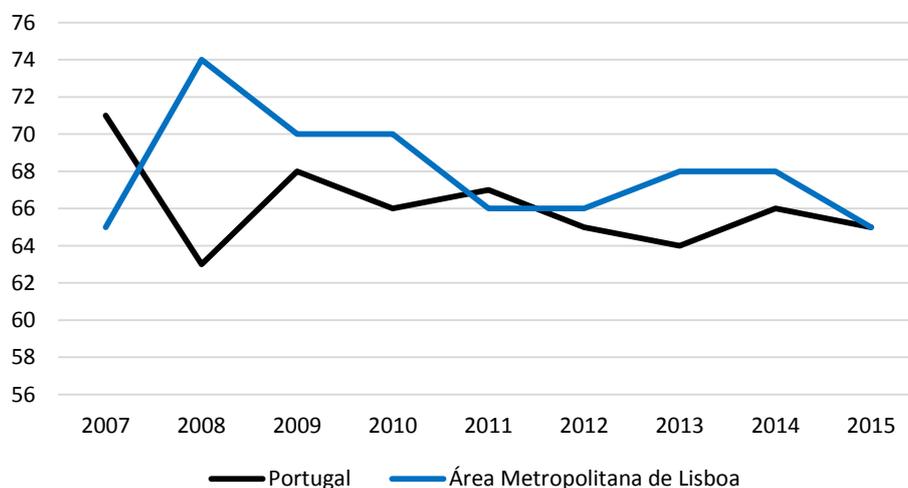
- A **rede de itinerários principais**, designadamente os eixos o IP1 (Valença - Castro Marim) o qual estrutura as ligações nacionais Norte – Sul no corredor litoral, permitindo ligações à Galiza por norte e à Andaluzia por Sul; IP7 (Lisboa / CRIL - Caia) que constitui a saída privilegiada da AML para Madrid e daí para o restante território europeu; IP1/IP6/IP5 (A23) que se tem sido a afirmar como eixo estruturante dos fluxos da região de Lisboa em direção ao norte da Europa.

• Os **Portos marítimos de Lisboa, Setúbal e Sines** que, em conjunto, movimentam perto de 70% do total de mercadorias dos portos nacionais. Em termos de dinâmica haverá que distinguir os Portos de Lisboa e Setúbal, onde a carga movimentada se manteve estável nos últimos 5 anos, do Porto de Sines, com um crescimento continuado desde 2011 e representando em 2015 perto de 50% das mercadorias movimentadas nos Portos do Continente. O Porto de Setúbal assume uma função de apoio ao setor exportador da região e, desde 2009 que a mercadoria carregada tem sido sempre superior à mercadoria descarregada. Em matéria de passageiros, o Porto de Lisboa, com uma forte representação ao nível de Portugal Continental, registou desde 2010 um crescimento continuado, com um pico em 2013, tendo estabilizado nos 500 mil passageiros em 2015. Quanto ao movimento de passageiros entre as duas margens do Tejo, a dinâmica é oposta, com uma diminuição acentuada no mesmo período.

De notar que, tanto no transporte de passageiros, como de mercadorias, o peso do sector rodoviário tem vindo a crescer (em 2015 representa cerca de 60% das toneladas transportadas a nível nacional), tirando partido dos investimentos na rede rodoviária nacional. Este processo não é, todavia, isento de problemas, designadamente no que se refere a questões ambientais e energéticas.

- As linhas da **rede ferroviária nacional**, com destaque para a **Linha do Norte** que acumula os principais serviços que estabelecem ligações de âmbito nacional e internacional. De notar que os tempos atualmente praticados nas ligações internacionais por comboio (cerca de 9:30 horas até Madrid, no serviço Lusitânia e mais de 13:00 horas até Hendaya e de 21:00 horas até Paris, no serviço Sud-Expresso) tornam este modo pouco atrativo neste segmento. No que se refere ao transporte de mercadorias o peso do comboio é residual (cerca de 5% das toneladas movimentadas a nível nacional), em parte fruto da reduzida inserção deste modo em cadeias intermodais.

Gráfico 76 - Proporção de mercadorias expedidas por modo rodoviário (%) em transporte intracomunitário



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

No território de LVT localizam-se importantes áreas de logística que articulam as cadeias de distribuição nacionais e mesmo internacionais, com o nível regional e local:

- A **Norte da Região**, na confluência de dois importantes eixos rodo e ferroviários - AE1/Linha do Norte e AE23/Linha da Beira Baixa -, concentra-se um importante eixo de acolhimento empresarial - Alcanena/Torres Novas -, que o Plano Regional de Ordenamento do Território do OVT designa como a Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana. Será ainda de assinalar no eixo urbano de Torres Novas-Riachos, o Terminal Multimodal do Vale do Tejo (área total de 220 000 m², três linhas ferroviárias com 750 m e 10 ha de estacionamento), que permite a transferência entre o ar, o mar, a estrada e o caminho-de-ferro. O Terminal Multimodal do Vale do Tejo é o primeiro terminal multimodal instalado e a funcionar como porto seco em Portugal, com estatuto aduaneiro (alfândega, notário, transitários e outros serviços) e uma zona de transferência modal;
- Na **proximidade imediata da AML** localiza-se a Porta Este da Região de Polarização Metropolitana, que na atualidade se confina ao eixo Porto Alto-Samora Correia-Benavente; e a Porta Norte da AML, centrada no Carregado, mas com extensão para norte, até Aveiras, e para Sul, ao longo do eixo da EN10.

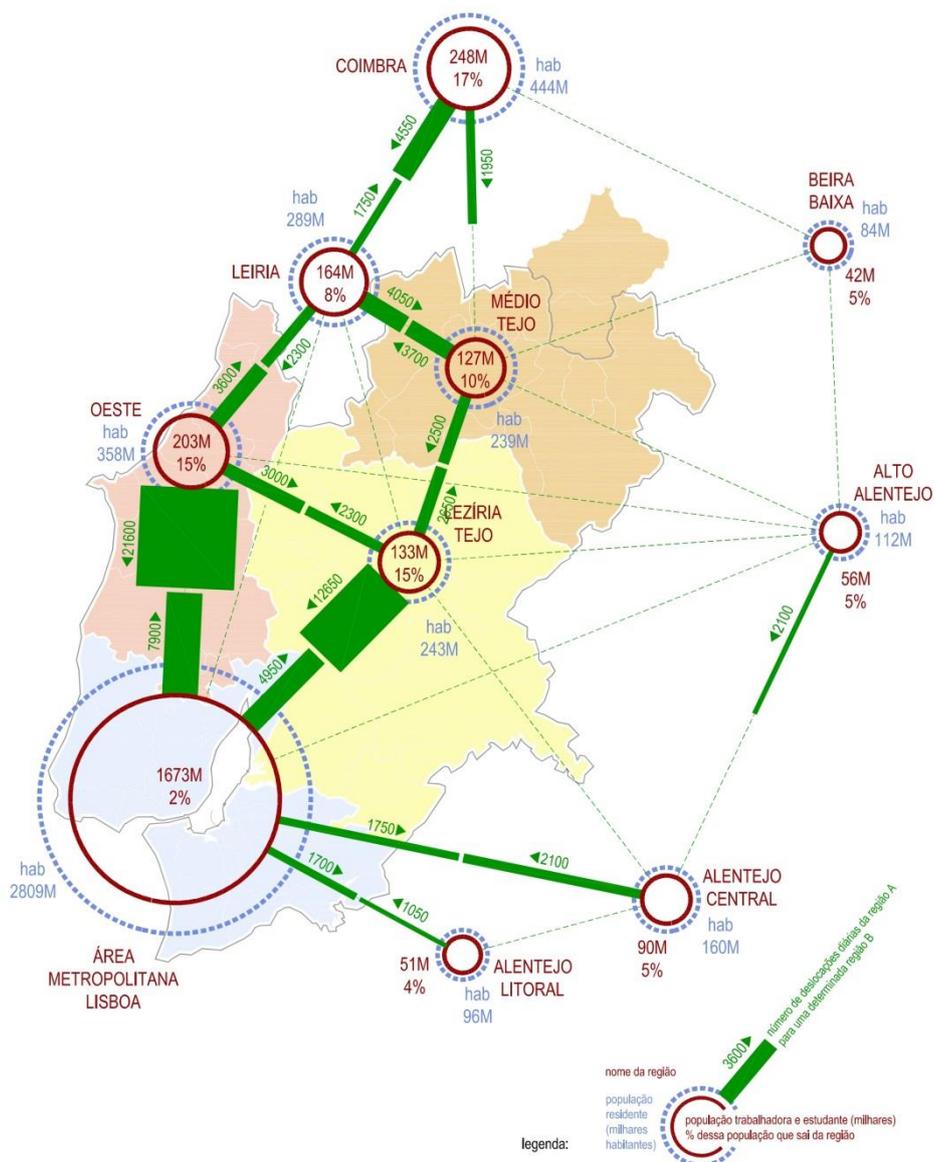
A AML concentra uma grande oferta de espaços de logística, com um caráter dispersivo bastante elevado, mas nem sempre dimensionados para uma resposta eficaz às necessidades (escassas zonas de armazenagem e falta de capacidade para a gestão de stocks, por exemplo). Dentro deste território seis espaços, devidamente organizados e estruturados, sobressaem:

- **Plataforma Logística Lisboa Norte (Castanheira do Ribatejo/Bobadela)** - apresenta dois polos separados cerca de 24 km e que têm funções de apoio ao Porto de Lisboa, designadamente, conferindo maior valor e capacidade à atividade portuária. De notar que a articulação destas plataformas com o Porto de Lisboa se encontra, em parte, sustentada no desenvolvimento do transporte fluvial de mercadorias (através de barcaças que possam aceder a esta plataforma), sistema cuja viabilidade poderá ser posta em causa se implicar transbordos adicionais. Esta área, apesar de devidamente infraestruturada, apresenta-se ainda sem qualquer ocupação;
- **Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL)** – infraestrutura localizada no concelho de Loures junto ao limite com o concelho de Vila Franca de Xira, ocupa cerca de 101 ha e é servida exclusivamente por modo rodoviário;
- **Centro de Carga do Aeroporto General Humberto Delgado** - localizado em frente à entrada principal do aeroporto tem uma capacidade de processamento de 100.000 t. / ano e ainda tem espaço para expansão até 150.000 t. / ano;
- **Porto de Lisboa** - localizado no estuário do rio Tejo é um porto natural com uma bacia líquida de 32.000 ha. As atividades de carga e descarga são desenvolvidas em 17 terminais espalhados por ambas as margens do Tejo - concentrando-se a carga contentorizada a Norte, roll-on / roll-off e break-bulk, e a Sul os terminais a granel seco e líquido. Em 2013 foram manuseados 549,302 TEUs, contra 485,761 TEUs em 2012;
- **AutoEuropa**, centrada na produção automóvel da VW - o parque industrial cobre 900.000 m² e em 2012 produziu 112.550 unidades, representando 1,3% do PIB e 4,2% das exportações nacionais. Do ponto de vista logístico, este *cluster* requer uma gestão cuidada dos fluxos de componentes e dos veículos produzidos;
- **Porto de Setúbal** - localizado no estuário do rio Sado tem condições naturais de acesso marítimo e proteção. As atividades de carga e descarga estão espalhadas por 10 terminais, 5 para uso público e 5 para uso privado. Em 2013, a movimentação global de 7.008.667 toneladas representou um aumento de 15,7% face às 6.058.579 toneladas em 2012. O Porto de Setúbal pretende promover nos próximos anos a marca PL7 - Plataforma Logística-Porto de Setúbal, correspondente a uma rede de plataformas logísticas onde, além do Porto de Setúbal, estarão a Sapec Bay, os Blubiz Global Parks e outras plataformas logísticas privadas próximas.

Mobilidade

Apoiado nas redes de acessibilidade desenvolve-se um sistema urbano policêntrico, hierarquizado a partir do centro metropolitano onde se concentram grandes equipamentos e serviços de nível regional e nacional e constituído por uma rede polinucleada de centralidades urbanas de vários níveis, articuladas entre si, segundo eixos e coroas, que organizam a região funcional formada pelo espaço metropolitano e os territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo.

Figura 26 - Deslocações sub-regionais e inter-regionais

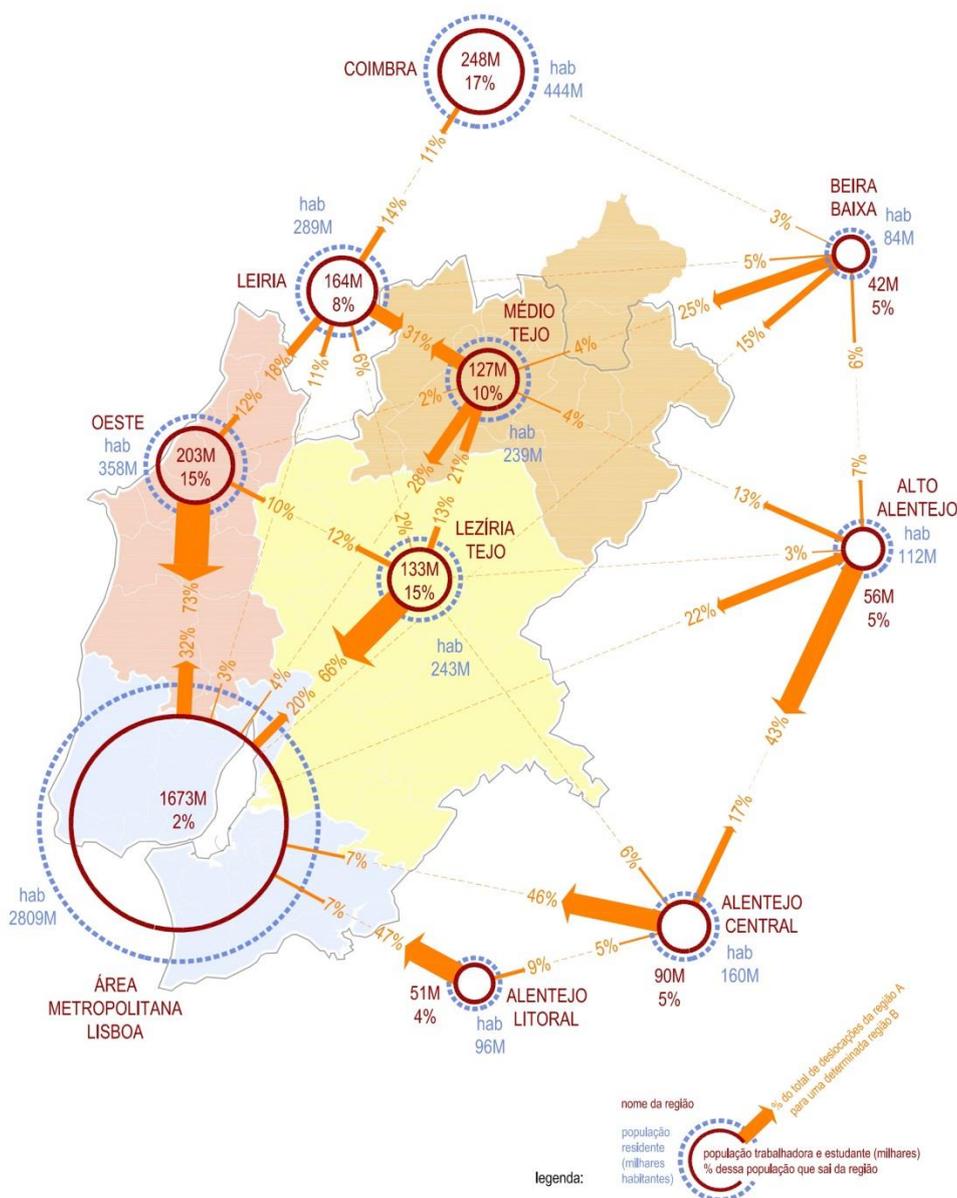


Nota: Nº médio de deslocações diárias de trabalhadores e estudantes entre NUTS III (considerados valores >= 1000)

Fonte: INE Censos 2011

Os movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes mostram claramente a existência de fortes interdependências intrarregionais, quer as que se desenvolvem entre o núcleo metropolitano e a coroa envolvente dos territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo, quer as que se desenvolvem dentro dessa mesma coroa envolvente. E evidenciam igualmente a capacidade atrativa da Região no seu todo e do Oeste, Lezíria e Médio Tejo sobre as sub-regiões vizinhas que, em conjunto, formam um território frequentemente designado por Região de Polarização Metropolitana (PROT OVT, 2009) ou por Arco Metropolitano de Lisboa (FCG, 2015).

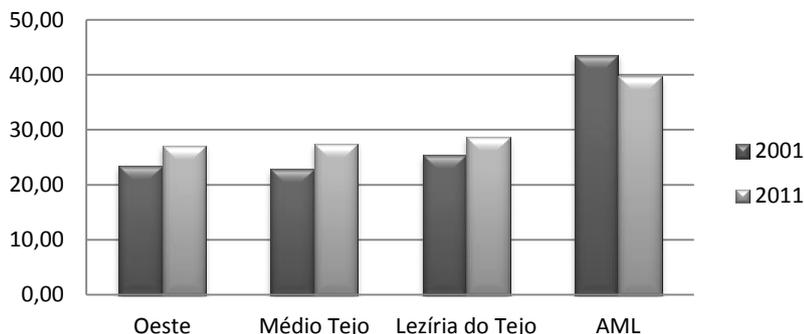
Figura 27 - Distribuição das deslocações sub-regionais e inter-regionais de cada NUTS III



Nota: Proporção de deslocações médias diárias entre NUTS III (trabalhadores/estudantes; considerados valores >= 2%)

Fonte: INE censos 2011

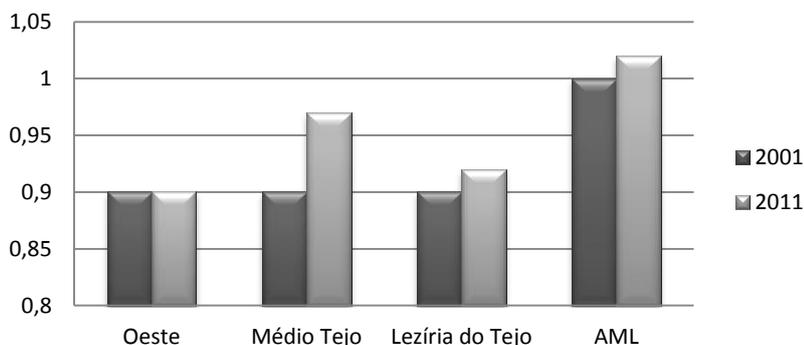
Gráfico 77 - População residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por local de residência, na RLVT



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

No período intercensitário 2001 – 2011 a proporção de população que trabalha ou estuda noutro município aumentou em todas as NUTS III da RLVT com exceção da AML. Em 2011 pelo menos 25% da população residente nos concelhos do OVT trabalhavam ou estudavam noutro município, sendo essa proporção de 40% nos concelhos da AML.

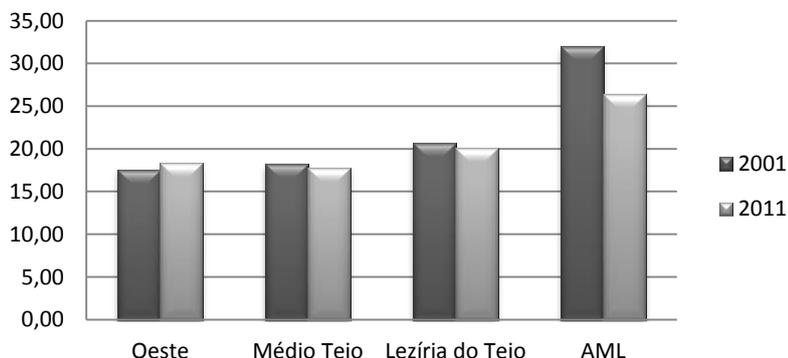
Gráfico 78 - Índice de polarização de emprego (N.º) por local de residência, na RLVT



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Quanto à atratividade dos concelhos da região aferida através do índice de polarização do emprego -quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada – destaca-se o crescimento do Médio Tejo (que poderá estar influenciado pela dinâmica populacional decrescente), sendo que em termos médios, em 2011, apenas os municípios da AML registavam um índice superior a 1.

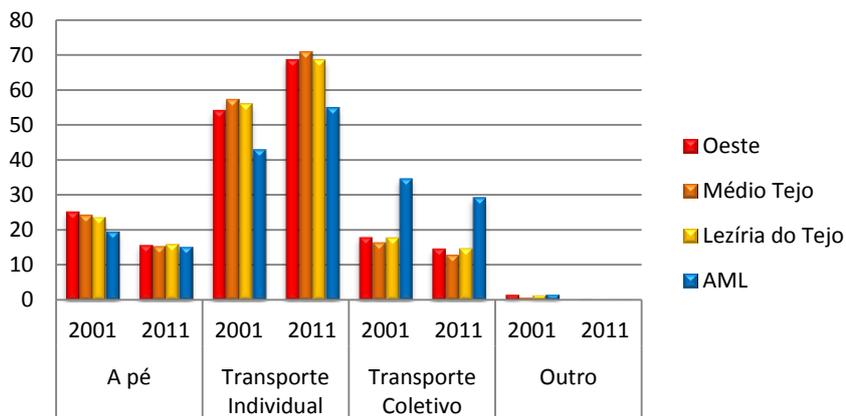
Gráfico 79 - Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência, na RLVT



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Entre 2001 e 2011 a duração média dos movimentos pendulares, registou pequenas oscilações nos concelhos do OVT, com ligeiro acréscimo no Oeste. Já na AML a duração média dos movimentos pendulares passou de 32 para 26 minutos, em 2011.

Gráfico 80 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º)¹²



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da RLVT continua a ser o transporte individual, registando um incremento em 2011.

Trata-se do transporte mais utilizado para percorrer a maior distância da viagem, o que poderá justificar o decréscimo do transporte coletivo e o decréscimo das deslocações a pé para o trabalho e / ou escola.

Na Área Metropolitana de Lisboa a opção pelo transporte individual para percorrer as maiores distâncias das deslocações pendulares é ainda expressiva, sobretudo num contexto metropolitano com maior oferta de transportes coletivos.

¹² Transporte utilizado para percorrer a maior distância da viagem, sendo que no caso de ser diferente na ida e na volta, se opta pelo meio de transporte de ida.

Transportes e Mobilidade – Síntese

- O aeroporto do Humberto Delgado (Lisboa) regista aumentos significativos no segmento de passageiros, tendo atingido os 22 milhões em 2016. Encontra-se em avaliação o reforço da capacidade global.
- A RLVT, no global, dispõe de um elevado potencial portuário e de acostagem, que abarca o transporte de mercadorias, o turismo, o recreio e lazer e o desporto náutico, com capacidade de marcação de posição em rotas mundiais.
- No território de LVT localizam-se importantes áreas de logística que articulam as cadeias de distribuição nacionais, e mesmo internacionais, com o nível regional e local. No OVT, destaca-se o eixo empresarial em Alcanena/Torres Novas, o Terminal Multimodal do Vale do Tejo, em Riachos (Torres Novas), o eixo Porto Alto/ Samora Correia / Benavente e o eixo Carregado / Azambuja. A AML concentra uma grande oferta de espaços de logística, com um carácter dispersivo, com escassas zonas de armazenagem e falta de capacidade para a gestão de *stocks*. Não obstante, sobressaem seis espaços, devidamente organizados e estruturados: Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, Plataforma logística da castanheira do Ribatejo / Bobadela, Centro de Carga do Aeroporto Humberto Delgado, Porto de Lisboa, Porto de Setúbal e Autoeuropa.
- Os movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes mostram a existência de fortes interdependências intrarregionais, com maior polarização de Lisboa.
- Em 2011 mais de 25% da população residente nos concelhos da Região trabalha ou estuda noutro município, sendo que na AML esse valor é de 40%. Esta NUTS III é também a que regista o maior índice de polarização do emprego.
- O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da RLVT continua a ser o transporte individual, utilizado em 55% das deslocações pendulares na AML e em 68% no OVT.
- Na Área Metropolitana de Lisboa a opção pelo transporte individual para percorrer as maiores distâncias das deslocações pendulares é ainda expressiva, sobretudo num contexto metropolitano com maior oferta de transportes coletivos. Este padrão de mobilidade conduz a níveis já elevados de dependência energética /carbónica, pelo que deverão ser potenciadas novas formas de mobilidade e reponderadas as opções de residência / trabalho / escola, na perspetiva de diminuição das distâncias percorridas.

ENERGIA

Produção

Consumo



Fonte: <http://levon.pt/index.php/areas-de-negocio/energia>

1.2.5. ENERGIA

O domínio da energia tem vindo a assumir preponderância no ordenamento do território, tendo em conta as suas dimensões fundamentais de produção e consumo, sendo que um dos principais constrangimentos de desenvolvimento em Portugal está associado à elevada intensidade energética da economia nacional.

A produção energética é um indicador de aproveitamento dos recursos territoriais e um fator de competitividade local e no caso das energias renováveis, um fator de sustentabilidade ambiental e económica que permite contrariar a dependência energética externa e os elevados custos financeiros e ambientais da dependência do petróleo. Para analisar a dimensão produção recorreu-se a indicadores de produção e saldo energético.

A racionalização e eficiência dos consumos foram abordadas através de indicadores de consumo por setor, tendo em particular atenção o consumo de combustível automóvel.

O conjunto de indicadores selecionado visa numa aproximação à medição da transição da região para uma economia de baixo carbono por via da promoção da eficiência energética e da produção e consumo de energias

Produção e Consumo

O consumo de energia elétrica é muito superior na AML, facto diretamente relacionado com a sua dimensão populacional e económica. Três usos sobressaem em todas as NUTS III – doméstico, não-doméstico (comércio e serviços) e industrial. Também é de assinalar na AML o consumo de eletricidade na iluminação interior de edifícios do Estado.

Gráfico 81 - Consumo de energia elétrica (kWh) por localização geográfica e tipo de consumo, na RLVT

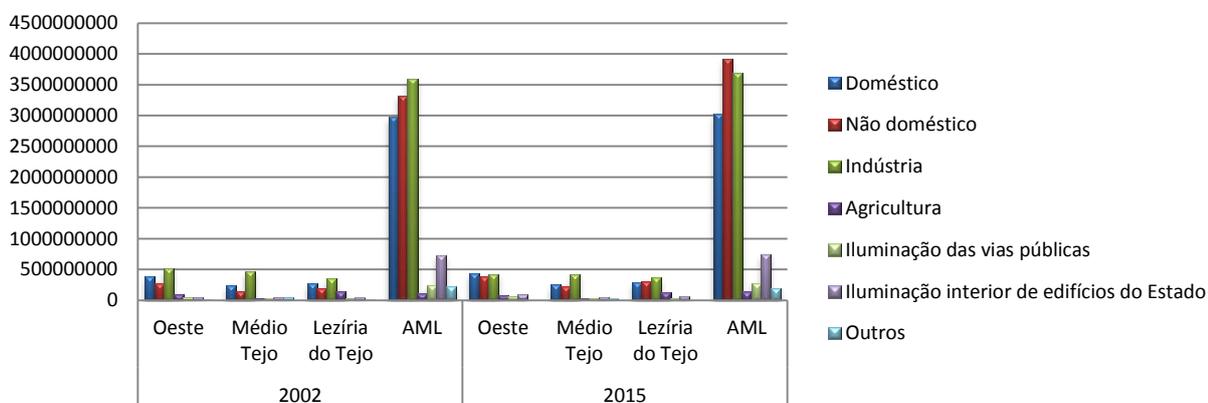
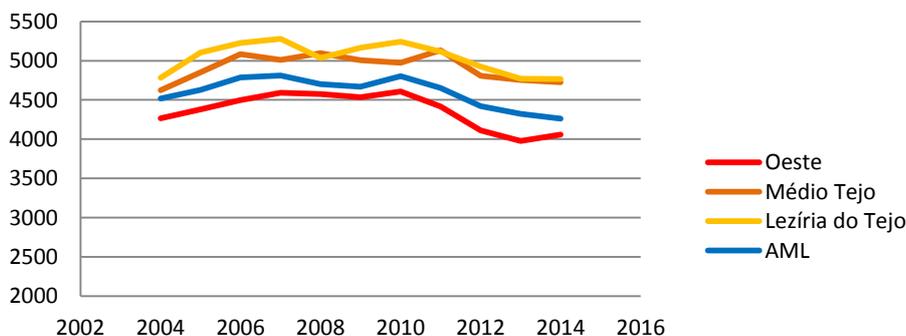


Gráfico 82 - Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) e por local de residência, na RLVT

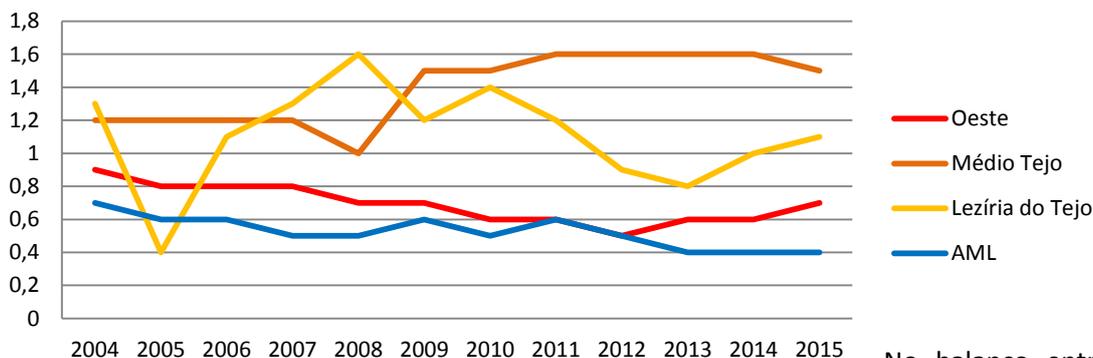


No que respeita à capitação dos consumos de energia elétrica, e ao contrário das tendências do indicador anterior, os valores mais elevados, cabem ao Médio Tejo e à Lezíria do Tejo e não à AML.

Fonte: INE/ Direcção-Geral de Energia e Geologia

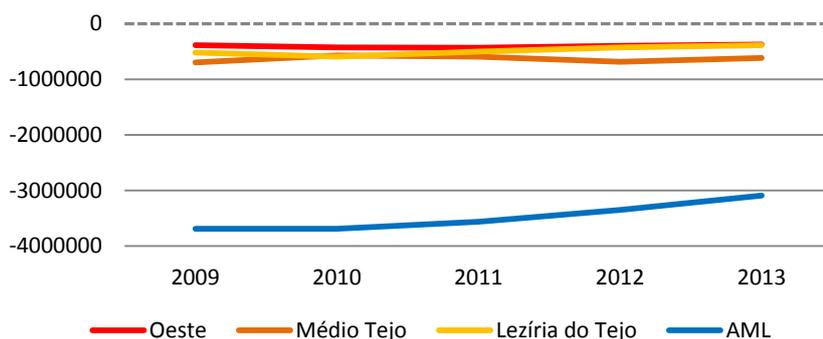
O consumo de combustível automóvel, apresenta os maiores valores no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo por oposição à AML, com os valores mais baixos de consumo por habitante. Estes dois indicadores revelam uma maior eficiência na gestão e no consumo de energia na AML, associado à concentração da população, à cobertura por serviços de transporte público, e a partir de 2011, eventualmente, ao efeito direto da crise, pelas reduções na mobilidade e pelo aumento do desemprego).

Gráfico 83 - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.) por local de residência



Fonte: Direcção-Geral de Energia e Geologia

Gráfico 84 - Saldo energético (Produção - Consumo), na RLVT



Fonte: INE/ Direcção-Geral de Energia e Geologia

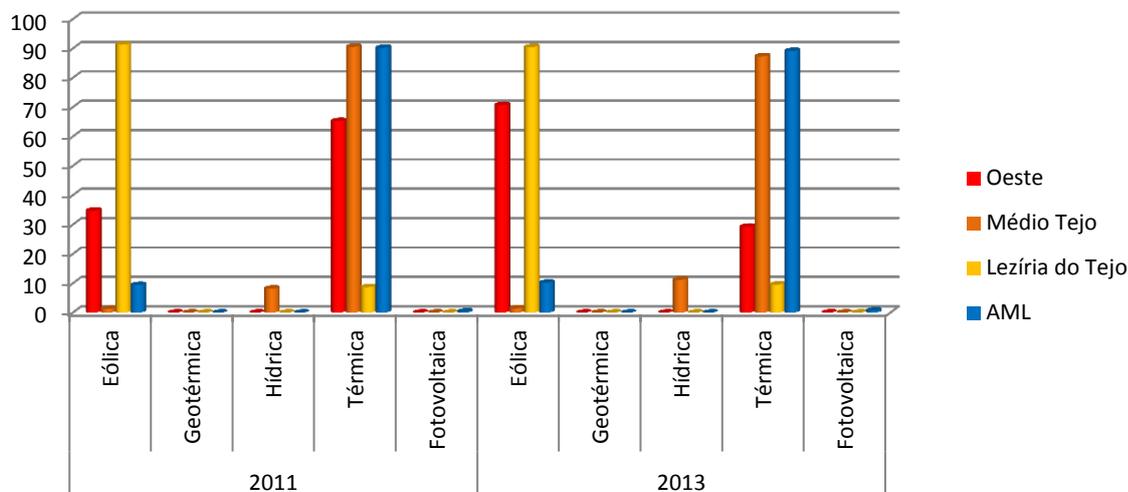
No balanço entre produção e consumo de energia toda a RLVT apresenta uma variação negativa, ou seja, as necessidades de consumos superam a energia produzida internamente.

O Oeste, a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo, com importantes fontes de produção de energia conjugadas com a menor intensidade de consumo, apresentam diferenciais que, apesar de negativos, são claramente inferiores aos registados na AML.

A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis regista um peso crescente no total de energia elétrica, em particular a de origem eólica e hídrica. O Oeste e a Lezíria, na eólica, e o Médio Tejo, na hídrica, destacam-se no aumento do peso da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

A AML e o Médio Tejo mantêm um peso ainda muito significativo de produção de energia elétrica a partir de fontes térmicas.

Gráfico 85 - Quota da produção bruta de energia elétrica (%) por localização geográfica e tipo de produção de eletricidade, na RLVT



Fonte: INE/ Direcção-Geral de Energia e Geologia

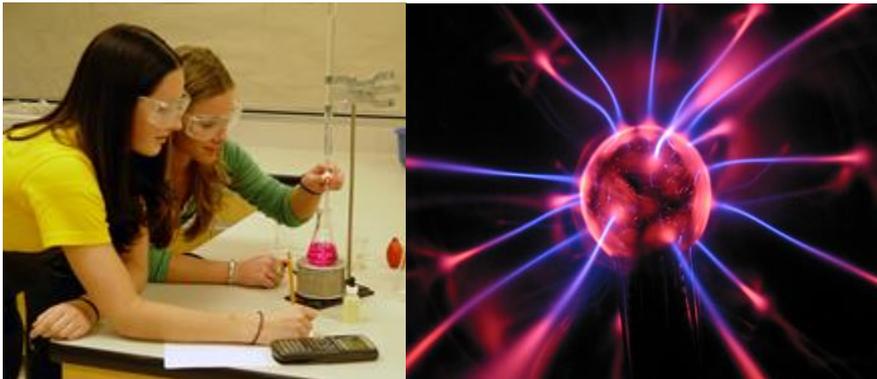
Energia - Síntese

- Na RLVT sobressaem no consumo de energia elétrica o uso doméstico, não-doméstico (comércio e serviços) e industrial.
- Na AML regista-se um consumo elevado de eletricidade na iluminação interior de edifícios do Estado, podendo ser esta uma área-aposta na redução de custos.
- A AML revela maior eficiência na redução do consumo de energia *per capita* que o OVT, beneficiando da concentração da população e do maior poder de compra para a renovação de equipamentos, mas refletindo o efeito direto da crise pós 2011, nomeadamente com o aumento do desemprego.
- A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis regista um peso crescente no total de energia elétrica, em particular a de origem eólica e hídrica.

ECONOMIA

Desempenho económico,
especialização e competitividade

Inovação e desenvolvimento
tecnológico



Fonte: <http://lisboa.portugal2020.pt/np4/40.html>

1.2.6. ECONOMIA

Considerando que existem em Portugal fortes constrangimentos no domínio da competitividade relacionados com o facto de grande parte da especialização produtiva assentar em atividades de reduzido valor acrescentado e de baixa intensidade tecnológica e de conhecimento, e considerando, também, a ainda baixa efetividade de transferência de conhecimento e tecnologia entre o sistema científico e tecnológico e as empresas, a análise no domínio da economia recorre a indicadores relacionados com o desempenho e especialização económica e a inovação e desenvolvimento tecnológico.

Neste panorama a RLVT apresenta tradicionalmente alguns indicadores positivos face à média do país, todavia a sua distribuição é territorialmente assimétrica e importa conhecer e potenciar os territórios mais afastados da média.

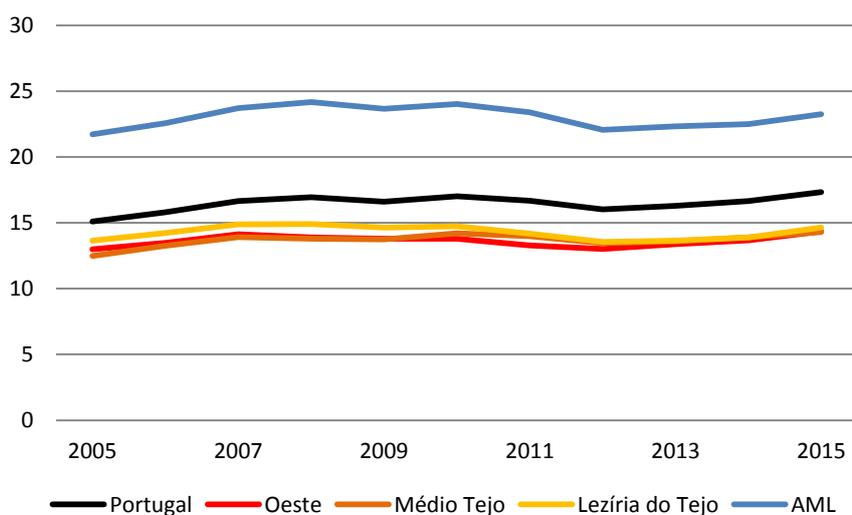
Em matéria de desempenho económico e especialização recorre-se aos tradicionais indicadores referentes ao PIB, produtividade do trabalho e ao valor acrescentado bruto e pessoal ao serviço, por setor e subsetor de atividade, sendo especificamente analisado a situação relativa das indústrias de alta e média-alta tecnologia e dos serviços intensivos em conhecimento. Pelo seu peso relativo e evolução verificada é efetuada uma abordagem específica ao setor do turismo.

Em matéria de inovação e desenvolvimento tecnológico recorre-se a indicadores relativos à evolução da despesa com ID, por setor de investimento, à dinâmica de nascimentos de empresas de alta e média alta tecnologia e ao

I. Desempenho Económico, Especialização e Competitividade

A AML apresenta ao longo do período em análise um PIB *per capita* superior ao valor nacional, ao contrário do Oeste e Vale do Tejo com um desempenho sempre inferior ao da média do país. De 2008 a 2012 foi interrompida a tendência geral de crescimento, registando-se perdas mais acentuadas em 2011 e 2012. Daí em diante a RLVT acompanhou a tendência nacional de recuperação.

Gráfico 86 - Produto interno bruto (B.1*g) por habitante a preços correntes (Base 2011 - Milhares €)



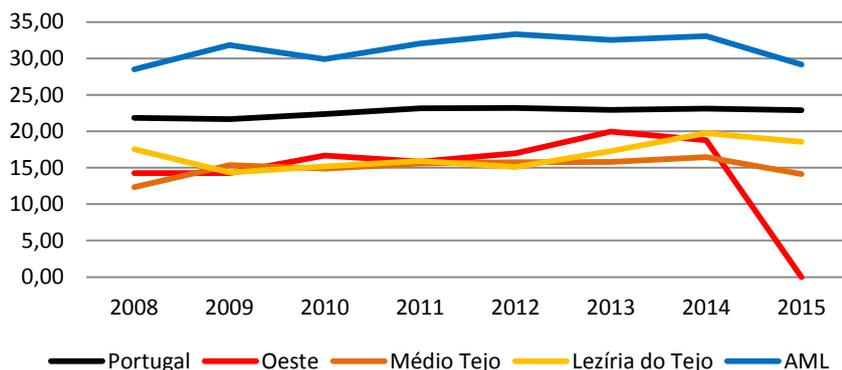
Fonte; INE, Contas Económicas Regionais

Gráfico 87 - Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2011 - %) por ramo de atividade



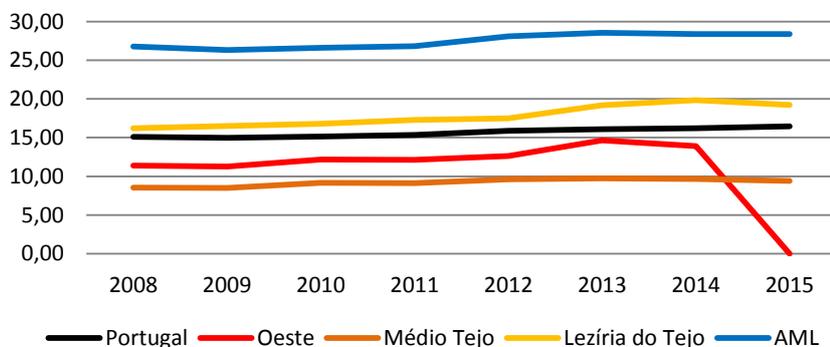
Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Gráfico 88 - Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE); Nota: Oeste sem dados/ confidencial

Gráfico 89 - Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %)



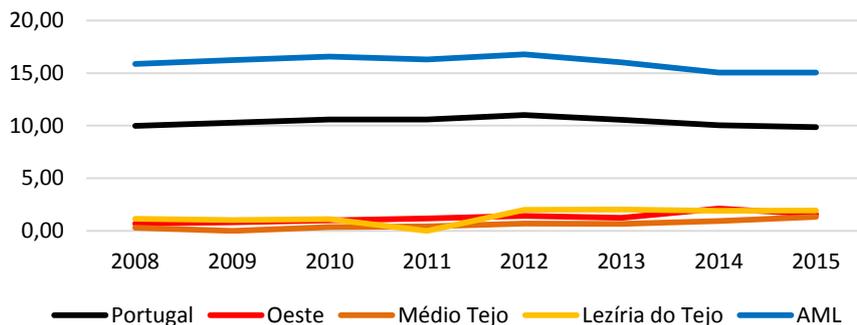
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Nota: Oeste sem dados/ confidencial

Relativamente à evolução da estrutura da economia regional e nacional, comparando o primeiro e o último ano do período de referência, no caso 2009 e 2015, constata-se que no Oeste acentuou-se o grau de terciarização da economia, à custa da perda de peso do setor secundário, tal como sucedeu, com menor expressão, ao nível nacional. No Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo o VAB no setor primário é bastante superior à média do país, sobretudo na Lezíria do Tejo, onde o setor primário é responsável por cerca de 10% do VAB.

Analisando em particular o peso da indústria de alta e média-alta tecnologia no universo da indústria transformadora, em termos de pessoal ao serviço e VAB, verifica-se que a AML assume uma posição privilegiada no contexto nacional, uma vez que apresenta valores superiores nesta proporção, quer em termos de emprego quer de VAB. Em 2015, 30% do VAB das indústrias transformadoras da AML respeitava a indústrias de alta e média-alta tecnologia, que empregavam cerca de 28% do pessoal ao serviço naquelas.

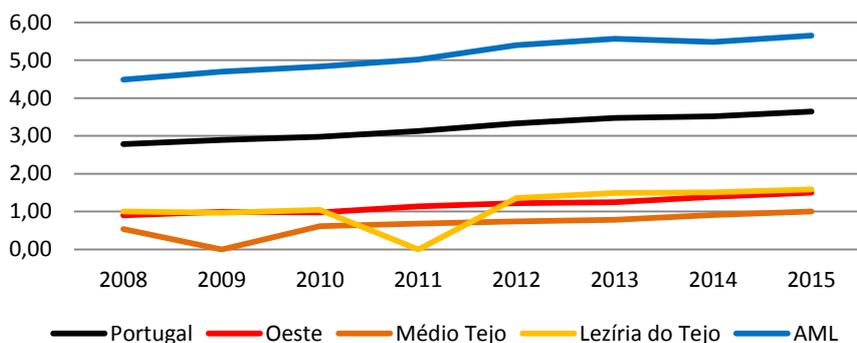
Destaque também para a Lezíria do Tejo com níveis de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia superiores aos da média do país.

Gráfico 90 - Proporção do valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços (CAE Rev. 3 - %)



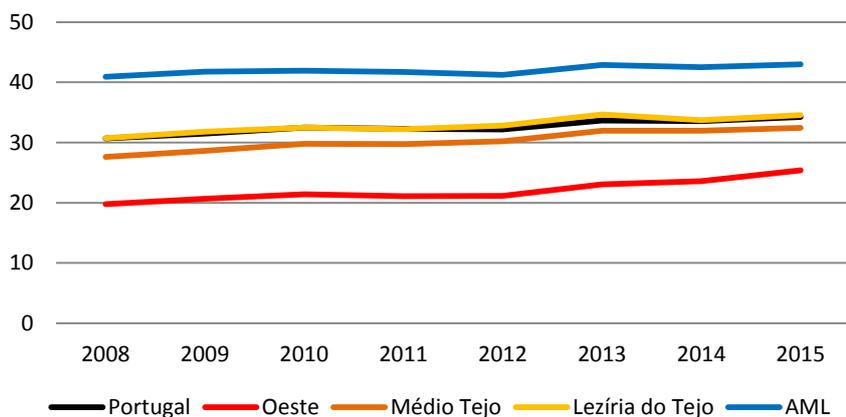
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Gráfico 91 - Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (CAE Rev. 3 - %)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Gráfico 92 - Produtividade aparente do trabalho (Base 2011 - € milhares)



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Quanto ao peso dos serviços intensivos em conhecimento no universo dos serviços em termos de pessoal ao serviço e VAB, a AML regista valores claramente acima da média nacional.

No polo oposto, o Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo posicionam-se em valores muito inferiores e abaixo da média nacional, apresentando uma tendência ténue de melhoria.

A produtividade do trabalho na AML, de 2008 a 2015, foi sempre superior à nacional. Neste período registaram-se crescimentos de produtividade, quer na RLVT, quer no país, tendo o Oeste o desempenho menos favorável.

A atividade agrícola no Oeste e Vale do Tejo ocupa uma posição relevante, sendo de salientar a produtividade económica dos sistemas de produção¹³ do Oeste onde se pratica uma agricultura mais intensiva, evidenciando-se por outro lado os níveis de produtividade das explorações agrícolas¹⁴ da Lezíria do Tejo, onde dominam propriedades de maior dimensão.

Gráfico 94 - Produtividade económica dos sistemas de produção, 2009

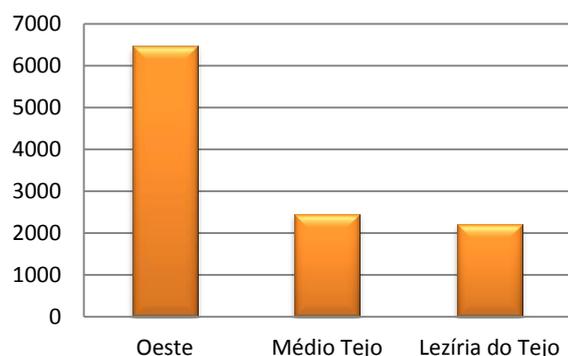
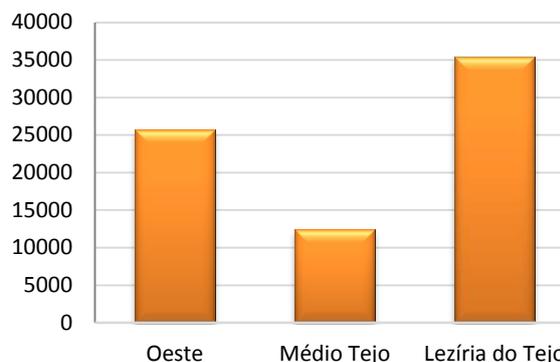


Gráfico 93 - Produtividade económica nas explorações agrícolas, 2009



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola

Na AML destaca-se o aumento de produção de batata, vinha, olival e das principais culturas para a indústria com consequentes aumentos de produtividade. Por outro lado, em 2016, as culturas forrageiras registaram uma quebra de um terço na superfície ocupada, face a 2011. Todavia, neste período a produtividade destas culturas regista um aumento de mais de 10.000 kg/ha.

Tabela 7 – Superfície, produção e produtividade das principais culturas na AML¹⁵

Espécies	Superfície das principais culturas agrícolas (ha)		Produção das principais culturas agrícolas (t)		Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ha)	
	2011	2016	2011	2016	2011	2016
Cereais para grão	8451	7980	61262	53442	7249	6697
Principais leguminosas secas	40	48	54	33	1350	686
Batata	2245	2200	22405	84599	9981	38447
Principais culturas para Indústria	3127	3842	245366	310369	78477	80793
Culturas hortícolas						
Principais culturas forrageiras	3566	1674	125535	78087	35203	46640
Principais frutos frescos	562	535	6075	5398	10810	10087
Frutos pequenos de baga						
Principais frutos subtropicais	2	2	25	23	12500	11450
Citrinos	504	390	4812	3738	9541	9583
Principais frutos de casca rija	34	34	56	47	1657	1380
Vinha	8530	8312	42477	62013	4980	7461
Olival	622	622	357	3348	574	5383

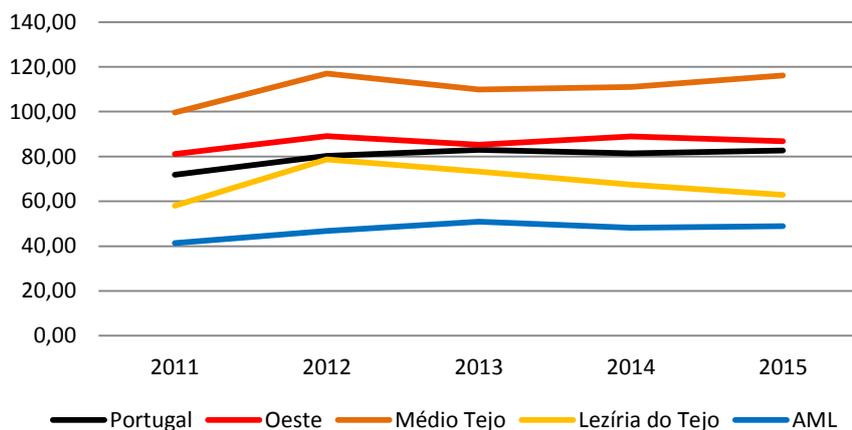
Fonte: INE, Estatísticas da produção vegetal

¹³Produtividade dos sistemas = Margem Bruta Total / Superfície Agrícola Utilizada

¹⁴ Produtividade das explorações = Margem Bruta Total / Unidade de Trabalho Agrícola

¹⁵ Informação apenas disponível por NUTS II, pelo que não é possível conhecer as dinâmicas do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo

Gráfico 95 - Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)



A análise da cobertura das importações pelas exportações evidencia heterogeneidade nas diferentes sub-regiões da RLVT. Entre 2011 e 2015 o Médio Tejo destaca a sua vocação exportadora com uma taxa de cobertura sempre superior a 100.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

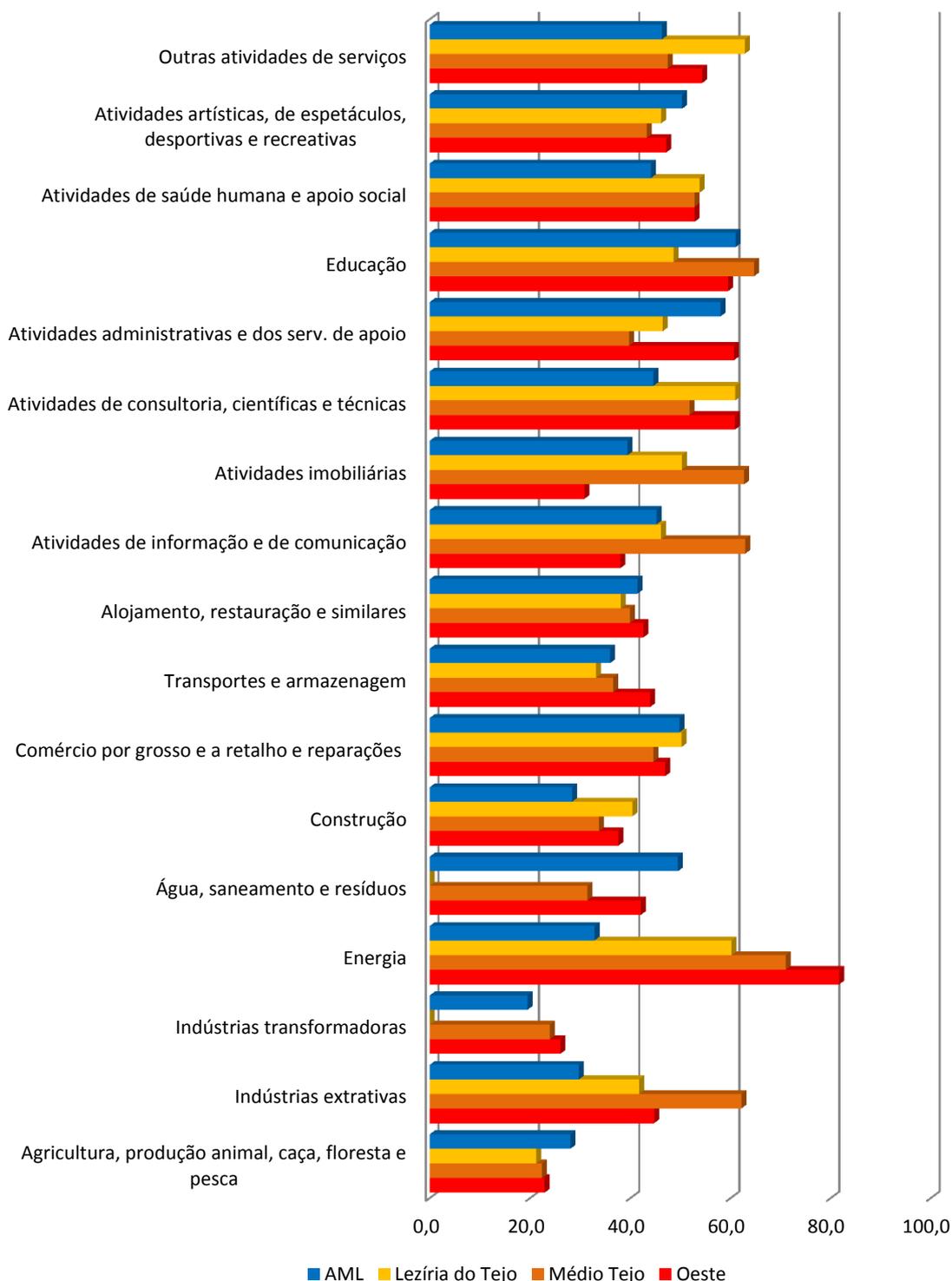
No extremo oposto posiciona-se a AML com taxas de cobertura das importações pelas exportações inferiores à média do país, que em 2015 não atingiam os 50%. Este facto está associado às funções de capitalidade, ainda que seja atenuado pela vertente exportadora da Península de Setúbal.

Em 2015 a AML evidencia ao nível do VAB e do emprego a sua especialização no sector terciário, destacando-se as atividades de administração e serviços e de comércio, ambas com um peso muito significativo no emprego e, no caso do comércio, também no VAB. As atividades de consultoria e ciência apresentam elevada expressão nas duas variáveis em análise.

As atividades da indústria transformadora e as dos transportes e armazenagem detêm, também, um peso significativo em VAB e especialmente em emprego, tal como a hotelaria e a restauração no que diz respeito ao emprego. De evidenciar ainda o peso significativo da construção e da saúde.

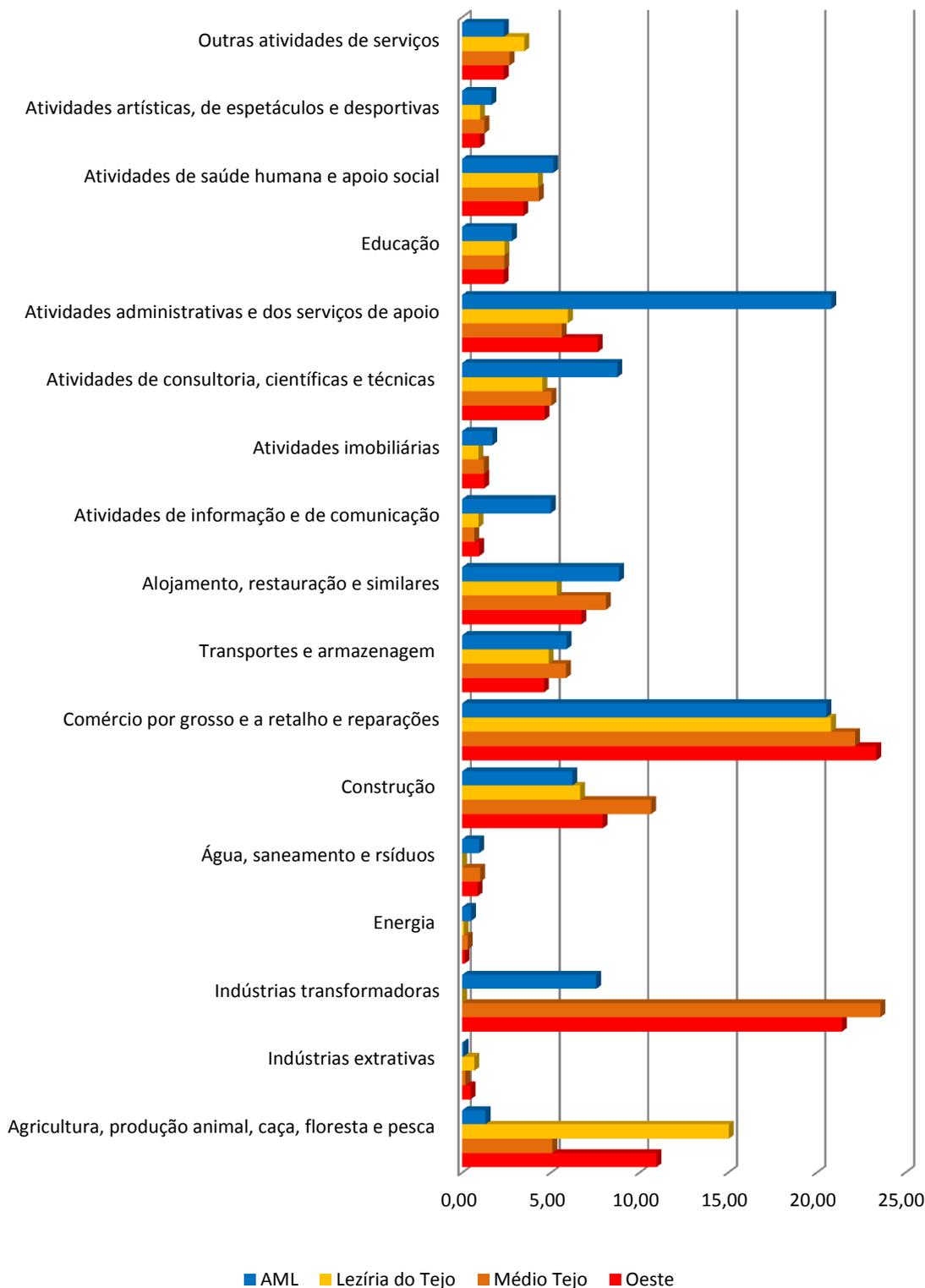
No Oeste e Vale do Tejo, destaca-se o VAB das empresas associadas às atividades de Energia (eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio), a que corresponde uma proporção de pessoal ao serviço bastante reduzida. As atividades de comércio por grosso, a retalho e reparações assumem relevância no OVT quer em termos de VAB das empresas quer de emprego. Nesta variável sobressaem ainda a indústria transformadora, agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca com maiores proporções de pessoas ao serviço. Nas atividades associadas à agricultura a AML regista níveis reduzidos de emprego face ao VAB produzido pelas empresas do setor.

Gráfico 96 - Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas por localização geográfica e atividade económica na RLVT (Divisão - CAE Rev. 3) - 2015



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Gráfico 97 – Proporção de pessoal ao serviço (%) nas empresas, na RLVT, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - 2015



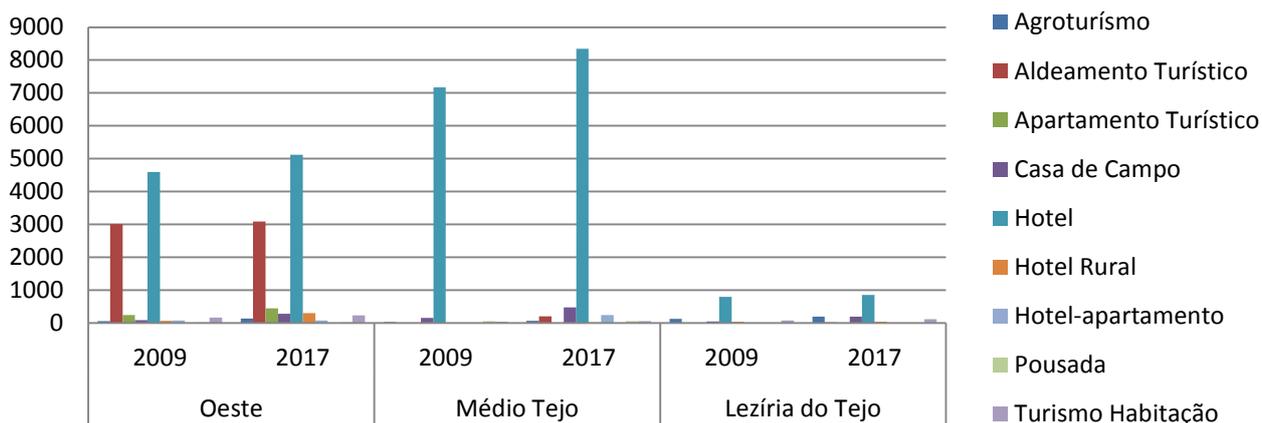
Fonte: INE Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE); Cálculos CCDR LVT. Nota: Lezíria do Tejo sem dados para Indústria Transformadora” e “Água, Saneamento e Resíduos”.

Especialização – Turismo

No Oeste e Vale do Tejo, entre 2009 e 2017, verificou-se um acréscimo na capacidade de alojamento turístico instalada nos empreendimentos turísticos, sobretudo no Médio Tejo, muito associado à dinâmica turística de Fátima. Os hotéis são a tipologia turística dominante, destacando-se também no Oeste a oferta em aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, hotéis rurais entre outras tipologias o que ilustra a diversidade de empreendimentos turísticos nesta sub-região. A tendência de crescimento ocorreu também na Área Metropolitana de Lisboa com domínio expressivo dos Hotéis e um acréscimo significativo das tipologias de hotel-apartamento, apartamento turístico e pousada. Na Lezíria do Tejo a oferta de alojamento registou maior incremento nas tipologias de Turismo em Espaço Rural (agroturismo, casas de campo e turismo de habitação)

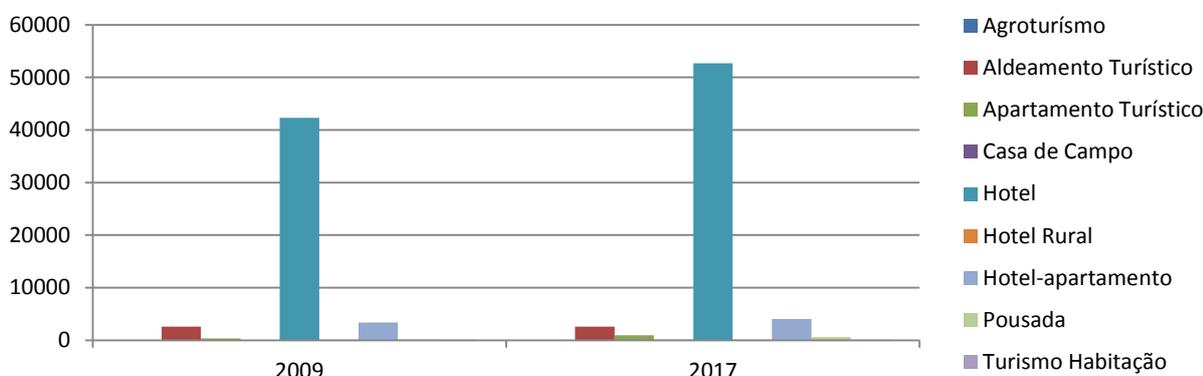
Considerando os diferentes tipos de empreendimento turísticos, entre 2009 e 2017, foi expressivo o aumento de camas turísticas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, destacando-se o acréscimo de cerca de 12.000 camas (25%) na AML muito influenciado pela dinâmica registada na cidade de Lisboa – 30.590 camas, em 2009, e 48.461 camas, em 2017. Na atualidade Lisboa concentra mais de metade da capacidade de alojamento da RLVT (91.213 camas).

Gráfico 98 - Capacidade de alojamento (N.º de camas) nos empreendimentos turísticos por tipologia - OVT



Fonte: Turismo de Portugal. IP; Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal; <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (os dados têm como referência o ano de entrada em funcionamento do empreendimento)

Gráfico 99 - Capacidade de alojamento (N.º de camas) nos empreendimentos turísticos por tipologia - AML



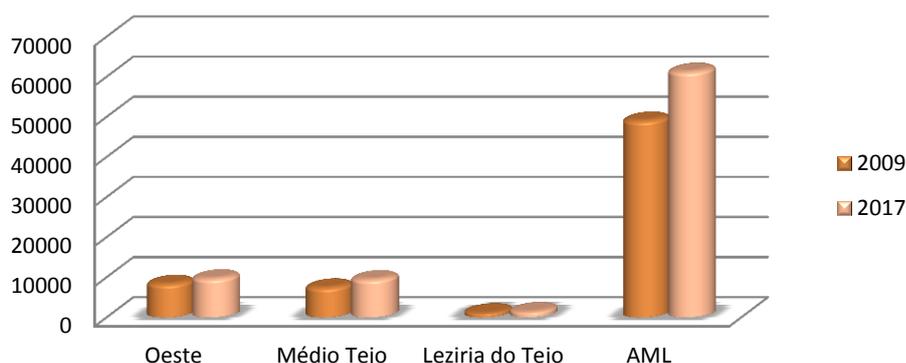
Fonte: Turismo de Portugal. IP; Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal; <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (os dados têm como referência o ano de entrada em funcionamento do empreendimento)

Tabela 8 - Capacidade de alojamento (N.º de camas) nos empreendimentos turísticos por tipologia e por NUTS III- RLVT

	Oeste		Médio Tejo		Lezíria do Tejo		AML	
	2009	2017	2009	2017	2009	2017	2009	2017
Agroturismo	58	134	30	71	124	200	8	48
Aldeamento Turístico	3014	3090	0	207	0	22	2591	2591
Apartamento Turístico	244	448	0	0	0	0	367	957
Casa de Campo	91	281	156	480	50	196	8	88
Hotel	4599	5120	7172	8342	799	853	42331	52715
Hotel Rural	72	300	0	21	42	42	117	117
Hotel-apartamento	82	82	0	246	0	0	3380	4060
Pousada	18	18	58	58	0	0	131	554
Turismo Habitação	171	235	41	61	81	122	113	125
Total	8349	9708	7457	9486	1096	1435	49046	61255

Fonte: Turismo de Portugal. IP; Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal; <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (os dados têm como referência o ano de entrada em funcionamento do empreendimento)

Gráfico 100 - Capacidade de alojamento total (n.º de camas) nos empreendimentos turísticos, por localização geográfica, na RLVT



Fonte: Turismo de Portugal. IP; Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal; <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (os dados têm como referência o ano de entrada em funcionamento do empreendimento)

Tabela 9 – Empreendimentos turísticos (n.º e capacidade de alojamento) por NUTS III, a dez 2017 - RLVT

	N.º de Empreendimentos Turísticos	N.º Unidades de Alojamento	N.º Camas
Oeste	122	4005	9708
Médio Tejo*	133	4899	9486
Lezíria do Tejo	52	750	1435
AML	358	30587	61098
Total RLVT	793	45090	91213

* Exclui oferta existente nos concelhos fora do OVT (Vila de Rei, Sertã e Mação)

Fonte: Turismo de Portugal. IP; Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal; <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (os dados têm como referência o ano de entrada em funcionamento do empreendimento)

Para além da capacidade de alojamento instalada nos empreendimentos turísticos importa abordar a oferta disponível nos estabelecimentos de alojamento local - apartamentos, moradias, estabelecimentos de hospedagem e estabelecimento de hospedagem - hostel. Em dezembro de 2017 estavam registados na Região cerca de 16.700 estabelecimentos de alojamento local (e 109 208 utentes), a grande maioria na AML, destacando-se também a dinâmica no Oeste. O alojamento local tem revelado uma dinâmica exponencial na cidade de Lisboa. Em 2009, existiam na cidade 44 unidades de alojamento local (e 1.003 utentes), valor que no final de 2017 ultrapassou as 10 600 unidades de alojamento (e 61 017 utentes).

Tabela 10 - Alojamento Local na RLVT - dez 2017

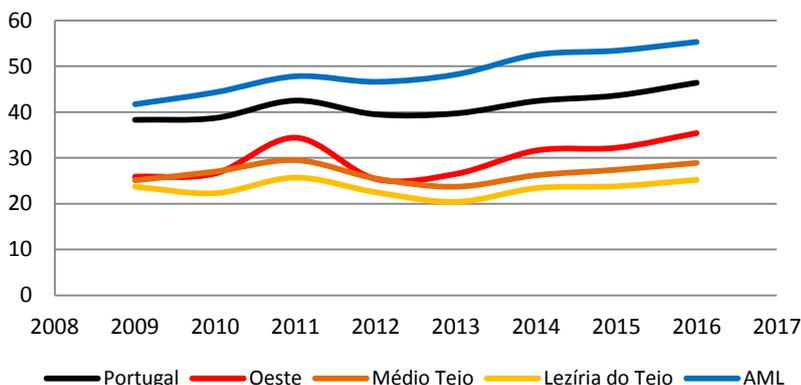
	Nº de Unidades de Alojamento Local	Nº de Utentes
Oeste	1539	17260
Lezíria do Tejo	158	1508
Médio Tejo*	334	4172
AML	14697	86278
Total RLVT	16728	109218

* Exclui oferta existente nos concelhos fora do OVT (Vila de Rei, Sertã e Mação)

Fonte: Turismo de Portugal. IP; Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal; <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

Quanto à procura turística e tendo por base os dados disponibilizados pelo INE, verifica-se que a taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros tem vindo a aumentar, com ligeira quebra em 2012, sentida particularmente no Oeste. Na AML, em sete anos, as taxas de ocupação aumentaram cerca de 10 pontos percentuais, sendo sempre superiores às registadas nas restantes sub-regiões.

Gráfico 101 - Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por localização geográfica



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Analisando as características de ocupação e permanência nos diferentes estabelecimentos hoteleiros na RLVT constata-se que, em 2016, os hotéis é a tipologia que regista melhores taxas de ocupação-cama, todavia os estabelecimentos do OVT apresentam taxas líquidas de ocupação reduzidas. No conjunto do país, os hotéis-apartamentos apresentam taxas líquidas de ocupação-cama mais favoráveis.

A permanência nos estabelecimentos hoteleiros da região é mais prolongada nos aldeamentos e apartamentos turísticos, seguindo o padrão da média nacional ainda que com valores inferiores, sendo a

estada média nos estabelecimentos da RLVT inferiores a 2,4 dias. Em 2016, os estabelecimentos hoteleiros da AML registaram cerca de 15 milhões de dormidas.

Tabela 11 - Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por tipo de estabelecimento; 2016

	Total	Hotéis	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos
Portugal	42,4	46,6	40,6	48,6	35,2	38,1
Oeste	31,6	36,2				29,3
Médio Tejo	26,2	28,6				
Lezíria do Tejo	23,4	27,5				
AML	52,5	55,6	43,4	40,1	45,6	35,3

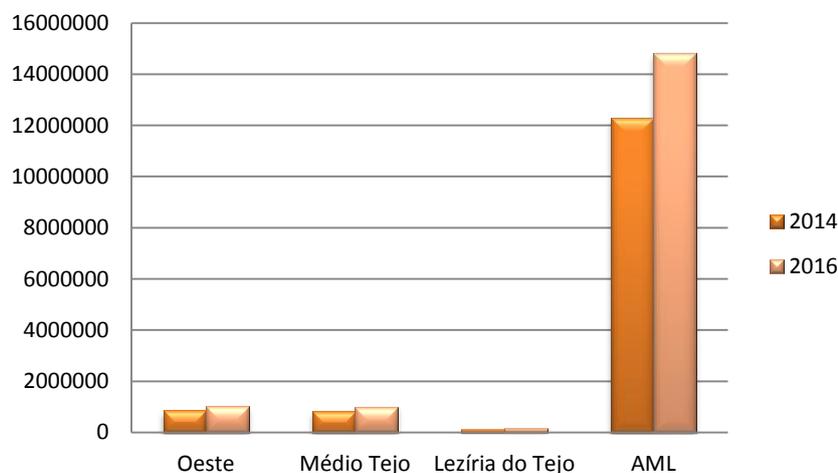
Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Tabela 12 - Estada média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por tipo de estabelecimento; 2016

	Total	Hotéis	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos
Portugal	2,8	2,5	5,5	1,8		4,6
Oeste	2	2				
Médio Tejo	1,6	1,6				
Lezíria do Tejo	1,7	1,5				
AML	2,4	2,3		2,1		3,5

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Gráfico 102 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por localização geográfica e tipo (estabelecimento hoteleiro)

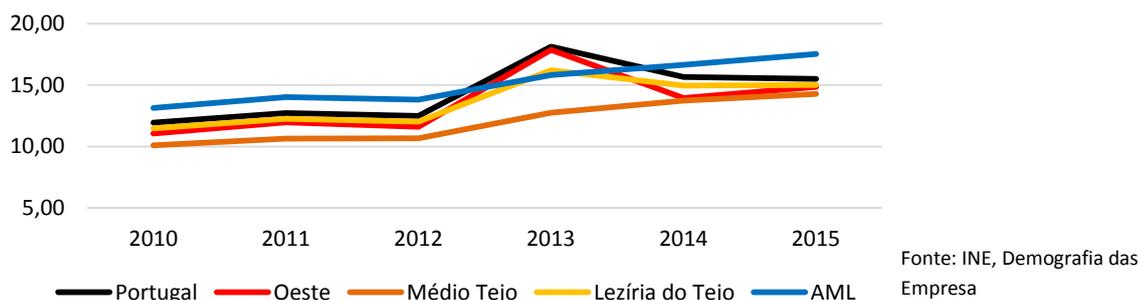


Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Empreendedorismo

Depois de um ciclo menos favorável, entre 2008 e 2012, associado à crise económica e financeira com impactos na dinâmica empresarial, verifica-se, desde 2013, um incremento na taxa de natalidade das empresas com maior relevo no Oeste e na Lezíria, seguindo a tendência nacional. Este dinamismo está particularmente associado ao surgimento de empresas do setor da agricultura, pescas, florestas, caça e produção animal que, em 2013, concentrou 52% das empresas nascidas em Portugal e 37% das empresas nascidas no Oeste. De notar também a dinâmica crescente de criação de empresas registada na AML.

Gráfico 103 - Taxa de natalidade (%) das empresas por localização geográfica

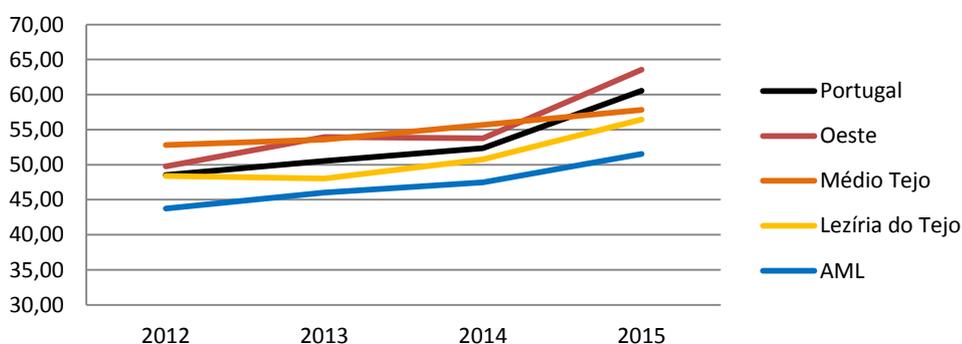


Em 2015 o Médio Tejo continua a revelar dinâmica nas empresas do setor da agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca, sendo também de destacar o setor da energia (Médio Tejo), da indústria transformadora (Lezíria do Tejo) e das atividades administrativas e serviços de apoio (toda a região).

Na AML a percentagem de empresas sobreviventes dois anos depois de criadas apresenta taxas inferiores à média nacional, associada à maior dinâmica de empreendedorismo e à inerente mortalidade, verificando-se taxas de sobrevivência mais elevadas nas empresas do Médio Tejo e Oeste.

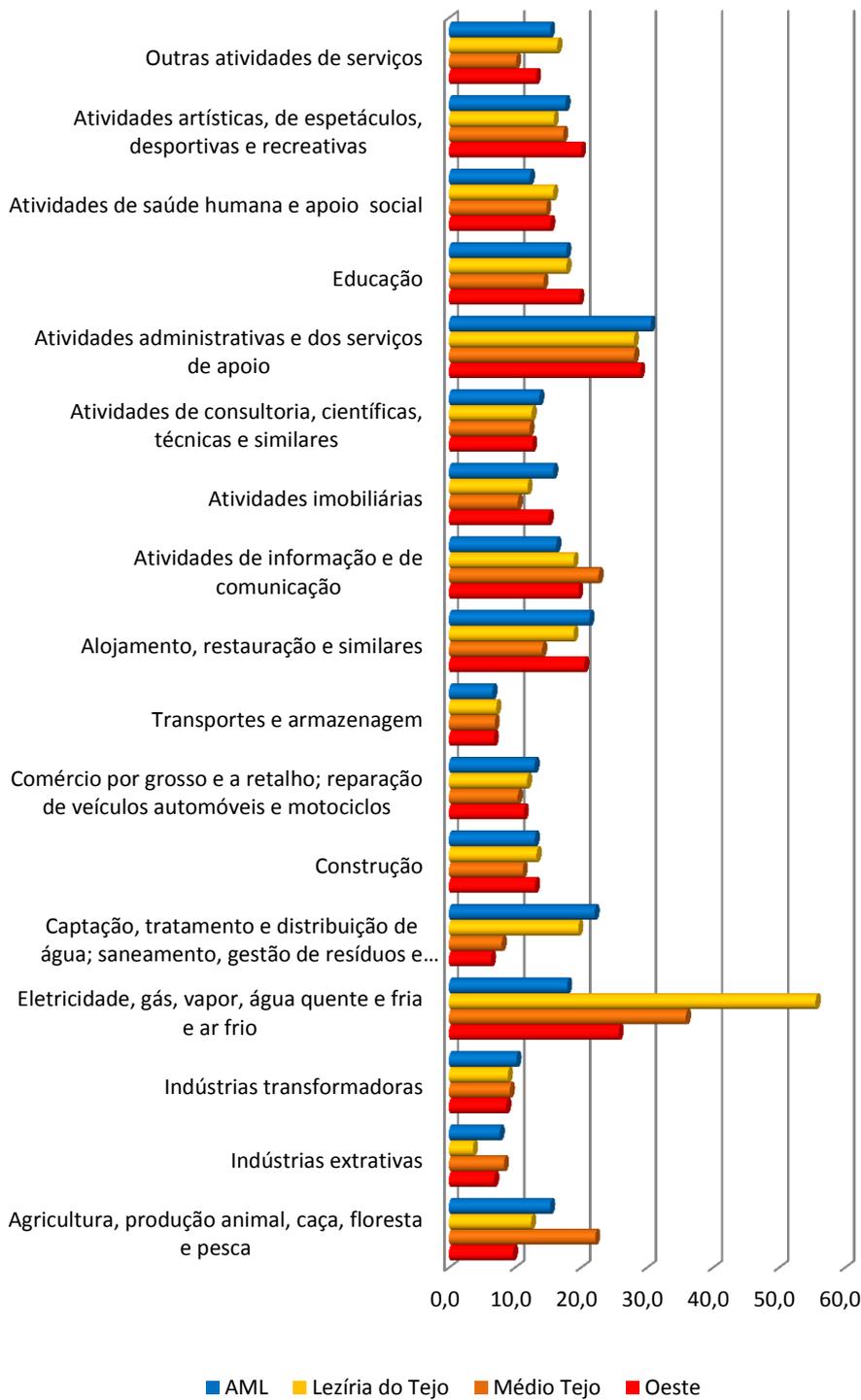
Em 2015 as atividades administrativas e de serviços de apoio e as empresas do setor da educação são as que demonstraram menor capacidade de sobrevivência, assim como a indústria extrativa na Lezíria do Tejo. Por sua vez, as atividades que revelaram maior resiliência estão ligadas ao transporte e armazenagem, indústrias extrativas (na AML e Médio Tejo), e água e saneamento, merecendo ainda destaque as atividades artísticas e desportivas (no Oeste, Lezíria do Tejo e AML) e as atividades agrícolas e florestas (no Médio Tejo).

Gráfico 104 - Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes por localização geográfica



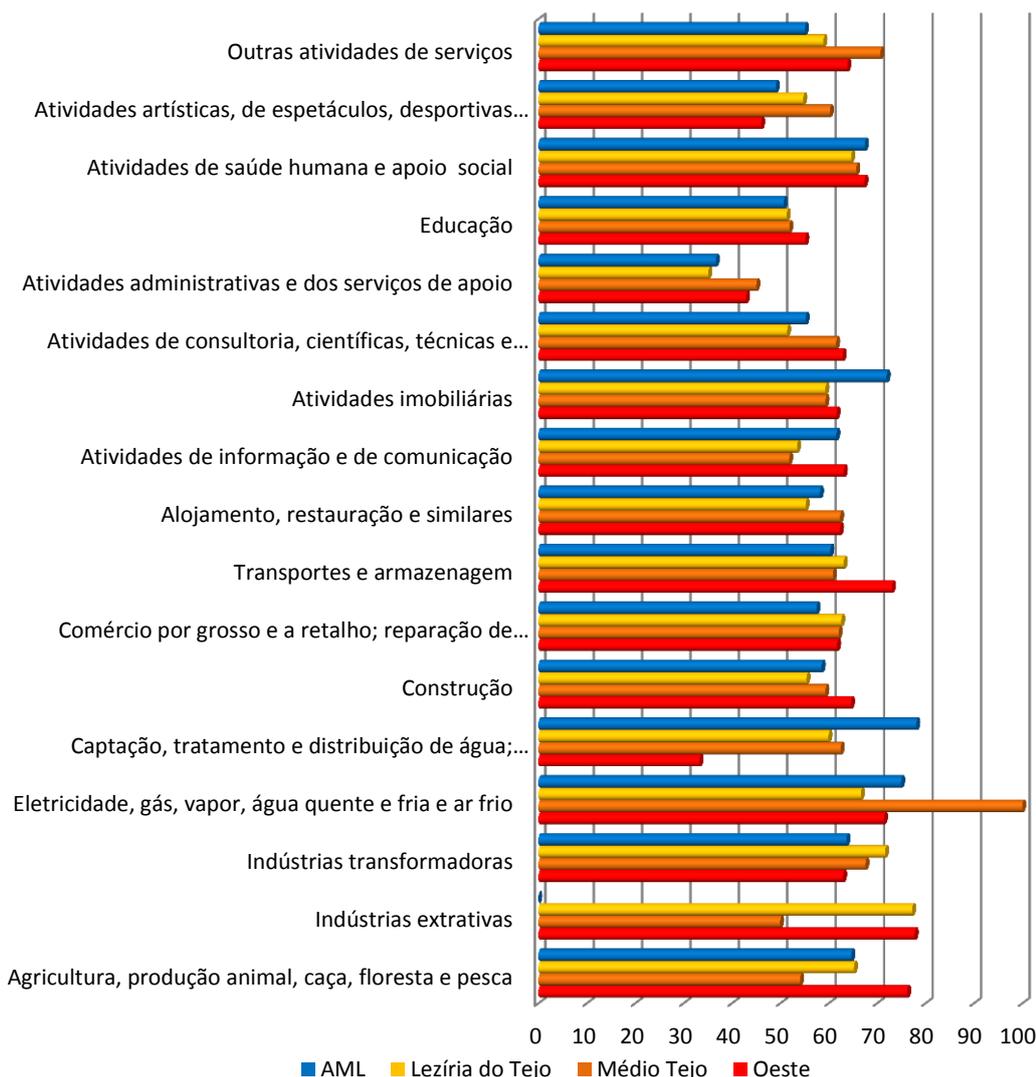
Fonte: INE, Demografia das Empresas

Gráfico 105 - Taxa de natalidade (%) das empresas por localização geográfica e atividade económica (Divisão-CAE Rev. 3), RLVT - 2015



Fonte: INE, Demografia das Empresa

Gráfico 106 - Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes por localização geográfica e atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) na RLVT - 2015



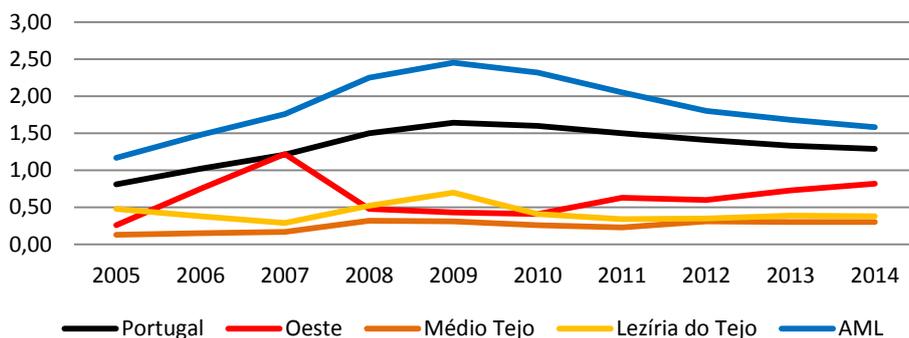
Fonte: INE, Demografia das Empresas

II. Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

O reforço de investimento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação constitui um dos objetivos definidos pela Comissão Europeia no âmbito do Portugal 2020, transversal a todas as regiões, tendo sido estabelecida para 2020 uma meta de 2.7% a 3.3% de I&D em percentagem do PIB.

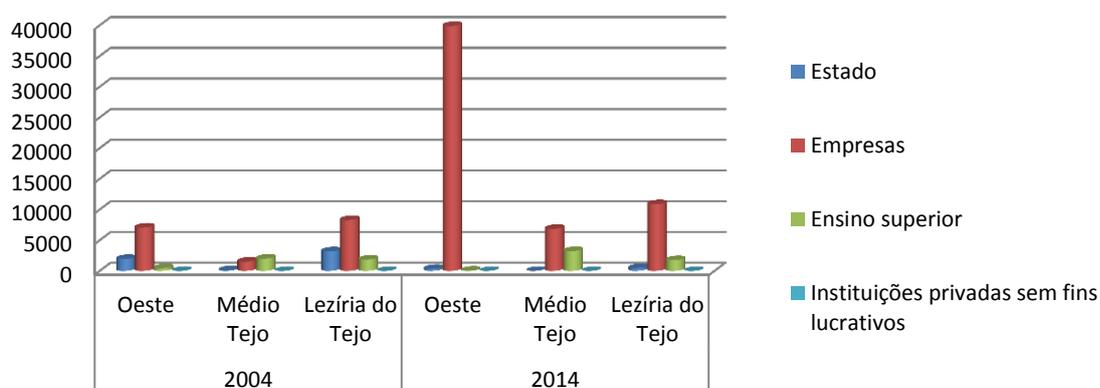
A AML apresentou um crescimento significativo das despesas em I&D entre 2005 e 2009, posicionando-se muito acima da média nacional. No entanto, a partir desse ano e pelo menos até 2014, registou-se uma redução no investimento que trouxe a AML (1,58) para valores próximos da média nacional (1,29) e aquém das metas definidas, tornando mais difícil a sua concretização em 2020. No Oeste e Vale do Tejo o investimento em I&D é bastante inferior, não obstante o Oeste ter registado uma aproximação à média nacional. Ainda assim, em 2014 a percentagem do PIB destinada a investigação e desenvolvimento era inferior a 1% (0,82).

Gráfico 107 - Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por localização geográfica



Fonte: INE/ Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

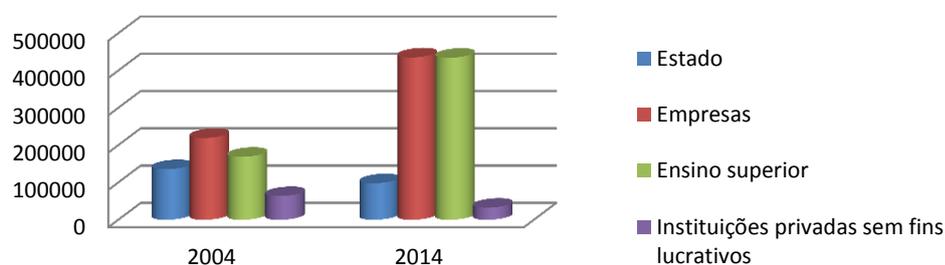
Gráfico 108 - Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, OVT – 2004/2014



Fonte: INE/ Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Analisando a evolução registada entre 2004 e 2014 sobressai o acréscimo de investimento em I&D na AML e no Oeste encetado, essencialmente, pelas empresas e pelo ensino superior, sendo evidente o menor investimento do Estado e das instituições privadas sem fins lucrativos.

Gráfico 109 - Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, AML – 2004/2014

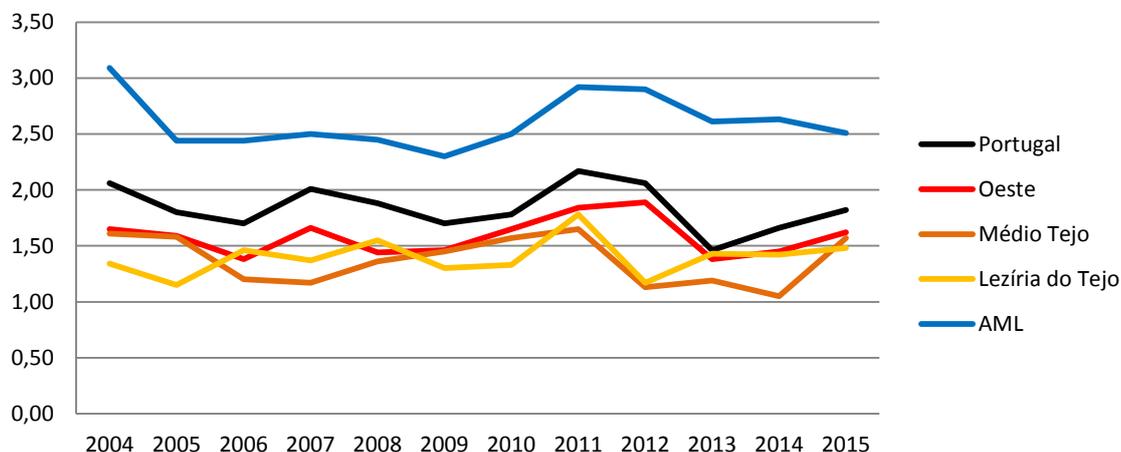


Fonte: INE/ Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Relativamente à evolução da proporção de nascimentos de empresas nos setores de alta e média-alta tecnologia, regista-se ao longo do período de referência alguma variabilidade. Não obstante é possível verificar que os valores mais elevados de nascimentos desta tipologia de empresas foram obtidos em 2011,

encontrando-se a AML em 2015 com valores inferiores aos de 2004. No cômputo geral refira-se que a proporção de nascimentos atingida pela AML é sempre superior à nacional, ao contrário do que sucede com o Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo.

Gráfico 110 - Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica



Fonte: INE, Demografia das Empresa

Economia - Síntese

- A AML apresenta entre 2004 e 2015 um PIB *per capita* superior ao valor nacional, ao contrário do OVT com um desempenho sempre inferior ao da média do país.
- Entre 2009 e 2015, a estrutura da economia da RLVT acentuou a sua terciarização, particularmente na AML, à custa da perda de peso do setor secundário.
- A atividade agrícola no OVT ocupa uma posição relevante, em particular no Oeste onde se pratica uma agricultura mais intensiva. Na AML, entre 2011 e 2016, a cultura de batata, vinha e olival aumentou expressivamente os níveis de produção e produtividade.
- Entre 2009 e 2017, foi expressivo o aumento de camas turísticas na RLVT, destacando-se o acréscimo de cerca de 12.000 camas na AML, acompanhado do acréscimo de 14.500 unidades de alojamento local. Em 2016, os estabelecimentos hoteleiros da AML registaram cerca de 15 milhões de dormidas.
- Desde 2013 verifica-se um incremento na taxa de natalidade das empresas, com maior relevo no Oeste e na Lezíria do Tejo. Esta dinâmica relaciona-se com o nascimento de empresas do setor da agricultura, pescas, florestas, caça e produção animal que, em 2013, concentrou 37% das empresas nascidas no Oeste.
- Na AML a percentagem de empresas sobreviventes dois anos depois de criadas apresenta taxas inferiores à média nacional, refletindo, por um lado, a dinâmica de empreendedorismo e, por outro, uma maior competitividade do mercado.
- Entre 2004 e 2015 sobressai o acréscimo de investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico na AML e no Oeste, encetado essencialmente pelas empresas e pelo ensino superior.



Fonte: <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/como-podemos-cuidar-do-meio-ambiente.html>

AMBIENTE

Água

Resíduos

Qualidade do Ar

1.2.7. AMBIENTE

Por razões de valorização da relevância de vários domínios ambientais no ordenamento do território, optou-se por uma desagregação temática tratando-se neste ponto apenas as dimensões de análise mais estritamente relacionadas com as políticas de água, resíduos e qualidade do ar.

Considerando a existência de metas bem definidas, no âmbito nacional e europeu, relativamente aos resultados a atingir quanto à qualidade da água, para os diversos usos, e quanto ao seu uso eficiente, bem como, quanto à produção de resíduos e à sua reciclagem e reutilização, utilizaram-se indicadores comuns pré-definidos, que permitem analisar o comportamento da região face às metas nacionais e europeias.

Em matéria de qualidade do ar recorreu-se à exaustiva informação produzida pela CCDR LVT enquanto entidade competente pela gestão da rede da qualidade do ar.

Água

Em 2016, a qualidade das águas interiores era excelente em todos os concelhos abrangidos.

Quanto às águas costeiras de transição foram na sua maioria avaliadas com qualidade excelente, e nalguns casos com qualidade boa (Cascais, Oeiras, Setúbal).

Gráfico 112 - Águas balneares costeiras de transição (N.) por classes de qualidade, nos concelhos da AML e Oeste, 2016

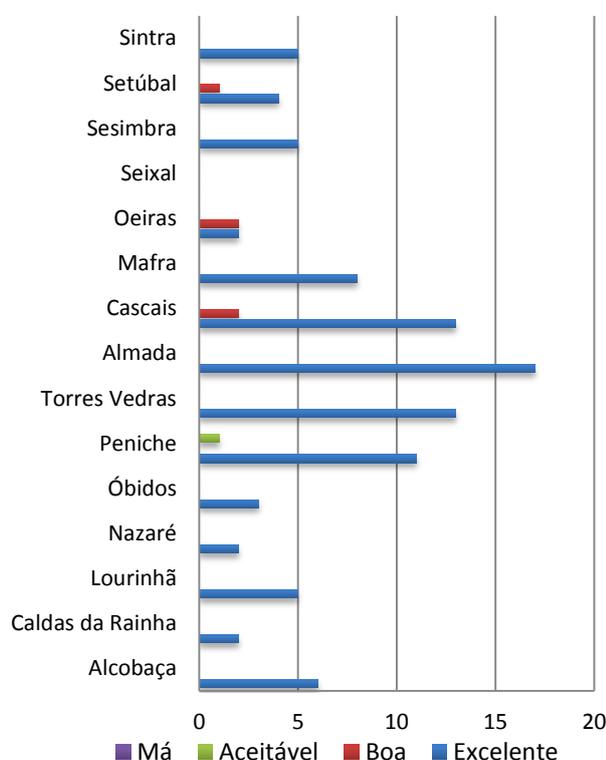
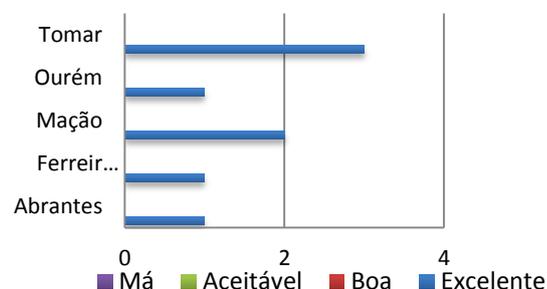
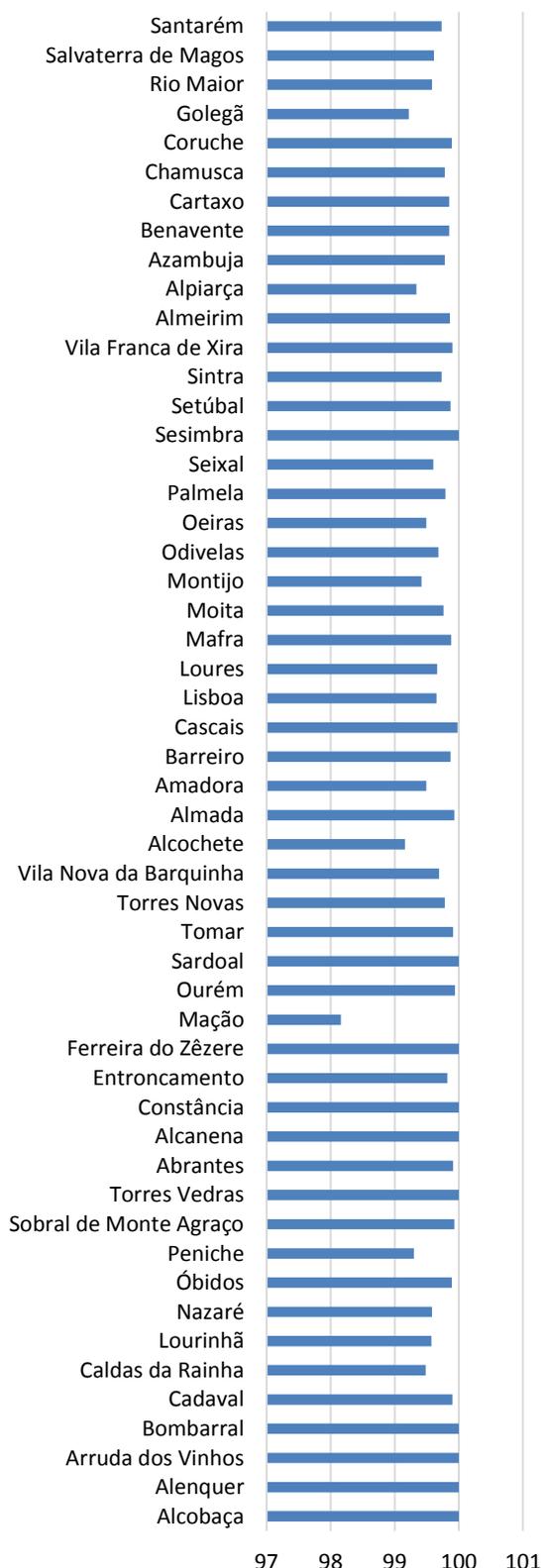


Gráfico 111 Águas balneares Interiores (N.º), por classes de qualidade, nos concelhos da RLVT, 2016



Fonte: INE, Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos

Gráfico 113 - Água segura¹⁶ (%) por localização geográfica, 2016



Fonte: INE, Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos

No que respeita à qualidade da água para consumo humano, enquadrada no indicador Água Segura, verifica-se que, em 2016, na larga maioria dos concelhos da RLVT, mais de 99% da água para consumo humano era controlada e de boa qualidade. Os municípios de Mação, Golegã, Alpiarça, Alcochete e Peniche, apresentavam valores menos favoráveis, ainda que superiores a 98%.

Relativamente às perdas de água verificadas nos sistemas de abastecimento, constata-se uma melhoria desde 2011 nos sistemas em alta e em baixa, em todo o caso em alguns municípios persistem perdas significativas superiores a 20% (Óbidos, Sintra e Seixal) e acima dos 50% (Alcobaça, Entroncamento e Ferreira do Zêzere).

A EPAL desenvolveu uma ferramenta informática para a monitorização da rede - a WONE -, que permitiu reduzir os níveis de água não faturada na Rede de Distribuição de Lisboa de 23,5%, em 2005, para cerca de 8%, em 2015.

¹⁶ Água segura -- corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo este o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação

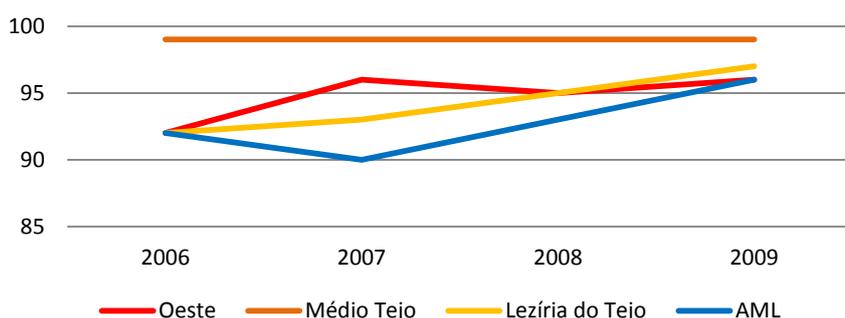
Tabela 13 – Perdas reais de água, 2011/2013

Localização Geográfica	Entidades	2011	2012	2013
Águas para abastecimentos (Sistemas em Baixa)				
Alcobaça	SM Alcobaça	50-100%	50-100%	50 - 100%
Alenquer	Águas de Alenquer	0-5%	0-5%	0 - 5%
Arruda dos Vinhos	CM Arruda dos Vinhos	N/D	N/D	0 - 5%
Bombarral	CM de Bombarral	20-50%	0-5%	5 - 20%
Cadaval	CM de Cadaval	0-5%	0-5%	0 - 5%
Caldas da Rainha	SMAS de Caldas da Rainha	5-20%	5-20%	0 - 5%
Lourinhã	CM de Lourinhã	N/D	0-5%	0 - 5%
Nazaré	SM de Nazaré	0-5%	5-20%	5 - 20%
Óbidos	CM de Óbidos	5-20%	20-50%	20 - 50%
Peniche	SMAS de Peniche	0-5%	0-5%	0 - 5%
Sobral de Monte Agraço	CM de Sobral de Monte Agraço	50-100%	5-20%	5 - 20%
Torres Vedras	SMAS de Torres Vedras	0-5%	0-5%	0 - 5%
Abrantes	SM de Abrantes	N/D	5-20%	5 - 20%
Alcanena	Luságua Alcanena	0-5%	0-5%	0 - 5%
Constância	CM de Constância	20-50%	5-20%	0 - 5%
Entroncamento	CM de Entroncamento	5-20%	50-100%	50 - 100%
Ferreira do Zêzere	CM de Ferreira do Zêzere	N/D	50-100%	50 - 100%
Ourém	Águas de Ourém	5-20%	5-20%	5 - 20%
Sardoal	CM de Sardoal	20-50%	N/D	N/D
Tomar	SMAS de Tomar	0-5%	0-5%	0 - 5%
Torres Novas	-	N/D	N/D	N/D
Vila Nova da Barquinha	CM de Vila Nova da Barquinha	5-20%	50-100%	0 - 5%
Almeirim	-	N/D	N/D	N/D
Alpiarça	-	N/D	N/D	N/N
Azambuja	Águas da Azambuja	50-100%	0-5%	0 - 5%
Benavente	-	N/D	N/D	N/D
Cartaxo	Cartágua	0-5%	0-5%	N/D
Chamusca	-	N/D	N/D	N/D
Localização Geográfica	Entidades	2011	2012	2013
Coruche	-	N/D	N/D	N/D
Golegã	CM de Golegã	20-50%	N/D	N/D
Rio Maior	CM de Rio Maior	0-5%	5-20%	5 - 20%
Salvaterra de Magos	-	N/D	N/D	N/D
Santarém	Águas de Santarém	5-20%	5-20%	5 - 20%
Amadora	SMAS de Oeiras e Amadora	5 - 20%	5 - 20%	5 - 20%
Cascais	Águas de Cascais	5 - 20%	5 - 20%	0 - 5%
Lisboa		N/D	N/D	N/D
loures	SM de Loures	0 - 5%	0 - 5%	0 - 5%
Mafra	Águas de mafra	0 - 5%	0 - 5%	0 - 5%
Odivelas		N/D	N/D	N/D
Oeiras	SMAS de Oeiras e Amadora	5 - 20%	5 - 20%	5 - 20%
Sintra	SMAS Sintra	20 - 50%	20 - 50%	20 - 50%
Vila Franca de Xira	SMAS Vila Franca de Xira	0 - 5%	0 - 5%	0 - 5%
Alcochete	CM Alcochete	5 - 20%	5 - 20%	0 - 5%
Almada	SMAS Almada	5 - 20%	20 - 50%	5 - 20%
Barreiro	CM Barreiro	5 - 20%	5 - 20%	5 - 20%
Moita	CM Moita	50 - 100%	20 - 50%	5 - 20%
Montijo	SMAS Montijo	0 - 5%	0 - 5%	5 - 20%
Palmela	CM Palmela	N/D	N/D	5 - 20%

Seixal	CM Seixal	50 - 100%	50 - 100%	20 - 50%
Sesimbra	CM Sesimbra	N/D	5 - 20%	5 - 20%
Setúbal		N/D	N/D	N/D
Águas do Ribatejo		N/D	5-20%	5 - 20%
EPAL		0-5%	0-5%	0 - 5%
Águas para abastecimentos (Sistemas em Alta)				
Águas do Oeste		5-20%	5-20%	0 - 5%
Águas do Centro		0-5%	0-5%	0 - 5%
EPAL		0-5%	0-5%	0 - 5%

Fonte: ERSAR: "Relatório anual dos serviços de águas e resíduos em Portugal"

Gráfico 114 - Proporção de águas residuais tratadas, na RLVT - 2009¹⁷



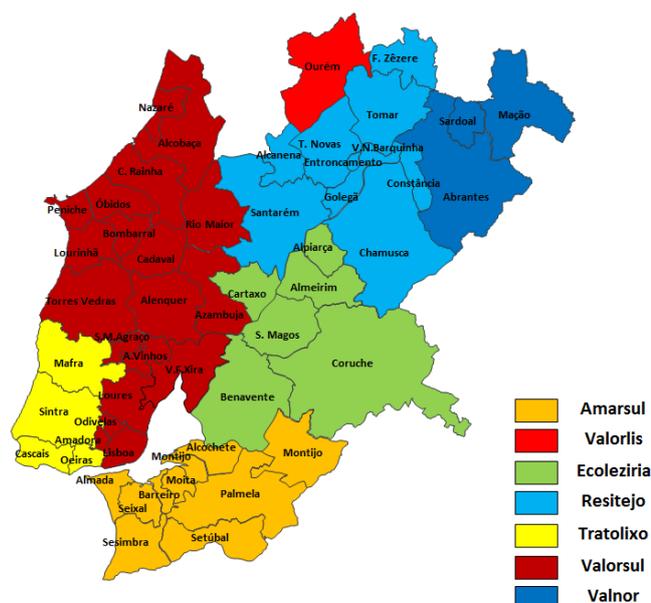
A proporção de águas residuais tratadas na RLVT em 2009 era superior a 96% em todas as sub-regiões, apresentando o Médio Tejo o melhor desempenho.

Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Resíduos

Os 52 municípios da RLVT são servidos por sete sistemas multimunicipais de recolha e tratamento de Resíduos Urbanos – Amarsul, Valorlis, Ecolezíria, Resitejo, Tratolixo, Valorsul e Valnor. Destes, dois abrangem igualmente municípios da Região Centro e da Região Alentejo – Valorlis e Valnor.

Figura 28 - Sistemas multimunicipais de recolha e tratamento de Resíduos Urbanos

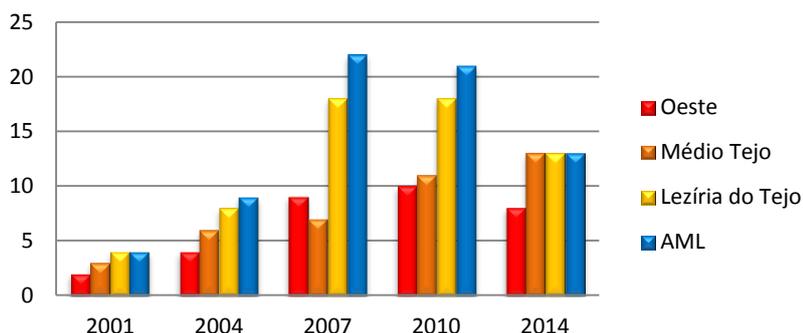


A Valorsul é o sistema que abrange o maior número de concelhos (19), e o que serve o maior quantitativo populacional – 1.556.164 habitantes.

Fonte: CCDR LVT

¹⁷ Último ano disponível

Gráfico 115 - Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), na RLVT

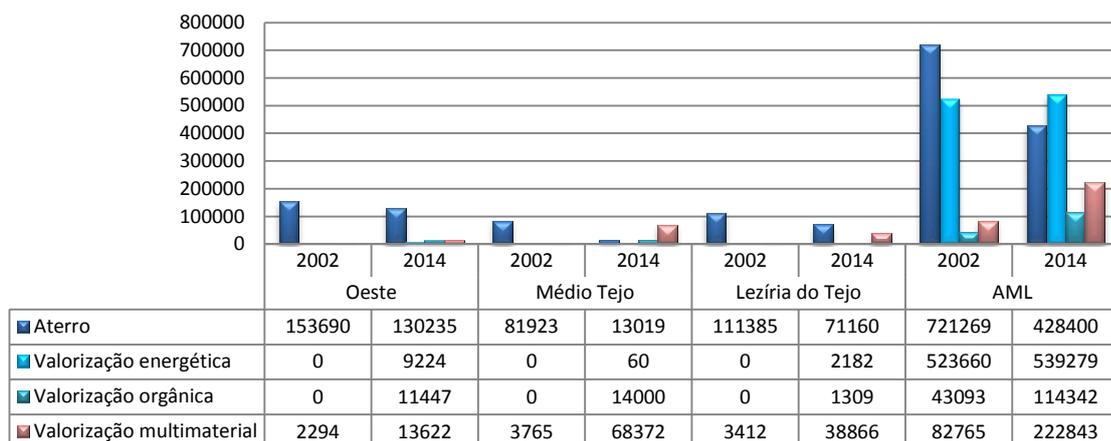


A proporção de resíduos recolhidos seletivamente registou uma tendência crescente de 2001 até 2007 em todas as sub-regiões, tendo decrescido desde então até 2014, na AML, Oeste e Lezíria do Tejo. O Médio Tejo mantém uma trajetória crescente, até 2014, na recolha seletiva de resíduos.

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

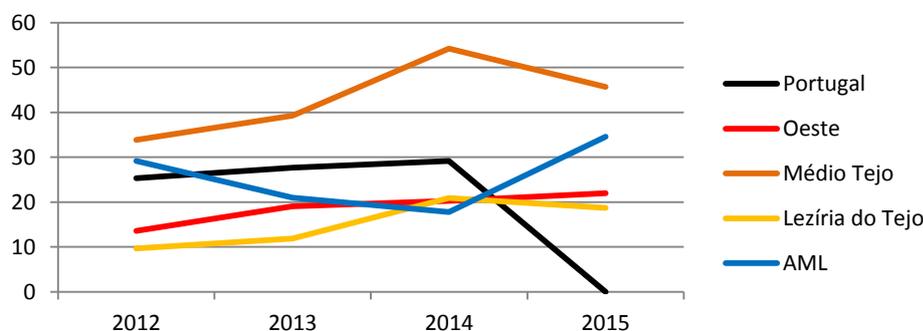
Quanto ao destino dos resíduos, refira-se que, desde 2002 tem decrescido o depósito em aterro. Por sua vez a valorização multimaterial, orgânica e energética, registou um acréscimo significativo em todas as NUTS III, com maior expressão na AML e no Médio Tejo, que também apresentam valores expressivos na proporção de resíduos preparados para reutilização.

Gráfico 116 - Resíduos urbanos recolhidos (t) por localização geográfica, tipo de recolha e tipo de destino, na RLVT



Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

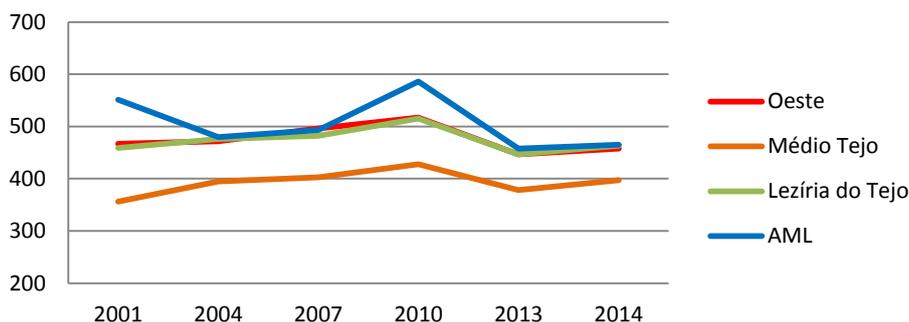
Gráfico 117 - Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)



Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos; Nota: Não existem dados disponíveis para Portugal / 2015

Os resíduos urbanos recolhidos por habitante têm registado um comportamento variável de 2001 a 2014, sendo que na AML, Oeste e Lezíria do Tejo os valores têm sido sempre superiores aos registados no Médio Tejo.

Gráfico 118 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.) por localização geográfica, na RLVT



Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Resíduos Perigosos

A RLVT acolhe no seu território, no município da Chamusca (Eco Parque do Relvão), os dois únicos Centros Integrados de Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER) – Ecodeal e SISAV.

Entre 2014 e 2015 registou-se um crescimento na quantidade de resíduos rececionados pelos CIRVER, correspondendo 86% a resíduos perigosos.

Tabela 14 - Quantitativos de resíduos rececionados pelos CIRVER em 2014 e 2015, em toneladas

	2014		2015
CIRVER SISAV	116 956	↑	226 673
CIRVER ECODEAL	153 922	↓	142 629
Total	270 878	↑	369 302

Fonte: <http://observatoriocirver.apambiente.pt/relatorios.html>

De acordo com o Relatório sobre o Ponto de Situação da Atividade de Exploração dos CIRVER 2015, cerca de 3,8% dos resíduos recebidos (14.077 toneladas) foram provenientes de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos, com origem na Grécia, Malta, Itália, Israel, Cabo Verde, Albânia e Espanha e destinaram-se, maioritariamente, a operações de tratamento físico-químico e à deposição em aterro.

Qualidade do Ar

A avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente no território nacional são efetuadas nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 de março e pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio.

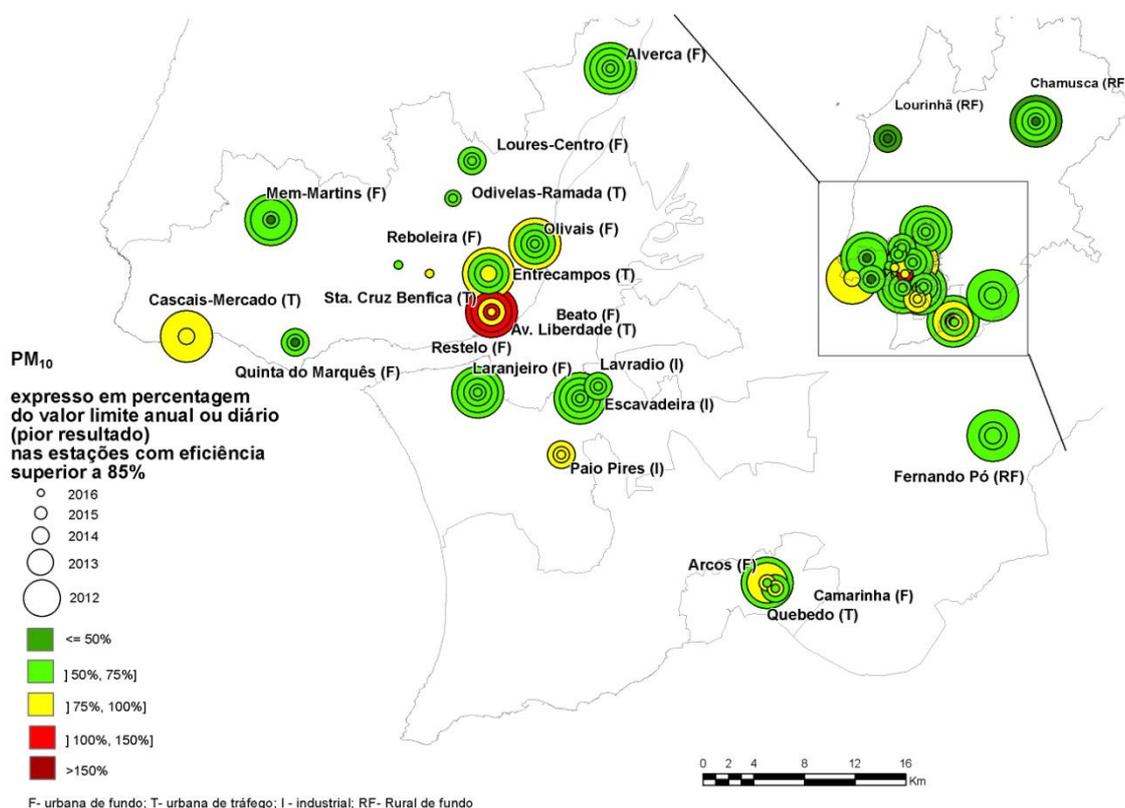
Os resultados da avaliação da qualidade do ar efetuada nas estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA) da CCDR LVT, nos termos do disposto no referido diploma, mostram que nos últimos anos se verificou uma melhoria significativa da qualidade do ar na RLVT. Contudo, apesar das medidas adotadas para a redução das concentrações dos poluentes atmosféricos no ar ambiente, ainda persistem algumas situações de concentrações elevadas dos poluentes partículas PM₁₀ e dióxido de azoto (NO₂), sobretudo em áreas urbanas, e também do poluente ozono (O₃), em especial nas zonas rurais da RLVT.

As partículas PM₁₀ (partículas com um diâmetro aerodinâmico inferior a 10 µm) são essencialmente emitidas pelo tráfego rodoviário (por emissões diretas do escape dos veículos, desgaste dos pneus e dos travões e por ressuspensão), mas têm também origem em fontes industriais e naturais. As partículas PM₁₀ penetram no aparelho respiratório, podendo as mais finas, de diâmetro inferior a 2,5 µm, atingir os alvéolos pulmonares e interferir nas trocas gasosas. A exposição a este poluente pode afetar a atividade respiratória, sobretudo de grupos sensíveis como as crianças e idosos, e agravar o estado de saúde de pessoas que sofram de doenças respiratórias e cardiovasculares.

Os resultados obtidos nas estações da RMQA da CCDR LVT para as partículas PM₁₀ mostram que, no período de 2001 a 2013, se verificaram ultrapassagens sistemáticas aos valores limite (VL) legislados para este poluente. As situações mais problemáticas verificaram-se para o valor limite diário em estações urbanas de tráfego e industriais, embora no período entre 2001 e 2006 se tenham observado ultrapassagens também em estações urbanas de fundo localizadas na AML. No período entre 2001 e 2016 tem-se observado uma tendência de decréscimo das concentrações deste poluente, sendo de salientar que nos anos de 2014 e 2016 nenhuma estação esteve em incumprimento dos valores limite.

No mapa da figura seguinte representa-se a evolução das concentrações de partículas PM₁₀ nas estações da RMQA LVT, expressas em percentagem dos VL, no período de 2012 a 2016.

Figura 29 - Mapa dos resultados de PM₁₀ - 2012 a 2016



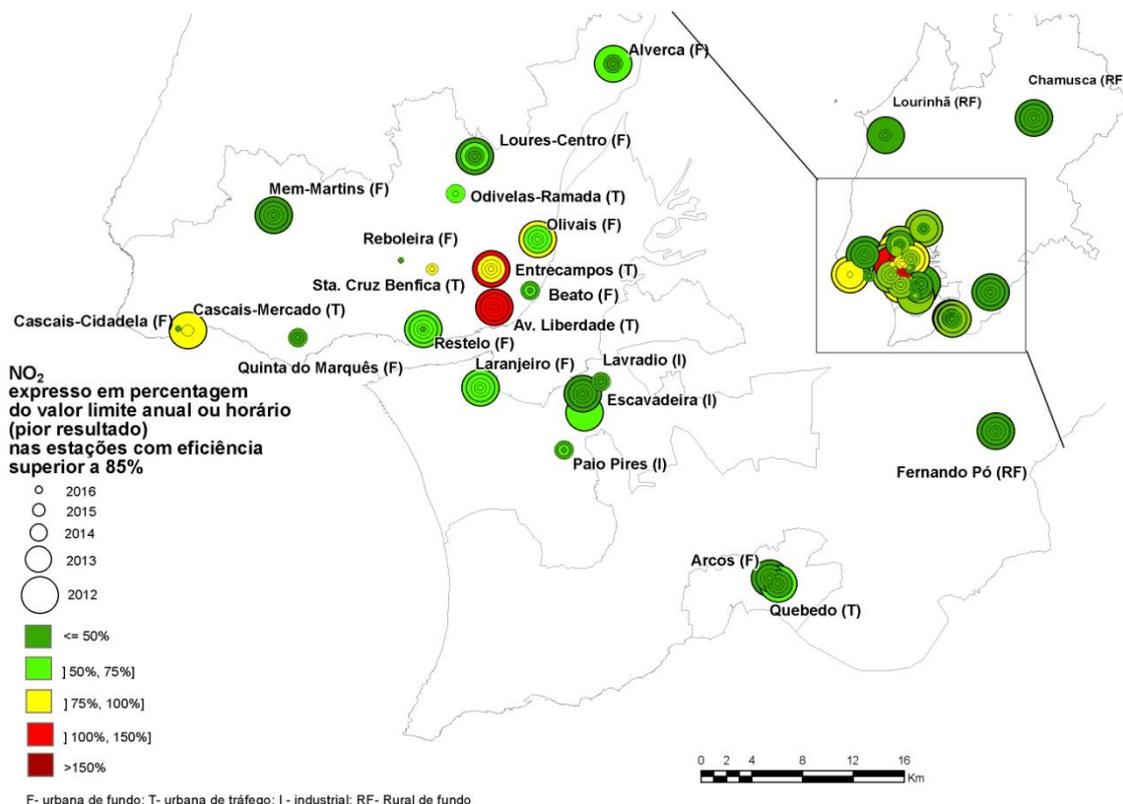
Fonte: CCDR LVT; <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/resultados-na-regiao-de-lisboa-e-vale-do-tejo--2016/>

O NO₂ tem como principal origem as emissões do tráfego rodoviário, verificando-se as concentrações mais elevadas nas áreas urbanas com maior concentração de tráfego. O NO₂ em concentrações elevadas causa efeitos que vão desde a irritação dos olhos e garganta até à afetação das vias respiratórias, provocando diminuição da capacidade respiratória, dores no peito, edema pulmonar e danos no sistema nervoso central e nos tecidos. Alguns destes efeitos são retardados, não aparecendo durante ou logo após a exposição.

Os resultados obtidos nas várias estações da RMQA, no período entre 2001 e 2016, permitiram observar que na RLVT os níveis mais elevados de NO₂ estão associados às zonas de maior tráfego, tendo-se verificado que, desde 2002, as ultrapassagens aos valores limite deste poluente estiveram concentradas na Área Metropolitana de Lisboa Norte, sobretudo em estações urbanas de tráfego. Desde 2013, apenas a estação da Av. da Liberdade, representativa de locais com elevado tráfego rodoviário do centro da cidade de Lisboa, apresentou uma média anual superior ao valor limite anual.

No mapa da figura seguinte representa-se a evolução, entre 2012 e 2016, das concentrações de NO₂ em cada estação, expressas em percentagem dos VL.

Figura 30 - Mapa dos resultados de NO₂ – 2012 a 2016



Fonte: CCDR LVT; <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/resultados-na-regiao-de-lisboa-e-vale-do-tejo---2016/>

O ozono troposférico (O₃) é um poluente secundário que resulta da transformação química na atmosfera de certos poluentes designados por primários, em particular os óxidos de azoto e os compostos orgânicos voláteis, por ação da radiação solar. Os episódios de concentrações elevadas deste poluente ocorrem especialmente nos dias de verão, na presença de condições meteorológicas particulares - forte radiação solar, temperaturas elevadas, vento fraco e estabilidade atmosférica - frequentemente associadas à persistência de um anticiclone. As reações de formação do O₃ são complexas e as concentrações mais elevadas ocorrem normalmente na periferia das zonas onde são emitidos os poluentes precursores, já que estes podem ser transportados pelas massas de ar a grandes distâncias. A ação do O₃ pode manifestar-se por irritações nos olhos, nariz e garganta, dores de cabeça e por problemas respiratórios, tais como dificuldade em respirar, dores no peito e tosse. A presença deste poluente pode também provocar o agravamento de patologias respiratórias já existentes e reduzir a resistência a infeções respiratórias.

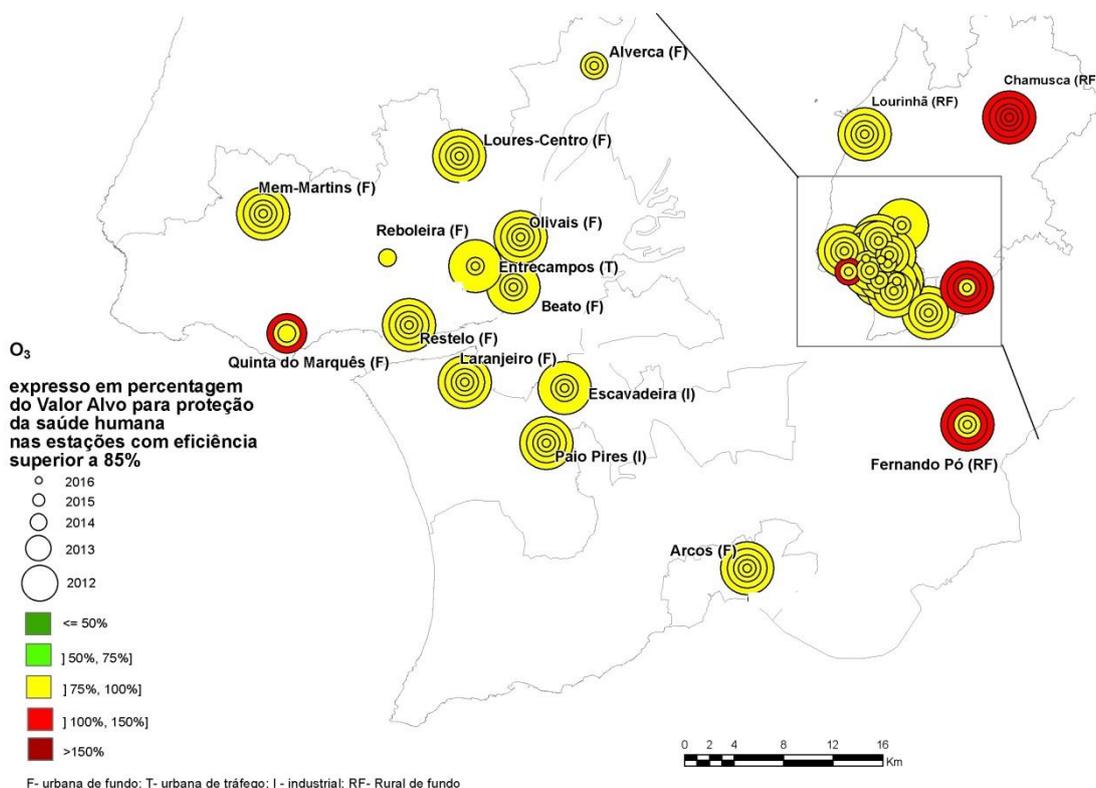
No período 2001-2016 os níveis de O₃ registados nas estações da RMQA ultrapassaram, por diversas vezes, o limiar de informação e, pontualmente, o limiar de alerta, estabelecidos para este poluente. Os níveis mais

elevados foram observados no período 2003-2006, em estações de fundo, urbanas e rurais, anos em que os verões foram muito quentes e em que ocorreram ondas de calor.

O valor alvo para proteção da saúde humana, avaliado a partir do ano de 2010, foi sistematicamente ultrapassado em estações rurais da RLVT, sendo de salientar que, em todos os anos e em todas as estações, os níveis máximos observados estiveram bastante próximos deste valor. Na figura seguinte representa-se a evolução das concentrações de O₃ em cada estação, expressas em percentagem do valor alvo, no período de 2010 a 2016.

Destaca-se, pelos níveis registados e número de situações de excedência aos valores legislados para este poluente, a estação rural de fundo da Chamusca.

Figura 31 - Mapa dos resultados da verificação do valor alvo de O₃ – 2012 a 2016



Fonte: CCDR LVT; <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/resultados-na-regiao-de-lisboa-e-vale-do-tejo---2016/>

Ambiente Sonoro

Desde 2001, data da entrada em vigor do Regime Legal Sobre a Poluição Sonora (Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de novembro), e por força da obrigatoriedade consignada neste diploma, a CCDR LVT tem vindo a acompanhar e a orientar a integração da componente acústica nos processos de elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) da RLVT.

Este regime, atualmente consignado no Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro), prevê que se proceda, nos PMOT, à distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas, e define os instrumentos necessários à sua correta articulação com os restantes regimes – controlo prévio de operações urbanísticas e licenciamento de atividades.

Para tal, e no que se refere ao Planeamento Municipal:

- os procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT devem estabelecer a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas e apoiar-se em mapas de ruído cuja elaboração é também uma competência das câmaras municipais;
- os municípios devem sujeitar a plano municipal de redução de ruído as zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite de exposição (este prazo terminou em fevereiro de 2009);
- as câmaras municipais devem apresentar à assembleia municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal, exceto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 146/2006, de 31 de Julho, foi introduzida a obrigatoriedade de elaboração de mapas estratégicos de ruído e de planos de ação para as Aglomerações (município com uma população residente superior a 100 000 habitantes e uma densidade populacional igual ou superior a 2500 habitantes por quilómetro quadrado) e para as Grandes Infraestruturas de Transporte (infraestruturas de transporte rodoviário com mais de 3 milhões de passagens de veículos por ano, de transporte ferroviário com mais de 30 000 passagens de comboios por ano e infraestruturas de transporte aéreo com mais de 50 000 movimentos por ano). A aplicação deste diploma ocorreu em duas fases: relativa ao ano civil de 2006 para as Aglomerações e Grandes Infraestruturas de Transporte (GIT) mais relevantes; e relativa ao ano civil de 2011 para as restantes, tendo já terminado, em março de 2013, os prazos relativos à apresentação dos Planos de Ação da 2ª fase. Estes documentos deverão ser reavaliados e alterados de cinco em cinco anos a contar da data da sua elaboração, ou sempre que se verifique uma alteração significativa relativamente a fontes sonoras, ou à expansão urbana com efeitos no ruído ambiente.

Incumbindo à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) centralizar a informação relativa ao ruído ambiente, bem como todos os mapas estratégicos de ruído e todos os planos de ação, e incumbindo aos municípios e às entidades gestoras das fontes sonoras a gestão do ruído ambiente exterior, a informação relativa à aplicação do RGR e do Decreto-Lei nº 146/2006 é da responsabilidade destas entidades.

Na RLVT, até à data, a classificação de zonas tem sido definida apenas nos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT, integrada nas plantas de Ordenamento, Zonamento ou Implantação e regulamentada no Regulamento do plano.

A maioria dos municípios/associação de municípios da RLVT aprovou os mapas de ruído municipais em 2004-2005 (em geral assentes em dados referentes a 2004), utilizando o financiamento concedido pela APA. A maioria foi adaptada aos novos indicadores regulamentares e aos novos períodos de referência impostos no

RGR, em 2007-2010, utilizando uma metodologia simplificada que não impunha a atualização da situação acústica (fontes e recetores). No âmbito dos procedimentos de revisão dos PDM está a ser concretizada a atualização dos dados acústicos daqueles mapas à realidade atual.

Segundo informação da APA, todas as Aglomerações da RLVT - Lisboa, Oeiras, Odivelas e Amadora – possuem mapa estratégico de ruído mas apenas Lisboa, Oeiras e Odivelas possuem Plano de Ação aprovado.

No que respeita ao ponto de situação da elaboração dos mapas estratégicos de ruído e dos planos de ação das GIT da RLVT, verifica-se que:

- a única GIT de transporte aéreo da região - Aeroporto Humberto Delgado - possui mapa estratégico de ruído e plano de ação;
- a quase totalidade das GIT de transporte ferroviário (com exceção da Linha do Oeste) possui mapa estratégico mas nenhuma possui plano de ação aprovado;
- a maioria das GIT de transporte rodoviário possui mapa estratégico mas este número não é acompanhado pelos dados relativos ao plano de ação que ainda são em número reduzido; com exceção da A23, nenhuma autoestrada possui plano de ação (da responsabilidade das concessionárias), respeitando a quase totalidade dos planos de ação a estradas nacionais e a um IC.

Apenas existe informação sistematizada relativa aos municípios da região que constituem aglomerações, a qual decorre das obrigações consignadas no Decreto-Lei nº 146/2006 de comunicação à Comissão Europeia da informação fornecida pelos mapas estratégicos e de um resumo dos planos de ação. Os dados referentes à população residente fora das aglomerações e exposta a ruído ambiente exterior gerado pelas GIT (ainda incompletos pelas razões atrás expostas) também não se encontram disponíveis com agregação ao nível da região ou do município.

Tabela 15 - População residente exposta a ruído de tráfego e respetiva percentagem relativa à totalidade de residentes da aglomeração, reportada ao indicador L_{den}

Aglomeração	Fontes	$L_{den} > 55 \text{ dB(A)}$		$L_{den} > 65 \text{ dB(A)}$	
		Nº de residentes	% ⁶⁾ de residentes da aglomeração	Nº de residentes	% ⁶⁾ de residentes da aglomeração
Amadora ¹⁾	Rodovias	109700	62,6	30000	17,1
	Ferrovias	800	5,0	2300	1,3
	Aeroportos	0	0,0	0	0,0
Lisboa	Rodovias ²⁾	243500	43,1	77400	13,7
	Ferrovias ³⁾	20800	3,7	6200	1,1
	Aeroportos ⁴⁾	79000	14,0	6600	1,2
Odivelas ⁵⁾	Rodovias	81400	56,3	19500	13,5
	Ferrovias	0	0,0	0	0,0
	Aeroportos	0	0,0	0	0,0
Oeiras ⁶⁾	Rodovias	53700	31,2	10200	5,9
	Ferrovias	5600	3,3	2700	1,6
	Aeroportos	0	0,0	0	0,0

¹⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído da Amadora (2017), com dados de tráfego de 2016 e população residente do Censos 2011.

²⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído de Lisboa (2010), com tráfego rodoviário de 2008 e população residente do Censos 2001.

³⁾ Dados retirados dos mapas estratégicos de ruído das GIT ferroviário com tráfego de 2006 e população residente do Censos 2001.

⁴⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído do Aeroporto de Lisboa, com tráfego de 2011 e população residente do Censos 2011

⁵⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído de Odivelas (2015), com dados de tráfego de 2013 e 2014 para GIT rodoviário, 2015 para outras rodovias e ferrovias, 2009 para Aeroporto de Lisboa e população residente do Censos 2011.

⁶⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído de Oeiras (2014), com dados de tráfego de 2011 e população residente do Censos 2011.

Fonte dos dados: APA e INE

Tabela 16 - População residente exposta a ruído de tráfego e respetiva percentagem relativa à totalidade de residentes da aglomeração, reportada ao indicador L_n

Aglomeração	Fontes	$L_n > 55 \text{ dB(A)}$		$L_n > 65 \text{ dB(A)}$	
		Nº de residentes	% ⁶⁾ de residentes da aglomeração	Nº de residentes	% ⁶⁾ de residentes da aglomeração
Amadora ¹⁾	Rodovias	86300	49,3	34100	19,5
	Ferrovias	8100	4,6	3200	1,8
	Aeroportos	0	0,0	0	0,0
Lisboa	Rodovias ²⁾	267500	47,4	92400	16,4
	Ferrovias ³⁾	19100	3,4	6700	1,2
	Aeroportos ⁴⁾	87200	15,4	11600	2,1
Odivelas ⁵⁾	Rodovias	67000	46,4	22700	15,7
	Ferrovias	0	0,0	0	0,0
	Aeroportos	0	0,0	0	0,0
Oeiras ⁶⁾	Rodovias	71300	41,4	14700	8,5
	Ferrovias	6500	3,8	2900	1,7
	Aeroportos	0	0,0	0	0,0

¹⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído da Amadora (2017), com dados de tráfego de 2016 e população residente do Censos 2011.

²⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído de Lisboa (2010), com tráfego rodoviário de 2008 e população residente do Censos 2001.

³⁾ Dados retirados dos mapas estratégicos de ruído das GIT ferroviário com tráfego de 2006 e população residente do Censos 2001.

⁴⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído do Aeroporto de Lisboa, com tráfego de 2011 e população residente do Censos 2011

⁵⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído de Odivelas (2015), com dados de tráfego de 2013 e 2014 para GIT rodoviário, 2015 para outras rodovias e ferrovias, 2009 para Aeroporto de Lisboa e população residente do Censos 2011.

⁶⁾ Dados retirados do mapa estratégico de ruído de Oeiras (2014), com dados de tráfego de 2011 e população residente do Censos 2011.

Fonte dos dados: APA e INE

Não obstante já ter sido largamente ultrapassada a data limite para a elaboração dos Planos Municipais de Redução do Ruído, apenas três municípios – Vila Franca de Xira, Cascais e Oeiras- concluíram e aprovaram este trabalho em Assembleia Municipal, respetivamente em 2013, 2015 e 2017¹⁸.

Relativamente aos relatórios sobre o estado do ambiente acústico municipal não existe informação centralizada nem informação disponibilizada nas páginas dos municípios.

¹⁸ Fonte: páginas dos municípios

Ambiente - Síntese

- Na RLVT os níveis de perda de água para abastecimento público registam uma melhoria desde 2011, persistindo ainda municípios com perdas superiores a 20%, e alguns superiores a 50%. Num contexto de alterações climáticas, com alteração nos padrões de precipitação, que têm conduzido a períodos de seca, a gestão eficiente dos recursos hídricos é ainda mais determinante.
- A EPAL desenvolveu uma ferramenta informática para a monitorização da rede - a WONE -, que permitiu reduzir os níveis de água não faturada na Rede de Distribuição de Lisboa de 23,5%, em 2005, para cerca de 8%, em 2015.
- A recolha seletiva de resíduos registou uma tendência crescente entre 2001 e 2007 em todas as sub-regiões, tendo-se verificado uma inversão entre 2007 e 2014, na AML, Oeste e Lezíria do Tejo.
- Desde 2002 tem-se registado um decréscimo do encaminhamento dos resíduos urbanos para aterro com acréscimo da valorização multimaterial, orgânica e energética em todas as NUTS III, sobretudo na AML e no Médio Tejo, que também apresentam valores expressivos na proporção de resíduos preparados para reutilização (60%). A valorização e reutilização dos resíduos e aproveitamento de subprodutos em processos produtivos proporcionam a reintrodução de materiais no ciclo de produção e permite a diminuição de consumo de matérias-primas.
- A RLVT acolhe no seu território os dois únicos Centros Integrados de Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER) – Ecodeal e SISAV, que entre 2014 e 2015 registaram um crescimento na quantidade de resíduos rececionados, sendo que 86% correspondem a resíduos perigosos. Para além dos CIRVER instalaram-se outras empresas no Eco Parque do Relvão está em desenvolvimento a criação de um sistema de gestão de simbioses industriais entre as empresas do parque e a região envolvente, possibilitando a partilha de recursos e a criação de sinergias entre empresas.
- Nos últimos anos verificou-se uma melhoria significativa da qualidade do ar na RLVT, em consequência da redução das emissões dos principais poluentes atmosféricos. Para os poluentes partículas PM₁₀ e NO₂, apesar da melhoria registada, persistem ainda algumas situações de concentrações elevadas, sobretudo nas principais vias de tráfego da cidade de Lisboa.
- Não existe informação centralizada relativamente à população exposta a ruído ambiente, por município, exceto no que respeita às Aglomerações (Amadora, Lisboa, Odivelas e Oeiras);
- As quatro Aglomerações da RLVT possuem Mapa Estratégico de Ruído, sendo que apenas três já aprovaram o seu Plano de Ação;
- Nos instrumentos de gestão do ruído ambiente, verifica-se maior concretização ao nível do diagnóstico acústico (Mapas de Ruído Municipais e Mapas Estratégicos de Ruído das Aglomerações e das GIT), estando ainda muito atrasada a concretização dos planos de redução de ruído (Planos Municipais de Redução de Ruído e Planos de Ação das GIT), apesar de os prazos definidos na lei já terem sido largamente ultrapassados.



Reserva Natural do Estuário do Sado

Fonte: <https://holidaysportugal.eu/lisboa/reserva-natural-do-estuario-do-tejo/>

CAPITAL NATURAL

Áreas Classificadas

Proteção da Biodiversidade e Paisagem

Estrutura Ecológica Regional

Reserva Ecológica Nacional

Serviços dos Ecossistemas

1.2.8. CAPITAL NATURAL

A RLVT concentra no seu território, vastas e diversificadas áreas de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade, integradas em áreas classificadas, designadamente parques e reservas naturais e paisagens protegidas, bem como áreas da Rede Natura 2000 e outras áreas com estatuto de proteção internacional, a que acrescem áreas integradas na reserva ecológica nacional e áreas identificadas nos instrumentos de planeamento como estruturas ecológicas municipais e regionais.

Sendo estas áreas um ativo da maior relevância para a identidade e a qualidade de vida e um ativo fundamental do modelo de competitividade e atratividade regional adotou-se designação de capital natural para a apresentação dos indicadores selecionados.

Áreas Classificadas

Na RLVT as áreas protegidas e áreas da Rede Natura 2000 ocupam uma parte significativa do território, sobretudo da AML, estando aí localizadas as Reservas Naturais dos Estuários do Tejo e do Sado, as respetivas Zonas de Proteção Especial, o Parque Natural da Arrábida, o Parque Natural, Sintra-Cascais, a Paisagem Natural da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e o Parque Marinho Luís Saldanha. No OVT destaque também para o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, a Paisagem Protegida da Serra de Montejuento, a Reserva Natural das Berlengas, a Reserva Natural do Paúl do Boquilobo, o SIC Peniche – Santa Cruz, entre outras áreas de valor ecológico relevante.

Figura 32 - Rede Natura 2000 e Sítios RAMSAR na RLVT

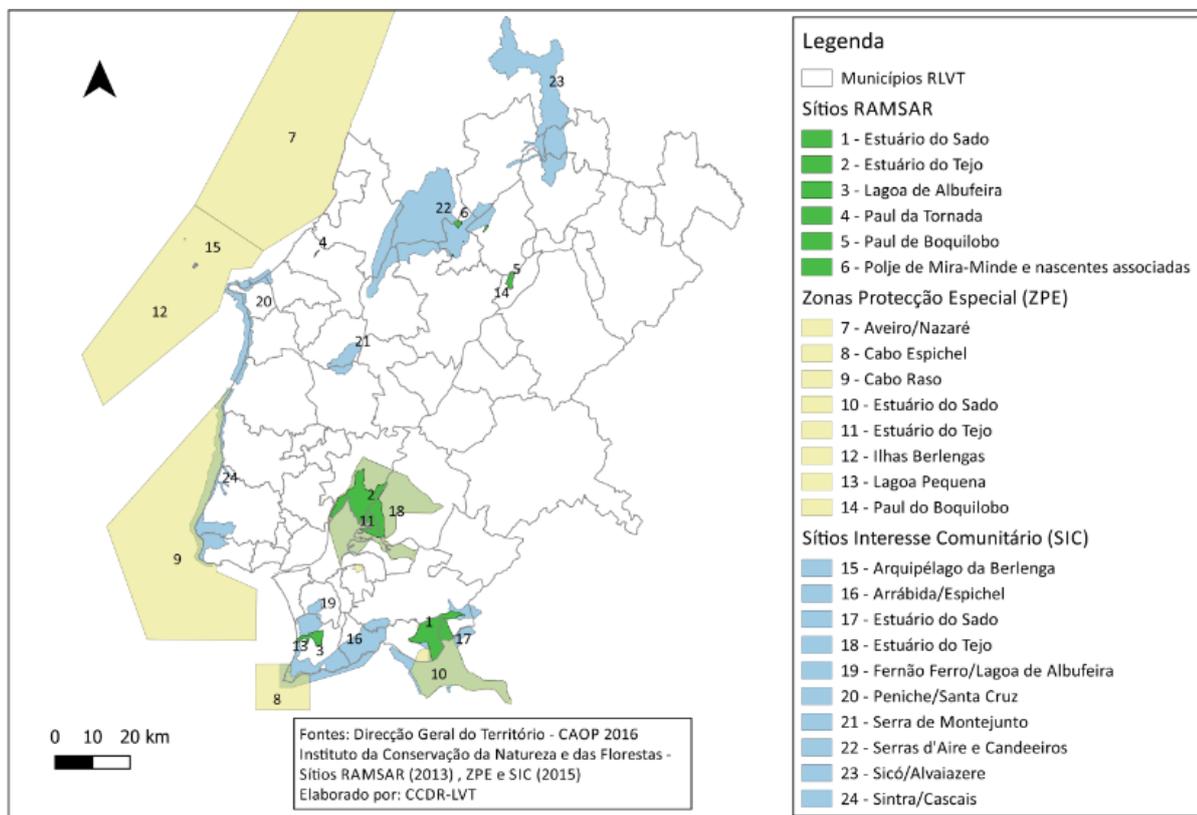
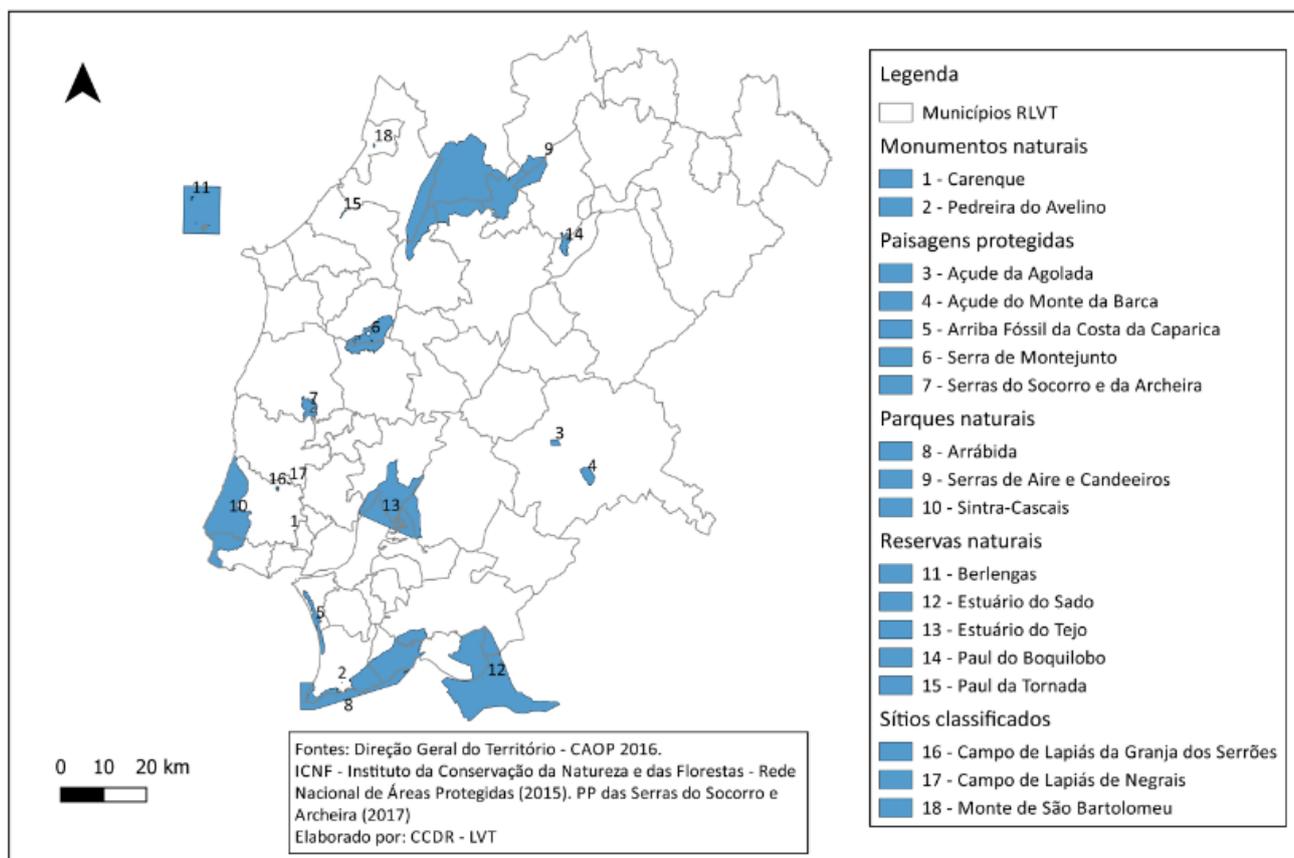
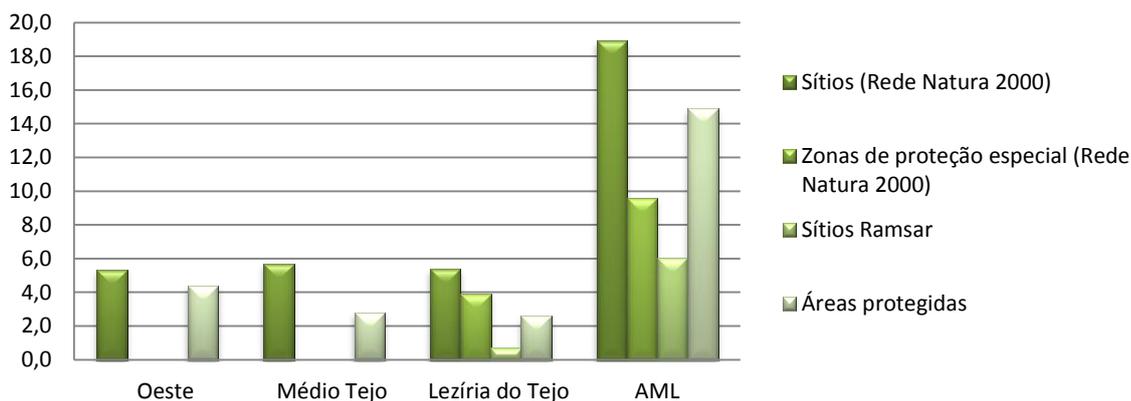


Figura 33 - Rede Nacional de Áreas Protegidas na RLVT



Em 2015, a superfície dos sítios da Rede Natura 2000 correspondia a 19% do território da AML e a mais de 5% da superfície de cada uma das sub-regiões do OVT. Por sua vez, as áreas protegidas ocupavam cerca de 15% do território da AML e aproximadamente 5% do Oeste.

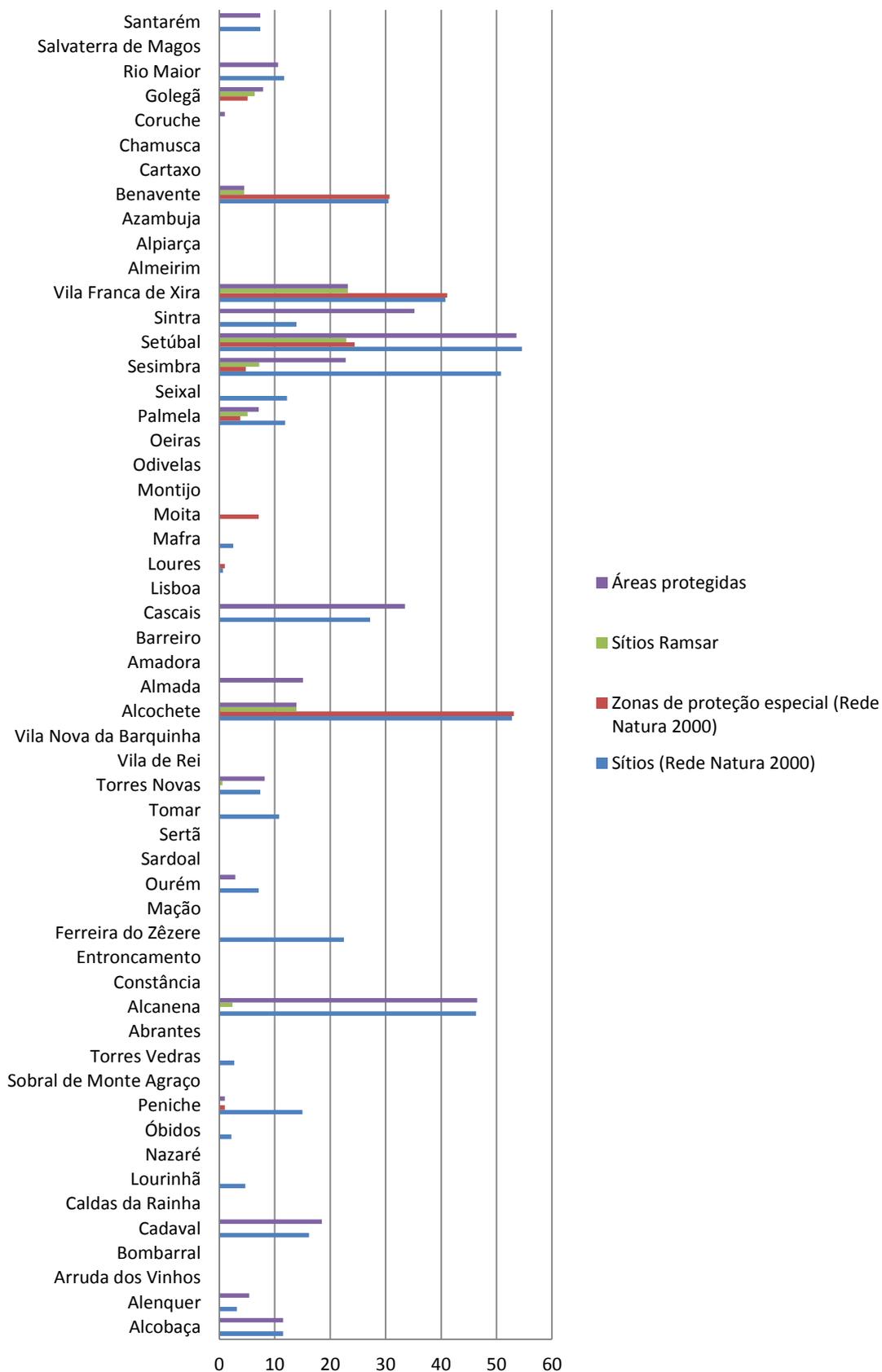
Gráfico 119 - Proporção da superfície de Rede Natura 2000, Ramsar e Áreas protegidas (%) por NUTS III, 2015



Fonte: INE /ICNF

A proporção da superfície de Rede Natura 2000, Ramsar e Áreas Protegidas é maior nos concelhos de Alcochete, Sesimbra, Setúbal, Vila Franca de Xira, Alcanena, Cascais e Sintra.

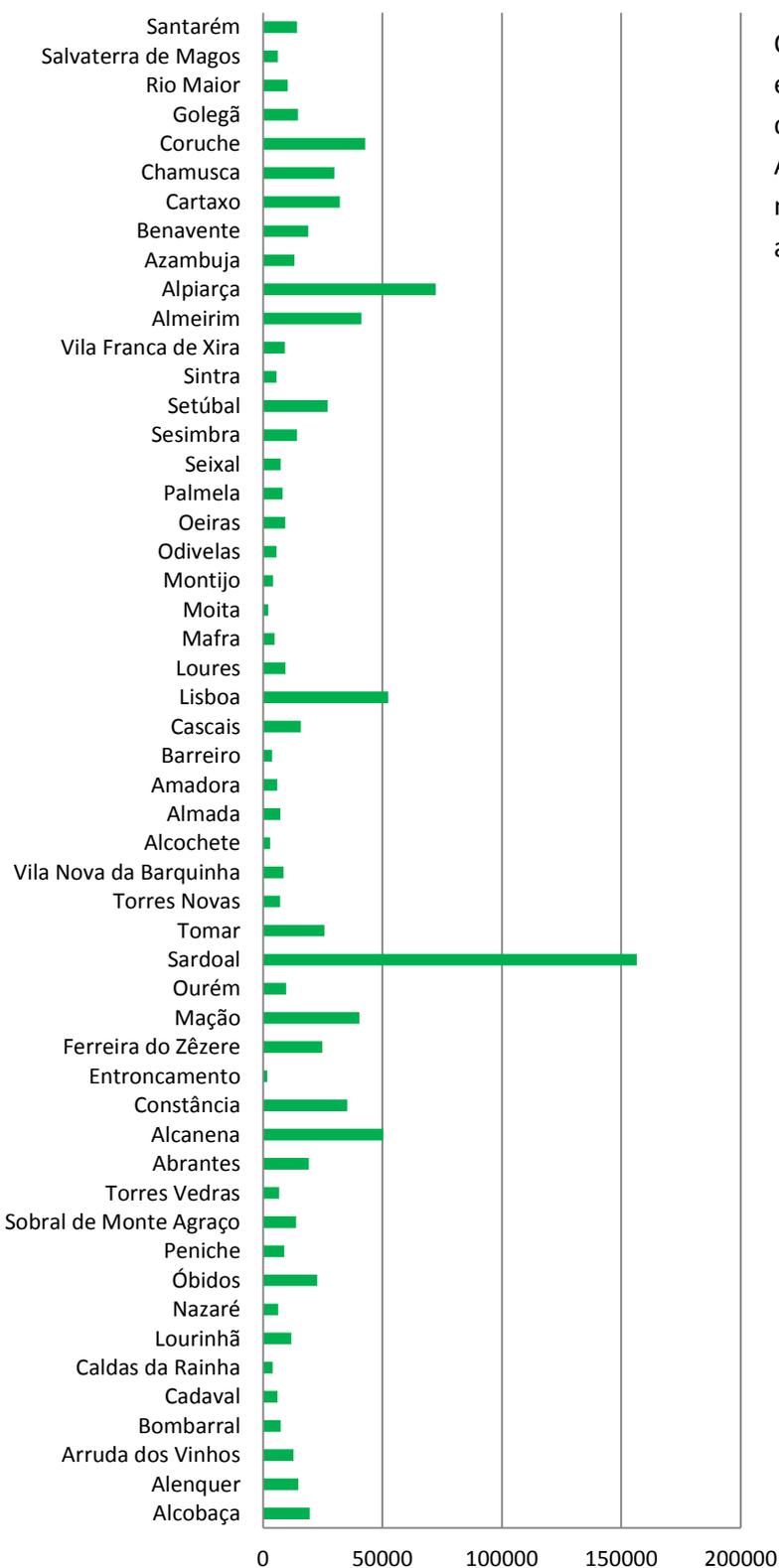
Gráfico 120 - Proporção da superfície de Rede Natura 2000, Ramsar e Áreas protegidas (%) por concelho, 2015



Fonte: INE /ICNF

Proteção da Biodiversidade e Paisagem

Gráfico 121 - Despesas em ambiente dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.) no domínio da proteção da biodiversidade e paisagem - 2016



Quanto à proteção da biodiversidade e paisagem, em 2016, os municípios de Sardoal, Alpiarça, Coruche, Lisboa e Alcanena foram os que registaram maiores despesas nesse item ambiental por 1000 habitantes.

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente

Estrutura Ecológica Regional

A RLVT encontra-se coberta por dois Planos Regionais de Ordenamento do Território - do OVT e da AML -, que estabelecem, de modo articulado, a estrutura ecológica regional de proteção e valorização ambiental. O conjunto das duas estruturas forma a Estrutura Ecológica RLVT que é, posteriormente, transposta para os Planos Diretores Municipais no momento da sua elaboração ou revisão.

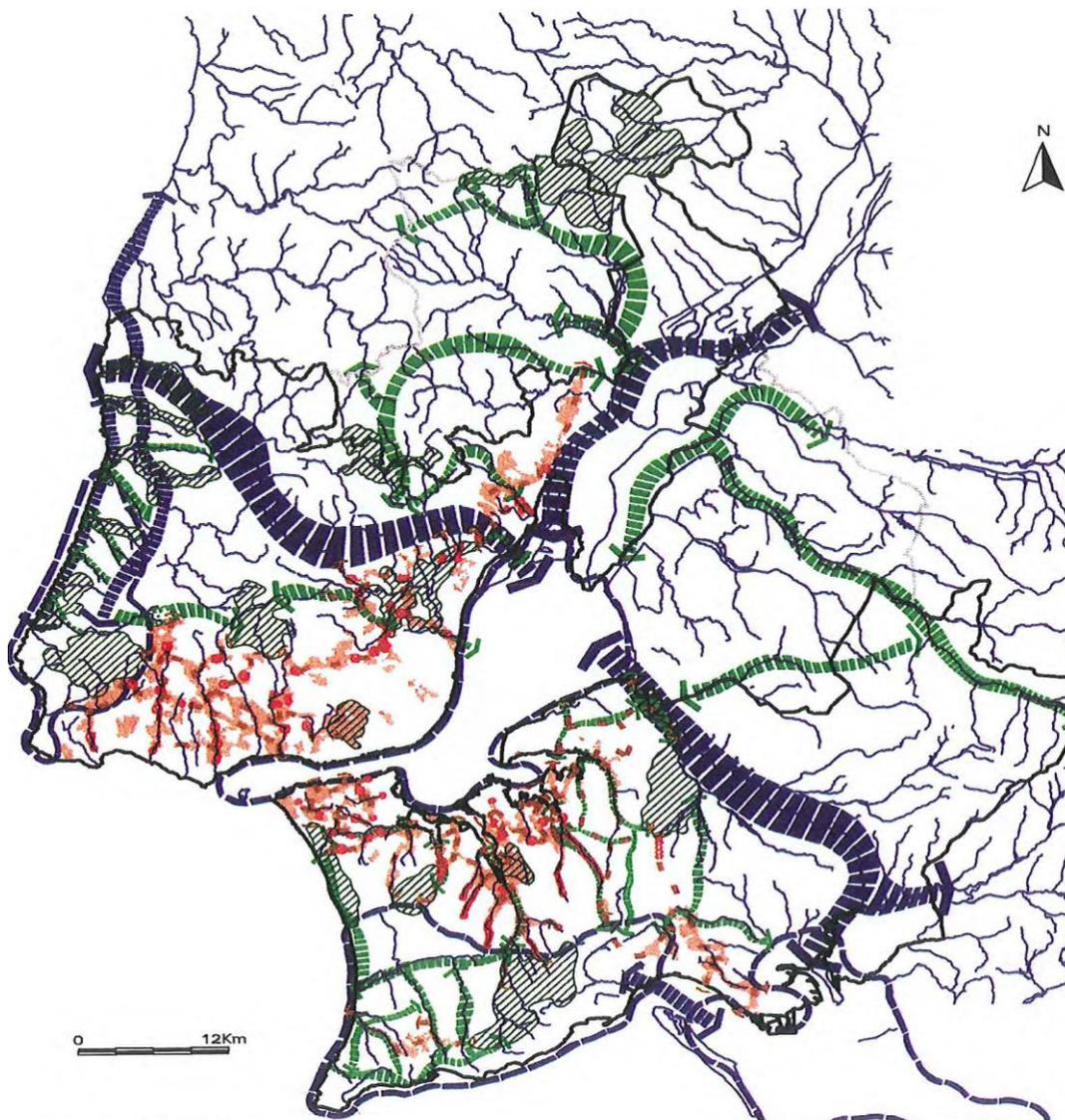
Área Metropolitana de Lisboa

A Estrutura Ecológica do PROT AML constitui um sistema de áreas e ligação que integram, envolvem e atravessam as unidades territoriais e o sistema urbano no seu conjunto.

- A. **Rede Primária.** São estabelecidas quatro áreas estruturantes primárias com as respetivas ligações/corredores estruturantes primários e que incluem os seguintes territórios - Serra de Sintra e Litoral de Colares a Cascais; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Arrábida – Espichel – Matas de Sesimbra – Lagoa de Albufeira; Corredores e Ligações Estruturantes Primárias.
- B. **Rede Secundária.** Constituem espaços ainda não predominantemente ocupados com edificações ou infraestruturas e possuem interesse e biodiversidade ecológica (na maior parte dos casos, matas de caducifólias ou perenifólias ou vales e baixas aluvionares). Estas áreas relacionam-se com os sistemas hidrológicos de forma significativa, sendo importantes no controle das cheias e na qualidade do ambiente metropolitano.
- C. **Áreas e ligações vitais.** O conceito de áreas e corredores vitais decorre da constatação do facto de nas áreas urbanas consolidadas, não estruturadas, fragmentadas e desordenadas do território metropolitano, o espaço livre, não edificado, ser já de dimensão e configuração que o remete para espaço residual, ainda que nalguns casos com aparente dimensão significativa.

A Estrutura Ecológica Regional encontra-se transposta nos nove Planos Diretores Municipais elaborados/revistos – Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Odivelas, Oeiras, Cascais, Mafra, Moita e Seixal.

Figura 34 - Rede Ecológica Metropolitana



Fonte: PROT AML, 2002



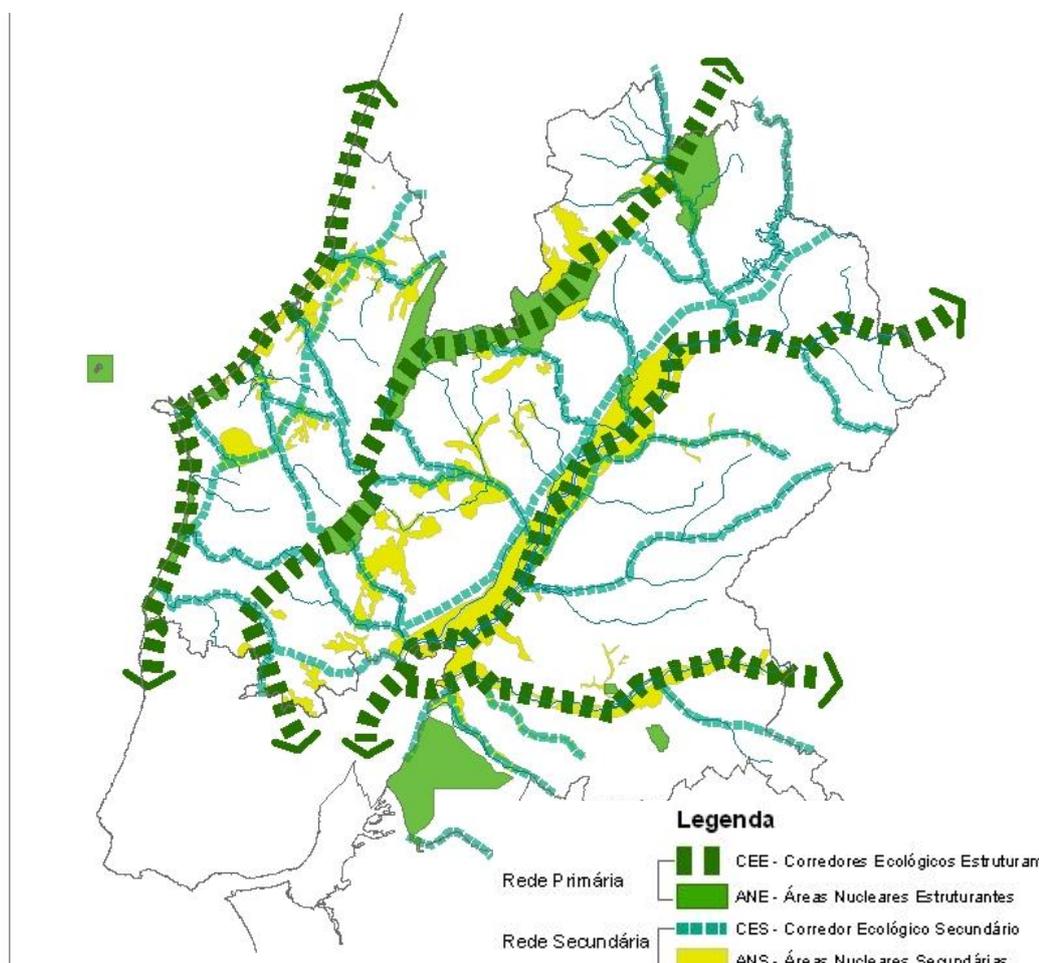
Oeste e Vale do Tejo

A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT OVT, constitui uma estrutura que tem por suporte um conjunto de áreas territoriais e corredores que representam e incluem as áreas com maior valor natural ou com maior sensibilidade ecológica. Esta estrutura deverá permitir a manutenção da biodiversidade característica da Região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos seus ecossistemas sensíveis.

A ERPVA é constituída por uma rede hierarquizada de sistemas e subsistemas concretizada num conjunto de áreas nucleares e complementares e de corredores ecológicos, organizados em três níveis:

- A. **Rede Primária.** Inclui as principais unidades ecológicas que apresentam elevado valor natural e paisagístico e cujas prioridades de conservação são relevantes à escala europeia e nacional. É composta por Áreas Nucleares Estruturantes (ANE) articuladas entre si através de Corredores Ecológicos Estruturantes (CEE) de dimensão regional e nacional.

Figura 35 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, OVT



Fonte: PROT OVT ; 2009

- B. **Rede Secundária.** Compreende Áreas Nucleares Secundárias (ANS) e Corredores Ecológicos Secundários (CES). As ANS englobam as áreas identificadas como espaços de elevado valor ecológico, que incluem os matos, matagais e as zonas húmidas mais significativas, destacando-se a título de exemplo o Planalto das Cesaredas, a Lagoa de Óbidos, e o Paúl da Tornada e o Canhão da

Ota os quais, a par da generalidade das ANS, constituem espaços com elevado valor para a conservação da biodiversidade e da paisagem, e únicos na identidade regional.

- C. **Rede Complementar.** Decorre da existência de um conjunto relevante de valores naturais de associados às atividades agrícola e florestal e a paisagens muito humanizadas com elevado valor paisagístico.

A Estrutura Ecológica Regional encontra-se transposta apenas para dois PDM revistos – Constância e Lourinhã.

Reserva Ecológica Nacional nos Municípios da RLVT

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra áreas com valor e sensibilidade ecológicos ou expostas e com suscetibilidade a riscos naturais. É uma restrição de utilidade pública que condiciona a ocupação, o uso e a transformação do solo a usos e ações compatíveis com os seus objetivos.

A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos:

- Proteger os recursos naturais água e solo e salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre por assegurarem bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas.
- Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa de vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens.
- Contribuir para a coesividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

Integram a Reserva Ecológica Nacional: I. Áreas de proteção do litoral; II. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre; e III. Áreas de prevenção de riscos naturais.

A delimitação de Reserva Ecológica Nacional é obrigatória e compreende o nível estratégico e o nível operativo, este último concretizado através da delimitação das áreas integradas na REN a nível municipal, a qual deve ter por base as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (OENR), aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2012, de 3 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação nº 71/2012, de 30 de novembro.

Quanto à situação da delimitação de Reserva Ecológica Nacional na área geográfica da CCDR LVT, verifica-se que, dos 52 concelhos de Lisboa e Vale do Tejo, 6 não possuem delimitação de REN em vigor. Todavia 5 destes municípios têm delimitação em curso no âmbito da revisão dos respetivos PDM.

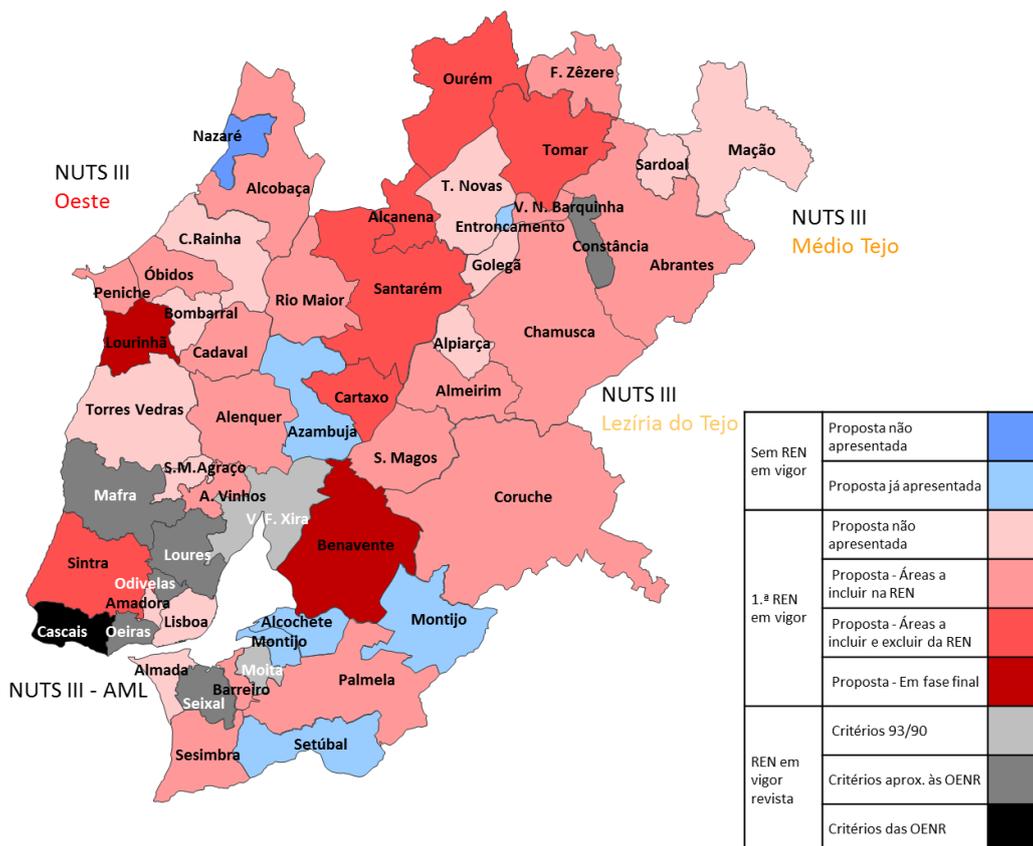
Dos 46 municípios com delimitação da REN, em 37 vigora a 1ª delimitação, pelo que os critérios ainda não seguem o disposto nas OENR REN. Contudo, 25 municípios já apresentaram a proposta de revisão da delimitação da REN ao abrigo daquelas orientações, no âmbito da revisão dos respetivos PDM, encontrando-se os processos em diferentes fases de desenvolvimento. De referir o caso do município de Lisboa em que se concluiu pela inexistência de áreas a integrar na REN.

Os restantes 9 municípios já dispõem de delimitação da REN municipal revista (2ª geração), tendo essa revisão sido efetuada, na quase totalidade das situações, em data anterior à publicação das OENR REN, ou

abrangidas pelo seu regime transitório, pelo que não seguem integralmente os critérios nelas constantes. Contudo, no caso de 6 municípios, os critérios utilizados são bastante aproximados. O município de Cascais já dispõe de delimitação da REN revista ao abrigo do disposto nas OENR REN.

Em termos de dimensão de área de REN destacam-se os concelhos de Abrantes, Benavente, Chamusca, Coruche, Mação, Santarém e Vila Franca de Xira com mais de 20.000 hectares de área nos respetivos municípios.

Figura 36 - Ponto de Situação da Revisão da Delimitação da REN nos municípios da RLVT – setembro 2017



Fonte: DSOT; CCDR LVT; setembro 2017

Tabela 17 – Área de REN por município (ha) - dezembro 2016

Municípios	Área REN (ha)
Abrantes	31.637,00
Alcanena	7.465,25
Alcobaça	19.010,00
Alcochete	-
Alenquer	7.630,00
Almada	2.463,00
Almeirim	11.016,83
Alpiarça	8.105,00
Amadora	26,00
Arruda dos Vinhos	2.437,64
Azambuja	-
Barreiro	1.713,00
Benavente	31.488,00
Bombarral	3.508,52
Cadaval	6.300,00
Caldas da Rainha	14.575,00
Cartaxo	9.300,00
Cascais	2.760,00
Chamusca	29.075,00
Constância	5.756,00
Coruche	31.310,06

Entroncamento	-
Ferreira do Zêzere	10.415,94
Golegã	7.122,00
Lisboa	0,00
Loures	8.929,00
Lourinhã	2.943,40
Mação	22.000,00
Mafra	18.252,00
Moita	3.238,70
Montijo	-
Nazaré	-
Óbidos	5.584,00
Odivelas	743,00
Oeiras	953,00
Ourém	17.500,00
Palmela	8.307,00

Peniche	3.036,04
Rio Maior	7.171,00
Salvaterra de Magos	13.676,00
Santarém	26.618,90
Sardoal	5.366,00
Seixal	2.485,00
Sesimbra	3.650,00
Setúbal	71,30
Sintra	11.291,00
Sobral de Monte Agraço	1.653,14
Tomar	6.650,00
Torres Novas	14.259,20
Torres Vedras	14.226,00
Vila Franca de Xira	25.545,92
Vila Nova da Barquinha	121,00

Fonte: CCDR LVT e CM, dezembro 2016

Serviços dos Ecossistemas

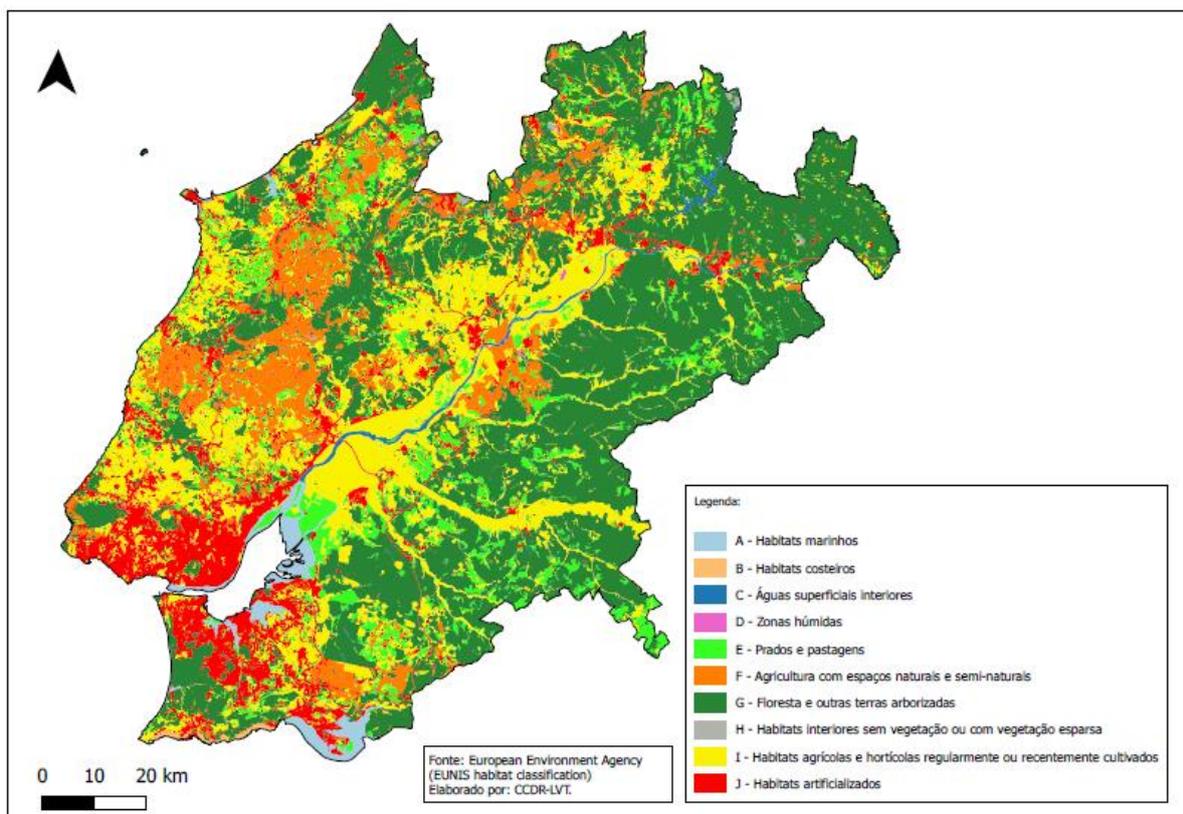
Os serviços dos ecossistemas são, de acordo com o “Millennium Ecosystem Assessment”¹⁹, os benefícios que as pessoas retiram dos ecossistemas. Ainda de acordo com este conceito, incluem **serviços de produção**, como alimentos e água; **serviços de regulação**, como regulação de cheias, secas e de doenças; **serviços de suporte**, como a formação dos solos e os ciclos de nutrientes; e **serviços culturais**, como o recreio, o valor espiritual, o valor religioso e outros benefícios não materiais.

Com base na informação disponibilizada pela Agência Europeia de Ambiente para o mapeamento dos tipos de ecossistemas existentes na Europa - conjunto de dados que combina as classes de ecossistemas MAES - *Mapping and Assessment of Ecosystem Services*, baseados na cartografia *Corine Land Cover2012*, com a classificação não-espacial de habitat EUNIS - *European Nature Information System*, foi elaborada uma cartografia simplificada dos ecossistemas existentes na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Foram consideradas dez tipologias de ecossistemas – habitats marinhos, habitats costeiros, águas superficiais interiores, zonas húmidas, prados e pastagens, agricultura em espaços naturais e seminaturais, florestas e outras terras arborizadas, habitats interiores sem vegetação ou com vegetação esparsa, habitats agrícolas e hortícolas regularmente ou recentemente cultivados, habitats artificializados.

¹⁹ “Ecossistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment”. Henrique Miguel Pereira, Tiago Domingos, Luís Vicente, Vânia Proença. Escolar Editora. Lisboa. 2009

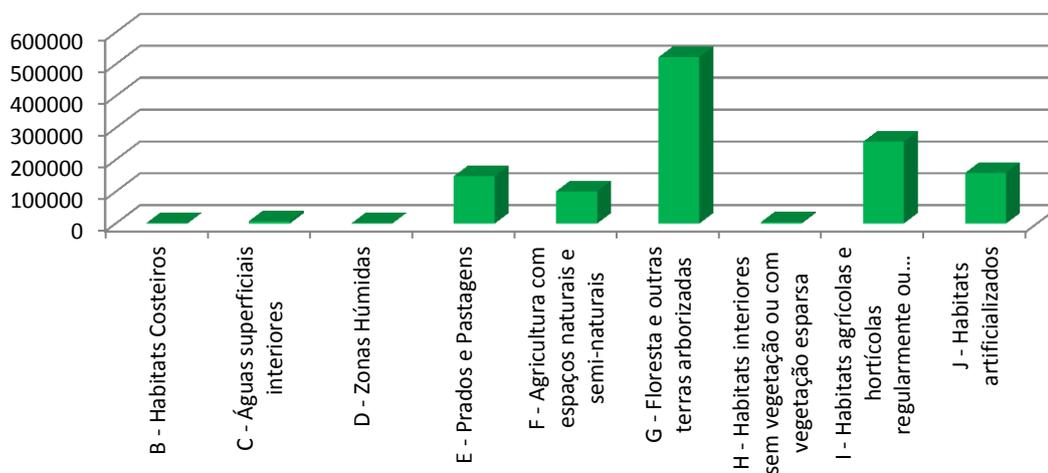
Figura 37 - Tipologias de ecossistemas na Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2012



Da análise estatística a estes ecossistemas, onde apenas não foram considerados os habitats marinhos por insuficiência da CAOP, três tipologias sobressaem na RLVT:

- florestas e outras terras arborizadas;
- habitats agrícolas e hortícolas regularmente ou recentemente cultivados;
- habitats artificializados.

Gráfico 122 - Área ocupada pelos diferentes ecossistemas na Região de Lisboa e Vale do Tejo (hectares) - 2012



Fonte: Agência Europeia do Ambiente, EUNIS Habitat Classification, / CCDR LVT

A tabela seguinte exemplifica os serviços de ecossistemas associados às principais ocorrências registadas na RLVT.

SE	Floresta	Agrícola	Artificializados
Produção	madeira, fibras, alimento, inertes, minérios	vinho, mel, azeite, culturas forrageiras, cereais, hortícolas e frutícolas	-
Regulação	suporte da biodiversidade	suporte da biodiversidade	suporte da biodiversidade
Suporte	regulação climática, sequestro de carbono, controle de erosão, mitigação de riscos naturais	regulação climática, sequestro de carbono, controle de erosão, mitigação de riscos naturais	controle de erosão, mitigação de riscos naturais
Cultura	enquadramento paisagístico, turismo, caça, recreio e lazer	enquadramento paisagístico, turismo, identidade com o meio rural,	enquadramento paisagístico, turismo, herança e identidade cultural

Capital natural – Síntese

- A região dispõe de espaços de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade: tanto integradas em áreas classificadas, como áreas da Rede Natura 2000 e outras com estatuto de proteção internacional, de que são exemplo o Vale/Estuário do Tejo e do Sado, as Serras da Arrábida, de Sintra, de Aires e Candeeiros, e as Ilhas das Berlengas. As áreas protegidas e áreas da Rede Natura 2000 ocupam uma parte significativa do território, sobretudo da AML (acima dos 18% e dos 14%, respetivamente).
- As áreas classificadas, em conjunto com outras áreas territoriais e corredores de grande valor natural e ou sensibilidade ecológica constituem a estrutura ecológica definida nos dois planos regionais de ordenamento do território em vigor, que visam a proteção desses recursos e valores, de modo articulado entre si e com os territórios envolventes, numa lógica funcional e integradora dos processos humanos
- A estrutura ecológica regional encontra-se transposta em 11 Planos Diretores Municipais elaborados/revistos.
- Em termos de área de Reserva Ecológica Nacional destacam-se os concelhos de Abrantes, Benavente, Chamusca, Coruche, Mação, Santarém e Vila Franca de Xira com mais de 20.000 hectares de área nos respetivos municípios. Quanto à situação da delimitação 6 concelhos não possuem delimitação de REN em vigor. Todavia 5 destes municípios têm delimitação em curso no âmbito da revisão dos respetivos PDM.
- No que respeita aos ecossistemas presentes na RLVT, numa lógica de ponderação dos serviços prestados, três sobressaem: florestas e outras terras arborizadas; habitats agrícolas e hortícolas regularmente ou recentemente cultivados; habitats artificializados. Através destes ecossistemas podem ser garantidos serviços de produção (alimento, madeira), de regulação, de suporte (regulação climática, sequestro de carbono, mitigação de riscos) e de cultura (enquadramento paisagístico, recreio e lazer, caça e identidade)

RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL

Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos



Fonte: <http://www.bombeiros.pt/tecnologia/instrumentos-de-apoio-a-decisao-cartografia-de-risco.html/>

1.2.9. RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL

A abordagem do domínio riscos foi suportada, essencialmente, pela informação produzida no âmbito da elaboração e monitorização / avaliação dos PROT.

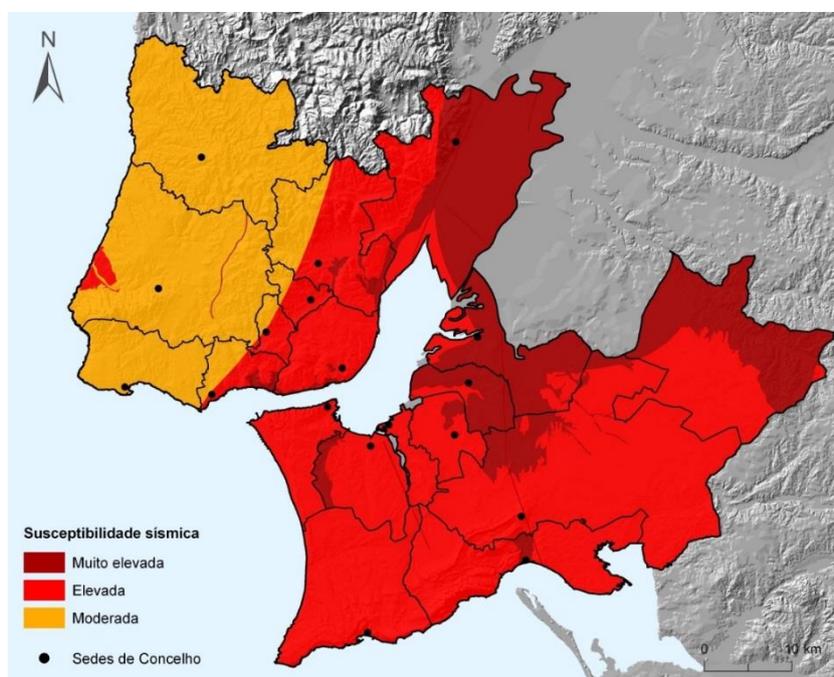
Esta informação reporta-se a cartogramas que representam a incidência espacial dos diversos perigos naturais, ambientais e tecnológicos, e a suscetibilidade e vulnerabilidade ao perigo.

De salientar que as cartas de perigo produzidas à escala regional, no âmbito dos PROT, e utilizadas neste relatório, são cartas indicativas, sem precisão de traço, mas suficientemente explícitas para conhecer ao nível da região os perigos mais relevantes e as suas principais áreas de incidência. Nestes termos os indicadores / cartas de perigo apresentados devem ser lidos como referencial indicativo, na medida em que têm por base uma identificação das ocorrências à escala regional e, naturalmente, sem precisão de limites, e sem consideração de particularidades e especificidades que uma análise de risco efetivo não dispensa.

Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos

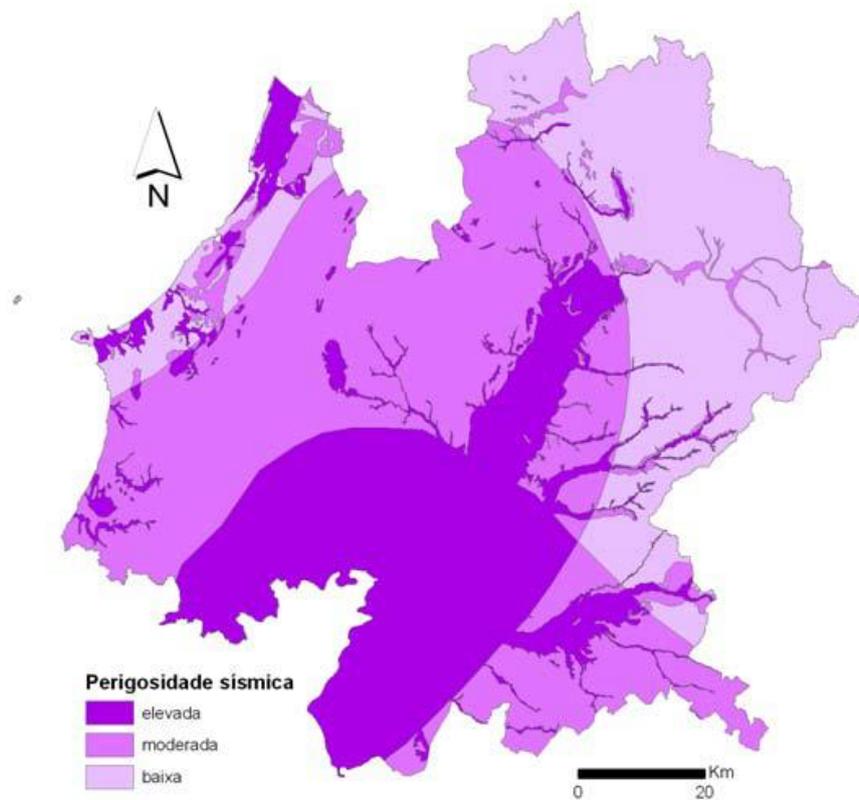
A perigosidade sísmica na Região de LVT é elevada devido, não só à proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais, mas também à falha (ou zona de falhas) do vale inferior do Tejo. A AML apresenta uma suscetibilidade sísmica elevada ou muito elevada em 74% do seu território, registando-se as situações mais desfavoráveis em Alcochete, Vila Franca de Xira e Montijo. O risco sísmico da AML é bastante elevado, associado à grande concentração população, de infraestruturas e de atividades económicas.

Figura 38 - Suscetibilidade sísmica na AML



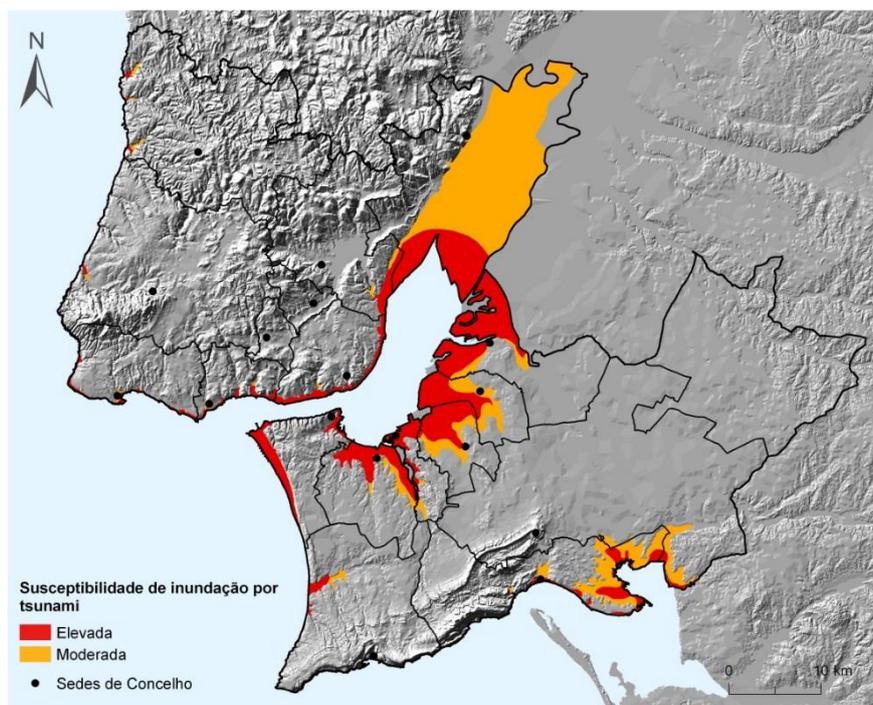
Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Figura 39 - Suscetibilidade sísmica no OVT



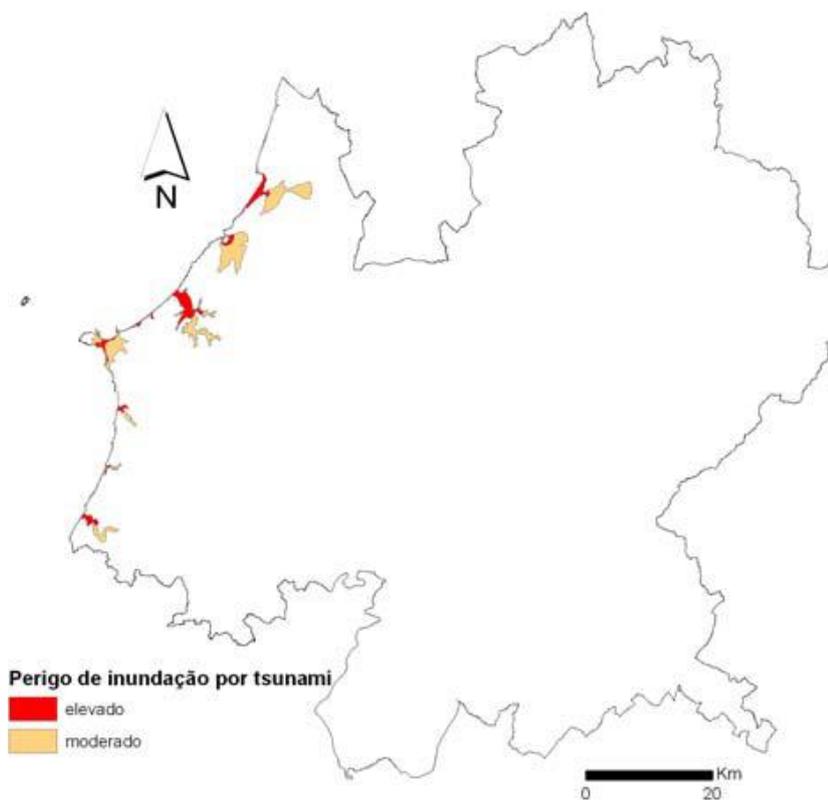
Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Figura 40 - Suscetibilidade de inundação por tsunami na AML



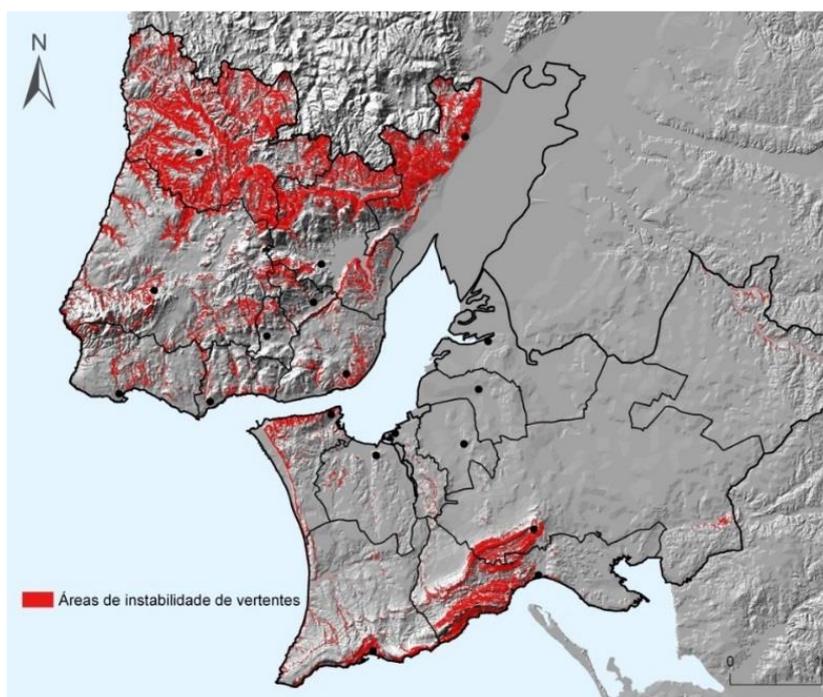
Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Figura 41 - Suscetibilidade de inundação por tsunami no OVT



Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Figura 42 - Áreas de instabilidade de vertentes na AML

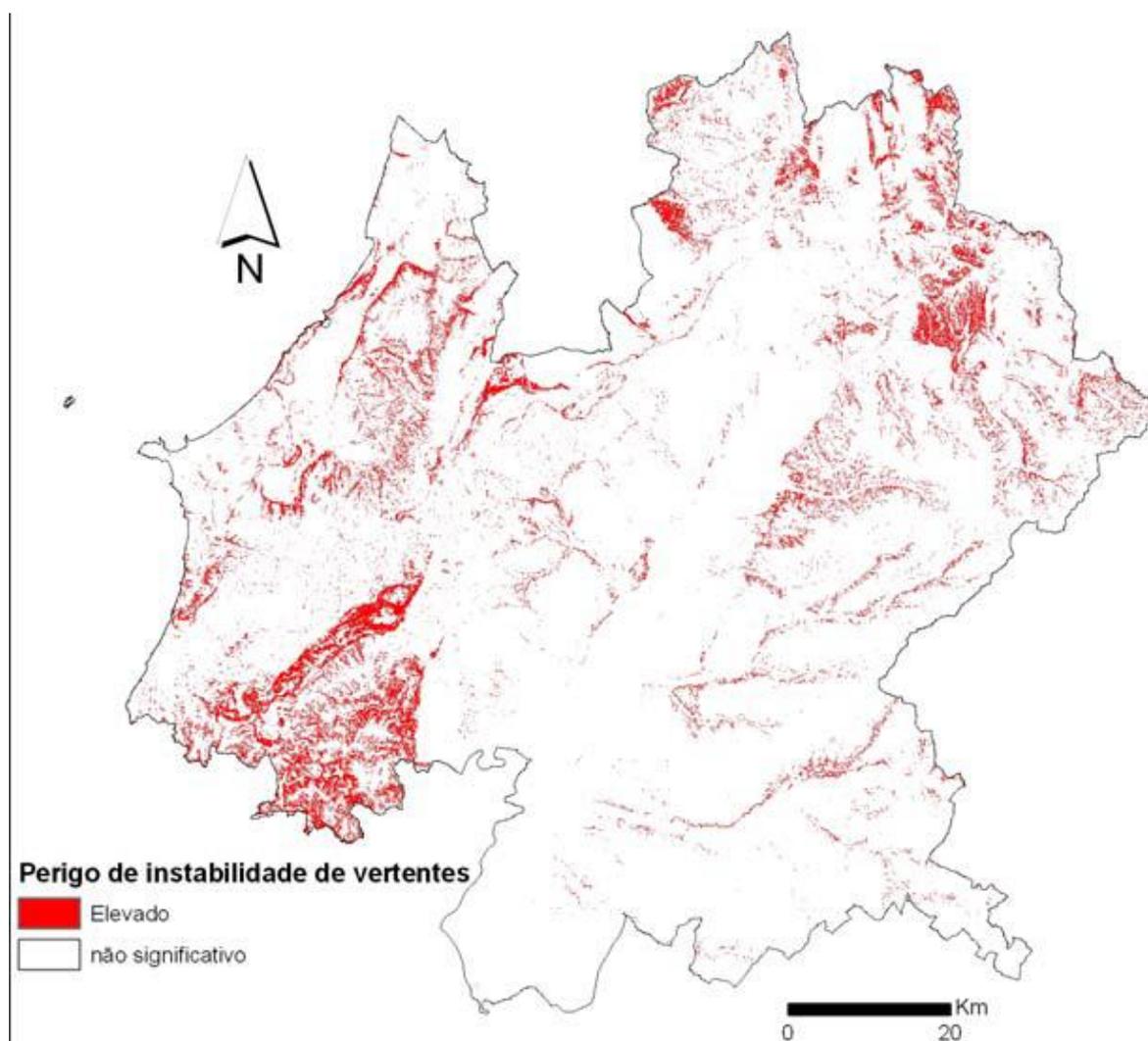


Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

A faixa costeira da Região de LVT mais suscetível à ocorrência de maremotos corresponde a todo o litoral a sul do tómbolo de Peniche, particularmente nos troços de costa baixa arenosa. No entanto, o perigo de maremoto estende-se à totalidade do litoral da região Oeste e é particularmente relevante na Nazaré e Paul da Cella, S. Martinho do Porto, Lagoa de Óbidos, Peniche – Atouguia da Baleia, Areia Branca, Foz do Alcabrichel e Foz do Sizandro. Na AML os pontos críticos correspondem às costas baixas arenosas e aos estuários do Tejo e do Sado, com destaque para as zonas ribeirinhas dos concelhos de Alcochete, Moita, Barreiro, Almada e Seixal. Em situação particularmente desfavorável encontram-se Setúbal, Sesimbra, Costa da Caparica, Lisboa e Costa do Estoril. Na Trafaria a extensão da área inundável é superior a 1 km.

As áreas suscetíveis à instabilidade de vertentes na Região de LVT localizam-se no Oeste, no Médio Tejo e nos sectores NW e sector Sul da AML, correspondente à Cadeia da Arrábida. Na AML os movimentos de massa são mais relevante em Maфра, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira e Setúbal.

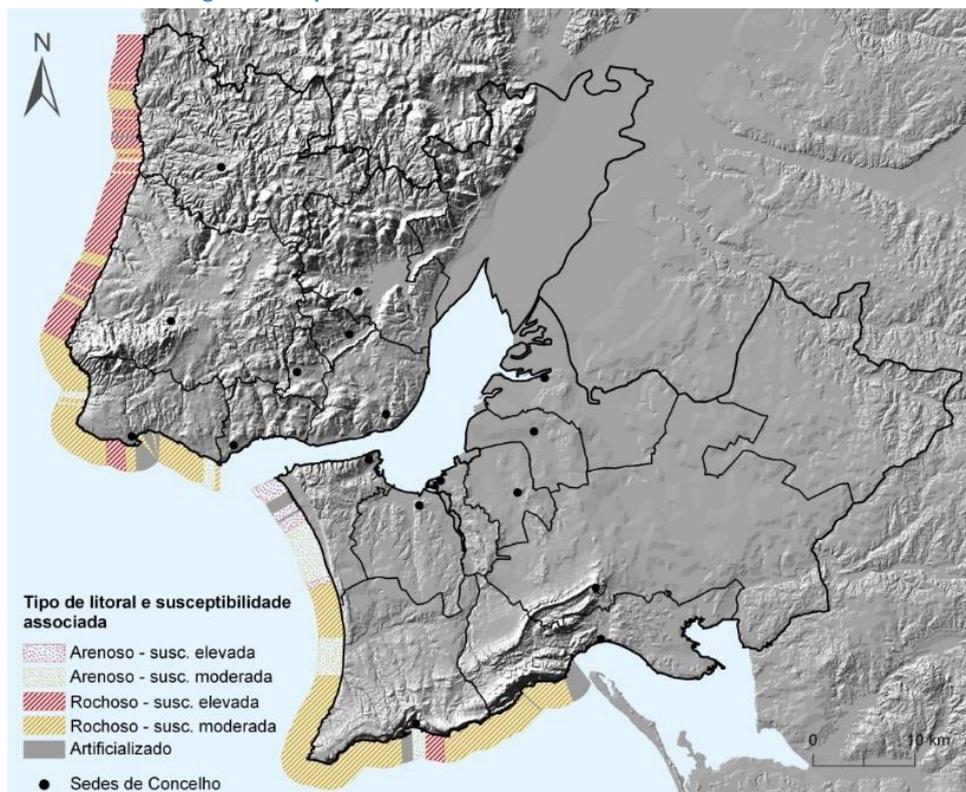
Figura 43 – Perigo de instabilidade de vertentes no OVT



Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

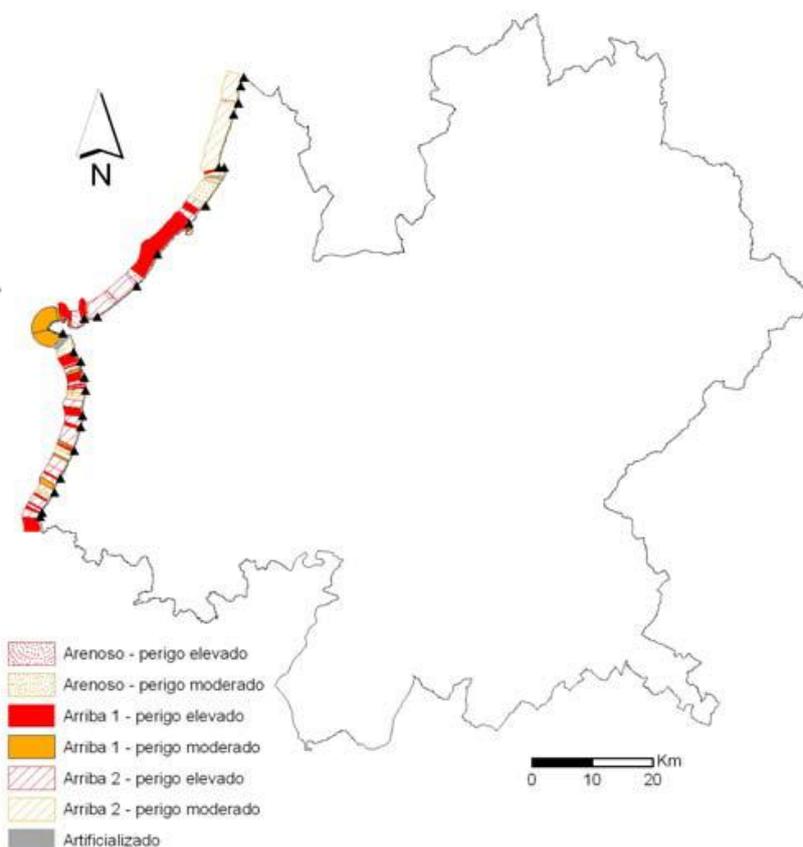
Os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa correspondem às áreas de costa baixa arenosa, com destaque para o sector Caparica - Cova do Vapor; todavia, os sistemas costeiros de arriba e de praia-arriba, sendo, à partida, menos suscetíveis à erosão marinha que os anteriores (sistemas de praia ou de praia-duna), podem apresentar uma suscetibilidade de erosão elevada, dependendo da natureza e da disposição estrutural dos materiais em que a arriba é talhada. Estas arribas podem estar sujeitas a movimentos de vertente de tipo desabamento e deslizamento, como acontece em vários troços do litoral. Daqui resulta que o litoral da Região de LVT apresente uma suscetibilidade de erosão moderada-elevada.

Figura 44 - Tipos de litoral e suscetibilidade associada na AML



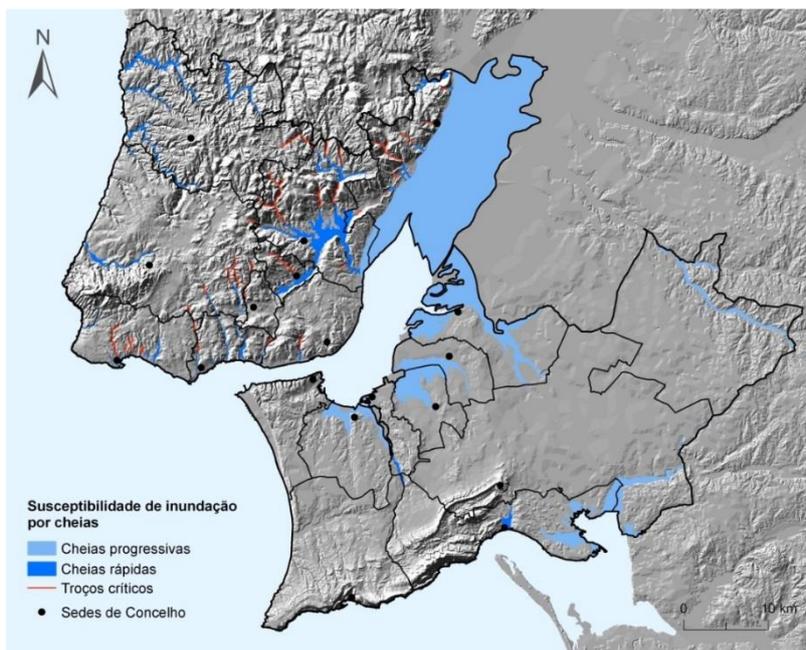
Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Figura 45 – Tipo de litoral e perigo de erosão costeira no OVT



Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

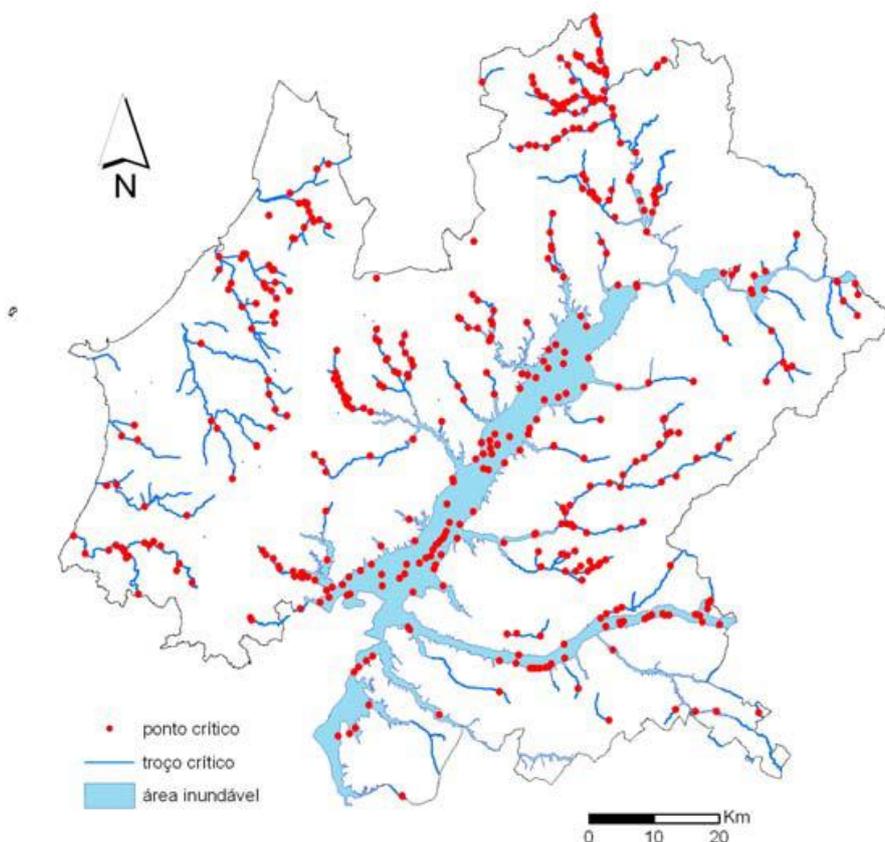
Figura 46 - Suscetibilidade de inundação por cheia na AML



Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Na Região de LVT as cheias do tipo progressivo ocorrem no Rio Tejo e afetam todos os municípios do seu curso. As cheias rápidas afetam principalmente as pequenas bacias hidrográficas de Oeste e da Grande Lisboa, salientando-se nesta o território entre os concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira. Na Península de Setúbal destaca-se a Ribeira do Livramento, no concelho de Setúbal.

Figura 47 – Perigo de cheia e inundação no OVT



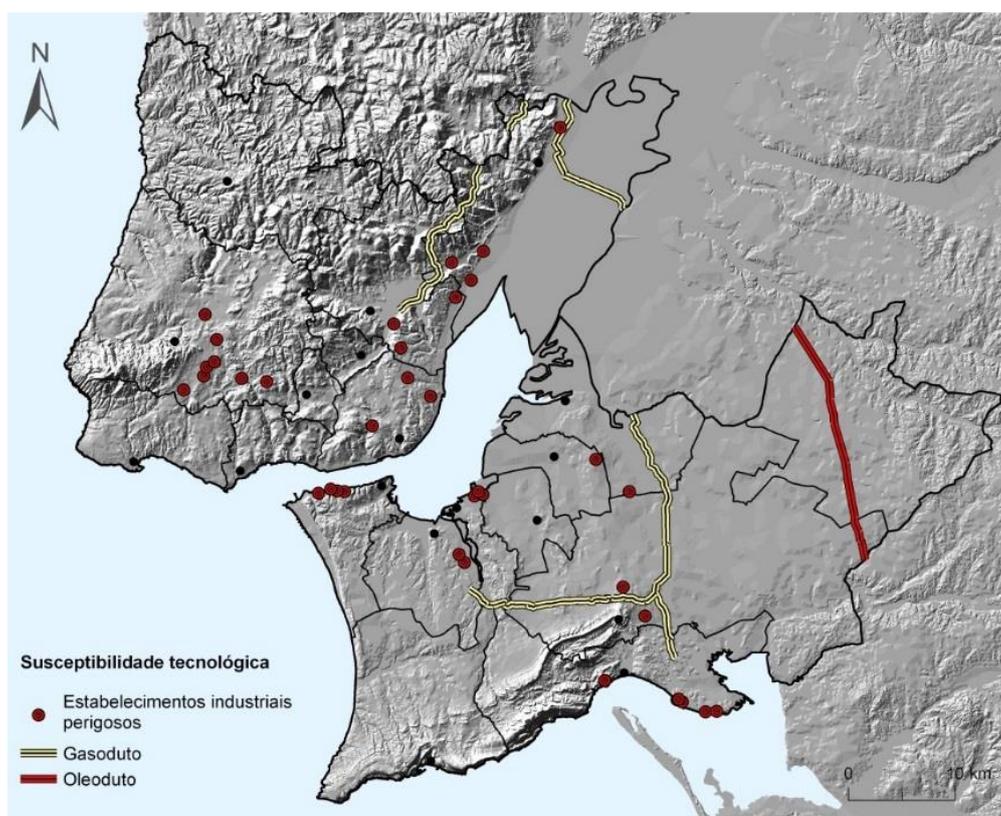
Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Os perigos associados a acidentes que possam ocorrer no Oleoduto que liga a Refinaria de Sines ao Parque de Aveiras, localizado em Aveiras de Cima, e os municípios com áreas potencialmente afetadas por um acidente neste Oleoduto são Azambuja, Benavente e Montijo.

A Região de LVT é atravessada, no sentido sul-norte por um gasoduto em alta pressão, ao longo do qual se processa o transporte de gás natural em estado gasoso, e os possíveis acidentes no gasoduto estão associados a fugas de gás.

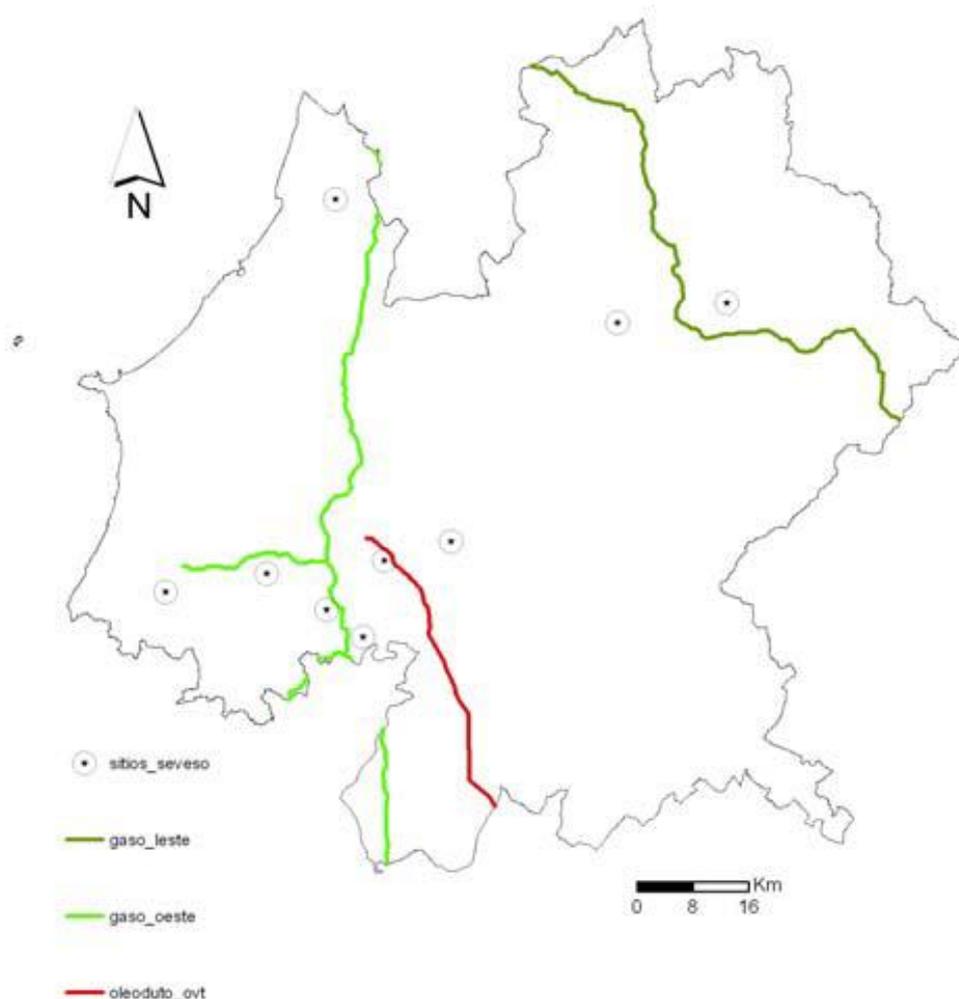
A AML é a região do país onde se assiste à maior concentração de estabelecimento industriais com potencial para gerar acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, ocorrendo as situações mais desfavoráveis em Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro e Setúbal.

Figura 48 - Perigos tecnológicos na AML



Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

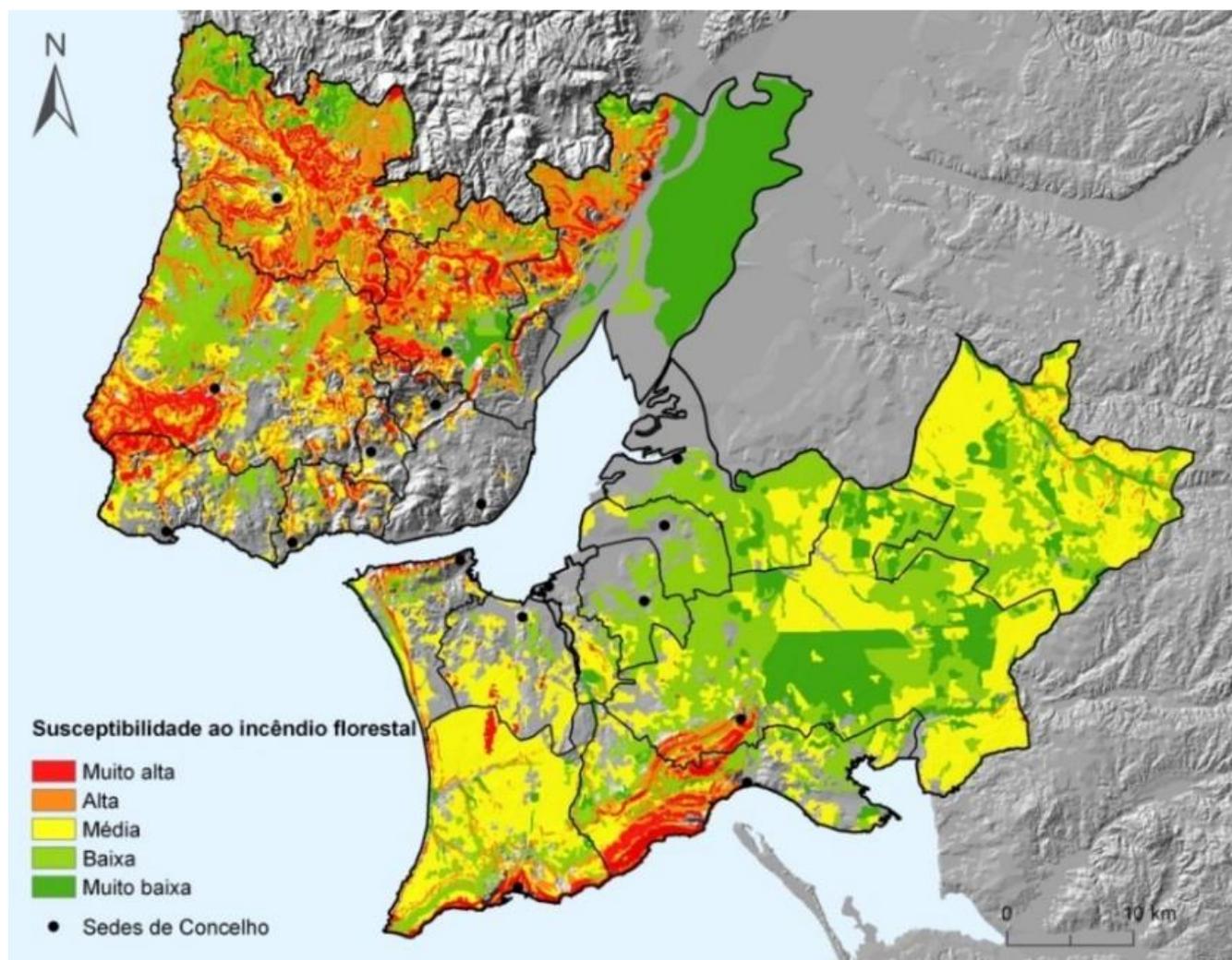
Figura 49 – Perigos tecnológicos no OVT



Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

A Região de LVT apresenta fortes contrastes espaciais no que respeita ao perigo de incêndio florestal, por se encontrar na transição entre o Norte (de maior perigo) e o Sul do país (de menor perigo). No OVT a área de perigo muito elevado a elevado abrange 33% do território. De acordo com os dados da autoridade florestal - ICNF, a AML apresenta uma suscetibilidade de ocorrência de incêndio florestal média a muito baixa

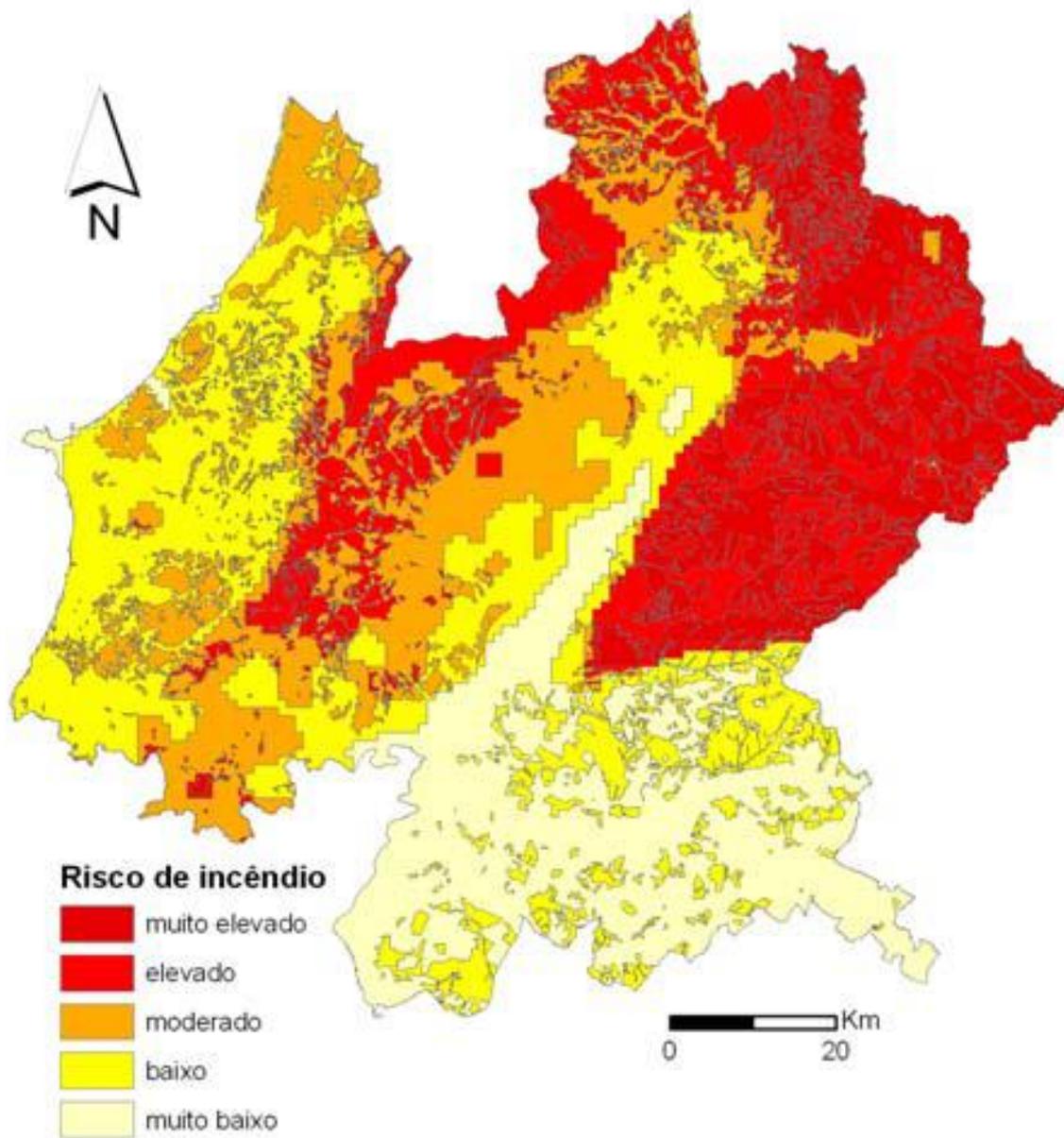
Figura 50 Suscetibilidade ao incêndio florestal na AML



Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

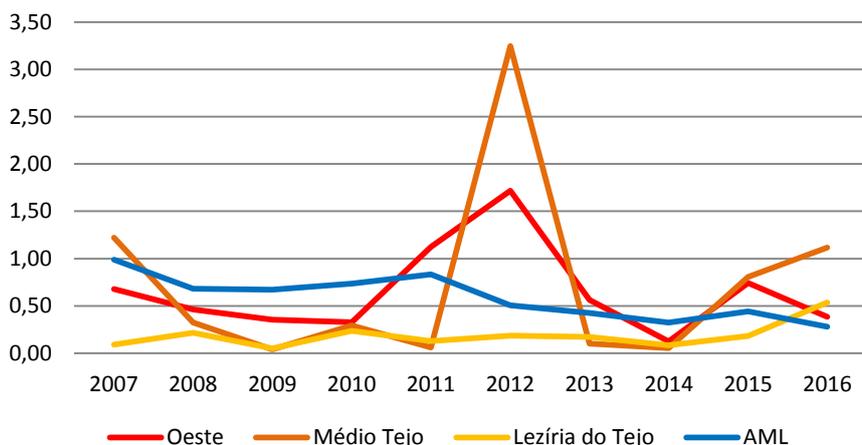
Fonte dos dados: Autoridade Florestal

Figura 51 Perigo de incêndios florestais



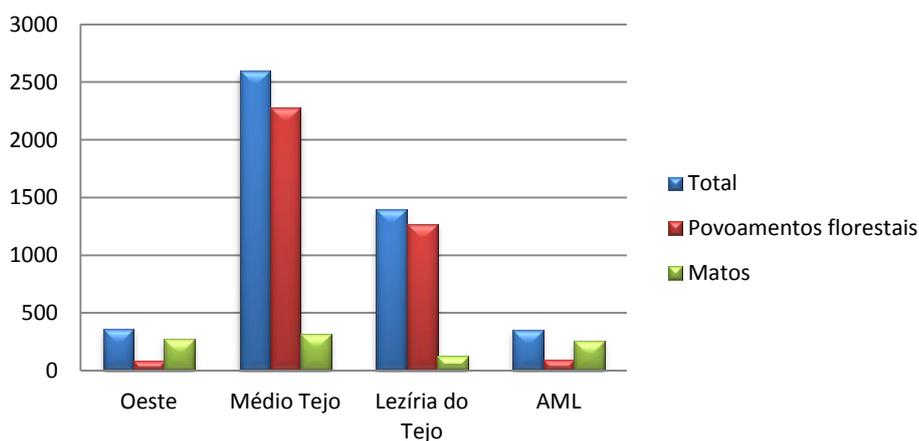
Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Gráfico 123 - Taxa de superfície florestal ardida (%) por localização geográfica, na RLVT



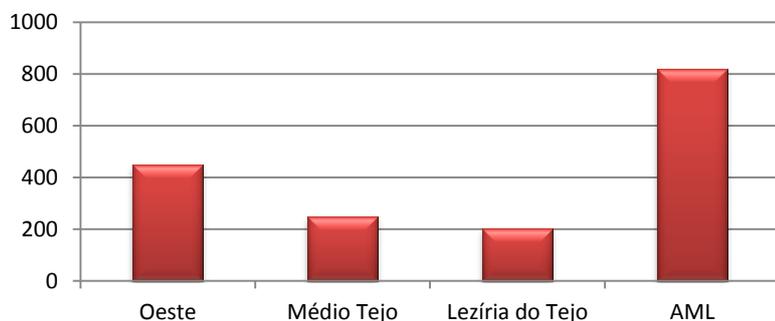
Fonte: ICNF

Gráfico 124 - Superfície ardida (ha) por localização geográfica e tipo de superfície ardida, 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Ambiente - Ações dos Corpos de Bombeiros

Gráfico 125 - Incêndios florestais (N.º) por localização geográfica, 2016



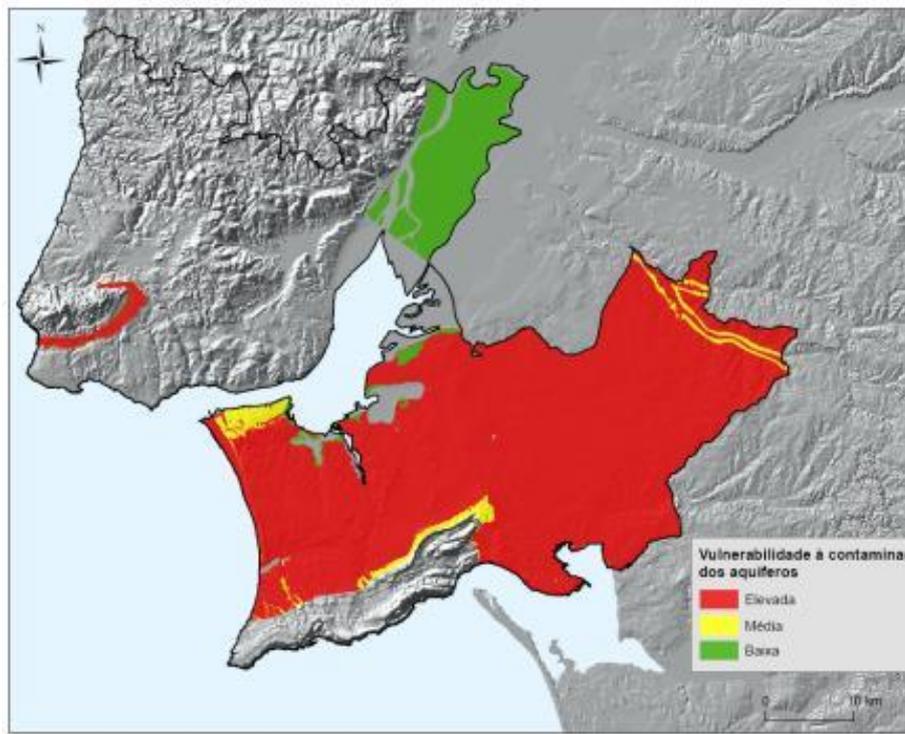
Fonte: INE, Inquérito ao Ambiente - Ações dos Corpos de Bombeiros

Relativamente aos incêndios florestais e à taxa de superfície ardida destaca-se o ano de 2012 como o mais crítico, sobretudo no Médio Tejo onde ardeu 3,25 % da superfície florestal existente.

Em 2016 a maior parte da superfície ardida localiza-se no Médio Tejo (2.596 hectares), referente sobretudo a povoamentos florestais. Na AML e Oeste a maioria da superfície ardida afetou área ocupada por matos.

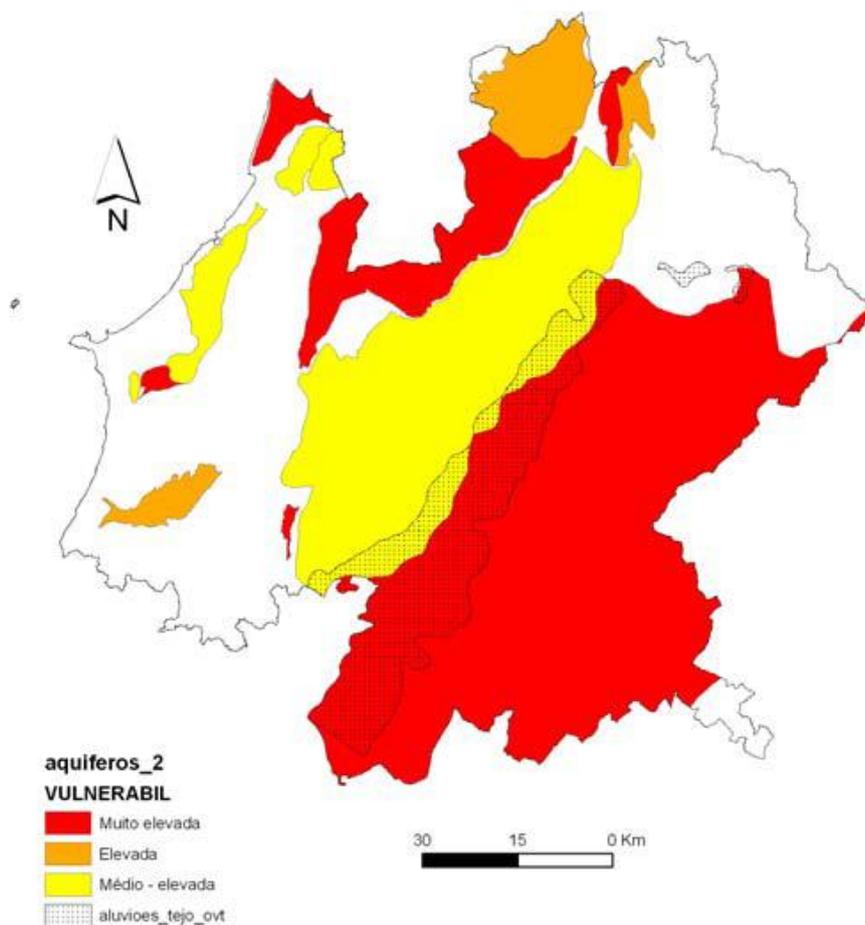
Quanto ao número de incêndios na RLVT, em 2016, as ocorrências registadas na AML (818) foram superiores às das restantes NUTS III, sendo que o Médio Tejo e Lezíria do Tejo registaram o menor número de ocorrências e a maior taxa de superfície

Figura 52 - Vulnerabilidade à contaminação de aquíferos na AML



Fonte: CCDR LVT (2010) Estudos no âmbito da proposta de alteração do PROT AML - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Figura 53 – Vulnerabilidade à contaminação de aquíferos no OVT



O mapa da vulnerabilidade dos aquíferos, que se baseia nas características de permeabilidade dos aquíferos e das formações hidrogeológicas, mostra que o substrato da Região de LVT possui marcados contrastes na vulnerabilidade à contaminação das suas águas subterrâneas. A vulnerabilidade à contaminação atinge um grau elevado nos aquíferos das rochas carbonatadas de elevada carsificação, no sector oeste da sub-região do Médio Tejo e no extremo NE da sub-região do Oeste. A AML apresenta uma das situações mais desfavorável do país, com especial incidência no estuário do Tejo e no rio Trancão (PNA, 2001). A carga industrial é igualmente assinalável, com repercussão em ambas as margens do rio Tejo. As cargas poluentes de origem difusa têm uma maior expressão nos cursos de água da Península de Setúbal.

Fonte: CCDR LVT (2008) Estudos no âmbito da elaboração do PROT OVT - Diagnóstico Setorial de Riscos e Proteção Civil; José Luís Zêzere

Riscos e Proteção Civil - Síntese

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo identificam-se como principais constrangimentos/problemas em matéria de Risco:

- Território regional exposto a um leque muito amplo de perigos naturais, tecnológicos e ambientais, com distinta incidência territorial. Alguns desses perigos apresentam elevado potencial destruidor (e.g., sismos, cheias rápidas, fenómenos de erosão costeira, acidentes industriais).
- Existência de áreas de perigo acentuado que, por serem densamente povoadas e/ou por estarem ocupadas por atividades humanas desajustadas, possuem um risco elevado.
- Concentração excessiva de infraestruturas estratégicas em áreas de perigosidade moderada ou elevada.
- Expansão urbana e de atividades económicas para zonas marginais expostas a perigos naturais e ambientais e conduzindo à degradação de recursos naturais.
- Agravamento das situações de risco com origem hidrometeorológica, no quadro da modificação global do clima.
- Agravamento da erosão costeira e das ameaças às atividades económicas concentradas nos estuários do Tejo e Sado, no quadro da subida do nível do mar.
- Possibilidade de ocorrência de fenómenos perigosos gerados no exterior (e.g. sismo, tsunami, acidente nuclear), mas com efeitos potencialmente devastadores no território regional.
- Em 52 municípios da Região de LVT apenas 12 tem o seu processo de revisão dos PDM concluído e, conseqüentemente, a larga maioria ainda não incluiu normas específicas relacionadas com o risco.

1.3. CONVERGÊNCIA COM AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DOS PROT

Por forma a aferir os níveis de convergência dos resultados obtidos (apresentados por domínio no ponto anterior) com as estratégias definidas nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, recordam-se aqui as opções estratégicas dos PROT em vigor na região, e apresenta-se uma leitura das tendências verificadas.

PROT OVT - Opções Estratégicas / Eixos Estratégicos:

1 – Ganhar a aposta da inovação, da competitividade e da Internacionalização

A estratégia de valorização da inovação, competitividade e internacionalização do Oeste e Vale do Tejo assenta no crescimento a partir da valorização dos recursos endógenos e na aposta em segmentos industriais e de serviços que permitam cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado. A estratégia de desenvolvimento regional releva também a aposta em formas inovadoras de turismo sustentável centradas na valorização do património, nos nichos da agricultura estimulada pela distribuição em mercados exigentes e intensiva em conhecimento; percebendo a importância decisiva na obtenção de massa crítica de serviços empresariais avançados.

Ganhar a batalha da inovação, competitividade e internacionalização exige, igualmente, uma aposta na mobilidade externa e intrarregional, bem como o fomento da formação de novas competências, e na intensificação do esforço de Investigação e desenvolvimento tecnológico, procurando uma maior cooperação entre as empresas e os centros de saber.

- Entre 2009 e 2015 a estrutura do VAB revela uma região com uma especialização económica centrada nos serviços nas três NUTS III, com uma diminuição do VAB do setor secundário.
- O VAB no setor primário é bastante superior à média do país, sobretudo na Lezíria do Tejo, onde é responsável por cerca de 10% do VAB.
- No OVT destaca-se o VAB das empresas associadas às atividades da Energia (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio), a que corresponde uma proporção de pessoal ao serviço bastante reduzida.
- As atividades de comércio por grosso, a retalho e reparações assumem relevância no OVT quer em termos de VAB das empresas quer de emprego. Nesta variável sobressaem ainda a indústria transformadora, agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca com maiores proporções de pessoas ao serviço.
- A atividade agrícola no OVT ocupa uma posição relevante, em particular no Oeste onde se pratica uma agricultura mais intensiva.
- Aumento ligeiro do número de novas empresas, mas com uma boa taxa de sobrevivência (cerca de 60% das empresas continua ativa nos dois anos subsequentes à sua criação).
- Incremento na taxa de natalidade das empresas, com maior relevo no Oeste e na Lezíria do Tejo, e em particular nos setores da agricultura, pescas, florestas, caça e produção animal (37% das empresas nascidas no Oeste, em 2013).
- Nos sectores de alta e média alta tecnologia, regista-se alguma variabilidade, contudo o nascimento de empresas neste sector é sempre inferior à média nacional.
- O emprego em serviços intensivos em conhecimento está bastante aquém do previsto para as metas definidas, apresentando valores que estão abaixo dos 50% do registado para Portugal (2,8%).

- O emprego em setores industriais de elevada tecnologia demonstra um comportamento positivo, com o Médio Tejo e a Lezíria a apresentarem valores acima da média nacional (15,2%), o que reflete a possibilidade de, em caso de manutenção do comportamento, se ir de encontro à meta definida para 2020.
- Crescimento, entre 2004 e 2015, do investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico no Oeste, encetado essencialmente pelas empresas e pelo ensino superior.
- Quanto à mobilidade externa, regista-se a necessidade de melhoria da Linha Ferroviária do Oeste, e das ligações viárias no Vale do Tejo previstas no PRN.
- No turismo regista-se uma dinâmica de crescimento, que poderá estar também associada à forte dinâmica registada na capital. Do ponto de vista da atratividade, refira-se que, a taxa líquida de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros tem vindo a aumentar, apesar disso os valores são inferiores a 30% e com estadias de curta duração (< 2 dias).
- Os estabelecimentos hoteleiros do OVT registaram, em 2016, cerca de 2,5 milhões de dormidas, maioritariamente no Oeste e Médio Tejo (mais de 2 milhões)

2 – Potenciar vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental

Em termos de vocações territoriais o PROT destaca o recreio, lazer e turismo integrados nos valores naturais, patrimoniais e paisagísticos como uma oportunidade para o Oeste e Vale do Tejo, em complementaridade com o “destino Lisboa”. O turismo e o lazer poderão contribuir, para a minimização de desequilíbrios entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo. É pois prioritário promover a qualificação, valorização e a promoção do território e das pessoas com vista ao garante da identidade e ao acréscimo da competitividade territorial. Neste sentido a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) constitui uma das estruturas centrais da competitividade e sustentabilidade da região.

Num contexto de valorização dos recursos regionais, os objetivos para a região pautam-se pela inovação nos domínios da prevenção e gestão de riscos, e por adotar ações estratégicas e pró-ativas no domínio da energia, nas vertentes da oferta e do consumo.

- Não sendo possível identificar uma alteração de tendência de comportamento que seja imputável ao PROT, será de assinalar o acréscimo, entre 2009 e 2016, na capacidade de alojamento turístico instalada nos estabelecimentos hoteleiros da sub-região, sobretudo no Médio Tejo (7.300 para 10.300 camas), muito associado à dinâmica turística de Fátima. A Lezíria do Tejo regista um desempenho ainda pouco expressivo.
- Os hotéis são a tipologia turística dominante na capacidade de oferta de alojamento, destacando-se também no Oeste os aldeamentos turísticos. Desde 2009, as tipologias de empreendimentos de turismo em espaço rural (agroturismo, casas de campo, hotel rural e turismo de habitação) assumiram relevância em toda a região, conferindo diversidade na oferta, sobretudo no Oeste e na Lezíria do Tejo. Sublinha-se de igual modo o forte incremento das unidades de alojamento local, que em 2017 já passavam as 2.000 unidades registadas no OVT, sendo 1.500 no Oeste.
- A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT OVT tem vindo a ser reforçada, através a constituição de áreas protegidas de âmbito regional e local. No Oeste e na Lezíria do Tejo, entre 2009 e 2013, registou-se um acréscimo de cerca de 1.250 hectares. Esta dinâmica revela uma

maior valorização e reconhecimento do património natural. A definição da ERPVA encontra-se transposta apenas para dois PDM revistos – Constância e Lourinhã.

- Nas questões energéticas releva a tendência de diminuição de consumo de combustível automóvel, embora o Médio Tejo revele um crescimento desse consumo, contrariando o comportamento registado no Oeste e na Lezíria do Tejo.
- A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis regista um peso crescente no total de energia elétrica, em particular a de origem eólica e hídrica (Oeste e a Lezíria, na eólica, e o Médio Tejo, na hídrica).
- No balanço entre produção e consumo de energia, toda a região apresenta uma variação negativa, ou seja, as necessidades de consumos superam a energia produzida internamente.
- A eficiência do sistema de abastecimento de água apresenta dados díspares, consoante a área territorial e o respetivo sistema de gestão em análise. Relativamente às perdas de água verificadas nos sistemas de abastecimento, constata-se uma melhoria desde 2011 nos sistemas em alta e em baixa. Em alguns municípios persistem perdas significativas - superiores a 20%, em Óbidos, e acima dos 50%, em Alcobaça, Entroncamento e Ferreira do Zêzere.
- O território regional está exposto a um leque muito amplo de perigos naturais, tecnológicos e ambientais, com distinta incidência territorial.
- Relativamente aos incêndios florestais e à taxa de superfície ardida destaca-se o ano de 2012 como o mais crítico, sobretudo no Médio Tejo onde ardeu 3,25 % da superfície florestal existente, referente sobretudo a povoamentos florestais.
- Dos municípios do OVT apenas 2 têm o seu processo de revisão de PDM concluído e, conseqüentemente, a larga maioria ainda não incluiu normas específicas relacionadas com o risco.

3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana

No Oeste e Vale do Tejo pretende-se a consolidação da rede urbana (municipal, supramunicipal e suprarregional) através da estruturação e reforço funcional de subsistemas e eixos polinucleados, formados por centros de média e pequena dimensão, complementares e articulados, destinados ao acolhimento de pessoas e atividades e à prestação de serviços qualificados nos espaços sub-regionais.

As apostas neste eixo versam também sobre a qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e naturais, da regeneração e da reabilitação urbanas, da promoção da habitação, da dotação de infraestruturas e equipamentos e da mobilidade urbana.

- A cidade de Santarém é a mais populosa do OVT.
- Reforço do crescimento populacional na maioria das cidades do OVT, particularmente das Caldas da Rainha e do Entroncamento.
- Em termos de ocupação do solo, as áreas edificadas registaram um ligeiro acréscimo entre 2006 e 2010 ocupando, cerca de 8% do território da Lezíria do Tejo, 9,5% no Médio Tejo e 13,8% no Oeste.
- Mais de metade da população do Oeste e do Médio Tejo residia, em 2011, em lugares com menos de 2.000 habitantes, refletindo a dominância da edificação dispersa que em 2010 representava mais de 70% das áreas edificadas do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, e 65% no Oeste.
- Crescimento de 5%, entre 2001 e 2011, dos alojamentos clássicos vagos, sendo que em 2011 tinham uma representatividade na ordem dos 15% no OVT.

- O OVT tinha, em junho de 2017, 142 áreas de reabilitação urbana, identificadas pelos municípios com objetivo de promover e potenciar ações de reabilitação e regeneração urbana.
- A dinâmica de reabilitação urbana, aferida a partir do peso das reconstruções em 100 construções novas licenciadas, sobressai no Médio Tejo, com uma média de reconstruções ao nível de Portugal. As restantes sub-regiões apresentam uma dinâmica inferior nunca superando as 2 reconstruções por 100 construções novas.
- Os movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes mostram a existência de fortes interdependências intrarregionais, quer as que se desenvolvem entre o núcleo metropolitano e a coroa envolvente dos territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo, quer as que se desenvolvem dentro dessa mesma coroa envolvente.
- Crescimento significativo do peso relativo do transporte individual enquanto meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no Oeste e Vale do Tejo, correspondendo a cerca de 70% dessas deslocações (acréscimo de 20 pontos percentuais face a 2001).
- Fragilidades nas redes viárias de conexão intrarregional, designadamente no Vale do Tejo

4 – Descobrir as novas ruralidades.

O PROT OVT aposta na convergência da multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respetivos sistemas de agricultura de forma a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agro-florestal, quer das zonas rurais do Oeste e Vale do Tejo. Neste eixo a visão estratégica do tipo multifuncional visa a concretização de três objetivos:

- Promover sistemas de produção agrícolas e florestais economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- Viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que valorizem os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais;
- Incentivar a diversificação e reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

- A especificidade que decorre da necessidade de cruzar variáveis de competitividade com variáveis de multifuncionalidade, resulta numa dificuldade acrescida de obtenção de dados relevantes para este eixo.
- Numa perspetiva global da atratividade do território importa referenciar a dinâmica de crescimento populacional, salientando a especial atratividade do Oeste, e simultaneamente os níveis de envelhecimento populacional registados na região que seguem e excedem, a tendência do país, sendo que no Médio Tejo o índice é superior a 200.
- A representação da proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos reflete esse envelhecimento e o isolamento em termos do seu quotidiano, que no contexto do OVT é particularmente sentido nos espaços rurais.
- A ocupação do solo no OVT é dominada por áreas florestais (45%) e áreas agrícolas (35%), ocupando as áreas edificadas, em 2010, cerca de 10% da sub-região.
- As áreas agrícolas dominam a ocupação do solo no Oeste (50%) e as áreas florestais prevalecem na Lezíria do Tejo (53%) e no Médio Tejo (50%).
- Apesar das características rurais do OVT, a população a residir em áreas predominantemente rurais não ultrapassa os 35% em nenhuma das três NUTS - Médio Tejo 35%, Lezíria do Tejo 26%, e Oeste 17%. Em

2016, mais de 60% da população da Lezíria do Tejo, residia em áreas predominantemente urbanas. No Oeste e no Médio Tejo essa proporção não ultrapassa os 55%.

- No contexto deste eixo estratégico, importa relevar que, no Oeste 28% da população reside em áreas medianamente urbanas, espaços que poderão ser de oportunidade para o desenvolvimento das relações urbano-rurais.
- No que respeita à distribuição das áreas edificadas, importa referir que os valores apurados apontam para uma estabilização dos padrões de dispersão do edificado pré-existent. Embora exista uma fragmentação territorial dos espaços agrícolas e florestais. Este modelo de ocupação pode também ser entendido como evolução natural e consolidação das formas de povoamento características destas zonas rurais.
- Neste quadro, considera-se relevante salientar uma evolução positiva na utilização das tecnologias de informação e comunicação, em particular num território onde os níveis de dispersão do edificado são muito expressivos.
- Relativamente à diversificação e reforço do tecido económico das zonas rurais na perspetiva da multifuncionalidade importa relevar as recentes dinâmicas de licenciamento de empreendimentos de turismo em espaço rural (aferidas também no processo de monitorização do limiar da capacidade de alojamento turístico).
- Na ótica da multifuncionalidade a agricultura é a atividade âncora, todavia, grande parte dos indicadores relacionados com o setor dependem de informação que advém do Recenseamento Agrícola, com periodicidade decenal, sendo o mais recente de 2009, ano de aprovação do PROT OVT.
- A atividade agrícola no Oeste e Vale do Tejo ocupa uma posição relevante, sendo de salientar a produtividade económica dos sistemas de produção²⁰ do Oeste onde se pratica uma agricultura intensiva, evidenciando-se por outro lado os níveis de produtividade das explorações agrícolas²¹ da Lezíria do Tejo, onde dominam propriedades de maior dimensão.
- Destaque para o VAB das empresas associadas às atividades da energia, e também as da agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca, com maiores proporções de pessoas ao serviço.
- Desde 2013 verifica-se um incremento na taxa de natalidade das empresas do setor da agricultura, pescas, florestas, caça e produção animal que, nesse ano, concentrou 37% das empresas nascidas no Oeste.
- Considerando os habitats dominantes no OVT os serviços dos ecossistemas poderão ser encarados como instrumento para descobrir novas ruralidades e perceber os benefícios destes territórios, tais como: i) a produção de madeira, fibras, alimento, inertes, minérios, vinho, mel, azeite, culturas forrageiras, cereais, hortícolas e frutícolas; ii) a função de regulação e suporte da biodiversidade; iii) a regulação climática, sequestro de carbono, controle de erosão, mitigação de riscos naturais; iv) o enquadramento paisagístico, turismo, recreio, lazer, caça e identidade com o meio rural.

²⁰ Produtividade dos sistemas = Margem Bruta Total / Superfície Agrícola Utilizada

²¹ Produtividade das explorações = Margem Bruta Total / Unidade de Trabalho Agrícola

PROT AML – Opções estratégicas / Prioridades

1 - Sustentabilidade ambiental

Na Área Metropolitana de Lisboa uma das prioridades essenciais é a sustentabilidade ambiental. Encarando a preservação e a valorização como premissas fundamentais de criação de oportunidades, adota-se uma visão sistémica, propondo-se que a "Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental" constitua a rede fundamental de áreas, corredores e ligações ecológicas, de valorização ambiental do sistema territorial.

Pretende-se a (re)valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem, e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano.

- Apesar da presença de áreas muito urbanizadas, particularmente no seu núcleo mais central, a AML acolhe, igualmente, espaços de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade: tanto integradas em áreas classificadas, como áreas da Rede Natura 2000 e outras com estatuto de proteção internacional, de que são exemplo o Vale/Estuário do Tejo e do Sado e as Serras da Arrábida e de Sintra. As áreas protegidas e áreas da Rede Natura 2000 ocupam uma parte significativa do território da AML (acima dos 18% e dos 14%, respetivamente).
- Essas áreas classificadas, em conjunto com outras áreas territoriais e corredores de grande valor natural e ou sensibilidade ecológica constituem a estrutura ecológica definida no PROT AML, visando a proteção desses recursos e valores, de modo articulado entre si e com os territórios envolventes, garantindo o funcionamento global dos sistemas no território numa lógica funcional e integradora dos processos humanos.
- A Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental encontra-se transposta nos nove Planos Diretores Municipais elaborados/revistos – Cascais, Mafra, Moita, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Seixal e Vila Franca de Xira.
- Numa perspetiva de valorização da paisagem e revitalização do meio rural assumidos como elemento do equilíbrio metropolitano, e considerando os habitats dominantes na AML (habitats costeiros, águas superficiais interiores, zonas húmidas, florestas e outras terras arborizadas; habitats agrícolas e hortícolas regularmente ou recentemente cultivados; habitats artificializados), salientam-se alguns serviços dos ecossistemas presentes neste território, tais como: i) a produção de alimento, inertes, minérios, vinhos, azeite, pescado, culturas forrageiras, cereais, hortícolas e frutícolas; ii) a função de regulação e suporte da biodiversidade; iii) a regulação climática, sequestro de carbono, controle de erosão, mitigação de riscos naturais; iv) o enquadramento paisagístico, turismo, recreio, lazer, caça e identidade com o meio rural.
- Analisando os indicadores disponíveis relativos à água, em 2016, a qualidade das águas interiores era excelente em todos os concelhos da AML. Quanto às águas costeiras de transição foram na sua maioria avaliadas com qualidade excelente, e nalguns casos com qualidade boa (Cascais, Oeiras, Setúbal).
- Nos concelhos da AML, em 2016, mais de 99% da água para consumo humano era controlada e de boa qualidade.
- Relativamente às perdas de água verificadas nos sistemas de abastecimento, constata-se uma melhoria desde 2011 nos sistemas em alta e em baixa, todavia, em alguns municípios persistem perdas superiores a 20%. A gestão eficiente da água para consumo humano é determinante e inadiável face ao contexto de seca vivido no país.
- A proporção de águas residuais tratadas na AML em 2009 era superior a 94% apresentava uma tendência crescente no seu desempenho.

2 - Qualificação metropolitana

O PROT aponta como prioridade para a AML a qualificação metropolitana, realizada através da contenção da expansão urbana e de um modelo/estrutura territorial que visa:

- a recentragem e o ordenamento da AML, em articulação com o Estuário do Tejo, salvaguardando os recursos naturais e as áreas protegidas;
- o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas;
- o complemento e a consolidação de uma estrutura de acessibilidades em rede;
- o ordenamento da logística.

- A urbanização na AML tem sido alastrada a partir de Lisboa por eixos de estruturação territorial que as acessibilidades fluviais, ferroviárias e as rodoviárias, ajudaram a definir e a consolidar, prolongando a área urbana para além dos limites administrativos da cidade e para o interior das margens Norte e Sul do rio Tejo.

Na margem Norte, sobressaem quatro grandes eixos territoriais: i) o eixo de Cascais; ii) o eixo de Sintra; iii) o eixo Vila Franca de Xira; iv) e o eixo de Loures. Os três primeiros apoiados em acessibilidades ferro e rodoviárias e, consolidados primeiramente, com maior expressão territorial, e amarrando diversas centralidades urbanas que mais contribuem para a realidade sistémica da AML, polinucleada.

Na margem Sul, a maior compacidade do edificado surge associada à cidade de Setúbal e às nucleações que emergiram e se consolidaram ao longo e a partir do Arco Ribeirinho. Assiste-se ainda à afirmação de uma nova centralidade urbana Fernão Ferro/Quinta do Conde, que tem a particularidade de apresentar um tecido construtivo em extensão e o seu estabelecimento se ter operado através de processos urbanísticos de génese ilegal.

- Apesar do decréscimo populacional de 11.957 residentes registado na cidade de Lisboa, entre 2001 e 2011, a capital mantém uma posição dominante face às restantes cidades estatísticas da área metropolitana. As maiores cidades da AML (Lisboa, Amadora, Almada e Agualva. Queluz) registaram um decréscimo populacional. Estes resultados demonstram que a coroa central da área metropolitana está a perder dinamismo populacional em favor da coroa urbana periférica.
- Em termos de ocupação do solo, em 2007, as áreas edificadas ocupavam cerca de 34% do território da AML, o que corresponde a um aumento face a 1995 (29%). A edificação dispersa intensificou-se de 1995 para 2010, representando no ano mais recente cerca de 34% das áreas edificadas da Área Metropolitana de Lisboa.
- Metade dos dezoito concelhos da AML têm Plano Diretor Municipal revisto – Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal e Vila Franca de Xira. Nos PDM revistos – por comparação com a 1.ª publicação - Oeiras (15%), Seixal (10%) e Cascais (7%) foram os que registaram maiores acréscimos de solo urbano face ao total do concelho.
- Nos concelhos analisados ocorreu um acréscimo da proporção do solo urbanizado no solo urbano. Esta tendência foi mais expressiva nos PDM de Oeiras, Mafra, Loures Odivelas e Lisboa, com valores superiores a 80% de solo qualificado como urbanizado face ao total do solo urbano. A proporção de solo urbanizável no solo urbano é ainda significativa nos concelhos da Moita (38%) e do Seixal (28%)
- A proporção de áreas verdes urbanas aumentou em quase todos os concelhos com PDM revisto. Em Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira as áreas verdes correspondem a mais de 20% do solo urbano. Este facto explica, em parte, o crescimento do solo urbano na generalidade dos PDM revistos.

- O sistema urbano é policêntrico, hierarquizado a partir do centro metropolitano onde se concentram grandes equipamentos e serviços de nível regional e nacional e constituído por uma rede polinucleada de centralidades urbanas de vários níveis, articuladas entre si, segundo eixos e coroas, que organizam a região funcional.
- A AML concentra uma grande oferta de espaços de logística, com um carácter dispersivo bastante elevado, mas nem sempre dimensionados para uma resposta eficaz às necessidades (escassas zonas de armazenagem e falta de capacidade para a gestão de stocks). Dentro deste território destacam-se seis espaços organizados e estruturados: Plataforma Logística Lisboa Norte (Castanheira do Ribatejo/Bobadela); Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL); Centro de Carga do Aeroporto General Humberto Delgado; Porto de Lisboa; AutoEuropa; e Porto de Setúbal.

3 - Coesão sócio territorial

O reforço da coesão social ao nível dos territórios, constitui uma prioridade para a AML, e exige determinação, inovação, partilha de responsabilidades e coordenação de esforços entre a administração pública e os setores sociais, tendo em vista:

- a requalificação socio urbanística das áreas degradadas;
- a implementação de uma política urbana e habitacional de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços.
- a implementação de políticas de valorização dos recursos humanos, de emprego e empregabilidade;

- No domínio da requalificação urbanística, o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana introduziu medidas que dinamizaram e agilizaram a reabilitação urbana. Este regime teve resultados na AML que em junho de 2017 tinha legalmente constituídas e publicadas em Diário da República 124 áreas de reabilitação urbana, identificadas pelos municípios com objetivo de promover e potenciar ações de reabilitação e regeneração urbana.
- Quanto à dinâmica de reabilitação do edificado, a superfície reconstruída regista um desempenho positivo na AML, muito influenciado pelo incremento do turismo na capital. Todavia, os valores referentes a 2016 são ainda pouco expressivos - inferiores a 3% de superfície total reconstruída face a construção nova.
- Entre 2001 e 2011, registou-se na AML um decréscimo da proporção dos alojamentos não clássicos, que passou de 0,92% para 0,14%. A percentagem de alojamentos vagos aumentou (13% em 2011).
- De 2009 a 2017 a área metropolitana registou um forte incremento na oferta turística e de alojamento local com consequência na sua ocupação territorial, na reabilitação do edificado e na dinâmica do mercado imobiliário, que tem vindo a ser inflacionado, sobretudo na cidade de Lisboa. Neste período a oferta de alojamento na cidade aumentou cerca de 18.000 camas em empreendimentos turísticos e 10.600 unidades de alojamento local registadas (Turismo de Portugal. IP).
- Em termos de equipamentos destaque para as carências nas respostas sociais - Sintra, Odivelas e Moita, apresentavam uma cobertura de respostas para a **1ª infância** abaixo dos 33%; todos os municípios apresentavam taxas de cobertura de respostas para **idosos** inferiores a 20% (2014).
- Nos níveis de escolarização do ensino superior da população entre os 18 e 22 anos registam-se positivos na AML, que no ano letivo 2015/2016, apresentava uma taxa de escolarização de 46%, superior à média do país em 13 pontos percentuais.

- Entre 2001 e 2011 diminuiu a proporção da população residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano. Em 2011 na AML a taxa de abandono escolar era superior à média nacional (1.8%). Quanto à taxa de abandono precoce de educação e formação, em 2015, a AML já havia atingido o valor de 10% apontado pela UE como meta para Portugal no âmbito dos FEEI – Portugal 2020.
- Em 2015, mais de 30% da população ativa e empregada residente na AML tinha o ensino superior completo registando-se uma tendência crescente desde 2001.
- Relativamente ao rendimento disponível das famílias regista-se uma subida progressiva do rendimento *per capita* até 2010, com decréscimo de 2011 em diante, acompanhando a tendência nacional. A remuneração média mensal na AML cresceu ligeiramente de 2002 a 2010, mantendo-se sem grandes oscilações até 2014 sempre superiores aos da média nacional em cerca de 200 euros. Em 2015 a remuneração média mensal de base na AML era de 1.143 euros.
- O número de beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social por 1.000 habitantes tem vindo a decrescer desde 2011.
- A taxa de desemprego aumentou até 2013, começando a registar-se uma descida dos níveis de desemprego em 2014, que na região se situava nos 12.5% em 2015. A taxa de desemprego jovem assume grande expressão, cifrando-se em 30% em 2015.

4 - Organização do sistema metropolitano de transportes

O PROT AML assume como prioridade para a estratégia de ordenamento do território a organização do sistema metropolitano de transportes, preconizando:

O reforço do sistema de infraestruturas e equipamentos de transportes existente, através da promoção da coordenação intermodal e desincentivo do uso do transporte individual, com consequências nocivas no funcionamento da AML, na qualidade de vida das pessoas e no ordenamento do território.

A melhoria no sistema de transportes de mercadorias ultrapassando as debilidades existentes

A criação da “Autoridade Metropolitana de Transportes”, enquanto instância de coordenação intermodal.

O reforço progressivo do transporte coletivo, privilegiando o transporte ferroviário e fluvial, e completando uma coerente e consolidável estrutura rádio concêntrica de acessibilidades.

- Ao nível da infraestrutura aeroportuária, a procura do aeroporto General Humberto Delgado (Lisboa) tem aumentado no segmento de passageiros, tendo atingido os 22 milhões em 2016. No que respeita ao movimento de mercadorias, o volume estabilizou nas 100.000 toneladas nos últimos 5 anos.
- A região dispõe de um elevado potencial portuário e de acostagem, que abarca o transporte de mercadorias, o turismo, o recreio e lazer e o desporto náutico, com capacidade de marcação de posição em rotas mundiais. O Porto de Setúbal assume uma função de apoio ao setor exportador da região e, desde 2009 que a mercadoria carregada tem sido sempre superior à mercadoria descarregada. Em matéria de passageiros, o Porto de Lisboa, com uma forte representação ao nível de Portugal Continental, registou desde 2010 um crescimento continuado, com um pico em 2013, tendo estabilizado nos 500 mil passageiros em 2015. Quanto ao movimento de passageiros entre as duas margens do Tejo, a dinâmica é oposta, com uma diminuição acentuada no mesmo período.
- No transporte de passageiros e de mercadorias, o peso do sector rodoviário tem vindo a crescer tirando partido dos investimentos na rede rodoviária nacional.

- Na AML localizam-se importantes áreas de logística que articulam as cadeias de distribuição nacionais, e mesmo internacionais, com o nível regional e local.
- Em 2011, pelo menos 40% da população residente nos concelhos da AML trabalhavam ou estudavam noutro município.
- Num contexto metropolitano com maior oferta de transportes coletivos, a opção pelo transporte individual para percorrer as maiores distâncias das deslocações pendulares é ainda expressiva. Entre 2001 e 2011 a duração média dos movimentos pendulares, na AML passou de 32 para 26 minutos. O meio de transporte mais utilizado nestes movimentos continua a ser o transporte individual, usado em 55% das deslocações (43% em 2001).
- O sistema de transportes da AML, em particular da cidade de Lisboa deve ajustar-se à procura resultante do acréscimo de turistas, acompanhando o aumento da capacidade de alojamento turístico e alojamento local disponível. Note-se que, em 2016 os estabelecimentos hoteleiros localizados na AML registaram 15 milhões de dormidas.
- Relativamente à “Autoridade Metropolitana de Transportes”, cuja criação foi considerada prioritária no PROT AML, a mesma foi extinta com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, sucedendo-lhe a Área Metropolitana de Lisboa que passa a dispor, no domínio do transporte público de passageiros, das atribuições e competências estabelecidas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. Atualmente constituem atribuições das Autoridades de Transportes a definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados.

PARTE II – EXECUÇÃO DOS PROT E DINÂMICAS DE PLANEAMENTO

2. EXECUÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2.1. ANTECEDENTES DO PROTOVT E PROT AML

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo estão em vigor o PROT OVT, aprovado pela RCM 64-A/2009 de agosto, e o PROT AML aprovado pela RCM 68/2002, de 8 de abril.

PROT OVT

Os trabalhos de elaboração do PROT OVT decorreram entre 2006 e 2008 tendo por base a produção de um vasto conjunto de diagnósticos estratégicos e exercícios de cenarização e envolveram um amplo universo de atores regionais que participaram na definição das opções estratégicas de base territorial, do modelo e das orientações normativas.

Na sua elaboração, o PROT OVT acolheu as orientações estratégicas e as diretrizes do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado em 2007, teve em conta os referenciais setoriais atuais à data dos trabalhos da sua elaboração e teve por base os referenciais estratégicos e programáticos do ciclo de fundos comunitários 2007-2013. Os programas operacionais foram assumidos como a principal fonte de financiamento da implementação do PROT OVT e, por esta razão, o programa de execução não detalhou a priorização de medidas e ações a realizar após 2013, apontando para uma reprogramação posterior, alinhada com os novos instrumentos de financiamento da política regional do período 2014-2020.

Para efeitos de acompanhamento e gestão ativa da sua implementação, o PROT OVT previu a constituição de um sistema de monitorização e avaliação, alicerçado numa estrutura de monitorização, avaliação e gestão (EMAG), constituída pelos representantes das entidades e serviços do Estado, dos municípios e dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, que na fase de elaboração tinham acompanhado os trabalhos, integrando a comissão consultiva.

Este sistema tem vindo a funcionar e as conclusões da monitorização e avaliação do desempenho do plano, em termos de realizações e resultados, e do processo de implementação, em termos de coordenação interna e externa, estão apresentados nos cinco relatórios de monitorização e avaliação do PROT OVT, respeitantes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, que fazem o balanço da aplicação do plano e do modelo de governança adotado, demonstrando as concretizações e identificando obstáculos e desafios futuros.

Em suma, a implementação do PROT OVT, com oito anos de vigência, tem sido objeto de monitorização e avaliação sistemática com o envolvimento das entidades e atores relevantes e neste âmbito foram efetuados exercícios de avaliação das necessidades de atualização, ajustamento e desenvolvimento, no quadro da gestão da implementação do plano e das suas orientações, cujas conclusões constam dos respetivos relatórios de monitorização e avaliação, apresentando-se uma síntese no ponto 2.4. do presente relatório.

Sinalizando o quinto ano dos trabalhos de monitorização e avaliação do PROT OVT, a CCDR LVT desenvolveu e aplicou um questionário de avaliação da implementação do plano junto dos atores

relevantes na concretização e operacionalização das orientações e medidas do PROT, tendo como objetivos enriquecer as conclusões da monitorização e avaliação e reunir contributos para a futura dinâmica do PROT OVT, cujas conclusões se apresentam no ponto 2.5.

PROT AML

A elaboração do PROT AML, aprovado em 2002, foi determinada pela RCM n.º 21/89, de 15 de maio. Os trabalhos de elaboração tiveram um primeiro momento em 1991/1992 não tendo prosseguido, devido a divergências sobre a localização da segunda travessia sobre o Tejo, e foram depois retomados com uma nova proposta em 1995/1996, que também não prosseguiu.

Em 1999/2000 aproveitando o novo edifício legal configurado pela Lei de Bases e pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), a CCDR LVT atualizou sumariamente os estudos de base e reformulou integralmente a proposta de PROT AML, dando-lhe um conteúdo consentâneo com o de um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica e orientador. Esta proposta veio a ser aprovada em 2002, dando origem ao primeiro PROT a vigorar com o formato e conteúdos do novo figurino legal.

Apesar do longo período de elaboração (12 anos) o PROT AML, na sua configuração estratégica, foi elaborado num período relativamente curto, imediato à Lei de Bases e ao RJIGT e na ausência de regulamentação complementar, encerrando algum carácter experimental e apresentando um défice de desenvolvimento de alguns conteúdos, nomeadamente ao nível da articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, do sistema de monitorização e avaliação e do modelo de governação.

Em 2008, através da RCM n.º 92/2008, de 5 de junho, foi tomada a decisão de alteração do PROT AML fundamentada pela necessidade de atualizar o plano regional face aos investimentos estruturantes previstos no domínio das infraestruturas nacionais de transporte e logística e face aos referenciais estratégicos do QREN 2007-2013 e do PNPOT, de 2007.

Do processo de alteração resultou uma proposta de PROT AML, submetida a discussão pública entre 2010 e 2011, que não prosseguiu por motivos de alteração do contexto macroeconómico nacional e internacional e de suspensão da concretização das infraestruturas de transportes.

Posteriormente, na sequência do despacho SE 10079/2012, de 26 de julho, a CCDR LVT apresentou à tutela fundamentação para o prosseguimento do processo de revisão do PROT AML, tendo sido decidido aguardar pelo novo quadro legal do ordenamento do território.

Em suma, o PROT AML apresenta 15 anos de vigência e no decurso deste período vários referenciais estratégicos e programáticos foram aprovados e metade dos PDM foi adaptada. A implementação do PROT AML não foi objeto de monitorização e avaliação sistemática mas os trabalhos da alteração 2008/2010 providenciaram um momento de avaliação e produziram um amplo manancial de informação.

2.2. DINÂMICA DOS PROT NO QUADRO DO NOVO RJIGT

Em 2014 e 2015 foi revisto o quadro legal do ordenamento do território e do urbanismo estando atualmente em vigor uma nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), a Lei nº 31/2014, de 30 de maio, e um novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, que vieram introduzir alterações na estrutura do sistema de gestão territorial e na classificação dos seus instrumentos, nomeadamente, reclassificação da figura de Plano Regional de Ordenamento do Território para Programa Regional, estabelecendo um regime transitório que prevê a recondução dos planos regionais pré-existentes ao novo sistema, num prazo indicativo de dois anos, sem prejudicar a sua vigência até à respetiva alteração ou revisão.

2.2.1. Alteração legal de objetivos e conteúdos

Analisados os atuais comandos legais e regulamentares – LBPPSOTU, RJIGT e Dec. Reg. n.º 15/2015, de 19 de agosto - regista-se que ao nível da definição dos objetivos e dos conteúdos material e documental as modificações dos PROT, decorrentes da sua mera recondução tipológica, são circunscritas e visam, essencialmente, adaptar a terminologia a programa, clarificar e corrigir aspetos pontuais de forma e conteúdo, reforçar a articulação dos programas regionais com os programas operacionais e a definição de indicadores de avaliação.

Tendo em vista conhecer melhor as determinantes legais dos futuros processos de dinâmica dos PROT (OVT e AML) e, principalmente, compreender os efeitos da revisão legal na implementação dos planos regionais atualmente em vigor, considera-se importante que no âmbito deste exercício de avaliação se proceda a uma leitura das implicações da nova legislação.

i. O reforço da ligação do programa regional com os programas operacionais

O artigo 53º do RJIGT, relativo aos objetivos do programa regional, veio reforçar a importância da ligação deste instrumento com os programas operacionais, através da introdução da alínea e) que determina que os programas regionais têm como um dos seus objetivos “estabelecer, a nível regional, as grandes opções de investimento público, com impacte territorial significativo, as suas prioridades e a respetiva programação, em articulação com as estratégias definidas para a aplicação dos fundos comunitários e nacionais”.

Este reforço traduziu-se, também, ao nível do conteúdo material, tendo sido introduzido na alínea b) do artigo 54º um desenvolvimento explicativo para referir que a definição dos objetivos e princípios assumidos a nível regional relativos à localização das atividades e dos grandes investimentos públicos deve integrar as “suas prioridades e programação”.

Por sua vez, nos termos do artigo 55º, alíneas f) e g), o programa de execução passa a incluir apenas “disposições indicativas sobre a realização das obras públicas a efetuar na região, a curto prazo ou a médio prazo, indicando as entidades responsáveis pela respetiva concretização” (deixando de referir “outros objetivos e ações de interesse regional”) sendo, ainda, explicitado que a identificação das fontes e da estimativa de meios financeiros inclui os programas operacionais regionais e setoriais.

É assim reforçado o objetivo de articulação entre o programa regional e os programas operacionais regionais e setoriais que já estava presente no quadro legal anterior, embora de forma mais implícita, e que foi prosseguido na elaboração e na implementação do **PROT OVT**.

Refira-se, que o programa de execução do PROT OVT definiu e priorizou as principais medidas e ações de investimento público em função dos instrumentos de financiamento comunitário 2007-2013, prevendo que, durante a sua vigência, fossem (re) programadas as realizações para o período 2014-2020, em alinhamento como o novo ciclo de financiamento.

No sentido inverso, as opções estratégicas de base territorial definidas no PROT OVT foram tidas em consideração na elaboração dos planos de ação regional e no exercício de programação dos fundos estruturais e de investimento 2014-2020, no âmbito dos trabalhos conduzidos pelas CCDR Alentejo e Centro.

A articulação da elaboração dos programas operacionais com o PROT OVT foi fomentada no âmbito da estrutura de monitorização e avaliação do PROT OVT.

Em particular o 3º e o 4º relatório de avaliação e monitorização do PROT OVT acompanharam a preparação do atual ciclo de fundos comunitários 2014-2020 e abordam com maior profundidade esta matéria, apresentando informação sobre o alinhamento do PROT OVT como as prioridades de intervenção dos programas operacionais 2014-2020, bem como um diagnóstico dos problemas de articulação e uma metodologia de desenvolvimento baseada na (re) programação do programa de execução após 2013.

Na primeira fase de execução dos programas operacionais 2014-2020 esta articulação passou pelo estabelecimento de um procedimento que envolveu a CCDR LVT na análise de reconhecimento das estratégias integradas de desenvolvimento territorial que serviram de base à contratualização dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial e dos pactos para o desenvolvimento local em cada uma das comunidades intermunicipais - Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste. O parecer emitido pela CCDR LVT centrou-se no alinhamento das estratégias em causa com as opções estratégicas de base territorial do PROT OVT.

Neste ponto o **PROT AML** em vigor encontra-se desatualizado, pois é anterior aos dois últimos ciclos de programação de fundos comunitários. Refira-se que a visão e as opções estratégicas de base territorial da AML foram estabelecidas a partir do Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo 2000-2010.

As opções estratégicas de base territorial definidas no PROT AML em vigor foram, entretanto, desenvolvidas nos estudos da alteração 2008/2010 e foram depois tidas em consideração na elaboração do plano de ação regional e no exercício de programação dos fundos estruturais e de investimento 2014-2020, no âmbito dos trabalhos conduzidos e acompanhados pela CCDR LVT.

A recondução do plano a programa regional com o objetivo de reforçar a sua ligação aos programas regionais reafirma uma necessidade já identificada no processo de alteração 2008/2010 e abre a oportunidade de realizar este trabalho com maior amplitude e profundidade.

ii. A tónica na espacialização de políticas

No que se refere à articulação horizontal e vertical de políticas no contexto da definição do modelo de organização territorial, constata-se que no artigo 54º, alínea c) do RJIGT foi substituída a previsão do

estabelecimento de “medidas de articulação” das políticas estabelecidas no PNPOT e programas setoriais “bem como das contidas nos planos intermunicipais e municipais”, pela previsão do estabelecimento da “incidência espacial, ao nível regional”, das políticas estabelecidas no PNPOT e programas setoriais “bem como das políticas de relevância regional a desenvolver pelos planos territoriais intermunicipais e municipais”.

Inclui-se, também, nesta tónica a explicitação da referência à estrutura regional de proteção e valorização ambiental na alínea d) do artigo 54º que antes apontava genericamente a política ambiental a nível regional.

Denota-se com estas alterações uma ideia de desenvolver mais a espacialização de políticas ao nível regional, dando corpo à territorialização de políticas nacionais e à construção de referenciais para a territorialização de políticas ao nível local e, pode inferir-se, em prol de um foco nos conteúdos próprios da natureza e objetivos de um programa regional, minimizando a proliferação de orientações setoriais que extravasam o seu cerne e âmbito.

Para este efeito entende-se como determinante trabalhar os novos referenciais estratégicos de políticas nacionais e setoriais, entretanto alterados, e considerar: as conclusões da avaliação do PNPOT e da sua alteração; a monitorização do PROT OVT; os estudos da alteração de 2008/2010 do PROT AML; os planos de ação regional e os programas operacionais nacionais e regionais 2014-2020; e as estratégias integradas de desenvolvimento territorial das Comunidades Intermunicipais e da AML.

Apenas se refere que esta tónica na espacialização ao nível do conteúdo material / modelo de organização territorial não deve desvalorizar a necessária abordagem à articulação e coordenação de políticas setoriais do ponto de vista processual, através do desenvolvimento do modelo de governação da elaboração e da implementação do futuro programa regional.

iii. A prevalência de regimes legais específicos

Da leitura do conteúdo material previsto para o programa regional, nos termos do artigo 54º do RJGT, constata-se a eliminação das anteriores alíneas e) e f) que previam a definição de “diretrizes relativas aos regimes territoriais definidos ao abrigo de lei especial, designadamente áreas de reserva agrícola, domínio hídrico, reserva ecológica e zonas de risco” e as “medidas específicas de proteção e conservação do património histórico e cultural”.

A eliminação destas indicações de conteúdo material podem levar a induzir, em abstrato, a reformulações futuras nas orientações dos PROT, no âmbito da sua recondução a programa regional, todavia, não se afigura à partida a existência de discrepâncias legais profundas entre os conteúdos atuais e futuros uma vez que este plano regional não estabeleceu propriamente diretrizes para os regimes territoriais especiais (REN, RAN, DH) mas sim orientações de organização e de sustentabilidade territorial dirigidas a unidades territoriais, sem particularizar áreas sujeitas a restrições de utilidade pública que nelas se incluam e sem interferir no respetivo regime legal.

Efetivamente, aquando da elaboração do PROT OVT verificou-se uma desnecessidade e mesmo inviabilidade operativa de estabelecer diretrizes para regimes territoriais específicos com força de lei, bem como dificuldades de estabelecer, à escala regional, medidas específicas de proteção e conservação do património, para além das que decorrem dos respetivos regimes jurídicos vigentes, uma vez que estas careceriam de análises particularizadas próprias da escala local.

Assim, o PROT OVT desenvolveu uma abordagem às questões dos recursos e valores naturais e às questões dos riscos, que assumiu, à partida, os regimes legais específicos e as áreas de ocorrência e de incidência delimitadas ao abrigo destes mesmos regimes, sem se demitir de estabelecer quadros de referência para o ordenamento do território em unidades territoriais que abrangem, entre outras, áreas condicionadas por regimes legais específicos.

Efetivamente, no âmbito do PROT OVT foram elaborados diagnósticos nos domínios dos recursos e valores naturais, dos perigos e dos padrões de ocupação do solo, que permitiram obter à escala regional uma espacialização indicativa e integrada das principais manchas / troços de ocorrência de recursos ou de incidência de perigos.

Deste trabalho resultaram contributos para as opções estratégicas de base territorial e para a esquematização do modelo territorial, incluindo a definição da estrutura regional de proteção e valorização ambiental e um conjunto de orientações de ordenamento do território que visam a concretização física e funcional da organização territorial preconizada no modelo.

De salientar, neste âmbito, que a estrutura regional de proteção e valorização ambiental traduz opções de organização territorial, não sendo um somatório de áreas sujeitas a regimes legais específicos, e as orientações normativas traduzem princípios, objetivos e critérios de ordenamento do território que extravasam e cumulam com esses regimes.

Neste ponto, da prevalência de regimes legais específicos, importa referenciar a alteração da natureza dos Planos Especiais de Ordenamento do Território, consubstanciada pelo novo quadro legal, que veio classificá-los como programas e determinar que as normas relativas ao regime de uso e ocupação do solo integrem os planos territoriais, para referir que tal alteração não interfere com significado no conteúdo material e documental do plano regional, mas apenas na identificação dos mecanismos de interação coordenada entre instrumentos de gestão territorial.

No caso do **PROT AML**, não resultarão modificações profundas no seu conteúdo, uma vez que este plano desenvolveu uma abordagem aos recursos e valores naturais e às questões dos riscos focada na organização do território à escala regional e na espacialização das políticas públicas setoriais que culminou na definição da estrutura regional de proteção e valorização ambiental e em orientações que não constituem diretrizes para os regimes legais específicos mas sim orientações para a organização do território nas suas várias unidades, que têm em consideração objetivos de valorização de recursos naturais e paisagísticos, de valorização patrimonial.

Não obstante, perspetiva-se que será necessário introduzir ajustamentos e desenvolvimentos de conteúdo para uma melhor adesão ao novo quadro legal, nomeadamente em matéria de vulnerabilidades aos perigos e de adaptação às alterações climáticas, uma vez que em 2002 a abordagem destas matérias não foi suficientemente aprofundada, como veio a ser demonstrado pelos estudos produzidos no âmbito da alteração de 2008/2010, bem como a aprofundar outros critérios de organização territorial.

Também ao nível da identificação das designadas áreas vitais, que integram o 3º nível da estrutura de proteção e valorização ambiental, os estudos da alteração 2008/2010 vieram evidenciar a desatualização do PROT AML devido a duas razões principais: a informação de base espacial utilizada à data em que o PROT AML foi elaborado e a continuação, após 2002, das dinâmicas de ocupação destas áreas pela urbanização à luz dos PDM em vigor e, entretanto, não adaptados.

iv. O sistema de indicadores de avaliação

Nos termos do artigo 55º do RJGT os indicadores quantitativos e qualitativos de suporte à avaliação passam a constituir um conteúdo documental obrigatório do próprio plano para além de uma inerência da obrigação de avaliação dos instrumentos de gestão territorial que já decorria do quadro legal anterior.

O **PROT OVT** integrou indicadores de realização e resultado da implementação do plano e de contexto e, também, um conjunto de indicadores específicos para o controle e seguimento ambiental, decorrentes do processo de avaliação ambiental.

Na sequência da entrada em vigor do PROT OVT, em 2010, foi criado o Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo (ORLVT) como uma estrutura única de monitorização, com o objetivo de promover a aplicação articulada das competências atribuídas à CCDR LVT em matéria de observação das dinâmicas regionais e da implementação e execução de planos e programas e de responder às exigências particulares da Estratégia Regional - Lisboa 2020, dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, do núcleo regional do Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo e do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR), estabelecido pelo modelo de governação do QREN 2007-2013, e, atualmente, Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa (OADRL), no termos do Portugal 2020.

No âmbito dos trabalhos de monitorização e avaliação do PROT OVT o sistema de indicadores foi uma área de trabalho principal, tendo sido efetuadas alterações do quadro de indicadores de desempenho do plano e de seguimento ambiental, bem como exercícios de definição de metodologias de cálculo e identificação de limiares e metas, tendo sido criado um sistema integrado de indicadores que permite uma leitura de situação por objetivo estratégico e por fator crítico.

No quadro atual emerge o interesse em se aprofundar o desenvolvimento do sistema regional de indicadores de forma a facilitar a produção de REOT LVT regulares que sirvam de contextualização aos balanços da implementação dos PROT, e aos relatórios anuais de execução dos programas operacionais, bem da concretização de outros instrumentos de natureza estratégica ou operacional da competência da CCDR LVT.

O **PROT AML** integrou um conjunto de indicadores, mas não foi efetuado um exercício de monitorização contínua e de reponderação dos mesmos. No âmbito dos trabalhos da alteração 2008/2010 foram construídos novos indicadores para monitorização e avaliação do desempenho do plano e das dinâmicas territoriais, bem como para seguimento ambiental.

No quadro da recondução do PROT AML a programa regional perspectiva-se a necessidade de reajustar todo o sistema de indicadores.

v) Orientações para a classificação e qualificação do solo

Em alinhamento com a natureza das alterações introduzidas pelo novo RJGT, o Decreto Regulamentar 15/2015, de 19 de agosto, mantém no essencial o mesmo tipo de conteúdos relativos ao desenvolvimento de critérios de classificação e qualificação do solo - atualmente constantes do PROT OVT mas que o PROT AML não chegou a contemplar em plenitude - e reforça-os em alguns aspetos.

Assim, o artigo 2º do DR estabelece que cabe aos PROT desenvolver os critérios de classificação e reclassificação do solo nele regulamentados e no artigo 3º explicita que os programas regionais

constituem o quadro estratégico da definição do regime de uso do solo a efetuar pelos planos territoriais.

No artigo 7º, relativo à classificação do solo como urbano, regista-se a entrada de um critério adicional, face ao quadro regulamentar anterior, clarificador da “necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial” e no artigo 8º, relativo à reclassificação para solo urbano, mantém-se a necessidade de compatibilidade com os programas territoriais (embora tenha sido eliminada a referência à conformidade com os limiares máximos de expansão estabelecidos no PROT, uma vez que o conceito de áreas de expansão foi modificado).

Mantém-se também a necessidade da estrutura ecológica municipal garantir a coerência com a estrutura regional de proteção e valorização ambiental nos termos do artigo 13º.

Por sua vez ao nível da qualificação do solo rústico, o artigo 16º introduz novos critérios adicionais que reforçam a pertinência de algumas tipologias de critérios desenvolvidos e presentes no PROT OVT, designadamente no que se refere à edificação no solo rústico. Assim: na alínea a) do nº 1 do artigo 16º foi adicionada, nos critérios de compatibilidade dos planos territoriais com o programa regional, a menção aos padrões de povoamento e edificabilidade; e nos nºs 2 e 3, introduzidos de novo, é enunciado que a edificação em solo rústico é excepcional e limitada aos usos e ações compatíveis com os critérios do DR e coerentes com o definido no PNPT e nas orientações dos programas regionais, especificando, nas alíneas b) e c) do nº 3, que as construções para habitação e empreendimentos turísticos são, por princípio, incompatíveis com o solo rústico mas podem vir a ser admitidas nos planos territoriais de acordo com as orientações estabelecidas nos programas regionais.

Neste novo quadro regulamentar da classificação, reclassificação e qualificação do solo será necessário trabalhar os critérios do PROT OVT para a definição dos perímetros urbanos e transformação de solo rústico em urbano, uma vez que os pressupostos e os conceitos base foram alterados no novo quadro legal da classificação e qualificação do solo. Importa também ponderar o desenvolvimento dado aos demais critérios, tendo em conta que o objetivo inicial se mantém pertinente e foi até reforçado, mas que a forma e modelação podem ser ajustadas à luz do conhecimento mais atualizado trazido pelos exercícios de monitorização dos padrões de ocupação do solo (realizado pela CCDR LVT em 2013) e de transposição das orientações do PROT OVT para os PDM, no âmbito da revisão destes últimos.

No **PROT AML** será necessário alterar e desenvolver as orientações, ajustando-as ao novo quadro da classificação do solo rústico e urbano. Deve, também, aproveitar-se o processo da recondução para ponderar o desenvolvimento das demais orientações de ordenamento do território e a natureza e profundidade dos critérios, tendo em conta o conhecimento mais atualizado trazido pelos exercícios de monitorização dos padrões de ocupação do solo (realizado no âmbito da alteração 2008/2010) e de transposição das orientações do PROT AML para os PDM.

2.2.2. Novos Referenciais Estratégicos e Programáticos

O **PROT OVT** foi elaborado entre 2006 e 2008 tendo por referência um conjunto de documentos estratégicos (estratégias, programas e planos setoriais) que foram, entretanto, atualizados, quer pela sua própria dinâmica, quer por força de novas exigências comunitárias, quer por reorientação política decorrente da leitura do contexto económico e social de curto ou médio prazo.

O **PROT AML** em vigor foi elaborado entre 1998/2001 tendo por referência um conjunto de estudos setoriais elaborados e sucessivamente atualizados durante aos anos 90, bem como um conjunto de documentos estratégicos datados e entretanto ultrapassados.

No âmbito do processo de alteração 2008/2010 foram elaborados novos diagnósticos estratégicos setoriais que contemplaram os principais e mais atuais documentos estratégicos (estratégias, programas e planos setoriais). Todavia a situação de crise económica e financeira e o contexto de incerteza e mudança acelerada dos últimos anos levaram já à atualização de muitos deles, quer pela sua própria dinâmica, quer por força de novas exigências comunitárias, quer por reorientação política decorrente da leitura do contexto económico e social de curto ou médio prazo.

Regista-se, assim a necessidade de proceder à atualização do PROT AML a partir dos documentos elaborados aquando do processo de alteração 2008/2010, atualizando os diagnósticos setoriais ao nível do detalhe de algumas orientações temáticas ou territoriais e, principalmente, ao nível de indicadores e de limiares e metas e da identificação de projetos estratégicos.

Neste âmbito, releva-se todo o trabalho produzido no âmbito do Portugal 2020, desde os compromissos de desenvolvimento firmados no acordo de parceria, nos planos de ação regional e nas estratégias de especialização inteligente, os programas operacionais nacionais e regionais, as estratégias integradas de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento local.

Relevam-se, ainda, as várias estratégias, planos, e programas setoriais aprovados nos domínios dos transportes e infraestruturas, da água, do ambiente, energia e clima, da economia circular, do mar, do turismo e da conservação da natureza. O Plano Nacional de Reformas 2017–2021 constitui o referencial macro, sendo a valorização territorial um dos 6 pilares de intervenção (promover a inovação da economia portuguesa; capacitar as empresas; modernizar o estado; qualificar os portugueses; reforçar a coesão e igualdade; e valorizar o território). A estratégia assenta na estruturação complementar do território, perspetivando-o em torno das seguintes dimensões:

- Território Competitivo – acentuando o forte investimento em reabilitação urbana, enquanto motor da qualificação dos territórios urbanos com impactes no povoamento dos territórios, na promoção do emprego, da eficiência energética e da inovação social;
- Território Coeso – apostando na otimização da utilização dos diversos recursos endógenos que possuímos, como sejam o mar, na sua vertente económica e ambiental, e os recursos subexplorados do interior de Portugal, como a floresta, bem como na melhoria da rede de infraestruturas de transporte que potenciem quer a exploração económica, quer a mobilidade;
- Território Sustentável – promovendo a utilização e gestão eficiente dos diversos recursos, como sejam a água, a energia, o litoral, os valores naturais e a biodiversidade e garantindo a transição para um sistema económico restaurador e regenerativo baseado nos princípios da economia circular.

Por último, no que se refere à atualização dos referenciais estratégicos identifica-se como preponderante a alteração do PNPOT, iniciada recentemente por determinação da RCM nº 44/2016. Sendo o PNPOT a figura de topo do sistema de planeamento nacional, os trabalhos inerentes à alteração em curso são fundamentais quer para enquadrar as visões prospetivas do desenvolvimento territorial no âmbito regional, quer para enquadrar orientações e medidas.

Neste quadro perspetiva-se que a recondução dos PROT ocorra na sequência dos trabalhos de alteração do PNPOT, nos quais as CCDR também participam.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROT AML (2002) E ALGUMAS CONCLUSÕES DOS TRABALHOS DE ALTERAÇÃO 2008/2009

2.3.1. Implementação do PROT AML 2002

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa encontra-se em vigor desde 2002, o que confere alguma maturidade à sua implementação e, conseqüentemente, permite uma avaliação suportada no trabalho desenvolvido entre a CCDR LVT e as Câmaras Municipais, no âmbito do acompanhamento dos PMOT.

A aprovação do PROT AML em 2002 constitui um aspeto positivo marcante, pois desde essa data a CCDR LVT possui uma estratégia territorial para a AML, que enquadra a sua atuação em matéria de ordenamento do território.

Este Plano criou um quadro de referência para a relação com os municípios que, ancorado na transposição das suas orientações, permitiu uma abordagem mais sistematizada e a obtenção de consensos em torno de opções de ordenamento do território.

Apesar da importância que resulta da aprovação do PROT AML, o documento apresenta alguns aspetos menos positivos e que da sua aplicação se assumem como pontos fracos: a) Grau demasiado subjetivo e generalista das normas, em particular as de ordenamento do território; b) Documento com alguma complexidade de leitura e interpretação, nomeadamente em termos dos normativos e na articulação com a estratégia definida para a AML.

A estes constrangimentos acresce o dinamismo urbanístico da AML, particularmente até ao final da primeira década do século XXI, que, em algumas dimensões, se poderá posicionar como ameaça à concretização da estratégia preconizada pelo PROT AML, fundamentalmente através da concretização de dinâmicas urbanísticas em formas de povoamento fragmentado e disperso, ou ainda pelos territórios abrangidos por áreas vitais não terem sido objeto de ações de planeamento integrado, tal como o PROT AML 2002 propunha. Estas são algumas das conseqüências da não adaptação dos PDM às orientações estratégicas do PROT (remetida para a fase de revisão dos mesmos), permanecendo em vigor PDM apoiados em modelos urbanos extensivos, em contracorrente com a contenção da expansão urbana defendida no PROT AML.

2.3.2. Principais Dinâmicas Territoriais

As dinâmicas territoriais registadas desde a publicação do PROT AML foram antecipadas por este Plano, mormente no que concerne à compactação de algumas áreas urbanas menos consolidadas e à afirmação de um conjunto de polos que robusteceram o potencial de policentrismo da Área Metropolitana de Lisboa.

Em contrapartida, não foi possível sustentar, em várias frentes, tanto na Península de Setúbal, como na Grande Lisboa, o processo de fragmentação e dispersão urbanas, não obstante algumas ações de sucesso por parte das autarquias municipais. O automóvel individual, em correlação com o expressivo crescimento das infraestruturas rodoviárias, foi o principal suporte deste dinamismo, a par do sobredimensionamento das áreas urbanizáveis e da ausência de programação.

Por outro lado, apesar dos esforços conjuntos do Estado e das Autarquias, ainda persistem importantes nucleações de habitats precários ou muito degradados, áreas de habitação social em processo de declínio e AUGI em processo de reconversão.

As áreas industriais desativadas têm uma forte representação na AML, com particular expressão na Península de Setúbal, de Almada a Alcochete e no concelho de Setúbal, bem como no eixo Sacavém – Vila Franca de Xira, no concelho da Amadora e em situações pontuais de outros concelhos da Grande Lisboa, casos de Oeiras, Odivelas, Loures e Lisboa. Entre 2002 e 2009 a situação da maior parte destes “pousios industriais” não se alterou significativamente, não se tendo operado um processo idêntico relativamente à zona de intervenção, ao que levou, a partir dos anos 90, à realização do Parque das Nações, na zona oriental de Lisboa.

No que respeita à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), o modelo de 2002 permanece válido e a sua consolidação exequível, devendo esta constituir um objetivo maior do PROT AML, tanto na Península de Setúbal, como na Grande Lisboa.

A ERPVA constituiu um conceito de referência na abordagem territorial dos diferentes IGT, ao longo do seu período de vigência, tendo suscitado alterações positivas nos métodos e decisões do planeamento concelhio ou local, em particular na definição da estrutura e conteúdos das Estruturas Ecológicas Municipais.

A expansão urbanística e a intrusão menos cuidada de infraestruturas, sobretudo as rodoviárias em áreas rurais, exerceram uma forte pressão no sector agrícola e florestal, para o qual se propunha como estratégico no PROT AML 2002 a sua estabilização.

De salientar, no entanto, que apesar do efeito se ter traduzido nalgum enfraquecimento do sector e desvalorização paisagística, verificou-se a consolidação de vastas áreas com elevada rendibilidade das atividades agrícolas e florestais que contribuíram para a salvaguarda da Proteção e Valorização Ambiental da Região, nomeadamente na sustentabilidade do património e recursos naturais (paisagem, água, solo e biodiversidade). Daí a necessidade de intervenção em várias frentes, de modo a acautelar as várias dimensões (económica, social, cultural e ambiental) do ainda rico património de espaços agrícolas e florestais. A agricultura na AML não constitui apenas uma reserva estratégica para o seu abastecimento, mas dá também um importante contributo para a economia regional e nacional.

Deverá contudo ter-se presente que, desde o modelo de 2002, se assistiu a uma significativa alteração da realidade da gestão territorial da AML no que diz respeito à conservação da natureza e da biodiversidade, que se traduziu na aprovação de cinco Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (Parques Naturais de Sintra-Cascais, em 2004 e da Arrábida em 2005, Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Estuário do Sado, em 2008 e Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, também em 2008) e na aprovação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, em 2008.

Foi no domínio dos Transportes e Logística que o PROT 2002 menos resistiu às transformações estruturais que entretanto se verificaram na AML. Por um lado, porque se geraram várias disfunções com a excessiva expansão do uso do transporte individual, induzidas pela convergência de diversos fatores - oferta de infraestruturas rodoviárias, modelo de ocupação e de urbanização, dispersão de atividades económicas, alterações nos valores sociais/culturais. Por outro lado, pela ausência de uma visão e de uma praxis no que concerne ao sistema de transportes na AML, quer para pessoas quer para mercadorias: a inexistência de uma entidade metropolitana de transportes e a incontrolada dispersão das atividades da logística por todo o território, são as duas principais dimensões do fracasso económico, urbanístico e ambiental.

2.3.3. Principais conclusões do processo de alteração do PROT AML 2008/2010

No quadro da alteração do PROT AML foi revisto e desenvolvido o conjunto dos diagnósticos estratégicos relevantes e elaborada uma proposta de alteração global do PROT AML, submetida a discussão pública entre 2010 e 2011.

As significativas alterações do contexto macroeconómico nacional e internacional e as decisões de eliminação ou suspensão da concretização de grandes infraestruturas de transportes no território da AML, tornaram alguns dos modelos setoriais e das propostas de alteração desadequadas face às perspetivas de desenvolvimento económico e social, nomeadamente nos domínios dos transportes, economia e demografia.

Na ausência de informação de monitorização sistemática do plano e no sentido do melhor aproveitamento dos trabalhos realizados na proposta de alteração de 2008/2010, analisam-se de seguida os objetivos e as propostas resultantes desse processo de alteração, tendo por referência as conclusões do relatório “PROT AML - alteração, março 2011”.

i. Alterações inerentes a decisões de localização de novas infraestruturas estruturantes de transporte e a novas dinâmicas e desideratos de desenvolvimento

Integrar novas infraestruturas de transporte e áreas logísticas

A consagração na proposta de alteração do PROT AML de novas infraestruturas de transporte e áreas de atividade logística deu origem a alterações do modelo de organização territorial, principalmente no que diz respeito às redes de acessibilidade - redes estruturantes e redes capilares de articulação - mas também no que se reporta às perspetivas de desenvolvimento global e às opções territoriais em matéria de crescimento económico e populacional.

Esta proposta terá agora de ser integralmente revista ajustando-a às novas decisões relativas ao setor dos transportes, nomeadamente no que diz respeito à capacidade aeroportuária na região de Lisboa, à melhoria e ampliação da rede ferroviária, consagrando a opção atual de investimento na rede convencional de mercadorias, e à ampliação da área de operação logística portuária.

Identificar as novas vantagens competitivas da AML e potenciar o seu aproveitamento

Associando as novas decisões de localização das infraestruturas de transporte e de logística a uma análise prospetiva de identificação de atividades económicas emergentes à escala global e de identificação das dinâmicas, potencialidades de especialização e vantagens competitivas da AML, a proposta de alteração do PROT AML 2008/2010 apresentou novas opções e diretrizes para a captação de atividades económicas e para organização de cadeias produtivas integradas, designadamente, nos setores do turismo, da saúde, das indústrias criativas, da economia do mar e das atividades de produção, transformação/manipulação e transação associadas ou potenciadas pelos investimentos em transportes e logística.

A perspetivação de um contexto de forte investimento público e de forte investimento privado alavancado por este, levou à adoção de cenários de elevado crescimento económico e populacional, com expressão no modelo territorial ao nível do reforço da rede urbana e das suas centralidades e das redes de mobilidade sub-regional.

Estas propostas terão que ser reponderadas com base em cenários prospetivos atualizados, nomeadamente tendo em conta as perspetivas macroeconómicas e as estratégias inscritas no Plano nacional de Reformas 2017 – 2021.

Reforçar vertentes ambientais, em particular as relacionadas com a economia de baixo carbono

As matérias dos domínios dos riscos naturais e ambientais e da eficiência energética associadas às políticas de adaptação e mitigação das alterações climáticas e às políticas de qualidade de vida, economia e competitividade ganharam uma dimensão muito relevante na última década. O PROT AML em vigor, apesar de identificar estas matérias e de não descurar a sua importância, do ponto de vista objetivo dos conteúdos não apresenta um desenvolvimento consentâneo com as exigências que hoje se impõem. De referir ainda que o PROT AML em vigor não integra considerações do processo de avaliação ambiental estratégica, uma vez que este instrumento não tinha ainda aplicação à data da sua elaboração.

A alteração do PROT AML 2008/2010 teve em especial consideração estas dimensões ambientais, tendo sido desenvolvidos estudos adicionais que permitiram integrá-las de forma transversal na formulação geral da proposta do plano e construir orientações específicas que são um importante referencial para os PDM, para os demais instrumentos de gestão territorial e também para o sistema de monitorização e avaliação.

ii. Alterações destinadas a reforçar a implementação do PROT AML

Conter a dispersão urbanística e assegurar o ordenamento e a gestão das áreas vitais da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

Face aos problemas detetados com a aplicação prática das orientações do PROT AML em vigor e tendo presentes as significativas alterações de uso e ocupação do solo ocorridas no território metropolitano

após 2002²², no âmbito dos trabalhos de alteração do PROT AML foi revista a identificação das áreas e corredores da estrutura de proteção e valorização ambiental, nomeadamente as áreas vitais que suscitaram maiores discussões na sua transposição para a escala municipal.

Foi, ainda, substancialmente densificado e clarificado todo o corpo das normas orientadoras nos domínios do ordenamento do território, da estrutura de proteção e valorização ambiental e dos riscos naturais e ambientais, do urbanismo e qualidade de vida e das normas específicas por unidade territorial.

Promover a renovação urbanística das áreas de atividade económica desativada ou obsoleta

Relativamente a este ponto, a proposta de alteração do PROT AML vem reforçar, ao nível das normas orientadoras e do programa de execução, os compromissos de desenvolvimento dos projetos de reconversão urbanística destas áreas, em particular o do Arco Ribeirinho Sul.

Esta questão assume agora especial pertinência tendo em conta as perspetivas de investimento estruturante no setor aeroportuário e portuário e as infraestruturas associadas neste arco ribeirinho.

Reforçar o planeamento e a gestão no domínio dos transportes

No domínio dos transportes a proposta de alteração do PROT AML 2008/2010, para além de reiterar e desenvolver as orientações de reforço do papel da Autoridade Metropolitana de Transportes, apontava um conjunto de estudos a elaborar e defendia várias soluções de transporte ferroviário e em sítio próprio que potenciavam o modelo de desenvolvimento territorial configurado de acordo com as novas infraestruturas estruturantes que pretendiam responder ao crescimento económico e populacional perspetivado, salvaguardando os desideratos de ordenamento do território e de sustentabilidade ambiental.

O domínio da mobilidade metropolitana terá agora de ser globalmente reponderado, quer do ponto de vista da gestão, uma vez que a AML assumiu as competências da AMT, quer do ponto de vista dos investimentos previstos e do modelo territorial. Terão também de ser considerados os investimentos previstos no Plano Estratégico dos Transportes e deverá reponderar-se o conjunto das propostas no domínio dos transportes e mobilidade urbana tendo em conta o sistema urbano, as deslocações e as perspetivas de investimento, no âmbito dos trabalhos da AML no domínio do plano de ação para a mobilidade urbana sustentável (PAMUS).

²² Os PDM da AML não foram revistos após a entrada em vigor do plano regional e como tal não foram transpostas as orientações do PROT AML para os regimes de uso, ocupação e transformação do solo diretamente vinculativos dos particulares, próprios dos planos municipais

2. 4. CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROT OVT 2011/2015

A monitorização do PROT OVT tem sido um instrumento fundamental para conhecer as realizações e resultados da implementação do plano, para assegurar a eficácia do processo de planeamento e promover o envolvimento dos atores regionais ao longo do período de vigência do plano.

Os exercícios de monitorização têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da EMAG, através da comissão de acompanhamento, das comissões temáticas de trabalho e do observatório / Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Territoriais.

Os cinco relatórios de monitorização e avaliação do PROT OVT apresentam as conclusões da avaliação da implementação do plano regional, **na ótica do processo** de governação da implementação, incluindo o relato do funcionamento da estrutura de monitorização e avaliação e das ações de coordenação interna e externa desenvolvidas, **e na ótica do desempenho do plano**, aferido pelo sistema de indicadores, programa de execução e seguimento da declaração ambiental.

Em matéria do **processo de implementação do PROT OVT** as conclusões dos relatórios sublinham:

- A necessidade de assegurar o ajustamento do PROT ao novo regime legal do ordenamento do território (D.L. N.º 80/2015)
- A necessidade de incrementar a dinâmica do planeamento municipal, designadamente a revisão dos planos diretores municipais, na sua globalidade com mais de 10 anos de vigência, e de garantir, nessa sede, a tradução e adaptação das orientações do PROT OVT no âmbito local.
- A necessidade de garantir a atualidade do PROT OVT face às linhas orientadoras dos referenciais estratégicos de política nacional e setorial, entretanto revistos, e sobretudo face a indicadores e metas por estes adotados, no quadro do dever de coordenação interna e externa das intervenções e políticas em matéria territorial;
- A necessidade de dar continuidade ao trabalho de articulação e conciliação do programa de execução do PROT OVT com o quadro das prioridades de investimento e objetivos específicos dos programas operacionais 2014-2020, no sentido de definir medidas e ações no horizonte pós 2013, bem como a necessidade de garantir a devida articulação entre as opções estratégicas do PROT OVT e as opções das estratégias integradas de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento local (EIDT e EDL) que concretizam a territorialização dos programas operacionais 2014-2020;
- O papel essencial do PROT OVT como referencial estratégico do ordenamento e desenvolvimento territorial no âmbito da definição e aplicação dos planos de ação regional e dos programas operacionais regionais, prosseguidas pelas CCDR Alentejo e Centro;
- A importância do PROT OVT como referencial estratégico e orientador da CCDR LVT no âmbito do acompanhamento dos processos de elaboração dos instrumentos de política setorial, bem como dos instrumentos de planeamento territorial;
- A relevância assumida pela estrutura de monitorização, avaliação e gestão (EMAG) no processo de implementação do PROT OVT, nomeadamente, ao nível da facilitação da interlocução das entidades, da produção e sistematização de informação, da partilha de leituras e interpretações e do diagnóstico de obstáculos e ineficiências que se colocam à execução das suas opções e orientações;

- A relevância do Órgão de Acompanhamento das dinâmicas regionais como estrutura que congrega objetivos de sistematização de informação para a monitorização e avaliação do PROT OVT a par do acompanhamento dos programas operacionais e das dinâmicas territoriais;
- A oportunidade de desenvolver um processo de aproximação entre a estrutura de monitorização e avaliação do PROT OVT e o conselho de coordenação intersectorial da CCDR LVT;

Quanto ao **desempenho do PROT OVT** os relatórios de monitorização e avaliação apresentam as metodologias de recolha e sistematização da informação e os resultados obtidos, destacando-se:

- O sistema de indicadores, constituído com base no desenvolvimento e reformulação das baterias de indicadores de monitorização identificadas no PROT OVT e na respetiva declaração ambiental. Este sistema integra indicadores de contexto e de resultado e produz informação que serve simultaneamente a avaliação do plano, a avaliação ambiental e a avaliação das dinâmicas regionais. Aquele conjunto de indicadores foi alargado por forma a permitir avaliar também as opções estratégicas / prioridades do PROT AML e as dinâmicas territoriais de toda a RLVT. A análise dos indicadores consta da Parte I do presente Relatório;
- O reporte anual da execução física e financeira das medidas e ações do programa de execução, tendo em conta as prioridades temporais estabelecidas no PROT OVT;
- O exercício expedito de avaliação do alinhamento das medidas e ações do programa de execução do PROT OVT com as prioridades e objetivos específicos dos programas operacionais nacionais e regionais 2014- 2020, realizado em 2014;
- A metodologia de controlo e seguimento da declaração ambiental do PROT OVT e o reporte anual dos resultados a remeter à Agencia Portuguesa do Ambiente;
- A metodologia de registo e a divulgação anual de informação detalhada sobre o ponto de situação e evolução dos processos de revisão dos PDM;
- A atualização dos padrões de ocupação do solo em 2012 (dados reportados a 2010), como contributo para a avaliação das dinâmicas espaciais e suporte à gestão do PROT e ao acompanhamento da revisão dos PDM;
- A realização de estudos específicos dinamizados pelas comunidades intermunicipais e pela CCDR LVT nos domínios do turismo e lazer: i) documento técnico de apoio ao acompanhamento dos PMOT do OVT sobre Turismo e Lazer, para apoio na aplicação dos conceitos e normas do PROT OVT relativas a este setor; ii) análise da dinâmica de planeamento associada ao turismo no OVT, abordada ao nível dos PU e PP; iii) dinamização do processo de estudo e concertação supramunicipal da identificação e regulamentação de áreas de vocação turística e do estabelecimento de critérios de localização dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico; e iv) apreciação no âmbito da Comissão Temática do Turismo, de Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE TL);
- A metodologia de aferição anual da concretização de empreendimentos turísticos e de gestão do limiar de camas.

Dada a relevância das temáticas, a regularidade da informação ou a atualidade dos resultados obtidos, apresentam-se nos pontos seguintes uma súmula dos exercícios de monitorização relativos ao Programa de Execução, à Avaliação e Controle Ambiental (AAE) e ao Limiar da Capacidade de Alojamento turístico

Programa de Execução

O Programa de Execução (PE) do PROT OVT integra uma listagem de Projetos / Ações organizados por sistemas estruturantes e domínios de atuação, indicando as entidades responsáveis pela sua promoção (execução e/ou financiamento) e identificando a prioridade que lhe é atribuída em função de três de horizontes temporais pré-definidos: 2008 a 2010, 2011 a 2013 e após 2013 (prioridades 1, 2 e 3 respetivamente).

Nos relatórios de 2011, 2012 e 2013 fez-se uma avaliação das ações executadas ou em execução nas prioridades 1 e 2, seguindo uma metodologia de recolha de informação por setor, assente em “pontos focais” tendo por base os membros designados para a Comissão de Acompanhamento da EMAG.

Os exercícios de avaliação efetuados ao Programa de Execução tiveram por base:

1. Uma avaliação quantitativa da execução até final de 2013, das prioridades 1 e 2, seguindo uma metodologia de recolha de informação por setor, assente em “pontos focais” tendo por base os membros designados para a Comissão de Acompanhamento da EMAG. Esta análise procurou aferir a percentagem de ações em execução, ou executadas naquele período, bem como o valor dos investimentos associado.
2. Uma avaliação de carácter qualitativo que incide sobre o tipo de medidas e projetos e pondera a relevância das mesmas para os objetivos do programa.

Quanto à avaliação quantitativa, verificou-se que do total das ações previstas no PE para o período em análise, cerca de 59% estavam em execução ou já foram executadas. No acumulado das duas primeiras prioridades (2008 a 2013) estão executadas ou em execução 73 ações estruturantes do PE com um montante associado de 711.230.926€.

Para além do Sistema de Governação, focado na criação e funcionamento da EMAG e na constituição do Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo (execução de 100%), o Sistema Urbano e Competitividade é o que apresenta maior grau de execução das ações previstas (70%), e o Sistema Ambiental o que regista a menor taxa (45.8%).

Tabela 18– Dados Globais da Monitorização do Programa de Execução – Avaliação quantitativa (2008 – 2013)

SISTEMA	DOMÍNIO	Nº de Ações Previstas	Nº de Ações em execução / Executadas	Investimento (Euros)	Grau de execução (%)
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	1	1	78.448 €	100
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	3	2	141.800.559 €	66,7
	Sistema Urbano - Educação	5	4	399.056.010 €	80,0
	Sistema Urbano - Saúde	6	5	ND	83,3
	Sistema Urbano - Segurança Social	3	3	7.325.602 €	100
	Sistema Urbano - Outros Serviços	5	4	10.820.432 €	80,0
	Competitividade Económica	7	5	35.321.200 €	71,4

	Tecnologias de Comunicação e Informação	9	5	17.652.562 €	55,6
	Turismo, Lazer e Cultura	14	12	58.161.964 €	85,7
	Agricultura e Florestas	8	2	10.186.000 €	25,0
	Subtotal	60	43	680.324.329 €	70,0
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	10	6	8.134.679 €	60,0
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	13	5	17.138.330 €	38,5
	Energia	14	3	51.814 €	21,4
	Riscos	11	8	3.400.000 €	72,7
	Subtotal	48	22	28.724.823 €	45,8
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	14	8	2.103.326 €	57,1
TOTAIS		123	73	711.230.926 €	59,3

No que respeita à avaliação qualitativa do grau de execução das ações definidas no Programa de Execução, para além do quantitativo de projetos executados foi também analisada a sua contribuição para a concretização da ação definida, utilizando uma classificação de 0 - Não executado, a 4 - Execução plena.

Considerando estes pressupostos, verifica-se, em termos globais que o nível de execução das ações previstas no PE para o período em análise, registaram uma execução mediana (1.90).,

Para além do Sistema de Governação, que regista uma execução plena, o Sistema Urbano e Competitividade é o que apresenta maior grau de execução qualitativa das ações previstas (1.72) e o Sistema de Mobilidade e Transportes o que regista o menor valor (0.39).

Os domínios que mais se destacam são: o Sistema Urbano – Segurança Social (com 2.33, referente à execução satisfatória das três únicas ações): o Turismo Lazer e Cultura (2.30) com maior grau de execução qualitativa; e a Agricultura e Florestas que regista o menor nível de execução (0.38). Este valor está também relacionado com as maiores dificuldades em obter reporte de informação dos setores que integram este domínio.

A aparente diferença de valores da avaliação quantitativa da execução e da qualitativa, deve-se à maior ou menor relevância que os projetos executados ou em execução assumem na concretização dos objetivos do programa e das respetivas ações estruturantes.

Tabela 19 – Dados Globais da Monitorização do Programa de Execução – Avaliação qualitativa (2008 – 2013)

SISTEMA	DOMÍNIO	Grau de Execução das Ações (em média)
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	4
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	1,67
	Sistema Urbano - Educação	2,00
	Sistema Urbano - Saúde	2,17

	Sistema Urbano - Segurança Social	2,33
	Sistema Urbano - Outros Serviços	1,80
	Competitividade Económica	1,33
	Tecnologias de Comunicação e Informação	1,50
	Turismo, Lazer e Cultura	2,30
	Agricultura e Florestas	0,38
	Subtotal	1,72
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	1,80
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	1,64
	Energia	1,08
	Riscos	1,46
	Subtotal	1,49
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	0,39
	TOTAIS	1,90

Avaliação e Controle Ambiental

No que se reporta especificamente à avaliação e controlo ambiental do PROT OVT pretendeu-se: i) monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do PROT no ambiente; ii) verificar se os efeitos produzidos pelo Plano são os que foram previstos pela AAE e; iii) criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na Declaração Ambiental.

De modo a concretizar estes objetivos foi definida a seguinte metodologia tendo por referência o Guia para Melhores Práticas para AAE:

1. Verificação da eficácia e operacionalidade do quadro de governança para a ação e proposta de ajustamento, tendo presente a listagem de entidades responsáveis pelo reporte de informação;
2. Consulta às entidades identificadas no quadro de governança para a ação com o objetivo de avaliar se as responsabilidades identificadas na AAE se mantêm atuais;
3. Identificação das principais alterações ao Quadro de Referência Estratégico e às Questões Estratégicas que estiveram na base da elaboração da AAE do PROT OVT.
4. Verificação das diretrizes constantes da Declaração Ambiental, identificando o instrumento de avaliação mais adequado para a sua apreciação e seguimento, a entidade responsável pelo reporte de informação sobre a sua execução e o ponto de situação da execução. Os instrumentos considerados são: a bateria de indicadores, quadro de realização das ações do Programa de Execução, e a *Check list* para o acompanhamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e dos planos e programas setoriais.

Em resultado deste exercício destacam-se as principais conclusões dos trabalhos desenvolvidos:

- A avaliação e controlo ambiental é um processo contínuo, pelo que a concretização dos objetivos e metodologia definidos implica um trabalho continuado e permanente de articulação entre entidades.

- O processo de recolha de informação estatística para os indicadores de monitorização revelou-se complexo, dada a dificuldade em aceder a informação desagregada por NUTS III, atualizada e com periodicidade regular, com destaque para a temática dos transportes e mobilidades, agricultura e emissões de GEE, onde se registaram as maiores falhas.
- Da leitura dos indicadores destaca-se a dinâmica favorável da reabilitação urbana face à construção nova, e da aposta em empreendimentos turísticos do tipo Turismo no Espaço Rural (TER), ou estabelecimentos hoteleiros em solo urbano em detrimento de empreendimentos turísticos do tipo Resort. Salientam-se também os baixos níveis de execução na área dos transportes e mobilidade e os resultados pouco favoráveis em indicadores de competitividade e de envelhecimento da população com níveis preocupantes no Médio Tejo. Por último, relevam-se os bons resultados na área das energias renováveis e na valorização de resíduos, contudo mantém-se níveis elevados de perdas reais de água sobretudo nos sistemas em baixa.
- Os riscos apontados pela AAE, designadamente o potencial aumento da dispersão do edificado, da artificialização do solo e do consumo de recursos em consequência da concretização das novas infraestruturas de internacionalização, deverão ser reequacionados, na medida em que aquelas infraestruturas não tiveram seguimento até à data.
- O mesmo sucede relativamente à dinâmica turística, verificada através da monitorização do limiar da capacidade de alojamento, que tem revelado maior dinâmica de investimento em empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (casas de campo, hotéis rurais) e Estabelecimentos Hoteleiros em solo urbano, do que em empreendimentos do tipo *resort*, devendo, por isso, ser revistas as oportunidades e potenciais riscos elencados na AAE derivadas da aposta do PROT OVT nestas tipologias turísticas, em consonância com o Plano Estratégico Nacional para o Turismo.

Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico do PROT OVT

O PROT OVT no capítulo referente ao turismo e lazer contempla um limiar de capacidade de alojamento turístico, valor que baliza os ritmos de crescimento da oferta ao longo do período de vigência do plano, com um referencial de 166.000 camas para o total da região: 100.360 camas para o Oeste, 32.640 camas para a Lezíria do Tejo e 33.000 camas para o Médio Tejo.

No período de vigência do PROT foi efetuada a distribuição da capacidade de alojamento por municípios nas três sub-regiões - Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo (critérios e valores explicitados no ponto 1.4 do 1.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT – 2011) e posteriormente foi afinada uma metodologia de recolha e reporte de informação, envolvendo o Turismo de Portugal IP, a CCDR LVT, as CIM e as CM.

De acordo com a metodologia, foram criados dois subgrupos de monitorização e gestão do limiar: i) Gestão de compromissos – aferido através da contabilização de camas turísticas com alvará de loteamento e pedido de informação prévia favorável emitidos pela CM após 01/11/2007; e ii) Gestão Efetiva do LCA – avaliada tendo por base o número de camas licenciadas (com alvará de construção) pela CM após 01/11/2009. Apenas o valor apurado no âmbito da Gestão Efetiva do LCA será debitado ao valor atribuído a cada um dos concelhos (camas distribuídas do LCA), originando o saldo final. O subgrupo referente às camas com alvará de loteamento e PIP favorável tem a função de monitorizar o

n.º de camas constantes nos compromissos assumidos pelos municípios através daqueles atos, embora não descontem no LCA até à emissão de alvará de construção do empreendimento Turístico

As tipologias de empreendimentos turísticos que deduzem no limiar da capacidade de alojamento são todos os empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que correspondem a aglomerados urbanos existentes, licenciados após 01/11/2009 (com alvará de construção), enquadráveis nas tipologias de aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos (resorts) e estabelecimentos hoteleiros, desde que mantenham relação funcional (gestão conjunta), territorial (contiguidade territorial ou inserido na mesma área de intervenção) com alguma das tipologias anteriores.

Recorda-se que, nos termos do PROT OVT, não descontam para o LCA os empreendimentos turísticos localizados em áreas urbanas ou a tipologias de Turismo no Espaço Rural, Turismo de Habitação, Turismo da Natureza, Hotéis isolados construídos de raiz, e Parques de Campismo e Caravanismo.

A informação recolhida pela CCDR LVT em colaboração com o Turismo de Portugal IP, as Câmaras Municipais e as Comunidades Intermunicipais, relativa a empreendimentos turísticos, encontra-se sistematizada no quadro abaixo (referente ao período compreendido entre 01/11/2007 e dezembro de 2016).

Da leitura dos resultados obtidos neste processo de monitorização pode concluir-se que alguns projetos turísticos tiveram desenvolvimento, com uma afetação de 508 camas no saldo das “camas turísticas distribuídas” a partir do LCA. Estas camas turísticas localizam-se na totalidade no concelho de Óbidos, que apresenta a maior dinâmica de licenciamento e execução de empreendimentos turísticos dedutíveis na capacidade de alojamento. Importa também sublinhar que neste concelho estão comprometidas 6.072 camas com alvará de loteamento ou PIP favorável, sendo este valor próximo do saldo de camas distribuído pelo município. Identificaram-se também 1.084 camas nos concelhos de Coruche e Benavente, afetas à “Gestão de Compromissos”.

Os restantes empreendimentos turísticos entretanto licenciados não se enquadram nas tipologias que se considerou deduzirem no LCA, ou seja, trata-se de empreendimentos de alojamento local ou de tipologias de turismo no espaço rural, ou ainda estabelecimentos hoteleiros localizados em áreas urbanas. O saldo de camas afetas ao LCA não regista alterações desde dezembro de 2014.

Tabela 20 - Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento do OVT - 2016

Oeste							
Concelhos	Total	Camas em reserva (25% do LCA)	Camas distribuídas (75% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Gestão de compromissos ²³	Gestão Efetiva do LCA ²⁴	Saldo
Alcobaça	16717	5999	10718			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	10718
Alenquer	7473	452	7021				7021
Arruda dos Vinhos	2282	452	1830				1830
Bombarral	2824	452	2372				2372

²³ Camas com alvará de loteamento e PIP favorável emitidos pela CM após 01/11/2007

²⁴ Camas licenciadas (alvará de construção) pela CM após 1/11/2009

Cadaval	3666	452	3214	1788		Empreendimentos dedutíveis no LCA não licenciados (Caducados)	3214
						Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	
Caldas da Rainha	10793	1197	9596			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	9596
Lourinhã	5199	1197	4002			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	4002
Nazaré	10777	5999	4778				4778
Óbidos	13323	5999	7324	6580	6072	508	6816
Peniche	7098	1197	5901	710		Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	5901
Sobral de Monte Agraço	1840	452	1388	236	228	Procedimento em curso (fev2015)	1388
Torres Vedras	18366	1255	17111	2793		Não licenciado (arquivado)	17111
Total	100358	25103	75255	12107	6300	508	74747
Médio Tejo							
Abrantes	3818	955	2863				2863
Alcanena	1008	252	756			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	756
Constância	414	414	-				
Entroncamento	881	220	661				661
Ferreira do Zêzere	853	213	640			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	640
Ourém	17722	4430	13292				13292
Sardoal	339	85	254				254
Tomar	4136	1034	3102				3102
Torres Novas	2169	542	1627				1627
Vila Nova da Barquinha	471	118	353	568		Arquivado	353
				402	402	Procedimento em curso (dez 2013)	
Mação	1189	297	892				892
Total	33000	8560	24440	970	402	0	24440
Lezíria do Tejo							
Azambuja	2604	1302	1302				1302
Almeirim	622	311	311			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	311
Alpiarça	1894	947	947				947
Benavente	3492	1746	1746	1240		Licenciamento caducado e / ou sem alvará emitido	1746
					200	Licenciamento em curso	
Cartaxo	2180	1090	1090			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	1090
Chamusca	2242	1121	1121				1121
Coruche	5036	2518	2518	884	884	Licenciamento em curso	2518
Golegã	464	232	232			Empreendimentos licenciados	232

Rio Maior	2870	1435	1435			não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	1435
Salvatera de Magos	1722	861	861	240	240	Procedimento em curso (dez 2013)	861
Santarém	9512	4756	4756	44		Empreendimentos dedutíveis no LCA, não Licenciado	4756
						Outros empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	
Total	32638	16319	16319	2408	1324	0	16319

2.5. QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROT OVT – RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO DE ATORES

Assinalando o 5º ano dos trabalhos de monitorização e avaliação da implementação do PROT OVT, reportados nos relatórios anuais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 disponíveis em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/>, a CCDR LVT considerou útil e oportuno a aplicação de um questionário dirigido às entidades parceiras na implementação e aos diversos utilizadores e interessados no PROT OVT.

O objetivo desta iniciativa foi o de obter contributos para o processo de monitorização e avaliação do PROT OVT e para a elaboração do presente Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O questionário foi organizado em quatro partes:

- 1 - Perfil dos Inquiridos;
- 2 - Avaliação da relevância do PROT OVT na articulação com os instrumentos de gestão territorial e de programação operacional;
- 3 - Avaliação dos conteúdos e da estruturação do PROT OVT;
- 4 - Avaliação Global do PROT OVT, com identificação de:
 - a. Propostas de alteração ao PROT;
 - b. Constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação do PROT;
 - c. Vantagens da Implementação do PROT;
 - d. Desafios da futura dinâmica do PROT no quadro legal atual.

O questionário foi enviado a 388 potenciais utilizadores do PROT OVT nomeadamente:

- Autarcas e técnicos das Câmaras Municipais do OVT;
- CIM Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo;
- Dirigentes e técnicos das CCDR Alentejo, Centro e Lisboa e Vale do Tejo;
- Dirigentes e técnicos de organismos da administração central e regional, em particular membros da Comissão de Acompanhamento da Estrutura de Monitorização, Acompanhamento e Gestão do PROT OVT;
- Especialistas das comunidades profissionais e académicas que desenvolvem trabalho relevante nas áreas do planeamento regional ou trabalham matérias específicas da RLVT;
- Outras entidades representantes das organizações profissionais e da sociedade civil em particular membros da Comissão de Acompanhamento.

Para além da divulgação efetuada junto do universo dos potenciais utilizadores pré-identificados, o questionário foi divulgado no sítio da CCDR LVT e esteve aberto à participação dos cidadãos em geral.

O questionário foi aplicado via *eletrónica* de 19 de julho a 19 de outubro de 2016, tendo sido registadas 62 respostas válidas.

2.5.1. Perfil dos Inquiridos

A maioria dos indivíduos que respondeu ao questionário tem entre 45 e 65 anos, sendo também bastante representado o grupo etário dos 25 aos 45 anos.

Em termos de escolaridade, 95% dos inquiridos têm formação superior, com destaque para o facto de, 30% deterem mestrado ou doutoramento.

Refira-se ainda a grande diversidade de grupo profissional dos inquiridos, pertencendo a maioria das respostas a técnicos da administração local (35%) e da administração central (23%), sendo também de notar a participação dos dirigentes da administração local (16%).

Gráfico 126 – Escolaridade dos inquiridos

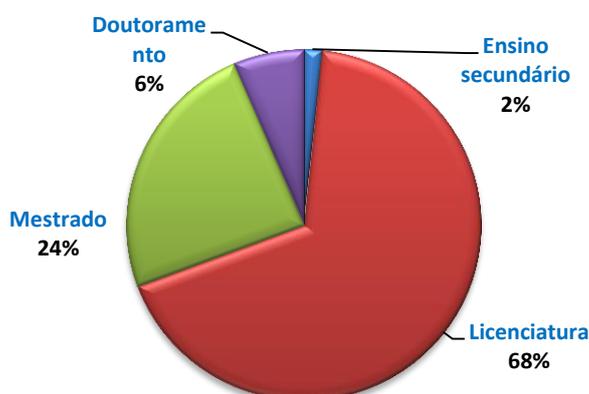


Gráfico 127 – Idade / Grupo etário

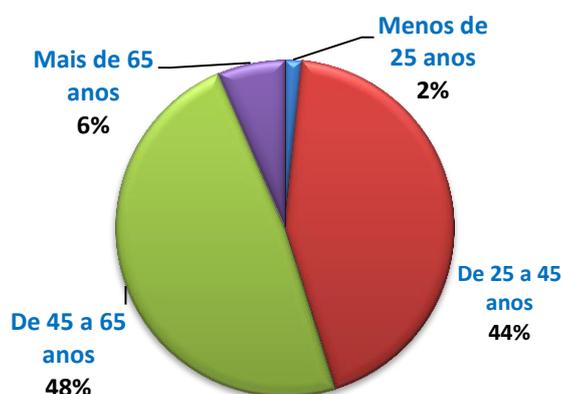
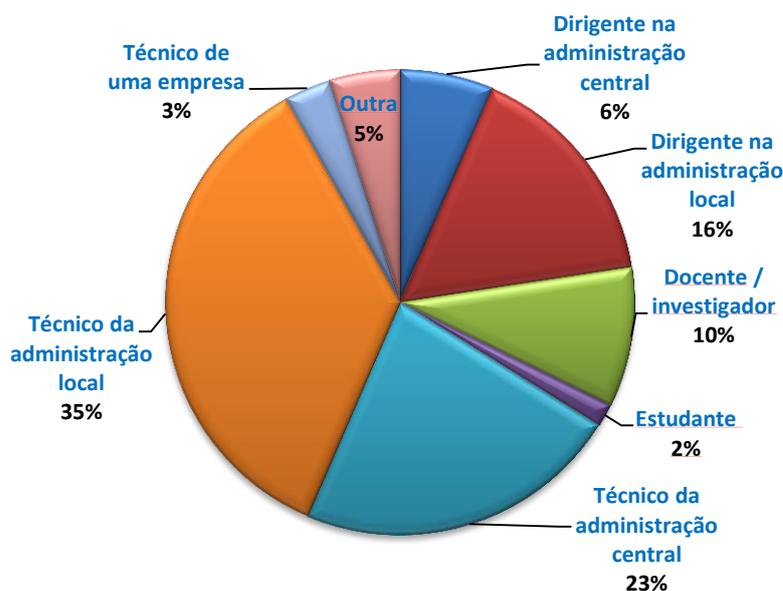


Gráfico 128 – Grupo profissional dos inquiridos



2.5.2. Avaliação da relevância do PROT OVT na articulação com os instrumentos de gestão territorial e de programação operacional

Neste ponto foi avaliada a perceção dos inquiridos sobre a importância do PROT OVT no sistema de gestão territorial e no desenvolvimento regional.

Os resultados evidenciam que é na revisão dos PDM que o PROT assume maior relevância, sendo que cerca de 70% dos inquiridos consideram muito ou extremamente relevante o papel que o PROT tem desempenhado na revisão dos PDM e apenas 5% o consideram pouco relevante.

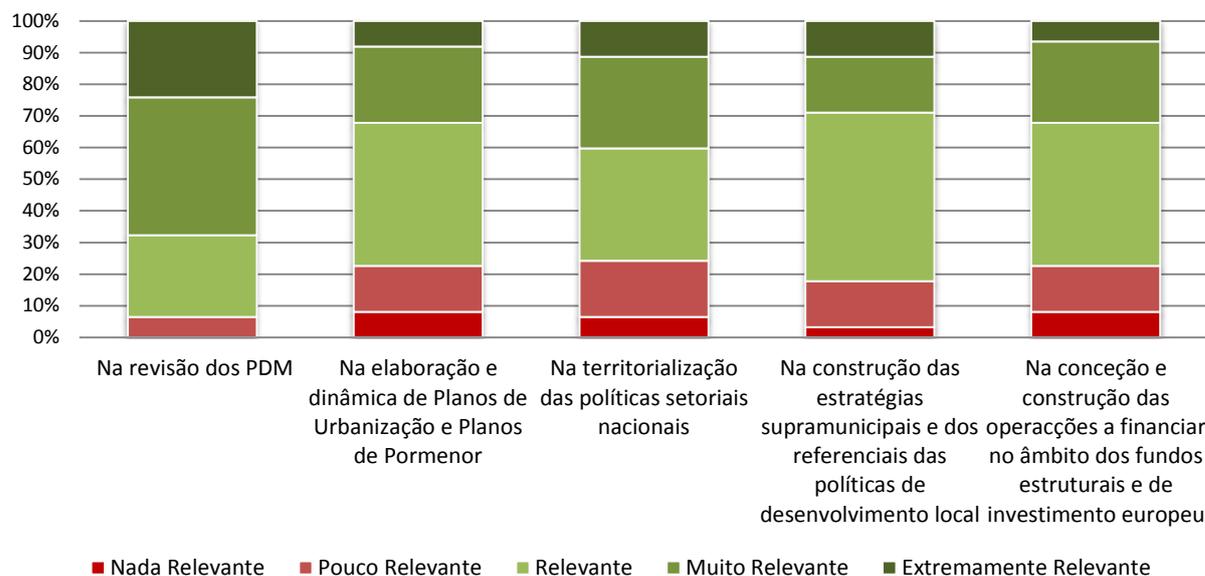
Já na elaboração e dinâmica de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, 23% dos inquiridos consideram pouco ou nada relevante o papel que o PROT tem desempenhado na dinâmica daqueles IGT.

Quanto às políticas setoriais o PROT foi considerado pouco ou nada relevante para 24% dos inquiridos, ainda que 40% o considerem muito ou extremamente relevante.

A avaliação realizada evidencia, ainda, um papel bastante relevante do PROT OVT na construção das estratégias supramunicipais e dos referenciais das políticas de desenvolvimento local. Esta relevância é menos reconhecida na conceção e construção das operações a financiar no âmbito dos fundos estruturais e de investimento europeu.

A articulação PROT / PDM foi a mais relevada pelo universo dos inquiridos e foi ainda adiantado que existem posições duais quanto ao papel do PROT nas políticas setoriais.

Gráfico 129- Avaliação do papel que o PROT OVT tem desempenhado



2.5.3. Avaliação dos conteúdos e da estruturação do PROT OVT

Neste ponto foi aferida a perceção dos inquiridos relativamente à concretização dos objetivos estratégicos e do modelo territorial e à aplicação das normas orientadoras do PROT OVT.

Efetuada a avaliação padronizada numa escala de relevância pré-definida, foi dada a cada um dos inquiridos a possibilidade de efetuar uma avaliação qualitativa aberta, traduzida num comentário / recomendação para o subtema avaliado.

A) Objetivos Estratégicos por Eixo

Para facilitar o entendimento das conclusões da avaliação efetuada, listam-se de seguida os objetivos estratégicos do PROT OVT para os quatro eixos estratégicos.

Eixo Estratégico 1 – Ganhar a aposta de inovação, competitividade e internacionalização

OE 1.1 "Renovar o modelo de crescimento económico valorizando os recursos endógenos da região, promovendo polos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em *clusters* ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos."

OE 1.2 "Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura".

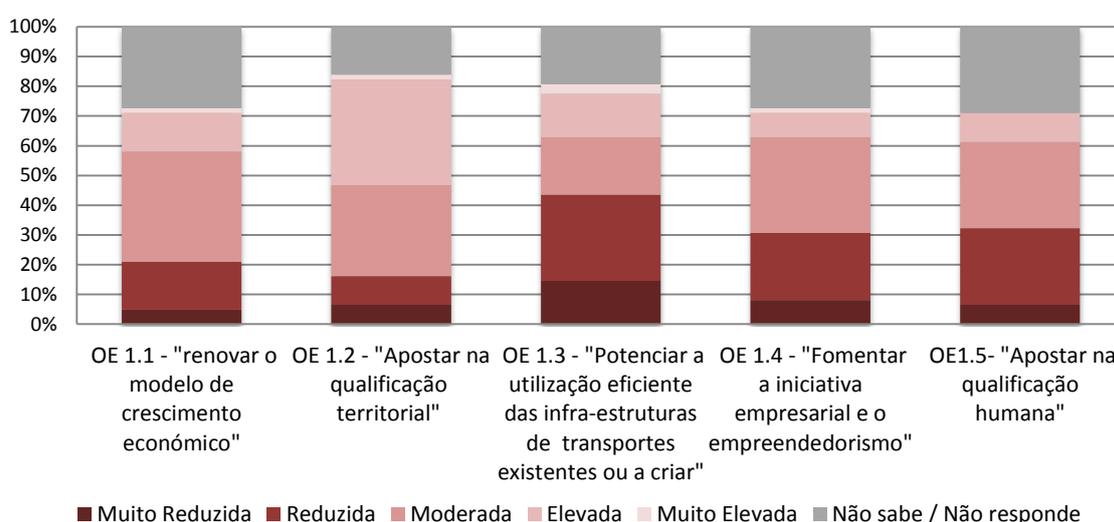
OE 1.3 "Potenciar a utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes ou a criar promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros polos/equipamentos relevantes".

OE 1.4 "Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes".

OE 1.5 "Apostar na qualificação humana através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC".

Os resultados do questionário revelam que os objetivos do Eixo 1 são os que apresentam menor grau de concretização, sobretudo no que respeita às infraestruturas de transporte (OE1.3), iniciativa empresarial (OE1.4) e qualificação humana (OE1.5). A perceção dos inquiridos considera melhor a concretização do objetivo referente à qualificação territorial. Note-se ainda o elevado nível de abstenção às respostas do Eixo Estratégico 1, sendo que 20% a 30% dos inquiridos não se manifestaram quanto à avaliação da concretização dos objetivos deste Eixo.

Gráfico 130 - Avaliação da concretização dos Objetivos estratégicos do Eixo 1: Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização



Eixo Estratégico 2 – Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental

OE 2.1 "Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional".

OE 2.2 "Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer nomeadamente o *touring* cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das "portas do mar", e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais".

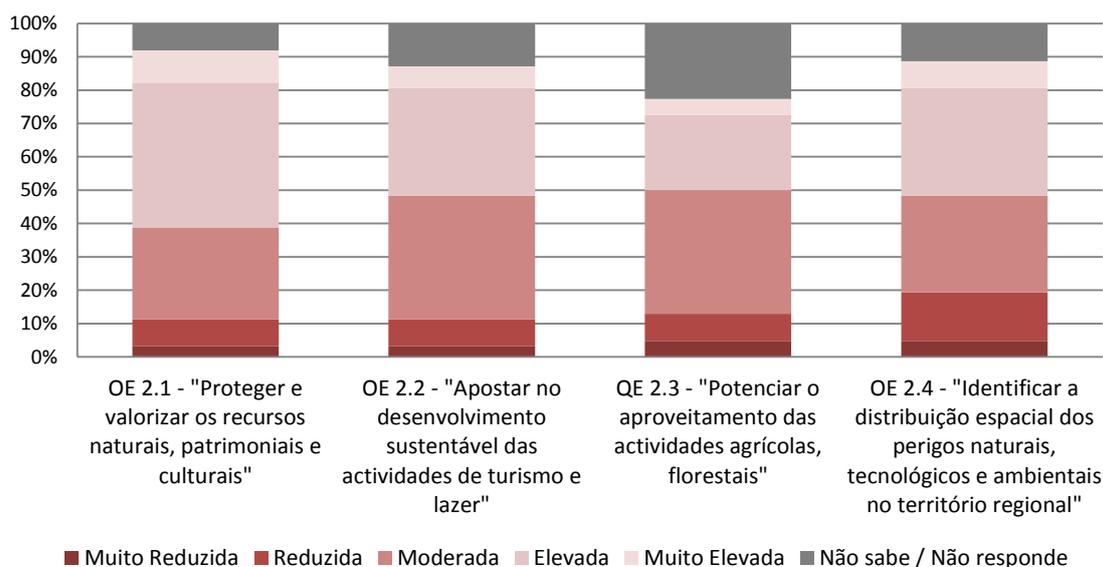
OE 2.3 "Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando as

com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social"

OE 2.4 "Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura".

Por oposição ao anterior, os objetivos do Eixo 2 são os que registaram maior grau de concretização comparando os 4 eixos. Mais de metade dos inquiridos (53%) considera elevada ou muito elevada a concretização do OE2.1 relativo à proteção e valorização dos recursos, naturais, patrimoniais e culturais. Igualmente positiva é a perceção dos níveis de concretização da identificação e distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais (OE2.4), assim como o desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer (OE2.2).

Gráfico 131 - Avaliação da concretização dos Objetivos estratégicos do Eixo 2: Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental



Eixo Estratégico 3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana

OE 3.1 "Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais mitigando a dicotomia litoral/interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer."

OE 3.2 "Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas. e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio

vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade".

OE 3.3 "Apostar em formas de turismo alternativas materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso"

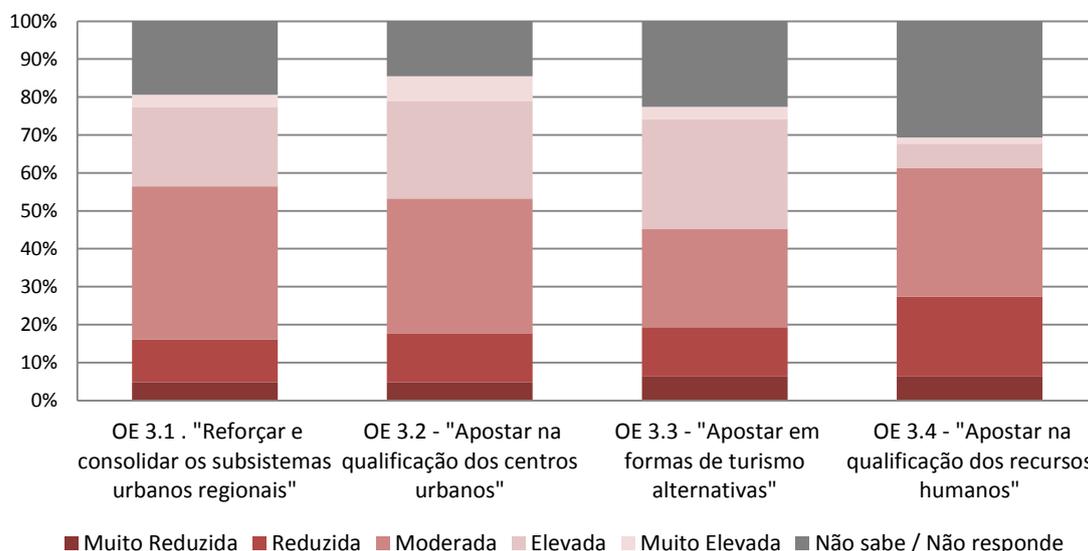
OE 3.4 "Apostar na qualificação dos recursos humanos valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão".

No Eixo 3 relativo à concretização do policentrismo e valorização da qualidade de vida urbana, destacam-se os elevados níveis de concretização reconhecidos aos objetivos 3.1 e 3.2 dedicados ao reforço e consolidação dos sistemas urbanos regionais e à qualificação dos centros urbanos.

A propósito, e não obstante o questionário não se ter dedicado ao conteúdo e concretização do Programa de Execução do PROT OVT, importa referir que em resultado dos cinco anos de monitorização do PROT se concluiu que as medidas relativas ao sistema e redes urbanas constantes do Programa de Execução foram as que registram maior nível de concretização (cfr. 4.º e 5.º Relatórios de monitorização e Avaliação do PROT OVT).

Destaca-se ainda o desconhecimento dos inquiridos sobre a aposta na qualificação dos recursos humanos com 30% de abstenção na resposta ao objetivo estratégico 3.4.

Gráfico 132 - Avaliação da concretização dos Objetivos estratégicos do Eixo 3: Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana



Eixo Estratégico 4 – Descobrir as novas ruralidades

OE 4.1 "Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais."

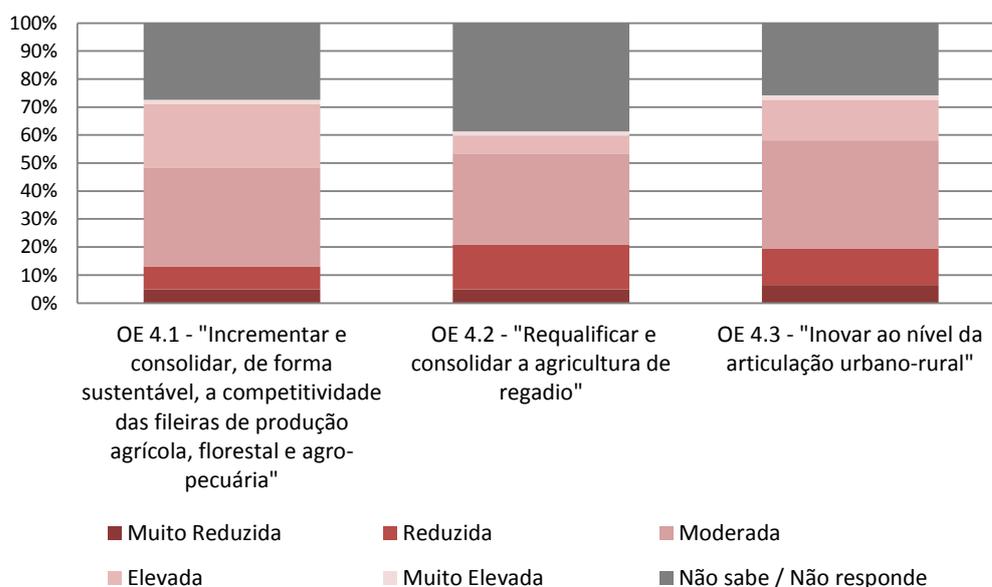
OE 4.2 "Requalificar e consolidar a agricultura de Regadio associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização."

OE 4.3 "Inovar ao nível da articulação urbano-rural diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC."

Os objetivos estratégicos do Eixo 4 - Descobrir as novas ruralidades são os que registaram maiores níveis de abstenção na avaliação da sua concretização, atingindo quase 40% de ausência de resposta no objetivo 4.2 relativo à consolidação da agricultura de regadio.

Ainda assim, a maioria dos inquiridos considera positiva - moderada, elevada ou muito elevada - a concretização da fileira agrícola, florestal e agropecuária (57%), bem como a inovação na articulação urbano - rural (53%).

Gráfico 133 - Avaliação da concretização dos Objetivos estratégicos do Eixo 4: Descobrir as novas ruralidades



Da avaliação qualitativa aberta efetuada aos 16 Objetivos Estratégicos dos 4 Eixos resulta a recomendação de redução e de revisão dos Objetivos alinhando-os com os novos referenciais estratégicos.

Considerou-se também que em alguns casos a ambição dos objetivos do PROT OVT ultrapassa o âmbito do plano e a sua capacidade instrumental de realização, sendo necessária melhor definição de programas de realização e da sua vinculação a fontes de financiamento – contratualizadas entre a Administração Central e os Municípios -, com metas associadas e indicadores de desempenho mais concretos.

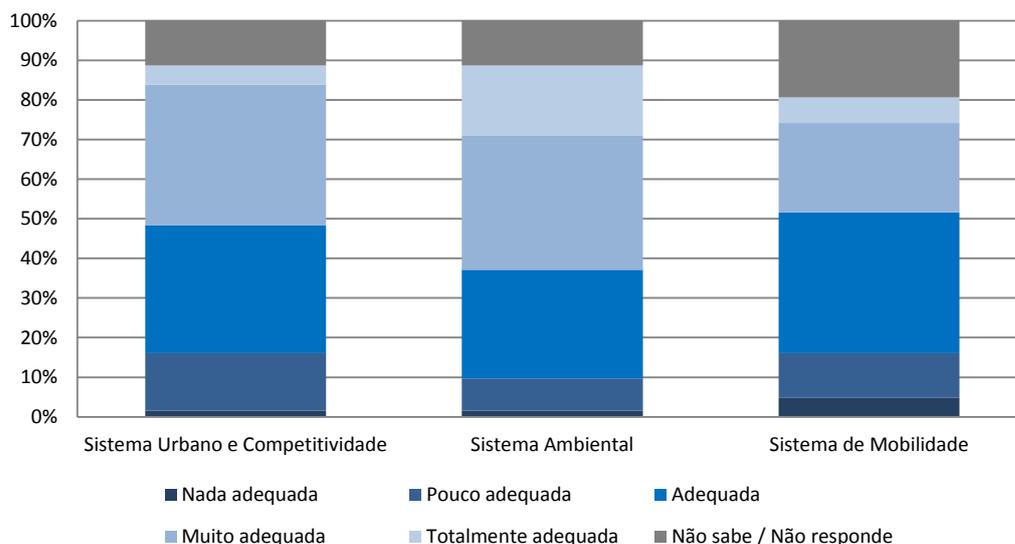
Os resultados da avaliação efetuada ao grau de concretização dos objetivos, do modelo e aplicação das normas refletem também a fraca dinâmica de revisão dos PDM do OVT.

B) Modelo Territorial

Neste ponto pretendeu-se uma avaliação relativamente aos sistemas estruturantes que integram o modelo territorial do PROT OVT considerando as temáticas de cada sistema.

Em termos globais, a larga maioria dos inquiridos considera que a organização espacial e os conteúdos dos sistemas estruturantes do modelo territorial estão adequados. No Sistema Urbano e no Sistema Ambiental mais de 30% dos inquiridos considera muito adequada a organização e conteúdos. O Sistema de Mobilidade obteve avaliação menos favorável quanto à adequação e organização.

Gráfico 134 - Avaliação da organização espacial e conteúdos do Modelo Territorial



Na avaliação aberta os inquiridos consideram que no modelo territorial o Sistema de Mobilidade é o que apresenta maiores fragilidades de organização e concretização associadas a alterações na conjuntura económica e político-governativa, carecendo de adequação às novas opções nacionais.

Quanto ao Sistema Urbano defendem a reavaliação da hierarquia urbana, devendo a vila de Azambuja ser considerada um centro urbano estruturante face à sua relação com os transportes ferroviários urbanos de Lisboa e ao enorme parque de logística na sua envolvente. Os inquiridos consideram ainda que os subsistemas urbanos carecem de clarificação dos objetivos e condições de realização, para além da componente normativa que já encerram.

Por último, os inquiridos consideram que o modelo territorial foi definido num contexto de expansão e carece de afinação, ajustando-o às novas realidades socioeconómicas e territoriais, às

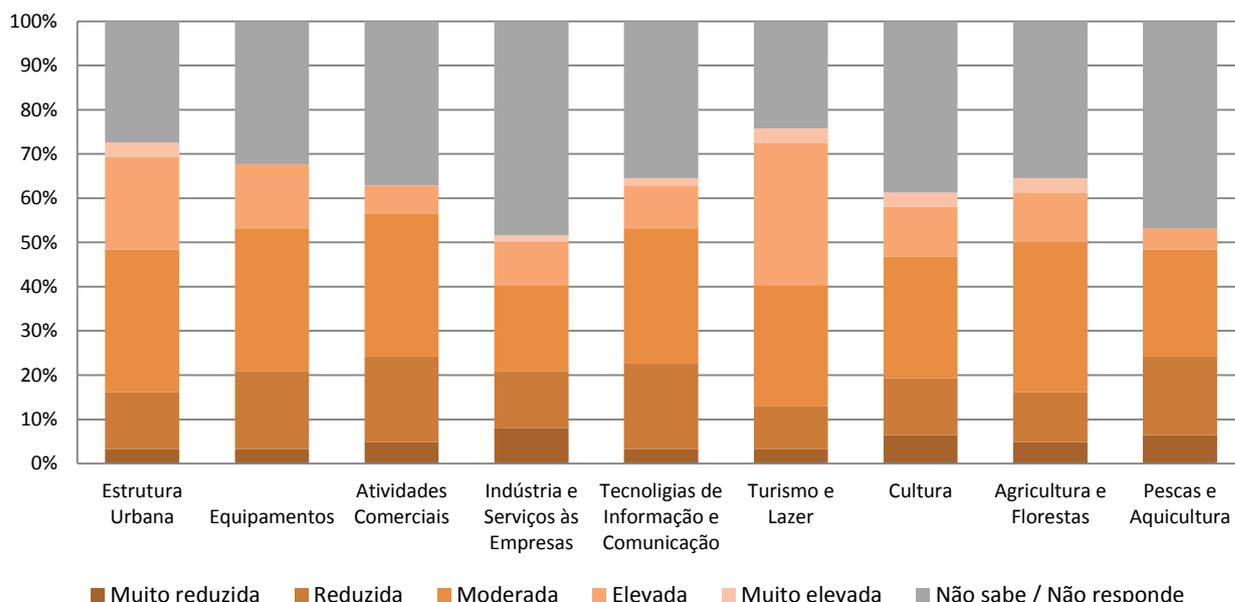
realizações ocorridas e às alterações decididas na política setorial. Determinadas componentes / desdobramentos do modelo carecem de maior integração e explicitação e, eventualmente, contenção de domínios.

C) Normas Orientadoras

Da perceção dos inquiridos, relativa à aplicação das normas orientadoras que integram os domínios do Sistema Urbano, destacam-se maiores níveis de aplicação das normas no domínio do turismo e lazer, sendo que 32% considera que estas normas tiveram uma aplicação elevada, seguindo-se os domínios da Estrutura Urbana e Equipamentos.

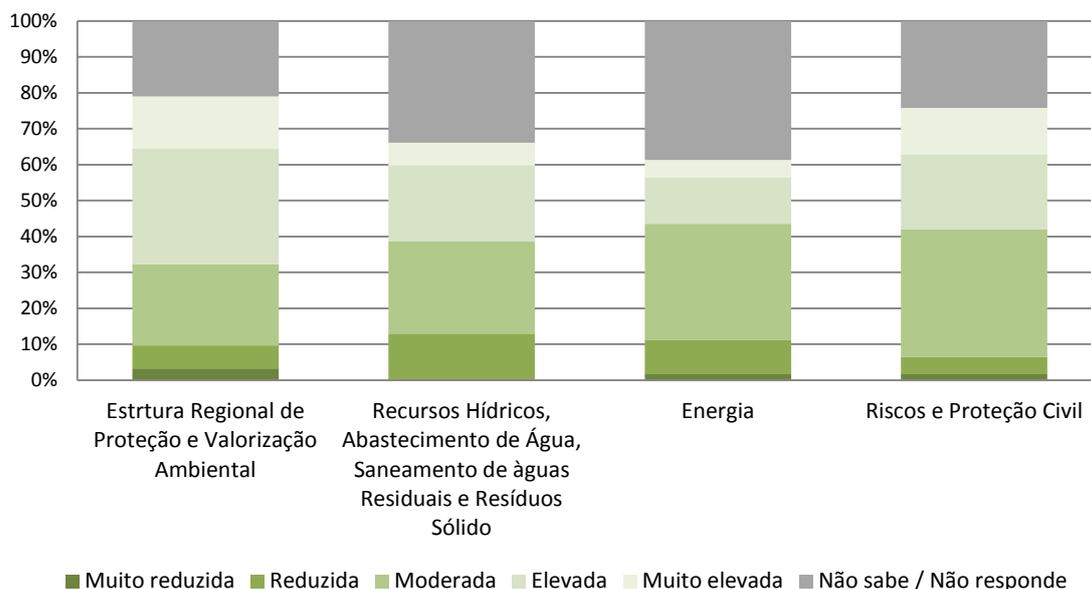
Por outro lado, importa relevar os elevados níveis de abstenção na resposta em diversos domínios, nomeadamente Indústria e Serviços às Empresas (48%), Pescas e Aquicultura (46%), Atividades Económicas (37%) e Tecnologias de Informação e Comunicação (35%).

Gráfico 135 - Avaliação da aplicação das normas dos domínios do Sistema Urbano e Competitividade



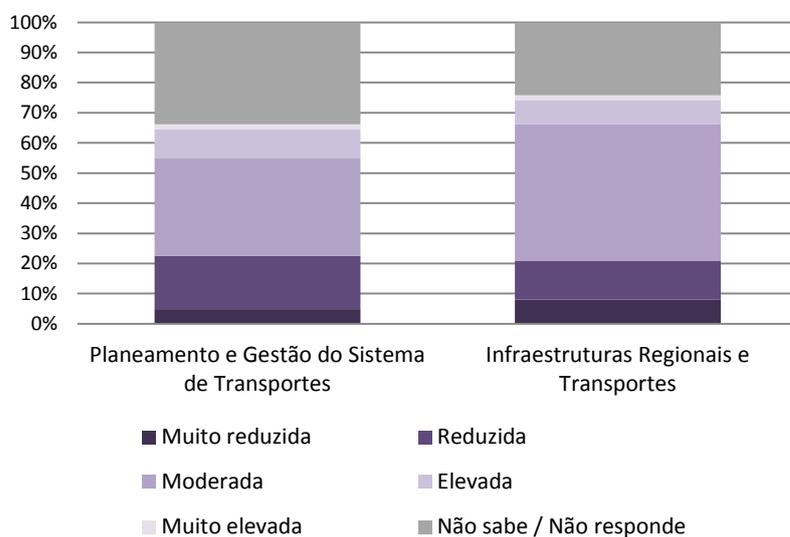
No Sistema Ambiental, os inquiridos consideram mais elevada a aplicação das normas da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e dos Riscos e Proteção Civil e menor as normas do domínio Recursos Hídricos, Abastecimento e Saneamento de Água e Resíduos e da Energia, sendo que neste último o nível de abstenção na resposta ronda os 39% de inquiridos.

Gráfico 136 - Avaliação da aplicação das normas dos domínios do Sistema Ambiental



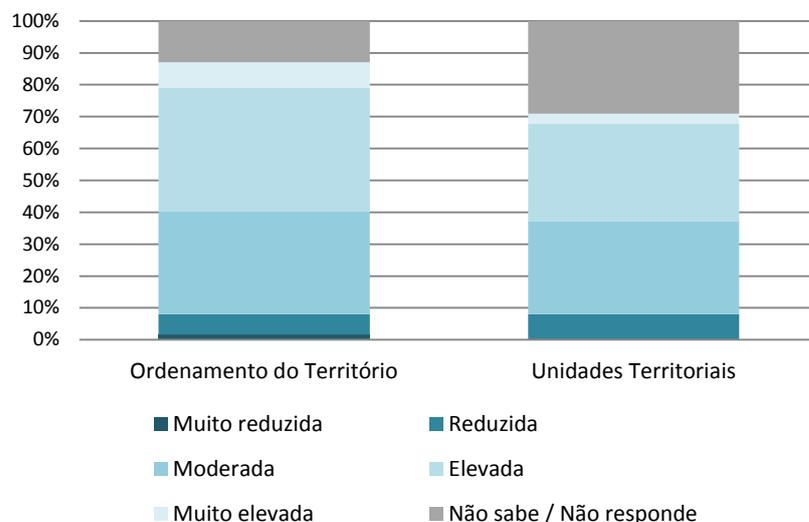
Os domínios que integram o Sistema de Mobilidade são os que registaram menores níveis de aplicação, na perspetiva dos inquiridos, sendo que cerca de 20% considera a aplicação destas normas reduzida ou muito reduzida. Registe-se contudo que mais de 25% dos inquiridos desconhece o estado da aplicação destas normas.

Gráfico 137 - Avaliação da aplicação das normas dos domínios do Sistema de Mobilidade



As normas específicas de carácter territorial registam elevados níveis de aplicação na perspetiva dos inquiridos. Na avaliação efetuada, 47% destes considera que as normas de ordenamento do território tiveram uma aplicação elevada (39%) ou muito elevada (8%). Não obstante o nível de abstenção na resposta ser superior, a aplicação das normas por unidade territorial também foi avaliada favoravelmente – cerca de 33% consideram elevada ou muito elevada.

Gráfico 138 - Avaliação da aplicação das normas de carácter territorial



Na avaliação aberta destacam-se alguns comentários relativos ao contexto, âmbito / objeto e aplicação das normas orientadoras.

Na perspetiva de alguns inquiridos a diversidade sub-regional e os tempos (mais curtos) das dinâmicas económicas e empresariais requerem, para o PROT, uma abordagem mais orientadora e menos normativa, mais territorial e menos setorial. Algumas temáticas como as TIC, as Pescas e Aquicultura, Atividades Comerciais e Industrias e Serviços às Empresas, poderão não ser tão relevantes para o conteúdo normativo de um PROT. Consideram ainda que, em termos gerais (salvo a Proteção Civil, o Turismo e Cultura e o Ambiente), as entidades com responsabilidades setoriais estão pouco sensibilizadas para a aplicação deste instrumento enquanto referencial estratégico regional.

Por outro lado, considerou-se também que os conteúdos das normas do PROT contribuíram para a elaboração do programa especial para a orla costeira, nomeadamente as relativas aos domínio Recursos Hídricos e Riscos, que foram atendidas e inseridas nos programas da orla costeira, revelando-se essenciais na fundamentação das estratégias de ordenamento adotadas.

No domínio do Património Cultural os inquiridos entendem que os pressupostos se mantêm válidos, verificando-se sobretudo a necessidade de sensibilizar as entidades promotoras dos IGT para a implementação destas normas.

As normas da ERPVA, Riscos, Ordenamento do Território e Unidades Territoriais foram referidas como de extrema importância no PROT, todavia ainda não foram totalmente aplicadas devido ao estado de desenvolvimento das revisões dos PDM.

Em alguns dos domínios temáticos encontram-se normas com um elevado nível de abstração, apresentando-se mais como objetivos específicos do que como orientações normativas. Noutros casos há normas com grande especificidade em matérias não passíveis de regular pelo PROT, surgindo como mimetismos de instrumentos de políticas setoriais. Em termos de melhoria propõe-se que as normas sejam reduzidas às matérias efetivamente passíveis de orientar no âmbito de um PROT e que a formulação destas seja objetiva e adequadamente densa, apontando parâmetros, precedências e caminhos de realização em função da matéria.

2.5.4. Avaliação Global do PROT OVT

Neste ponto pretendeu-se aferir a avaliação global do PROT percecionada pelos inquiridos através da identificação de constrangimentos e vantagens associados à implementação do plano, bem como desafios para o futuro da dinâmica do PROT OVT e eventuais propostas de alteração ao PROT.

A. Constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação

Relativamente aos constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação do PROT OVT, a maior parte dos inquiridos destaca sobretudo fatores externos ao PROT, sendo menos os que consideram que os constrangimentos se relacionam com o conteúdo ou desatualização estratégica e normativa do plano.

Neste quadro, o ponto que reuniu maior consenso por parte dos inquiridos foi a fraca dinâmica de revisão dos PDM, cuja conclusão é precedência para a implementação do PROT e transposição para a escala municipal das suas orientações, destacando-se também a desarticulação entre entidades e desvinculação de atores, bem como as falhas na articulação com os Programas Operacionais e ainda a falta de coordenação e territorialização das políticas setoriais de base regional.

Por outro lado, há quem considere que um dos principais fatores de bloqueio à implementação do PROT OVT respeita à desatualização da estratégia e das propostas no atual contexto económico, assim como a densidade e complexidade do conteúdo do plano, ou ainda a falta de flexibilidade na aplicação das normas orientadoras.

Note-se que a questão das restrições à edificação dispersa foi expressivamente citada pelos inquiridos em sentidos diversos. A este propósito, 16 inquiridos consideraram que a contenção da edificação dispersa foi uma das principais vantagens da implementação do PROT OVT, enquanto 13 inquiridos identificaram a revisão das normas sobre o povoamento rural e a contenção da edificação dispersa no leque das alterações sugeridas, propondo que as mesmas passem a ser menos restritivas em abstrato para acolher especificidades territoriais, culturais e sociais do OVT. Apenas cinco inquiridos apontaram como constrangimento à aplicação do plano a existência destas normas.

B. Vantagens da implementação do PROT OVT

Questionados sobre as principais vantagens resultantes da implementação do PROT OVT (Gráfico 140), a maior parte dos inquiridos destacou a importância de definição de uma visão regional para o Oeste e Vale do Tejo, considerando também relevante a valorização dos recursos naturais e do ordenamento do território promovida pelo PROT. Outra das vantagens atribuída à existência do PROT respeita ao facto de este plano se constituir um documento orientador de referência para a elaboração e revisão dos planos municipais, reconhecendo ainda a vantagem associada à definição de normas para a contenção da edificação dispersa.

Os inquiridos destacam também a importância da definição de uma Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, bem como a definição de um modelo de ordenamento e para a proteção do litoral e das áreas de risco, referindo ainda as vantagens associadas à existência de um modelo de ordenamento turístico à escala regional e identificação de padrões de ocupação do solo gerais que resultaram na criação de normas orientadoras por unidades territoriais homogéneas.

Foi ainda atribuído destaque positivo à existência de um sistema de monitorização e avaliação do processo e do desempenho do plano.

C. Propostas de alteração ao PROT OVT

Na sequência da sua avaliação global, os inquiridos apresentaram propostas de alteração ao plano que na sua maioria incidiam sobre a necessidade de rever as normas orientadoras relativas ao povoamento rural e à edificação dispersa, no sentido de as modelar melhor às especificidades territoriais, e à necessidade de simplificar, clarificar e focar os conteúdos do PROT OVT e flexibilizar a aplicação das suas normas orientadoras. Tendo presente os constrangimentos identificados, foram também apresentadas propostas de melhoria nos modelos de governação instituídos e na articulação entre o PROT e os instrumentos de Programação Operacional e maior vinculação às medidas constantes do Programa de Execução do PROT.

Outras das propostas de alteração que reuniu o consenso dos inquiridos respeita à necessidade de adequação do PROT ao novo RJIGT, nomeadamente através da adequação, harmonização dos conceitos, iminentemente associados à tipologia dos aglomerados, à classificação e reclassificação do solo.

As restantes propostas de alteração incidem sobre a necessidade de rever o modelo e normativo do Sistema de Mobilidade, do Turismo, Lazer e Cultura, rever a hierarquia do Sistema Urbano (vila de Azambuja constituir um Centro Urbano Estruturante) e reforçar o Sistema de Monitorização. Os inquiridos sugerem também a integração de propostas que contrariem a tendência acentuada de envelhecimento da população e a incorporação de medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

D. Desafios da futura dinâmica do PROT OVT

Os desafios da futura dinâmica do PROT apontados pelos inquiridos vão ao encontro dos constrangimentos e propostas de alteração identificadas, destacando-se os três desafios que reúnem mais respostas:

- i) a articulação de entidades, de instrumentos de política e de financiamento, tendo presente a geometria governativa do Oeste e Vale do Tejo, devendo o PROT tornar-se num instrumento orientador de ordenamento e de desenvolvimento sustentável assumido pelas entidades da administração setorial e pelos municípios;
- ii) a recondução do PROT a programa regional e adequação ao novo quadro legal dos IGT, mantendo os conteúdos relevantes, enquanto referencial estratégico e normativo para o território na escala regional.

Relacionado com este desafio é destacada também a necessidade de definição de um quadro normativo rígido no essencial e flexível no acessório, associado à simplificação e clarificação de conteúdos do plano / programa.

- iii) a necessidade da afirmação do PROT como principal documento de estratégia regional - devidamente articulado com os Programas Operacionais Regionais, por forma a viabilizar a implementação das medidas previstas no programa de execução do PROT – sublinhando ainda a importância do papel do planeamento num contexto geral de grande mutabilidade e incerteza, moderada ambição e reduzidos recursos.

Para além destes desafios são ainda elencados outros pontos relevantes como a preservação e valorização dos recursos naturais e a gestão dos riscos, a consideração da mitigação e adaptação às alterações climáticas, o reforço de investimento em reabilitação urbana, as respostas necessárias ao envelhecimento da população, a promoção da mobilidade, repensar a estratégia definida para o turismo e dar continuidade à política de contenção da dispersão urbanística.

Gráfico 139 - Constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação do PROT OVT

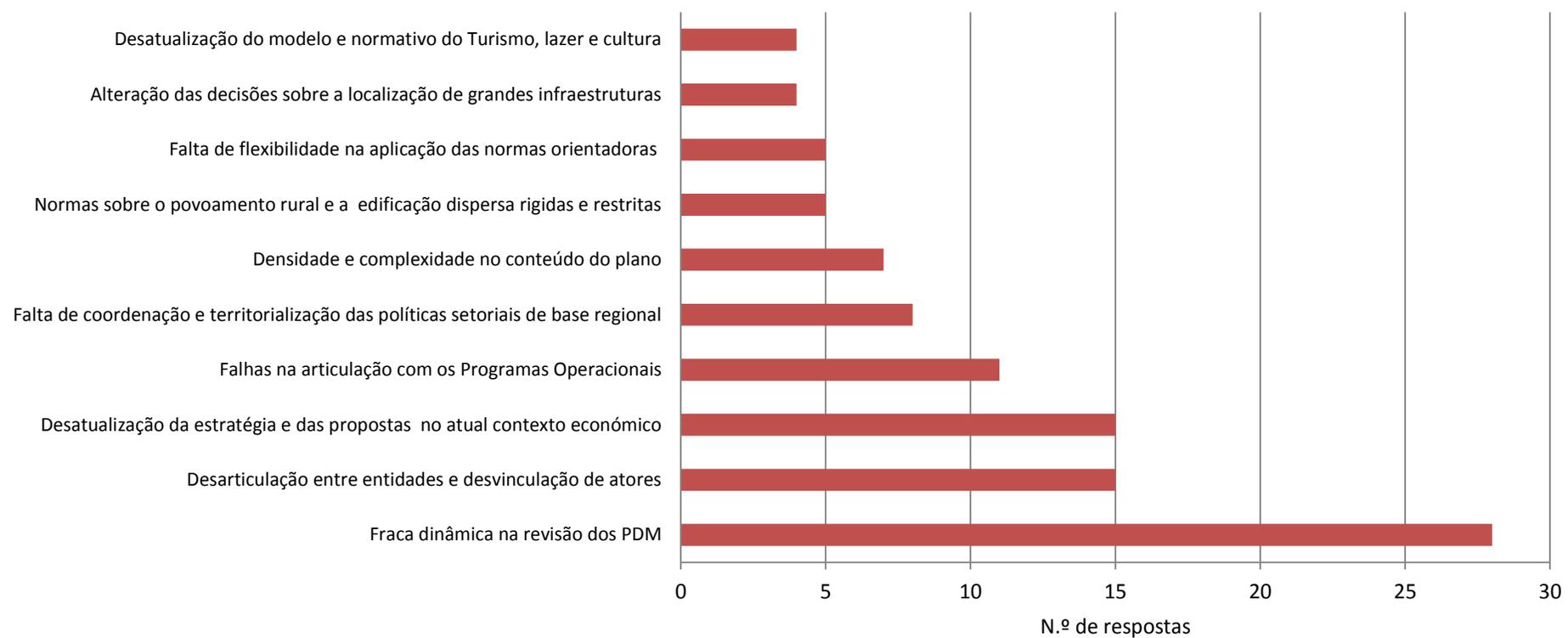
Constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação do PROT OVT

Gráfico 140 - Principais vantagens da implementação do PROT OVT

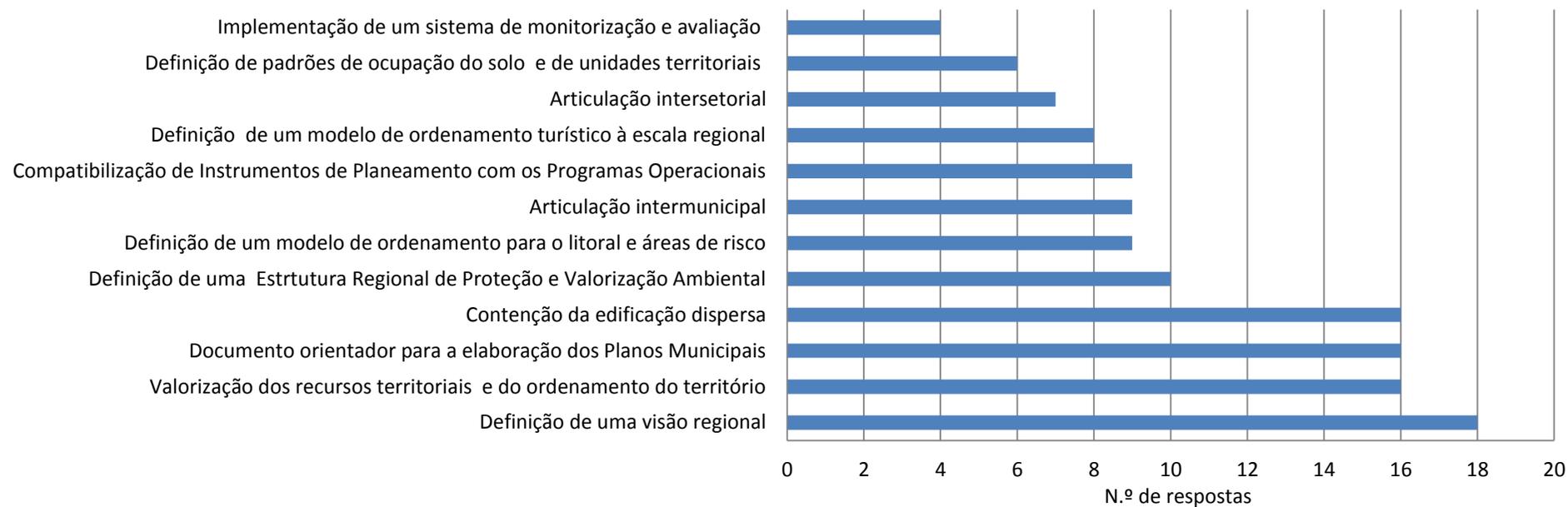
Principais vantagens da implementação do PROT OVT

Gráfico 141 – Propostas de alteração ao PROT OVT

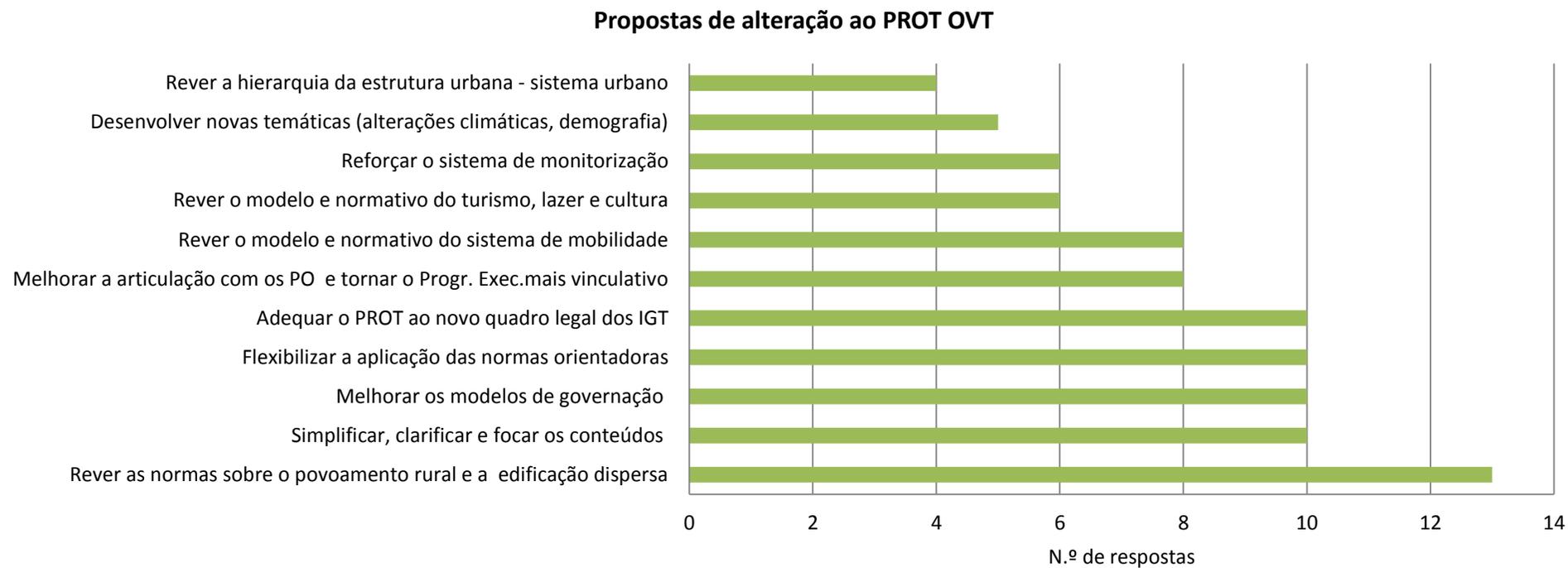


Gráfico 142 – Desafios da futura dinâmica do PROT OVT

Desafios da futura dinâmica do PROT OVT

3. DINÂMICAS DE PLANEAMENTO

3.1. Avaliação e Alteração do PNPOT: Principais Conclusões

Considerando a importância do PNPOT no sistema de gestão territorial afigura-se pertinente destacar algumas das conclusões da avaliação do respetivo plano de ação, efetuada pela DGT em 2014, que se oferecem relevantes para os PROT:

- A importância de uma estrutura de governança permanente que assegure a adequada cooperação institucional na implementação do plano e a relevância da monitorização regular;
- A necessidade de estabelecer critérios e orientações de base territorial, fundamentados em parâmetros de coesão e desenvolvimento territorial, que enquadrem as políticas setoriais, bem como estabelecer critérios articulados de eficiência e equidade territorial, estruturados pelo sistema urbano nacional, para o planeamento e programação das diversas redes de equipamentos e serviços coletivos de interesse geral;
- A necessidade de maior articulação dos instrumentos de programação operacional com os instrumentos de gestão territorial, assegurando que a compatibilidade com as opções e orientações estratégicas de base territorial constitua referencial e critério regulamentar da programação operacional do financiamento nacional e europeu dos grandes investimentos públicos com incidência territorial.

Atualmente estão em curso os trabalhos de alteração do PNPOT determinados pela RCM n.º 44/2016, publicada a 23 de agosto, incidindo em particular na elaboração de um novo Programa de Ação a 10 anos e de um novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização.

A CCDR LVT participa ativamente neste processo de alteração destacando-se os seguintes contributos:

- Organização do seminário “Território e Economia Circular”, realizado a 27 de outubro de 2016 e elaboração do documento síntese das intervenções. O seminário visou promover a reflexão em torno dos problemas e desafios do ordenamento do território ao nível nacional e regional, colocando à discussão um conjunto de temáticas ligadas ao (re) aproveitamento de recursos.
- Atualização / elaboração do diagnóstico prospetivo:
 - i) atualização do relatório síntese do diagnóstico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que integra o Capítulo 4 do Relatório do PNPOT;
 - ii) elaboração do relatório de Diagnóstico Regional, mais alargado, que suporta o diagnóstico sintético. Este relatório procura tratar todas as temáticas priorizadas pelo PNPOT - Mudanças demográficas, Sistema Urbano e Ocupação do solo, Desenvolvimento Económico, Alterações climáticas e sustentabilidade ambiental e Governança e gestão territorial - a que se juntou um capítulo que faz uma primeira abordagem à Economia Circular.
- Organização e participação no seminário: “A RLVT e o País, 10 anos depois do PNPOT - Economia 4.0”, realizado a 16 de maio 2017 - Leitura /perceção dos problemas do ordenamento do território na Região de Lisboa e Vale do Tejo – resultados do inquérito.
- Atualização dos Problemas do Ordenamento do Território por domínio, tendo por base o diagnóstico.

- Estruturação do Diagnóstico prospetivo Global do PNPOT, comentários ao documento e participação em reuniões de trabalho e reflexão sobre o documento.
- Reflexão sobre Governança e Sistema de Gestão Territorial (um dos capítulos do Diagnóstico), priorização de temas e formas de operacionalização.
- Reflexão para a definição dos Desafios Territoriais / Objetivos - Estratégia Territorial.
- Desenvolvimento dos Sistemas Territoriais, Modelo e Agendas.

Da alteração do PNPOT resultará a necessidade de rever os exercícios de monitorização e avaliação dos PROT, no sentido de ponderar os alinhamentos estratégicos entre o programa nacional e os futuros programas regionais.

3.2. Transposição das Normas dos Planos Especiais nos Planos Diretores Municipais

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), no seu artigo 78º, estabelece que o conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) em vigor deve ser vertido, nos termos da lei, no plano diretor intermunicipal ou municipal e em outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, no prazo máximo de três anos, que terminou a 29 de junho de 2017.

A 16 de agosto de 2017 foi publicada a primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Lei n.º 74/2017, que prorrogou aquele prazo para 13 de julho de 2020.

O procedimento estabelecido na Lei n.º 31/2014 não teve alteração, estabelecendo que compete às CCDR, com o apoio das entidades responsáveis pela elaboração dos PEOT em vigor e das associações de municípios e municípios abrangidos por aqueles, a identificação, no prazo de um ano, das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares que devam ser integradas em plano intermunicipal ou municipal.

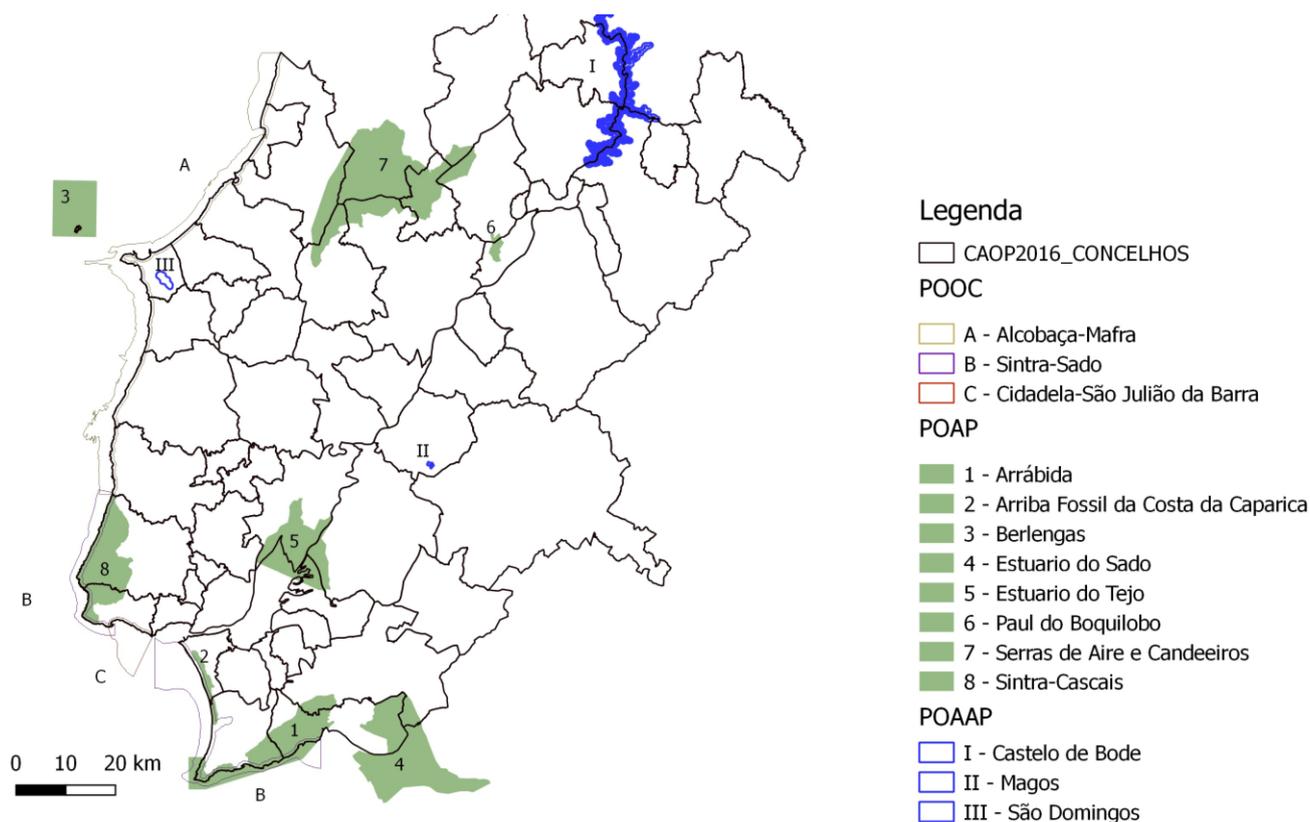
Neste sentido foram identificadas as normas dos 15 planos especiais de ordenamento do território vigentes na região de Lisboa e Vale do Tejo: 8 planos de ordenamento de área protegida (POAP), 3 planos de ordenamento de albufeira de águas públicas (POAAP) e 4 planos de ordenamento da orla costeira (POOC).

Foram também promovidas reuniões com todos os 27 municípios, abrangidos por planos especiais, com a participação da APA e do ICNF. No prazo estabelecido na Lei 31/2014, todas as Câmaras Municipais envolvidas dispunham da lista de normas que deveriam ser integradas nos planos diretores municipais.

Uma vez que alguns municípios tinham concluído recentemente a Revisão dos seus PDM, outros estavam em fase final de elaboração do plano e outros ainda estavam no início desse procedimento, a CCDR elaborou um documento de apoio, sistematizando algumas orientações para a execução daquela complexa tarefa. Nos pontos seguintes é sinteticamente relatada a Metodologia apontada no documento elaborado e os principais problemas suscitados.

De referir estar atualmente em fase final de elaboração o Programa da orla costeira Alcobaça – Espichel (POC-ACE) que abrange a quase totalidade da orla costeira da RLVT, com as inerentes implicações nos processos de alteração dos PDM, por adaptação, aos 4 POOC vigentes.

Figura 54 – Planos especiais de ordenamento do território em vigor na RLVT, 2017



Fonte: ICNF; DGT, IGeo; elaboração CCDR LVT

3.2.1. Metodologia para a Incorporação de Conteúdos do PEOT no PDM

Partindo da análise de um conjunto de regulamentos e legendas de peças gráficas de PEOT e de PDM em vigor na Região de Lisboa e Vale do Tejo, registou-se:

- A existência de estruturas regulamentares e modelos de expressão cartográfica diferentes e típicos de cada uma das figuras de plano;
- A existência de diferenças significativas de conteúdos regulamentares e cartográficos e dos seus suportes de informação entre os planos das duas diferentes tipologias mas também entre os planos da mesma tipologia, sobretudo quando foram elaborados em tempos e quadros legais distintos.

Assim, e considerando os imperativos legais da transposição e recondução dos PEOT, as dinâmicas processuais de atualização dos PDM, os constrangimentos institucionais existentes e tendo em vista a necessidade de garantir a harmonização e coerência global do processo de incorporação das normas dos PEOT nos PDM, importa clarificar:

- **Os princípios e critérios** a considerar na incorporação das normas dos PEOT nos PDM de modo a garantir um nível elevado de integração e coerência e, ainda, soluções transitórias a adotar face ao prazo inicialmente estabelecido de junho de 2017.
- **Os procedimentos** a adotar em cada PDM, os quais devem ser configurados em função da dinâmica de planeamento em curso e das margens de gestão de tempos e esforços, face aos objetivos.

I. Princípios e critérios

A incorporação das normas dos PEOT nos PDM considera os seguintes princípios e critérios:

- 1) O PDM é o instrumento que vai receber as normas a transpor, logo a estrutura do regulamento e da planta de ordenamento do PDM deve ser a base da receção das mesmas. Salienta-se que é ao PDM que compete estabelecer os regimes de ocupação, uso e transformação do solo, segundo a sua estratégia de ordenamento e desenvolvimento territorial, devendo a classificação e a qualificação do solo ser completas e coerentes no âmbito territorial municipal, independentemente da sua inserção ou não em área abrangida por PEOT. Assim, os critérios de classificação e qualificação do solo são os estabelecidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, e a estrutura do regulamento e da legenda da planta de ordenamento, obedece à lógica do PDM, sem prejuízo de garantirem a aplicação dos condicionamentos ao aproveitamento do solo que decorram dos regimes de proteção dos PEOT e de outros regimes legais vigentes.
- 2) Nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 97º do RJIGT, o PDM representa na planta de ordenamento a delimitação das zonas de proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais, nomeadamente o zonamento dos regimes de proteção nas suas diversas tipologias de proteção total, parcial e complementar. Assim, o zonamento dos regimes de proteção por tipologias consta obrigatoriamente da planta de ordenamento do PDM, correspondendo a um desdobramento da mesma (planta autónoma contendo os polígonos relativos ao zonamento das tipologias de proteção que poderá ser designada como “Planta de ordenamento – Regimes de proteção”).
- 3) O cruzamento das tipologias de proteção com as categorias ou subcategorias de espaço do PDM não deve dar automaticamente origem a desagregações espaciais destas últimas. A desagregação espacial em subcategorias apenas se justifica quando a unidade territorial resultante da sobreposição tenha expressão cartográfica relevante e/ou conteúdo regulamentar autónomo e distinto. Ou seja, a definição das categorias e subcategorias de espaço e a densidade de conteúdo do respetivo regulamento deve atender aos objetivos de regulamentação da ocupação e uso do solo definidos pelo PDM e aos imperativos de proteção de recursos e valores naturais emanados das várias tipologias de proteção, mas limitando a subdivisão em subcategorias ao estritamente necessário para expressar a vocação, uso e funções dominantes do solo, sem densificar ou complexificar o sistema de classificação e qualificação espacial do PDM.
- 4) No que se refere à inserção das disposições do PEOT será necessário ponderar a sua posição no regulamento do PDM, tendo em conta a densidade dos conteúdos em cada um dos planos e o equilíbrio da solução a adotar face às várias possibilidades existentes: inserção nas disposições comuns para o solo rural, inserção na regulamentação das categorias e subcategorias ou criação de um domínio de regulamentação temática complementar associado aos regimes de proteção (com relação direta com a Planta de Ordenamento - Regimes de Proteção, à semelhança do que tem sido a prática para a regulamentação das áreas de risco). Por regra, deverá adotar-se o seguinte:
 - Normas que apresentam condições ou interdições gerais são inseridas nas disposições comuns para o solo rural do PDM.
 - Normas relativas a matéria urbanística ou a condições de aproveitamento do solo (índices, parâmetros, cargas, etc.), associadas a tipologias de proteção específicas, são inseridas na regulamentação das categorias ou subcategorias de espaço abrangidas, independentemente dessa categoria ou subcategoria corresponder integralmente a uma tipologia de proteção ou de apenas incluir, total ou parcialmente, áreas abrangidas pelas tipologias de proteção.

- As normas de carácter transversal que digam respeito à regulação das atividades específicas (p.ex. indústria extrativa, energias renováveis, etc.), independentemente da tipologia, devem ser inseridas em regulamentação temática relativa às várias tipologias de proteção.
 - As normas transversais do PEOT que digam respeito à temática do risco devem ser integradas na regulamentação temática do PDM relativa aos riscos.
- 5) Na incorporação a efetuar deverá ainda considerar-se o seguinte:
- Nas disposições gerais do regulamento do PDM, e em termos gerais e sintéticos, devem ser integrados os objetivos específicos de proteção e salvaguarda de recursos e valores naturais prosseguidos pelo PDM, tendo por referência o PEOT; a explicitação da relação do PDM com o PEOT e as definições específicas do PEOT que se revelem necessárias.
 - O capítulo do regulamento do PDM relativo à programação da execução deve integrar o normativo do PEOT relativo às áreas de intervenção específica/unidades operativas de planeamento e gestão, fazendo-as coincidir, por princípio, com unidades operativas de planeamento e gestão.
- 6) O resultado final do trabalho de incorporação das normas pré-identificadas deve garantir que a ação e iniciativa dos particulares fica devidamente balizada pelos condicionamentos dos regimes de proteção. Tal não significa que as normas do PEOT identificadas tenham de estar expressas e visíveis, tal qual, no regulamento do PDM, uma vez que em termos de utilização, cargas edificatórias ou outros aproveitamentos do solo o PDM pode ser mais restritivo do que o PEOT, por razões específicas ou por adequação e coerência com o regime de uso do solo estabelecido para o restante território municipal, caso não estejam objetivamente em causa fundamentos especiais de conservação da natureza que o impeçam ou desaconselhem.
- 7) Deve ser ponderada a inserção no PDM de normas que constam do PEOT e que, à partida, vão manter-se e mais tarde integrar o futuro regulamento de gestão dessa área. Se o PDM fora do território abrangido por PEOT estabelece regras para atividades ou aproveitamentos do solo que são matéria passível de tratar pelo regulamento de gestão, então, por uma questão de coerência global também as deve adotar no interior da área abrangida por PEOT, independentemente do regulamento de gestão também as integrar.
- 8) Cada PDM deve assegurar a integração das normas do PEOT seguindo uma estrutura-tipo harmonizada ao nível dos vários PDM que integram a área abrangida pelo mesmo plano, no sentido de permitir uma leitura global e coerente dos objetivos de proteção e respetivos condicionamentos mas simultaneamente simples. Este objetivo passa pela sistematização prévia das normas do PEOT a transpor e pela inserção padronizada na estrutura-tipo do PDM, sem prejuízo de especificidades locais.
- 9) Sempre que se verifique que uma mesma realidade espacial é representada cartograficamente no PDM e no PEOT com diferentes limites, por razões de utilização de conceitos e metodologias de representação cartográfica diferentes entre os dois planos, pode ser ponderada a concretização de ajustamentos que se verifiquem adequados tendo como fundamento a correção de erros de rigor posicional (p. ex. erros técnicos de desenho de traço derivados de diferenças de escala), erros de representação cartográfica (p.ex. derivados de falhas de informação, nomeadamente desatualização da cartografia de base à data da elaboração do PEOT). A mesma situação se aplica para erros conceituais (p. ex. decorrentes do recurso a conceitos legais ou técnicos entretanto alterados). Estes ajustamentos terão alguma margem de decisão que deve ter como guia o respeito pelos princípios e critérios adotados à data da elaboração do plano e no caso de matéria de divergências evidenciada à data da aprovação as posições das entidades relevantes então manifestadas.

- 10) Nos casos em que um território municipal seja abrangido por mais de um PEOT, a incorporação das suas disposições no regulamento do PDM e o zonamento dos regimes de proteção na planta de ordenamento devem acautelar os princípios e critérios acima indicados, procurando uma articulação clara entre os vários regimes de proteção, evitar qualquer duplicação de peças ou de normas.

II. Metodologia transitória

Considerando que a tarefa de incorporação integral das normas dos PEOT nos PDM é especialmente complexa, devido aos diferentes tempos e métodos de elaboração destes planos, e que importava garantir o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, de junho de 2017, considerou-se a possibilidade de, nesta fase, utilizar metodologias alternativas para a realização desta tarefa.

Particularmente nas situações de PDM mais antigos em que venham a revelar-se desfazamentos de cartografia entre PEOT e PDM impossíveis de resolver no quadro de um exercício de aplicação dos princípios e critérios base acima enunciados, pode ponderar-se a integração das disposições do PEOT em bloco, deixando para uma fase posterior a efetivação de uma integração mais completa das normas.

A solução pode passar pela integração de um capítulo autónomo no regulamento para integrar em bloco as disposições do PEOT e por anexar o extrato concelhio da planta de síntese do mesmo à planta de ordenamento do PDM (como um desdobramento). Neste caso terá de ser incluída uma norma que explicita claramente a relação entre as disposições do PDM e aquelas que decorrem do PEOT, nomeadamente o procedimento de leitura cartográfica e as regras de prevalência a aplicar.

III. Procedimentos

Considerando que o exercício de transposição de normas dos PEOT para os PDM tem um alcance limitado em matéria de decisões de planeamento, uma vez que o PEOT prevalece e a ratificação tem de ser necessariamente excecional.

Considerando ainda que, em simultâneo com a tarefa de transposição, existe a obrigação de recondução dos PEOT a Programas Especiais e que só nessa sede existirão condições para as entidades competentes ponderarem e concertarem decisões de planeamento.

Afigura-se que, à partida, estaremos perante uma incorporação direta das normas do PEOT no PDM, e da sua expressão cartográfica, sem necessidade de decisões autónomas de planeamento, ou seja, a incorporação das normas do PEOT no PDM não irá restringir nem ampliar as prerrogativas de utilização do solo por particulares, face ao cumulativo dos dois planos atualmente em vigor (sem prejuízo da existência de alterações de redação, de posição e de expressão gráfica).

Assim, um dos procedimentos legais a considerar para a incorporação das normas do PEOT nos PDM será a **alteração ao PDM por adaptação**. Contudo, e uma vez que a grande maioria dos PDM se encontra em **processo de revisão**, deverão as normas dos PEOT ser incorporadas nas propostas a elaborar, dispensando-se o procedimento de alteração por adaptação nas situações em que esteja prevista a conclusão dessa revisão até ao final de junho de 2017.

Sempre que exista a necessidade de decisões autónomas de planeamento, a incorporação das normas no PDM terá sempre que ser efetuada no âmbito de um procedimento de **alteração ou revisão do PDM**.

A decisão sobre a metodologia e o procedimento formal a adotar nesta fase deve assim ser ponderada e tomada caso a caso, em função da situação de partida do PEOT e do PDM e das dinâmicas de planeamento em curso, apontando-se as situações-tipo e respetivos procedimentos preferenciais, a saber:

- **PDM com processos de revisão em curso, a terminar até ao final do prazo da transposição** - A incorporação das normas do PEOT no PDM deve ser concretizada no âmbito desse procedimento de revisão, devendo cumprir os princípios e critérios base. Nos casos em que se preveja que a

recondução do Plano Especial em causa para programa irá estar concluída alguns meses antes do final do prazo de transposição ou se verifique existirem diferenças significativas entre o anterior PEOT e o novo programa em elaboração, nomeadamente em termos do zonamento dos vários regimes de proteção, admite-se que a incorporação das normas desses planos seja efetuada em bloco, devendo a sua integração total ser efetuada numa posterior alteração por adaptação e tendo como base esse novo programa.

- **PDM já revistos** - A incorporação das normas deve ser concretizada, até ao final do prazo, no âmbito de um procedimento de alteração por adaptação. Admite-se a adoção de um procedimento de alteração do PDM nas situações excecionais em que seja imperiosa uma decisão autónoma de planeamento ou nos casos em que a CM pretenda iniciar um procedimento de alteração do PDM para a resolução de outras situações, aproveitando esse momento para a incorporação das normas do PEOT. Em todos os casos, devem ser cumpridos os princípios e critérios-base, com a ressalva identificada no ponto acima.
- **PDM com processos de revisão em curso, a terminar depois do final do prazo da transposição** – A incorporação das normas deve ser concretizada até ao final do prazo por via de um procedimento de alteração por adaptação, podendo ser efetuada em bloco, devendo a sua integração total, nos termos dos princípios e critérios base, ser efetuada no âmbito da revisão do PDM.

3.2.2. Principais problemas suscitados

Da análise dos documentos elaborados e avaliando as situações em curso, pode afirmar-se que os **principais problemas** que se têm levantado nesta tarefa são:

- As alterações a PDM para integração das normas dos PEOT, prejudicou a normal sequência dos processos de revisão daqueles planos, com indesejáveis adiamentos de prazos;
- A maioria das CM pretendia fazer a transposição no âmbito da revisão do PDM, mas havendo atrasos, decidiu fazer também no âmbito de uma alteração por adaptação;
- Questiona-se a eficiência das alterações por adaptação, com transposição das normas em bloco e plantas anexas, considerando que não facilita a leitura dos PDM, nem garante a salvaguarda da coerência do plano municipal;
- Suscita-se a utilidade da transposição de normas de planos especiais, que estão a ser convertidos em programas, obrigando a novas adaptações dos planos municipais. Na região de Lisboa e Vale do Tejo esta situação é evidente com a elaboração do programa da orla costeira de Alcobaca - Espichel, que substituirá 3 POOC abrangendo 13 municípios.
- A indicação da necessária consulta a entidades, que já não existem, para determinadas pretensões ou localizações;
- A transposição das normas dos planos especiais para os planos municipais apenas tem ocorrido a nível dos planos diretores municipais.

3.2.3. Ponto de Situação – novembro 2017

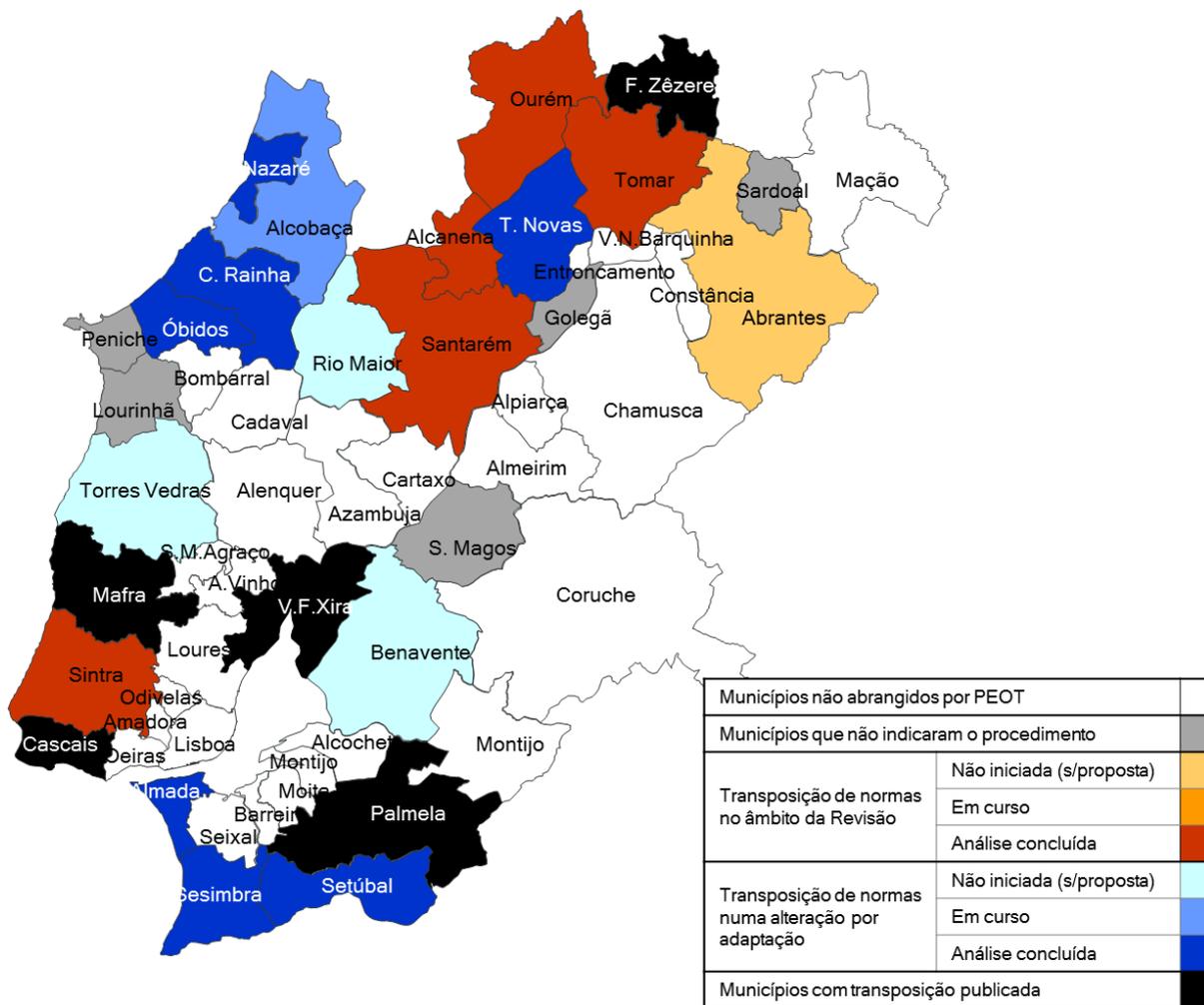
Em novembro de 2017 dos 27 concelhos da RLVT abrangidos por planos especiais verifica-se que:

- Treze optaram por promover uma alteração ao PDM, por adaptação. Destes: - cinco foram já publicados; - sete foram objeto de contributos da CCDR e das entidades responsáveis pelos planos

especiais, não tendo ainda sido publicados; - um elaborou proposta, tendo a CCDR questionado a sequência, face à alteração do prazo e à elaboração do POC-ACE.

- Cinco concluíram a proposta de revisão do PDM, incorporando as normas dos PEOT nos planos municipais, tendo todos sido já objeto de parecer final (artigo 85.º do RJIGT).
- Nove não apresentaram ainda proposta, tendo sido realizadas reuniões com algumas destas CM visando estabelecer a melhor metodologia a seguir.

Figura 55 - Ponto de situação da transposição das normas dos PEOT para os PDM da RLVT – 1 novembro 2017



Fonte: DSOT; CCDR LVT, novembro 2017

3.3. Evolução dos Processos de Revisão dos PDM

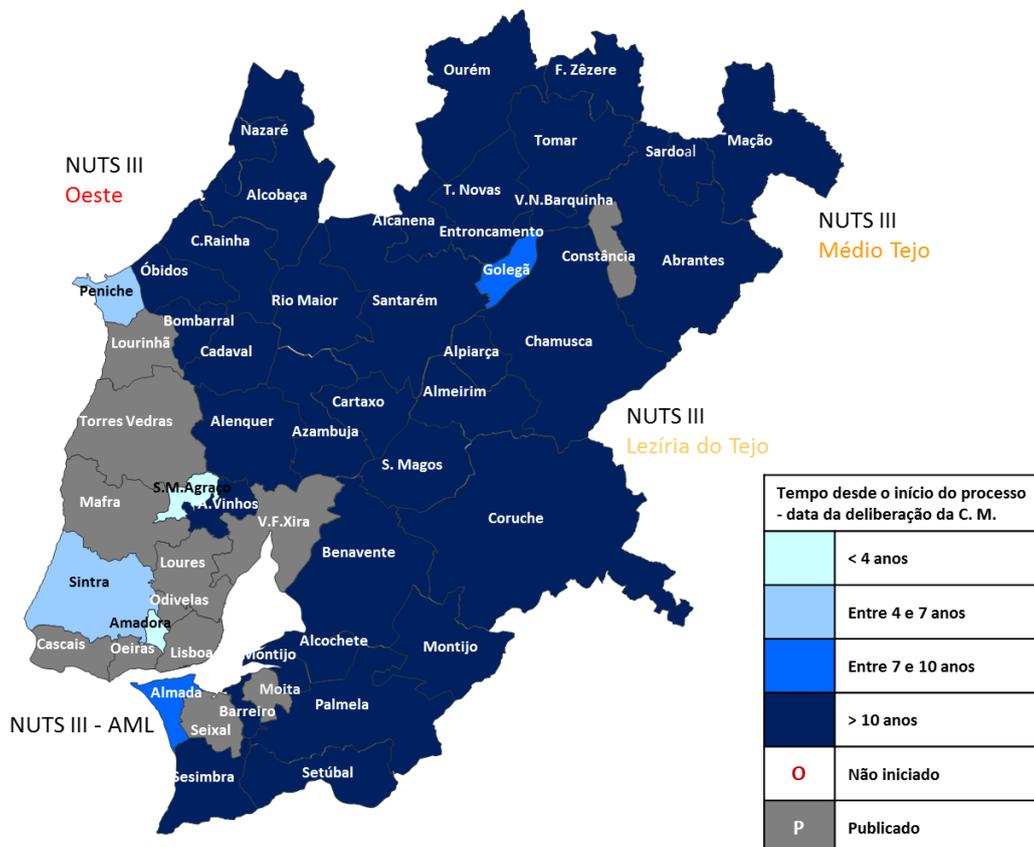
A elaboração da 1ª geração de PDM foi uma etapa relevante para a construção do sistema de gestão territorial e para a promoção de uma cultura de planeamento e de ordenamento do território. Apesar das lacunas de informação de base e da reduzida experiência nestes processos, os diversos atores empenharam-se na definição de um modelo de organização do território municipal e permitiram a cobertura integral do território com instrumentos de planeamento, com efeitos positivos na cultura e resultados no território.

Decorridos quase 25 anos sobre essa etapa e num momento em que vigora um novo regime jurídico do ordenamento do território e do urbanismo, considera-se oportuno conhecer a situação dos PDM nesta região.

Nos relatórios produzidos no âmbito da monitorização do PROT OVT (2011 a 2015) foi dado realce a preocupações relacionadas com a protelação dos processos de revisão dos PDM, com consequências na desatualização dos planos vigentes e na dificuldade de aplicação das opções, orientações e diretrizes dos PROT ao nível local.

Relativamente ao **tempo de elaboração da revisão dos PDM** a situação mapeada mostra uma excessiva morosidade procedimental. Dos 52 concelhos da região, 40 têm em curso processo de revisão do PDM. Destes, 36 iniciaram o procedimento há mais de 10 anos e apenas 2 iniciaram há menos de 4 anos. A totalidade dos planos revistos demorou mais de 10 anos a concluir o procedimento.

Figura 56 - Tempo de elaboração dos processos de revisão dos PDM na RLVT – outubro 2017

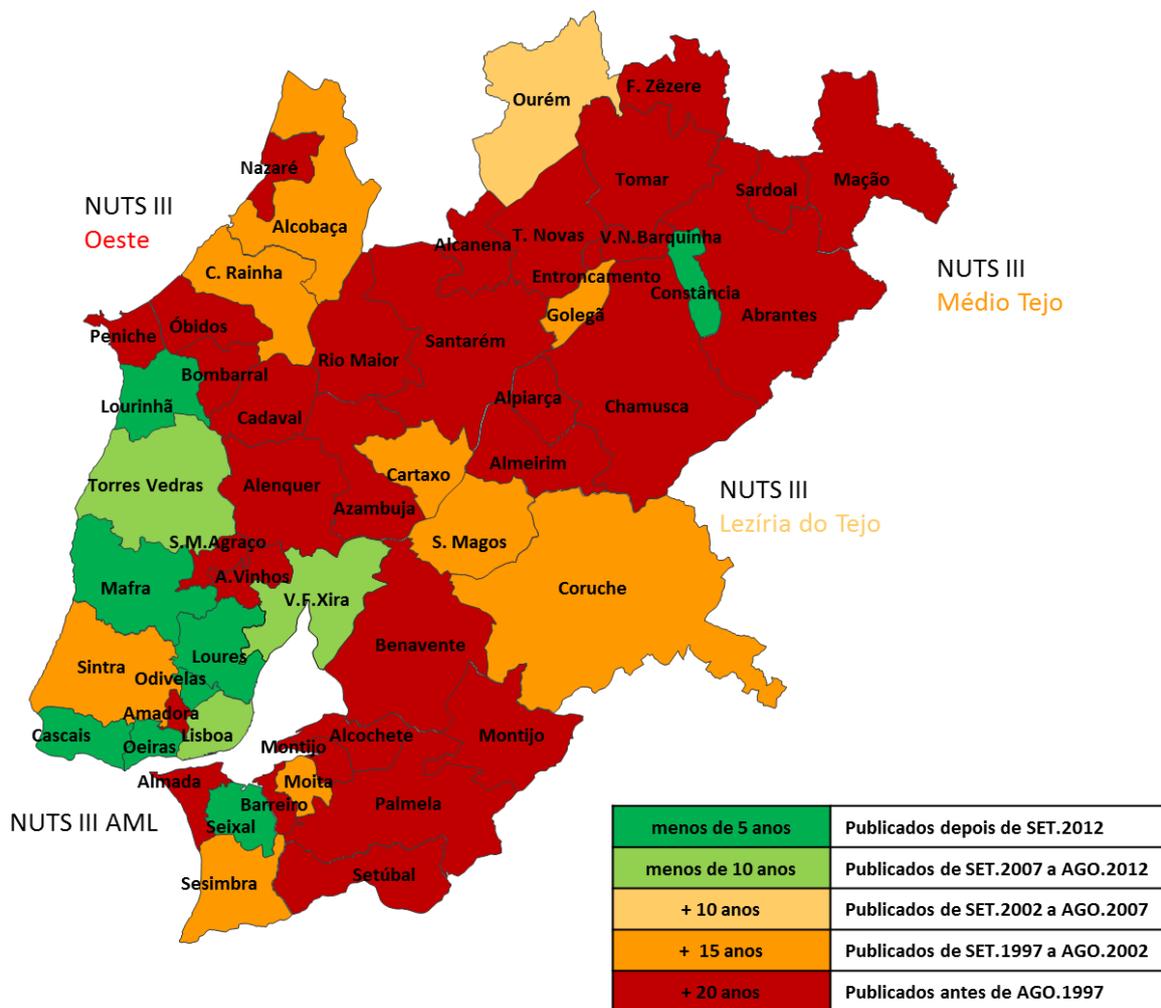


Fonte: DSOT; CCDR LVT; outubro 2017

Em complemento, apresenta-se também o **tempo de vigência dos PDM da Região** apurado em outubro de 2017, destacando-se o seguinte:

- Nos 52 concelhos só está concluído o processo de Revisão de 12 PDM: Cascais, Constância, Mafra, Moita, Lisboa, Loures, Lourinhã, Oeiras, Odivelas, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, e apenas estes têm menos de 10 anos de vigência, ou seja 77% dos PDM da região foram publicados há mais de 10 anos;
- 31 PDM (59%) foram publicados antes de agosto de 1997, ou seja têm mais de 20 anos de vigência.

Figura 57 – Tempo de vigência dos PDM da RLVT – outubro de 2017



Fonte: DSOT; CCDR LVT, Outubro 2017

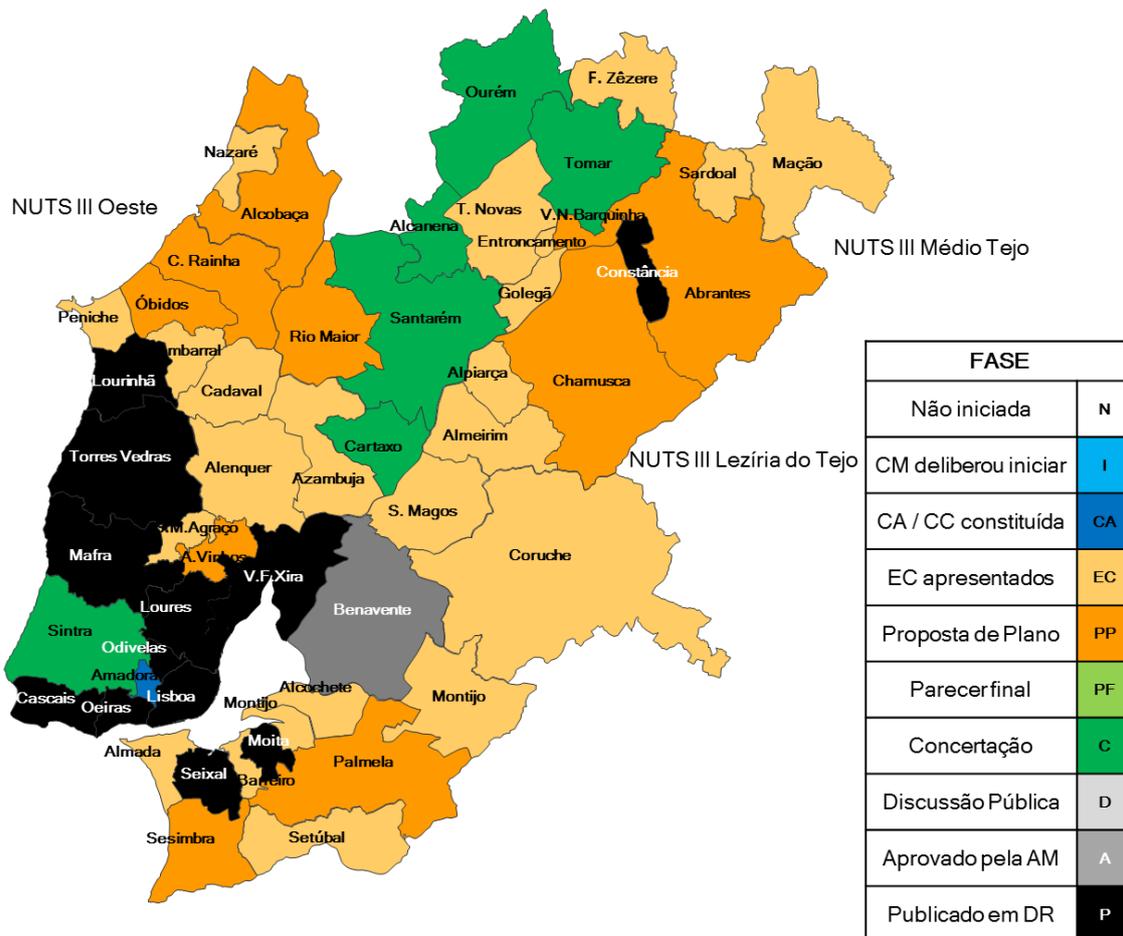
Em suma, o resumo da **situação dos processos de revisão dos PDM** na região, permite concluir que em outubro de 2017 na região de Lisboa e Vale do Tejo, apenas 12 municípios tinham PDM revisto – 9 deles na AML. Nessa data o processo de revisão do PDM de Benavente aguarda a publicação. A maior parte dos PDM em revisão (22) encontra-se na fase de estudos de caracterização.

Figura 58 - Ponto de situação dos processos de revisão dos PDM na RLVT em outubro 2017²⁵

NUTS III	Nº. de concelhos	Não iniciado	Const. CC	Elaboração e Apreciação da Proposta de Plano		Parecer final	Concertação	Discussão Pública	Aprovado pela AM	Publicado
				Estudos Caraterização	Proposta de plano					
Oeste	12			6	4					2
Médio Tejo	11			5	2		3			1
Lezíria do Tejo	11			6	2		2		1	
AML (Grande Lisboa)	9			1			1			7
AML (Pen. de Setúbal)	9			4	3					2
TOTAL	52	0	0	22	11		6		1	12

Fonte: DSOT; CCDR LVT, outubro 2017

Figura 59 - Ponto de situação da revisão dos PDM na RVT - outubro de 2017



Fonte: DSOT; CCDR LVT, outubro 2017

²⁵ Estas avaliações seguem as etapas de desenvolvimento definidas no novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) e na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que introduziram alterações substantivas no procedimento de elaboração e acompanhamento da revisão dos PDM.

3.4. Outras Dinâmicas dos PDM

Relativamente à dinâmica dos planos diretores municipais da RLVT, destaca-se a fraca dinâmica de revisão dos PDM, sendo a maioria dos PDM revistos de concelhos da AML, dois no Oeste e outro no Médio Tejo. Por outro lado sublinha-se o número de alterações aos PDM da região, 136, das quais 70 são alterações por adaptação - em grande parte resultando da adaptação dos 33 PDM do Oeste e Vale do Tejo ao PROT OVT. Note-se também o registo de 31 suspensões de PDM. Para o apuramento destes valores não foram consideradas as retificações; correções e prorrogações e foram apenas consideradas nos municípios da AML e OVT, publicações posteriores à entrada em vigor do PROT AML (agosto de 2002) e PROT OVT (novembro de 2009).

Na AML regista-se o maior número de suspensões (13) e de alterações (31) de PDM da região com destaque para o município de Lisboa, que no período referido registou 5 suspensões e 9 alterações de PDM (inclui as alterações ao PDM de 1994).

No Oeste, sobressai o município de Alcobaça com 5 alterações por adaptação e 2 suspensões ao PDM, destacando-se também na dinâmica do seu PDM, os municípios de Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche.

O Médio Tejo é a sub-região com menor dinâmica de PDM, com 20 alterações, 13 delas por adaptação e 5 suspensões de PDM.

No período em análise, a Lezíria do Tejo regista o maior número de alterações de PDM (46), sobressaindo os municípios de Chamusca (9), Santarém (8) e Almeirim (7).

Os fundamentos para a maior parte das alterações e suspensões de PDM ocorridas na RLVT relacionam-se com a adaptação a outros regimes jurídicos ou Instrumentos de gestão territorial, sendo também relevante a dinâmica de PDM associada à necessidade de acomodar atividades económicas

Tabela 21 – Dinâmica dos Planos Diretores Municipais da RLVT – dezembro 2016

NUTS III	Município	Alterações**	Alterações por adaptação**	Suspensões**	Revisões**
AML	ALCOCHETE	0	0	0	0
	ALMADA	0	0	1	0
	AMADORA	3	0	1	0
	BARREIRO	0	0	0	0
	CASCAIS	0	3	2	1
	LISBOA	9	0	5	1
	LOURES	3	0	0	1
	MAFRA	2	0	0	1
	MOITA	0	0	0	1
	MONTIJO	1	0	0	0
	ODIVELAS	3	7	0	1
	OEIRAS	0	0	0	1
	PALMELA	5	1	0	0
	SEIXAL	1	0	4	1
	SESIMBRA	1	0	0	0
	SETÚBAL	1	0	0	0
	SINTRA	1	0	0	0
VILA FRANCA DE XIRA	1	1	0	1	

	TOTAL	31	12	13	9
OESTE	ALCOBAÇA	0	5	2	0
	ALENQUER	0	1	1	0
	ARRUDA DOS VINHOS	0	1	0	0
	BOMBARRAL	1	1	0	0
	CADAVAL	0	1	0	0
	CALDAS DA RAINHA	4	1	0	0
	LOURINHÃ	0	2	0	0
	NAZARÉ	0	0	0	0
	ÓBIDOS	1	2	0	0
	PENICHE	1	3	0	0
	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	0	1	2	0
	TORRES VEDRAS	1	1	2	1
TOTAL	8	19	7	1	
MÉDIO TEJO	ABRANTES	1	1	0	0
	ALCANENA	0	1	3	0
	CONSTÂNCIA	0	1	0	1
	ENTRONCAMENTO	1	1	0	0
	FERREIRA DO ZÊZERE	1	2	0	0
	MAÇÃO	1	0	0	0
	OURÉM	2	2	0	0
	SARDOAL	0	1	0	0
	TOMAR	0	2	1	0
	TORRES NOVAS	1	1	1	0
	VILA NOVA DA BARQUINHA	0	1	0	0
TOTAL	7	13	5	1	
LEZÍRIA DO TEJO	ALMEIRIM	4	3	0	0
	ALPIARÇA	0	1	0	0
	AZAMBUJA	0	1	0	0
	BENAVENTE	2	2	3	0
	CARTAXO	3	2	0	0
	CHAMUSCA	5	4	1	0
	CORUCHE	1	3	0	0
	GOLEGÃ	2	0	0	0
	RIO MAIOR	1	1	0	0
	SALVATERRA DE MAGOS	2	1	0	0
	SANTARÉM	0	8	2	0
TOTAL	20	26	6	0	
RLVT	TOTAL	66	70	31	11

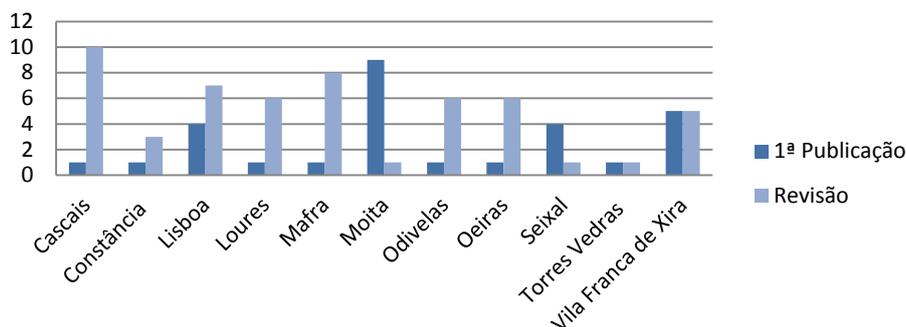
* Não foram tidas em conta as retificações; correções e prorrogações;

** Posterior à entrada em vigor do PROT AML (agosto de 2002) e PROT OVT (novembro de 2009)

Análise Regulamentar dos PDM revistos

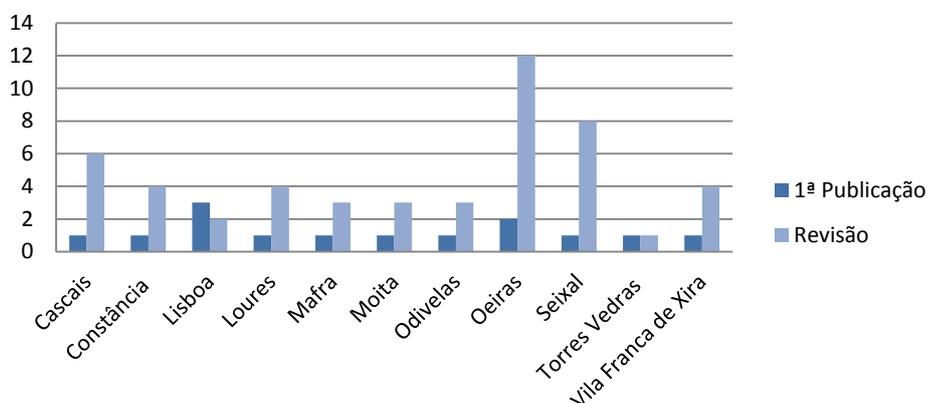
Tomando em consideração os 11 PDM revistos até dezembro 2016, por comparação com a 1.ª publicação de PDM do respetivo município a CCDR desenvolveu alguns exercícios de análise (ilustrados abaixo) baseados essencialmente na leitura dos regulamentos.

Gráfico 143 - Nº de Plantas de Ordenamento publicadas nos concelhos com PDM revistos da RLVT



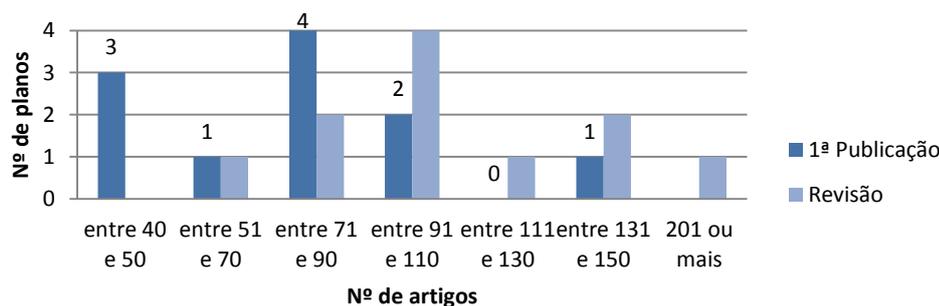
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

Gráfico 144 - Nº de Plantas de Condicionantes publicadas nos concelhos com PDM revistos da RLVT



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

Gráfico 145 - Densidade regulamentar dos planos, nos concelhos com PDM revistos na RLVT



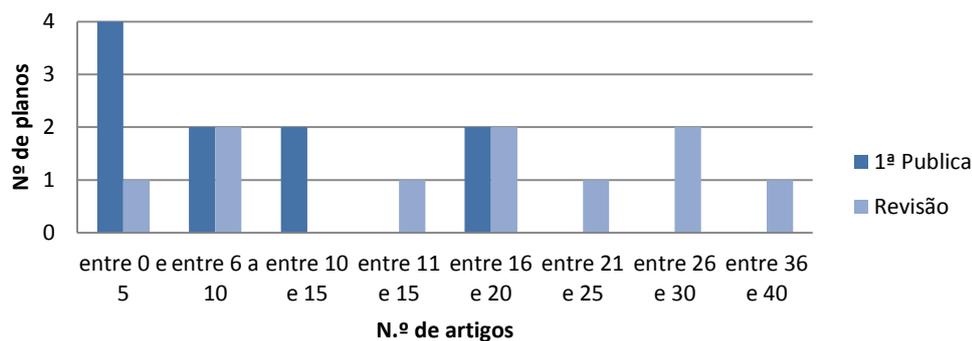
Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

A maioria dos PDM revistos tem publicado um maior número de plantas de ordenamento do que tinha a 1.ª publicação do plano. Em muitos casos passou-se de uma planta de ordenamento publicada para seis, oito ou dez desdobramentos da planta como é o caso do PDM revisto de Cascais.

O número de plantas de condicionantes publicadas, com exceção de Lisboa, regista a mesma tendência das Plantas de Ordenamento, com destaque para o PDM do Seixal e de Oeiras, que passaram respetivamente de 1 e 2 para oito e doze desdobramentos da planta de condicionantes publicadas.

A densidade dos regulamentos dos PDM revistos face à 1.ª publicação também merece destaque. Na 1.ª geração de PDM os regulamentos dos planos eram mais contidos com menor número de artigos, sendo que os regulamentos dos PDM revistos são francamente mais extensos e nalguns casos têm mais de 200 artigos (Loures).

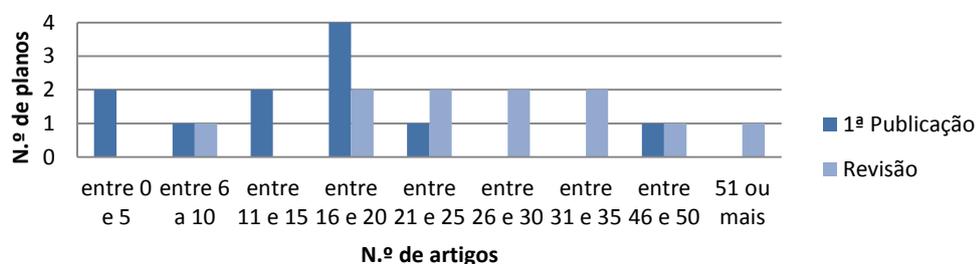
Gráfico 146- Densidade regulamentar do capítulo do solo rural nos concelhos com PDM revistos na RLVT



O número de artigos dedicado ao solo rural cresceu substancialmente, sendo atualmente mais equilibrada a densidade de artigos destinada à regulamentação do solo urbano e do solo rural.

Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

Gráfico 147- Densidade regulamentar do solo urbano nos concelhos com PDM revistos na RLVT



Fonte: DGT: Carta do Regime do Uso do Solo; CM: Carta de Ordenamento do PDM revisto; CCDR LVT: tratamento da informação

3.5. Planos de Urbanização e Planos de Pormenor

Por forma a completar a análise da dinâmica de planeamento verificada no período de vigência dos PROT, importa abordar a dinâmica de publicação de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) no OVT desde 01/11/2009 e na AML desde 08/04/2002.

Com base nos dados disponíveis no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) conclui-se que, no período em apreço até dezembro 2016, foram publicados na região 90 Planos de Pormenor e 18 Planos de Urbanização. Refira-se que destes planos, 13 PP e 2 PU foram publicados ao abrigo do regime transitório do PROT OVT. No que respeita à publicação de Planos de Urbanização destaca-se a AML, com o maior número de PU publicados. Já no que respeita à publicação de Planos de Pormenor sobressai igualmente a AML com 65 PP, relevando também a dinâmica do Oeste com 13 PP publicados, seguido do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo ambos com 8.

Importa sublinhar que o concelho de Lisboa apresenta a maior dinâmica de elaboração de Planos de Pormenor, com 16 PP publicados neste período, seguido de Cascais (7 PP), de Almada (6 PP) e de Torres Vedras com 5 PP. No que respeita aos Planos de Urbanização a maior dinâmica verifica-se no concelho de Lisboa com 4 planos publicados neste período, seguido de Coruche e Santarém com 2 PU cada.

Quanto às alterações e suspensões de PU e PP a dinâmica é maior na AML, sobretudo no que respeita às alterações de PP. No total da região, no período em análise, apenas foi publicada uma suspensão de PP e uma de PU, ambas no município de Lisboa.

Tabela 22 – Dinâmica dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor na RLVT – dezembro 2016

Publicações e Revisões*				Alterações*		Alterações por adaptação*		Suspensões*	
NUTS III	Município	PU	PP	PU	PP	PU	PP	PU	PP
AML	ALCOCHETE	0	4	0	0	0	0	0	0
	ALMADA	1	6	0	1	0	1	0	0
	AMADORA	0	5	1	0	0	0	0	0
	BARREIRO	0	0	0	0	0	0	0	0
	CASCAIS	0	7	0	0	0	0	0	0
	LISBOA	4	16	4	5	0	0	1	1
	LOURES	1	3	0	0	1	0	0	0
	MAFRA	0	1	1	0	0	1	0	0
	MOITA	0	0	0	0	0	0	0	0
	MONTIJO	0	1	0	0	0	0	0	0
	ODIVELAS	0	0	0	0	0	0	0	0
	OEIRAS	0	1	0	1	0	0	0	0
	PALMELA	0	4	0	0	0	0	0	0
	SEIXAL	0	4	0	1	0	0	0	0
	SESIMBRA	3	5	0	1	0	0	0	0
	SETÚBAL	1	3	0	1	0	0	0	0
	SINTRA	0	3	0	1	0	0	0	0
VILA FRANCA DE XIRA	0	2	0	1	0	0	0	0	
	TOTAL	10	65	6	12	1	2	1	1
OESTE	ALCOBAÇA	0	2	0	0	0	0	0	0
	ALENQUER	0	1	0	0	0	0	0	0
	ARRUDA DOS VINHOS	0	0	0	0	0	0	0	0
	BOMBARRAL	0	0	0	0	0	0	0	0
	CADAVAL	0	0	1	0	0	0	0	0
	CALDAS DA RAINHA	1	1	0	0	0	0	0	0
	LOURINHÃ	0	2	0	0	0	0	0	0
	NAZARÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
	ÓBIDOS	0	0	0	0	0	0	0	0
	PENICHE	0	0	1	0	0	0	0	0
	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	0	0	0	0	0	0	0	0
TORRES VEDRAS	1	5	0	0	0	0	0	0	
	TOTAL	2	11	2	1	0	0	0	0
MÉDIO TEJO	ABRANTES	1	1	2	0	2	0	0	0
	ALCANENA	0	0	0	0	0	0	0	0
	CONSTÂNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0
	ENTRONCAMENTO	0	1	0	0	0	0	0	0
	FERREIRA DO ZÊZERE	1	0	0	0	0	0	0	0
	MAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
	OURÉM	0	1	1	0	1	1	0	0
	SARDOAL	0	0	0	0	0	0	0	0

	TOMAR	0	3	0	0	0	0	0	0
	TORRES NOVAS	0	1	0	0	0	0	0	0
	VILA NOVA DA BARQUINHA	0	1	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	2	8	3	0	3	1	0	0
LEZÍRIA DO TEJO	ALMEIRIM	0	0	0	0	0	1	0	0
	ALPIARÇA	0	0	0	0	0	0	0	0
	AZAMBUJA	0	1	0	0	0	0	0	0
	BENAVENTE	0	0	0	0	0	0	0	0
	CARTAXO	0	1	0	0	0	0	0	0
	CHAMUSCA	0	0	0	0	0	0	0	0
	CORUCHE	2	2	0	0	0	0	0	0
	GOLEGÃ	0	0	0	0	0	0	0	0
	RIO MAIOR	0	1	0	1	0	0	0	0
	SALVATERRA DE MAGOS	0	1	0	0	0	0	0	0
	SANTARÉM	2	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	4	6	0	2	0	1	0	0
RLVT	TOTAL	18	90	11	15	4	4	1	1

*Posterior à entrada em vigor do PROT AML (agosto de 2002) e PROT OVT (novembro de 2009)

* Não foram tidas em conta as retificações; correções e prorrogações

4. PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Num balanço do planeamento territorial dos últimos 10 anos, importa sublinhar a extensa e profunda alteração do quadro legal - uma nova Lei de Bases, duas alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. Este dinamismo em tão curto tempo acaba por introduzir ruturas, mesmo que pontuais, nos processos em curso, com naturais reflexos nos tempos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial. A esta dinâmica acresce a dispersão e desconexão dos regimes legais. Em consequência, são identificadas, frequentemente, críticas à falta de dinâmica do planeamento, à morosidade dos procedimentos, à complexidade e rigidez dos seus conteúdos e às falhas de articulação entre instrumentos e entidades intervenientes.

O modelo de governança territorial persiste como um dos principais entraves a uma abordagem integrada e articulada ao território, assistindo-se a bloqueios, desde logo, na ausência ou deficiência de articulação entre os serviços da Administração Central. A falta de cooperação e de concertação entre atores e uma focagem excessivamente “setorializada” conduz à dispersão de recursos e à ausência de respostas diferenciadoras e conexas de valorização dos territórios.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo concentra em si o maior paradoxo da governança territorial, onde a concretização da estratégia regional global está dependente de instrumentos financeiros concebidos e geridos de fora, ou seja, formalizou-se um fator contraditório aos princípios da simplificação e clareza nas cadeias de decisão e de operacionalização.

Em 2007, a dimensão da governança e cultura cívica foi apontada pelo PNPOT como uma das principais **problemáticas** para o ordenamento do território, destacando:

- Ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território e baseada no conhecimento rigoroso dos problemas, na participação dos cidadãos e na capacitação técnica das instituições;
- Dificuldade de coordenação entre os principais atores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial;
- Complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial, afetando a sua eficiência e aceitação social

Em 2017, no âmbito da alteração do PNPOT, a DGT realizou um inquérito focado nos 24 problemas do ordenamento do território identificados pelo PNPOT em vigor, do qual se conclui que a perceção dos inquiridos na RLVT é de que aqueles **problemas**, relativos à governança, se mantêm, atribuindo também relevância a outros que consideraram ter-se mantido ou agravado, tais como:

- Despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas e insuficiente desenvolvimento dos sistemas urbanos não metropolitanos e da sua articulação com os espaços rurais envolventes, enfraquecendo a competitividade e a coesão territorial do país.
- Degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos (seca e chuvas torrenciais) e pela dimensão dos incêndios florestais
- Deficiente intermodalidade dos transportes, com excessiva dependência da rodovia e do uso dos veículos automóveis privados e insuficiente desenvolvimento de outros modos de transporte, nomeadamente do ferroviário
- Expansão e intensa alteração da estrutura da procura social de serviços coletivos e de interesse geral, pelo efeito conjugado de mudanças demográficas (envelhecimento, imigração e migrações internas), económicas e culturais.

- Deficiente programação do investimento público em infraestruturas e equipamentos coletivos, com insuficiente consideração dos impactes territoriais e dos custos de funcionamento e manutenção.

Por outro lado, tendo por base a experiência da CCDR LVT na elaboração, acompanhamento e coordenação de programas e planos acresce ainda apontar outros **condicionalismos que se colocam ao ordenamento do território e ao sistema de gestão territorial**.

Em primeira instância, a ausência de uma política europeia de ordenamento do território manifesta-se na fraca relevância institucional e financeira que o planeamento territorial tem assumido na esfera política nacional, com repercussões na escala regional e local. A perceção dos cidadãos para a importância do ordenamento territorial no desenvolvimento das sociedades é também reduzida e visível nas práticas diárias, mas também sentida nos baixos níveis de participação nos processos de planeamento e gestão do território. Persiste a associação do direito de propriedade ao direito de construir, acrescido do sentimento de impunidade face ao incumprimento de regras, ancorado na ausência de uma fiscalização efetiva e na sucessiva existência de regimes legais destinados à regularização de atividades e edificações (AUGI, RERAE).

Neste balanço, regista-se também a falta de flexibilidade e opacidade das regras constantes nos planos, por vezes não consonante com a realidade e a dinâmica territorial, sendo por vezes consideradas demasiado regulamentadoras e pouco potenciadoras.

O resumo da situação dos processos de revisão dos PDM na região permite concluir que, em outubro de 2017, na região de Lisboa e Vale do Tejo, dos 52 concelhos apenas 12 têm o seu PDM revisto e somente estes têm menos de 10 anos de vigência, ou seja 77% dos PDM da região foram publicados há mais de 10 anos e 59% (31 PDM) estão em vigor há mais de 20 anos.

Esta fraca dinâmica nos processos de revisão dos PDM, sobretudo no OVT (com apenas 3 PDM revistos) condiciona a incorporação das opções estratégicas do PROT no planeamento municipal, com consequências nos níveis de execução do modelo territorial e normativo definido no PROT OVT.

Por outro lado, considerando a morosidade nos processos de elaboração dos planos, a durabilidade da sua vigência e a dificuldade que o sistema de planeamento evidencia em acompanhar a rápida transformação dos territórios, regista-se na RLVT um número significativo de alterações e suspensões aos PDM.

Outro aspeto crítico detetado no sistema de planeamento é a fraca dinâmica de elaboração e publicação de planos de urbanização com consequências no planeamento urbano e na qualidade das cidades, na medida em que esta figura de plano é um instrumento privilegiado e de suporte fundamental para a organização das diferentes formas e configurações do espaço urbano e para a qualificação do território e das condições de vida das populações.

O reconhecimento dos PROT como instrumentos de conciliação e conformação territorial de políticas e planos setoriais não tem sido evidente. No PROT AML registam-se dificuldades na sua implementação quer devido à tardia revisão dos PDM dos concelhos da AML (metade dos PDM ainda não se adaptaram ao PROT), quer à desconsideração do modelo de organização territorial por parte das políticas setoriais. Dada a desatualização deste plano, fica também em causa o alinhamento estratégico na programação dos ciclos de financiamento comunitário. Apesar de ser mais recente, as dificuldades de implementação do PROT OVT são também notórias, na medida em que as opções estratégicas de base territorial ainda não foram transpostas para a escala municipal de forma integrada (os PDM adaptaram-se ao PROT OVT no que respeita às matérias consideradas de maior incompatibilidade: construção de habitação isolada em solo rural, construção de edificações na orla costeira, fora dos perímetros urbanos e construção de empreendimentos turísticos do tipo resort em solo rural, mas apenas dois municípios concluíram o processo de revisão do seu PDM integrando deste modo o modelo territorial e normativo do PROT). No PROT OVT acresce ainda a dificuldade

relativa ao facto do financiamento das medidas constantes no programa de execução do PROT estar dependente da programação financeira definida nos Programas Operacionais Regionais do Centro e Alentejo.

A prática de ordenamento do território tem sido igualmente condicionada pela insuficiente capacidade técnica e tecnológica dos atores (públicos e privados) envolvidos nos processos de planeamento, sendo ainda exígua a incorporação nas propostas de planeamento de preocupações e soluções relativas à mitigação e adaptação às alterações climáticas, à neutralidade carbónica dos modelos de mobilidade e construção, à utilização sustentável dos recursos, à articulação entre planeamento dos usos do solo e soluções de transporte e mobilidade, à valorização dos serviços dos ecossistemas e ao desafio associado ao envelhecimento demográfico.

Quanto ao ambiente sonoro, o cumprimento pelos municípios das obrigações legais previstas no RGR no âmbito do planeamento municipal é essencial para atender à compatibilidade de usos e para a salvaguarda do ambiente acústico dos recetores sensíveis. A grande maioria dos municípios da RLVT tem remetido a concretização destes requisitos no referente à totalidade do território para o procedimento de revisão do PDM. Por inerência, a integração do ruído no Ordenamento do Território partilha algumas problemáticas com os processos de revisão dos PDM, como sejam a sua fraca dinâmica, o baixo nível de participação dos cidadãos e as incipientes práticas de diagnóstico e monitorização.

O atraso na elaboração dos instrumentos de gestão do ruído ambiente previstos pelo RGR e pelo Decreto-Lei nº 146/2006, da responsabilidade dos municípios ou das entidades gestoras das fontes sonoras, tem sido um dos principais constrangimentos à melhoria da qualidade do ambiente sonoro e à integração da componente acústica no Ordenamento do Território. Relativamente a esta última, releva o facto de o diagnóstico (Mapas de Ruído Municipais e Mapas Estratégicos de Ruído) e o planeamento da redução de níveis sonoros (Planos Municipais de Redução de Ruído e Planos de Ação) serem cruciais para o desenvolvimento de estratégias e de propostas de ordenamento, com consequências na conciliação de usos.

Passados dezassete anos sobre a entrada em vigor deste imperativo legal, não se consegue ainda avaliar, em termos de território e de população exposta, quais os resultados efetivos das estratégias e das medidas definidas. Para a avaliação dos resultados é fundamental a concretização dos planos de seguimento previstos para os PMOT no âmbito da Avaliação Ambiental.

Por fim, notam-se, ainda, as incipientes práticas de avaliação e monitorização de planos e a falta de ponderação de uma avaliação sistemática dos impactos territoriais das políticas sectoriais.

Assinale-se, contudo, o grande progresso na utilização das novas ferramentas tecnológicas e na incorporação de novos conhecimentos científicos ao serviço dos instrumentos de planeamento, bem como o maior envolvimento e articulação entre municípios no acompanhamento dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais o que se traduz no esforço de construir estratégias conjuntas e sustentáveis que serão um pilar fundamental para a coesão territorial.

Dos trabalhos já desenvolvidos no âmbito da alteração do PNPT foram equacionados os **desafios** que se colocam à ação das políticas públicas, com destaque para: as mudanças demográficas associadas ao decréscimo e envelhecimento da população e seus impactos territoriais; as mudanças climáticas e os seus efeitos no aumento da temperatura, na diminuição da precipitação média anual, na subida do nível médio do mar e nos eventos extremos; as mudanças económicas e sociais relativas à escassez de recursos naturais essenciais e aos desequilíbrios de distribuição da riqueza, que trarão novas necessidades e alterações comportamentais, no quadro da geração de economias mais circulares; as mudanças tecnológicas que determinam uma transição acelerada da economia e da sociedade no sentido da desmaterialização e da

alteração dos sistemas e modelos de produção e de consumo.

No contexto das mudanças e dos desafios que se colocam ao desenvolvimento é crucial incentivar e prosseguir uma articulação efetiva das políticas, dos instrumentos e dos investimentos sectoriais no território, e promover o alinhamento de base territorial entre os instrumentos de gestão territorial e os vários, planos, programas e estratégias, recentes e em curso, que estabelecem compromissos nacionais, como é o caso do Programa Nacional de Reformas, da Estratégia para a Economia Circular, da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

A CCDR LVT pretende apresentar, em breve, resultados de uma reflexão interna acerca da integração destes desafios relacionados com as alterações climáticas e a economia circular, nos instrumentos de gestão territorial, em particular nos PDM.

Não obstante, apontam-se desde já alguns princípios que os PDM deverão atender nas suas propostas de ordenamento, procurando dar resposta aos desafios climáticos, demográficos, socioeconómicos e tecnológicos. Nesta ótica, considera-se que os processos de planeamento municipal deverão visar os seguintes objetivos (detalhados no Anexo II)

- Implementar estruturas ecológicas urbanas
- Eliminar a exposição de pessoas e bens ao risco
- Salvar os recursos e valores territoriais de ocupação edificada
- Conter a extensão das áreas edificadas urbanas e dispersas
- Estruturar, qualificar e fortalecer a identidade territorial dos espaços urbanos periféricos
- Regenerar as áreas centrais
- Compatibilizar os meios de transporte com as diferentes funções urbanas
- Conformar as atividades económicas ao espaço em que se inserem
- Manter espaços disponíveis e acessíveis para a instalação de atividades económicas
- Incentivar a criação de espaços de multiusos compatíveis
- Aumentar a integração entre os diferentes meios de transporte
- Equilibrar a oferta de habitação às necessidades existentes
- Conformar os serviços de infraestruturas e equipamentos com as necessidades existentes
- Eliminar as disfunções ambientais e territoriais

Por forma a promover maior eficácia e maior dinâmica no sistema de gestão territorial considera-se determinante garantir estabilidade legislativa, acentuar os mecanismos de formação, sensibilização e participação para o ordenamento do território, assim como incrementar ações de fiscalização sistemática.

Para agilizar os processos de planeamento defende-se a produção de normativos e guias de apoio às camaras municipais e equipas, a par da capacitação dos técnicos da administração central e local, tendo as CCDR um papel fundamental de coordenação efetiva das entidades setoriais no processo de planeamento.

Os planos diretores municipais, enquanto figura de relevo no sistema de gestão territorial em vigor em todos os municípios, devem ser: i) estratégicos nas questões estruturantes, atribuindo maior visibilidade à estratégia municipal; ii) regulamentares nas matérias de risco de pessoas e bens e proteção de valores naturais e culturais; iii) flexíveis nas soluções urbanísticas a adotar, numa ótica de planeamento adaptativo e mais adequado às aceleradas mudanças da sociedade; iv) incentivadores ou prepositivos nas questões de regeneração e/ou requalificação ambiental e territorial, bem como nas preocupações que se colocam na atualidade ao nível das alterações climáticas, da energia, da economia, dos recursos e da demografia (utilizar mais regras do que valores quantitativos / introduzir regras potenciadoras e não apenas limitadoras) e v) programáticos nas questões de execução, considerando uma correta programação económica e financeira das intervenções estruturantes e recorrendo aos instrumentos de execução dos planos previstos no RJGT,

tendo por base uma atitude proactiva dos municípios no processo de planeamento.

Convicta da importância da monitorização sistemática e efetivas dos instrumentos de planeamento e das dificuldades inerentes à elaboração de relatórios sobre o estado do ordenamento do território, a CCDR LVT pretende apoiar os municípios nos seus exercícios de monitorização e avaliação dos PDM, através da partilha de um documento (Anexo II) que identifica os principais problemas para o ordenamento do território, os objetivos a alcançar, a contribuição do PDM para a sua resolução ou alcance e uma proposta de indicadores de medição de evolução.

Colocam-se ainda desafios à integração efetiva da política de prevenção e controlo do ruído no ordenamento do território destacando-se: i) a concretização no terreno de todos os planos de redução de ruído previstos; ii) a articulação entre as avaliações e os condicionalismos estabelecidos nos vários IGT (PROT, PDM, PU e PP) e entre estes e os instrumentos de gestão do ruído ambiente; iii) a definição de estratégias que, direta ou indiretamente, promovam a melhoria do ambiente acústico; iv) a adoção de indicadores e de procedimentos de monitorização harmonizados, especialmente à escala dos PDM, dos quais resultem dados comparáveis ao nível do município e da região relativamente à exposição da população a ruído ambiente exterior.

Conforme estabelecido no RJIGT, até 2020, colocam-se grandes desafios à CCDR LVT, que no âmbito das suas competências terá a incumbência de: apoiar a recondução dos quinze planos especiais de ordenamento do território em vigor na RLVT à figura de programa especial; acompanhar os processos de revisão dos 40 PDM que ainda não concluíram os procedimentos; acompanhar a adaptação dos PDM em vigor aos critérios de classificação e qualificação do solo previstos no atual quadro legal; e proceder à recondução dos PROT a programas regionais.

Do ponto de vista da coordenação de políticas, na leitura do quadro legal que rege os instrumentos de gestão territorial identificam-se duas questões cruciais que se colocam na elaboração e implementação dos PROT: i) a questão associada à formação dos interesses públicos prevaletentes a prosseguir pela administração, efetuada a partir de uma harmonização dos vários interesses em presença e da sua graduação relativa ii) e a questão associada à coordenação das intervenções das entidades e à articulação das políticas públicas que dão corpo à execução do plano.

Estas duas questões estão interligadas e dão expressão e fundamento à necessidade de organizar estruturas de governança territorial que possibilitem a colaboração próxima e a discussão e ponderação continuadas. É este o objetivo do processo de coordenação e cooperação que a CCDR LVT tem vindo a implementar no âmbito dos PROT, no caso do PROT OVT com o apoio da EMAG.

Por forma a reforçar o exercício de coordenação e cooperação desempenhado pela CCDR LVT no âmbito do desenvolvimento territorial da RLVT, na ótica da territorialização das políticas públicas, afigura-se útil potenciar e dinamizar o envolvimento dos órgãos consultivos e de coordenação externa da CCDR LVT na formulação e implementação das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial, designadamente: i) o Conselho de Coordenação Intersetorial: órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central à escala da Região; e ii) o Conselho Regional: órgão consultivo da CCDR LVT representativo dos vários interesses e entidades relevantes para a prossecução dos seus fins.

A descentralização volta a ser um tema central na política do Governo, prevista no Plano Nacional de Reformas, e nesse quadro as CCDR - que atualmente desempenham um papel relevante para a dinâmica regional e local, nos domínios do ambiente, ordenamento do território, desenvolvimento regional e apoio às autarquias locais, tendo ainda a função de gestão do financiamento europeu no âmbito do Programa

Operacional Regional – poderão vir a integrar novas competências tendo em vista o princípio da descentralização e subsidiariedade inscrito nas Grandes Opções do Plano para 2018.

5. CONCLUSÕES

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo constitui o suporte para uma reflexão sobre a situação e as dinâmicas territoriais regionais e sobre a implementação e futura dinâmica dos planos regionais de ordenamento do território.

Este Relatório é produzido num período assinalado pela publicação recente da Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que acaba por corresponder a um momento de charneira entre um quadro de referência do ordenamento do território que vigorou durante 15 anos e um novo período que impõe uma atualização de todos os Planos Diretores Municipais e recondução dos Planos Especiais e dos Planos Regionais a Programas, no período de dois anos a contar da data da entrada em vigor do RJIGT, recentemente alargado até 2020.

O REOT LVT é o primeiro a ser elaborado à escala regional no quadro do novo RJIGT e pretende: congrega e atualizar os resultados dos cinco anos de monitorização do PROT OVT (do qual resultaram cinco relatórios disponíveis no sítio da CCDR LVT); alargar os trabalhos de monitorização sistemática ao território da AML, cujo último exercício de avaliação ocorreu em 2008 e 2009 no âmbito de um processo de alteração encetado e não concluído do PROT AML, em vigor desde 2002; conhecer as dinâmicas territoriais e de planeamento ocorridas desde a entrada em vigor dos PROT; e efetuar o balanço da implementação dos planos regionais que sirva de suporte à recondução destes planos a programas, nos termos do quadro legal vigente (artigo 189.º do RJIGT).

O trabalho desenvolvido organizou-se em duas partes: a primeira dedicada à análise das dinâmicas territoriais e a segunda focada na execução dos PROT, nas dinâmicas de planeamento culminando com a identificação de problemáticas e desafios do ordenamento do território. Daqui se destacam as principais conclusões.

Relativamente às dinâmicas territoriais, a RLVT, onde se cruzam os territórios mais dinâmicos de Portugal e espaços de características rurais, é também afetada pela tendência geral de regressão demográfica, mais sentida no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo mas também no núcleo central da AML, e, conseqüentemente, por um envelhecimento cada vez mais acentuado da população. Por outro lado, os concelhos da segunda coroa da AML (Maфра, Alcochete, Montijo, Cascais e Palmela) têm registado crescimentos populacionais expressivos, assim como alguns concelhos do OVT (Caldas da Rainha, Torres, Vedras, Entroncamento e Benavente), o que se traduz numa tendência global de crescimento na RLVT (5% entre 2001 e 2016).

O modelo de povoamento e de urbanização da RLVT é fortemente marcado pela formação, expansão e reorganização da Área Metropolitana de Lisboa, cujo papel estruturante extravasa os seus limites administrativos e se prolonga pelos espaços adjacentes do Oeste e Vale do Tejo, polarizando funcionalmente um vasto território que vai de Leiria a Évora e a Sines, como referido na publicação “Uma Metrópole para o Atlântico” (Fundação Calouste Gulbenkian; 2015).

O território da AML encontra-se fortemente ocupado por áreas edificadas, que representavam cerca de um terço do território, em 2007. As áreas agrícolas e florestais ocupavam 25% e 21% do território metropolitano, respetivamente. No OVT cerca de 80% do território era ocupado por áreas florestais e áreas agrícolas, sendo que as áreas edificadas ocupavam 10%.

Em termos de desempenho económico, a AML apresenta um PIB *per capita* superior ao valor nacional, por oposição ao OVT com valores abaixo da média. Todavia, importará destacar no OVT o peso do sector primário, bastante superior à média do país, responsável por cerca de 10% do VAB.

O Turismo, sector com uma forte dinâmica nos anos mais recentes e com um impacto positivo na criação de emprego e na reabilitação das áreas centrais de alguns núcleos populacionais, registou, entre 2009 e 2017, um importante aumento na oferta de camas em empreendimentos turísticos da AML, sendo também de notar a dinâmicas de oferta de unidades de alojamento local. Em 2016, os estabelecimentos hoteleiros da AML registaram cerca de 15 milhões de dormidas.

A RLVT, e em particular a AML, gera uma parte significativa do tráfego internacional de passageiros e mercadorias do país, acolhendo no seu território o principal aeroporto nacional (General Humberto Delgado, em Lisboa, com 22 milhões de passageiros em 2016), dois dos cinco portos da rede nacional (Lisboa e Setúbal), bem como importantes infraestruturas rodo e ferroviárias de âmbito internacional e suprarregional. A mobilidade continua a ser uma importante fragilidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo de assinalar a persistente opção pelo transporte individual nas deslocações pendulares.

A Região apesar de marcada por áreas muito urbanizadas, particularmente no seu núcleo mais central, acolhe espaços de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade: tanto integradas em áreas classificadas, como em áreas da Rede Natura 2000 e outras com estatuto de proteção internacional.

Da análise à convergência destas dinâmicas com as estratégias definidas nos PROT conclui-se que, no PROT OVT, a “aposta na inovação e internacionalização” (Eixo 1) regista uma tendência positiva, sobretudo no setor da agricultura, da energia e do turismo, todavia importa ainda reforçar a aposta nos setores de alta e média/alta tecnologia.

Quanto à aposta nas “vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental” (Eixo 2), destaca-se o desempenho positivo na produção de energia a partir de fontes renováveis, assim como o incremento registado no setor do turismo, sobretudo no Oeste e no Médio Tejo. Os hotéis são a tipologia turística dominante, destacando-se também os aldeamentos turísticos (Oeste), ainda que com um abrandamento face à tendência instalada aquando da elaboração da estratégia do PROT. As tipologias de empreendimentos turísticos em espaço rural têm assumido relevância sobretudo no Oeste e na Lezíria do Tejo. A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, que constitui um dos pilares centrais da competitividade e sustentabilidade da região, encontra-se transposta apenas para 2 PDM revistos.

Já no domínio da “concretização da visão policêntrica e a valorização da qualidade de vida urbana” (Eixo 3) destaca-se o reforço populacional nos aglomerados / centros de maior dimensão, contudo, em 2011 mais de metade da população do Oeste e Médio Tejo residia em lugares com menos de 2000 habitantes. A proporção de alojamentos vagos tem vindo a aumentar (15% em 2011), assim como a dinâmica de reabilitação urbana. Porém, os números de reabilitação do edificado são ainda pouco expressivos face à construção nova.

A “descoberta das novas ruralidades”, preconizada no Eixo 4, assenta na premissa de cruzar variáveis de competitividade com variáveis de multifuncionalidade. Os indicadores apurados revelam uma tendência positiva, contudo seria importante avaliar o acesso das populações rurais aos serviços e funções urbanas, o que se revela difícil numa escala de análise regional.

No que se refere à convergência com estratégias do PROT AML conclui-se que na ótica da “sustentabilidade ambiental” (Prioridade 1) o desempenho das variáveis analisadas é positivo, com a preservação e

valorização de espaços de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade. Note-se que a Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental encontra-se transposta em metade dos concelhos da AML. Considera-se que poderão ser reforçadas as medidas no sentido da gestão eficiente da água assim como de adaptação aos novos contextos climáticos (não previstos no PROT).

Do ponto de vista da “qualificação metropolitana” (Prioridade 2), registaram-se desenvolvimentos, mas persistem debilidades no ordenamento da logística e na rede de transportes. A proteção dos recursos tem sido assegurada, mas, apesar do princípio da contenção urbana estar presente nos processos de planeamento, os novos PDM revistos apresentam acréscimos de solo urbano. Esta dinâmica encontra justificação em diversos fatores, nomeadamente: i) na integração de áreas verdes da estrutura ecológica urbana no conceito de solo urbano; ii) nas dinâmicas demográficas e económicas, registadas em alguns concelhos que fundamentam a necessidade de aumento do perímetro urbano; na necessidade de integrar, colmatar e qualificar espaços construídos em solo rural, passando estes a integrar solo urbano. Sublinha-se, também, o acréscimo na oferta turística e de alojamento local registado, sobretudo na cidade de Lisboa (entre 2009 e 2017 aumentou cerca de 18.000 camas em empreendimentos turísticos e 10.600 unidades de alojamento local) com consequências na qualificação urbana, cujos impactes socio-territoriais importará refletir.

Relativamente à “coesão socio territorial” (Prioridade 3), em termos globais as condições socio urbanísticas da AML melhoraram, ainda que se reconheça que à escala regional, não sejam perceptíveis situações de exclusão sócio territorial em presença, registando-se uma preocupação especial com os níveis de desemprego jovem.

Quanto à “organização do sistema de transportes” (Prioridade 4) apesar das melhorias introduzidas, persistem fragilidades no funcionamento do sistema, sendo ainda expressiva a opção pelo transporte individual para percorrer as maiores distâncias das deslocações pendulares, utilizado em 55% destas deslocações. Salientando-se o facto de, em 2011, pelo menos 40% da população residente nos concelhos da AML trabalhar ou estudar noutro município. Esperam-se melhorias no sistema, com o reforço de competências atribuído à Área Metropolitana de Lisboa no domínio do sistema de mobilidade, em termos de planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros. O planeamento do serviço de transportes deve também ter em consideração o fluxo de turistas registado na AML, em particular na cidade de Lisboa.

No que se refere à execução dos PROT e dinâmicas de planeamento, no contexto da reflexão sobre os cinco anos de monitorização e avaliação do PROT OVT, a CCDR LVT elaborou um questionário de auscultação das entidades e atores regionais, aberto aos cidadãos em geral, com intuito de aferir a sua perceção sobre: i) o papel dos PROT no sistema de planeamento; ii) a avaliação dos conteúdos do PROT OVT e; iii) as principais problemáticas associadas ao PROT OVT e à sua implementação e desafios futuros. Os inquiridos consideram que o PROT OVT desempenha um papel relevante na revisão dos PDM e na construção das estratégias supramunicipais, mas pouco ou nada relevante na territorialização das políticas setoriais nacionais e na conceção e construção de operações a financiar no âmbito dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeu.

No quadro do novo RJIGT os PROT deverão ser reconduzidos a programa, destacando-se a necessidade de reforço da ligação dos programas regionais com os programas operacionais, assim como a relevância atribuída à monitorização e definição de indicadores de avaliação. Refira-se neste âmbito que no PROT OVT estas preocupações foram prosseguidas e refletidas nos cinco relatórios de monitorização e avaliação. Já o

PROT AML encontra-se desatualizado, quer em termos de programação, quer de monitorização, tendo sido realizado um exercício de avaliação aquando da elaboração da proposta de alteração, em 2010.

Parte significativa dos referenciais estratégicos que estiveram na base da elaboração dos PROT, incluindo o PNPT (2007) sofreram evoluções que devem ser tidas em conta, no possível, na implementação dos PROT e consideradas para a sua futura dinâmica no contexto do novo quadro legal.

Em paralelo com as alterações no quadro de referência legal e estratégico, a segunda década do século XXI é também marcada por profundas transformações sociais, económicas e tecnológicas que colocam novos desafios ao sistema de planeamento, em geral, e aos novos Programas Regionais, em particular. As práticas administrativas têm que encontrar um caminho evolutivo no sentido de uma maior flexibilidade na admissão de (novas) soluções para problemas que ainda não se colocam(ram), sem, no entanto, perder de vista o rigor nos princípios e nos pressupostos.

A dinâmica económica e urbanística tem colocado uma forte pressão sobre o consumo de recursos naturais e de solo, importando apostar numa maior circularidade de usos prolongando a vida útil de produtos, componentes e materiais. A Economia Circular “... é um modelo que se baseia no desenvolvimento e aplicação de estratégias - tecnológicas, de produto, de serviço, de utilização – que incentivam a reutilização contínua dos materiais no seu potencial produtivo máximo (máximo valor financeiro e utilidade, pelo maior tempo possível), em ciclos energizados por fontes renováveis” (Liderar a transição. Plano de ação para a economia circular em Portugal: 2017 - 2020).

O conceito de circularidade da economia deve, também, ser aplicado de modo mais vincado ao ordenamento do território e ao urbanismo, reforçando os princípios de: nucleação da edificação; contenção/interdição da construção em solo rústico; redução da pendularização; reaproveitamento e refuncionalização de espaços abandonados, vagos ou livres em meio urbano.

As dinâmicas de planeamento verificadas nos últimos 10 anos refletem a extensa e profunda alteração do quadro legal do urbanismo e do ordenamento do território e também do regime da Reserva Ecológica Nacional. Este dinamismo em tão curto tempo acaba por introduzir ruturas, nos processos em curso, com naturais reflexos nos tempos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

A inexistência de uma política europeia para o ordenamento do território, a complexidade rigidez e opacidade legislativa, a ausência de uma cultura cívica valorizadora do território e o modelo de governança territorial são reconhecidos como alguns dos principais entraves a uma abordagem integrada e articulada ao território, assistindo-se a bloqueios, desde logo, na deficiência de articulação de políticas setoriais com impactes territoriais, o que conduz à dispersão de recursos e à ausência de respostas diferenciadoras e conexas de valorização dos territórios.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo concentra em si o maior paradoxo da governança territorial, onde a concretização da estratégia regional global está dependente de instrumentos financeiros concebidos e geridos de fora, sendo ainda mais determinante o reforço de modelos de governação com foco no território.

Em termos de instrumentos de gestão territorial, o PROT OVT e o PROT AML não têm conseguido afirmar-se como instrumentos de conciliação e conformação de políticas setoriais à estratégia regional de base territorial. Registaram-se dificuldades de implementação dos PROT devido à morosidade da transposição das orientações para a escala local, à desconsideração por parte das políticas setoriais e à dificuldade no alinhamento das medidas constantes no programa de execução do PROT com as prioridades de financiamento previstas nos Programas Operacionais Regionais (no OVT depende das estratégias definidas

para a região Centro e Alentejo, e na AML a desatualização do PROT coloca em causa o alinhamento estratégico / financeiro). O resumo da situação dos processos de revisão dos PDM na região permite concluir que, dos 52 concelhos apenas 12 têm o seu PDM revisto: Cascais, Constância, Mafra, Moita, Lisboa, Loures, Lourinhã, Oeiras, Odivelas, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, e apenas estes têm menos de 10 anos de vigência, ou seja 77% dos PDM da região foram publicados há mais de 10 anos e 59% (31 PDM) têm mais de 20 anos de vigência.

A morosidade nos processos de elaboração dos planos, a durabilidade da sua vigência e a dificuldade que o sistema de planeamento evidencia em acompanhar a rápida transformação dos territórios, tem conduzido a um número significativo de alterações e suspensões aos PDM, sendo também de destacar a fraca dinâmica de elaboração de planos de urbanização figura essencial no planeamento urbano e na programação da qualidade de vida das cidades.

No contexto das mudanças e dos desafios que se colocam ao desenvolvimento é fundamental promover o alinhamento entre os instrumentos de gestão territorial e os vários, planos, programas e estratégias, recentes e em curso, que estabelecem compromissos nacionais. Assim, o sistema de gestão territorial deverá procurar retomar a prospetiva e a gestão estratégica, associando planeamento e programação tendo por base novos modelos governação do território transeitoriais e multinível. Os instrumentos de gestão territorial deverão: i) preparar o território, os serviços e as atividades para uma população mais envelhecida; ii) mobilizar as (vastas) áreas rurais e urbanas sem uso ou com usos obsoletos para as cadeias de valor económico e social; iii) promover melhores práticas de resiliência e soluções sustentáveis de base natural, (espécies e culturas, proteção do solo, infraestruturas verdes, desenho do espaço público, climatização natural); iv) estimar (territorialmente) o valor dos serviços dos ecossistemas e repercuti-lo nas políticas orçamental e fiscal; v) prospetivar e explorar efeitos do desenvolvimento tecnológico na organização e apropriação dos recursos territoriais; vi) facilitar e potenciar a transição energética associada a novas formas de mobilidade, conforto habitacional e bem-estar.

Na elaboração do REOT salientam-se os obstáculos que se levantam em termos estatísticos advenientes do facto da organização administrativa territorial da RLVT integrar, atualmente, uma NUTS II completa, coincidente, em designação e área, com a NUTS III Área Metropolitana de Lisboa e integrar, também, três NUTS III pertencentes a outras NUTS II, respetivamente, a NUTS III Lezíria do Tejo que está integrada na NUTS II Alentejo e as NUTS III Médio Tejo (exceto dois concelhos) e Oeste que estão integradas na NUTS II Centro.

Esta configuração incomum e as alterações que as séries estatísticas têm vindo a sofrer ao longo dos anos, associadas à redefinição das NUTS II e III dentro do território da RLVT, tornam a recolha de informação e a produção de indicadores particularmente difíceis e impossibilitam a análise de algumas dinâmicas territoriais relevantes. Ciente da importância da monitorização dos planos e das dificuldades na elaboração de REOT, a CCDR partilha, em anexo, um documento que pretende apoiar os municípios nesse exercício de avaliação, identificando os principais problemas para o ordenamento do território, os objetivos a alcançar, a contribuição do PDM para a sua resolução e uma proposta de indicadores.

Por último, refira-se que conforme estabelecido no RJIGT (art. 189.º), o REOT regional elaborado de quatro em quatro anos, foi objeto de consulta pública entre 07 de maio e 18 de junho de 2018 e será submetido à apreciação da tutela, expressando de forma fundamentada no presente Relatório a necessidade de reconduzir os PROT à figura de programa regional. Não obstante, nos anos subsequentes pretende-se desenvolver temáticas do REOT LVT, com interesse para o ordenamento do território, na perspetiva de manter atualizada a monitorização dos PROT e das dinâmicas de planeamento.

ANEXOS

Anexo 1 – Indicadores do REOT LVT por domínio e subdomínio

Tabela 23 – Organização dos Indicadores / variáveis REOT LVT

Domínio	Subdomínio	Indicador / variável
População e Uso do Solo	Ocupação do solo	OVT – PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO
		Proporção das Classes de Ocupação do Solo no OVT 2006/2010
		Proporção das classes de ocupação do solo no Oeste e Vale do Tejo, NUTS III, 2010
		OVT - ÁREAS EDIFICADAS
		Proporção das Áreas Edificadas no território do OVT 2006/2010
		AML - PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO
		Proporção das classes de ocupação do solo na AML 1995 / 2007
		AML - ÁREAS EDIFICADAS
	Proporção das Áreas Edificadas no território da AML 1995/2007	
	Regime do Uso do Solo	CLASSIFICAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL – PDM EM VIGOR
		Superfície de uso de solo urbano (ha) identificado nos PDM dos concelhos da RLVT, 2014
		Superfície de uso solo rural (ha) identificado nos PDM dos concelhos da RLVT, 2014
		Proporção de solo urbanizável no solo urbano (%) identificado nos PDM dos concelhos da RLVT, 2014
		Proporção de classes de solo identificado nos PDM, 2014
		Proporção de categorias de solo urbano identificado nos PDM, 2014
		EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL – PDM REVISTO
		Proporção de Solo Rural (%) nos concelhos da RLVT com PDM revisto . 2016
		Proporção de Solo Urbano (%) nos concelhos da RLVT com PDM revisto – 2016
		Proporção de Solo Urbanizado (%) no solo urbano nos concelhos da RLVT com PDM revisto – 2016
		Proporção de Solo Urbanizável no solo urbano nos concelhos da RLVT com PDM revisto – 2016
		Proporção de Espaço Verde Urbano (%) nos concelhos da RLVT com PDM revisto – 2016
	Demografia	CONCENTRAÇÃO E VARIAÇÃO POPULACIONAL
		População residente por grupo etário e localização geográfica
		Varição da população residente nos concelhos RLVT 2001/2011
		Varição do n.º de famílias nos concelhos da RLVT 2001/2011
		Estimativas da população residente (NUTS III), 2011/2015
		Taxa de Crescimento Natural (%), por localização geográfica, 2001 / 2015
		Saldo migratório (N.) por localização geográfica, 2001 /2015
		PERFIL POPULACIONAL
		Índice de envelhecimento (N.º) por localização geográfica, 2001 /2015
		Proporção de famílias clássicas unipessoais, de pessoas com 65 ou mais anos de idade, 1991, 2001, 2011
		Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência
	Qualificação e Emprego	ESCOLARIZAÇÃO
Taxa de escolarização no ensino superior, 2008/2015		
Diplomados no ensino superior (total e em área científicas e tecnológicas) por mil habitantes, 2001 – 2012		
Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos por Local de residência (NUTS II)		

CIDADES E SISTEMA URBANO		Taxa de abandono escolar (%), por local de residência, 2001-2011
		Taxa de abandono precoce de educação e formação (%) por Local de residência (NUTSII), 2011/2015
		Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência (à data dos Censos)
		PERFIL DE QUALIFICAÇÕES
		Proporção da população ativa por local de residência e nível de escolaridade mais elevado completo (%), 2011/2015
		Proporção de População Empregada por local de residência e nível de escolaridade mais elevado (%), 2011/2015
		DESEMPREGO
		Taxa de Desemprego, Desemprego de Longa Duração e Desemprego Jovem(%), por local de residência, 2011/2015
	Rendimento e Consumo	Rendimento disponível bruto (B.6g) das famílias por habitante (Base 2011 - €) por Localização geográfica (NUTS II), 2002/2013
		Remuneração média mensal de base (€) por Localização geográfica (NUTS II)- 2007/2014
		Índice do Poder de compra per capita por Localização geográfica, bienal – 2004/2013
		Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por Local de residência - 2011/2015
	Cidades	Índice de concentração da população residente em cidades – 2001/2011
		Índice de primazia do sistema urbano – 2001/2011
		Proporção de população residente em cidades com mais de 10 000 habitantes
		População residente em cidades estatísticas (N.º) por Local de residência 2001/2011
	Sistema Urbano	TIPOLOGIAS DOS CENTROS URBANOS
		Densidade populacional (hab/km2) por subsecção estatística, em 2011
		Proporção de população residente em lugares censitários (%) por dimensão de lugar - 2001/2011
		População residente por lugar, 2011
		TIPOS E FORMAS DE POVOAMENTO
		Proporção de população residente por tipologia de áreas urbanas (%) e localização geográfica – 2014
		Proporção de áreas edificadas na unidade territorial de referência (%) – OVT
		Proporção de áreas edificadas na unidade territorial de referência (%) – AM
		Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%) – OVT
		Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%) – AML
	Parque Habitacional	ALOJAMENTOS E TIPOS DE OCUPAÇÃO
		Evolução dos Alojamentos e agregados familiares 2001 e 2011 (N.º)
		Taxa de variação (%) do número de famílias e de alojamentos, entre 2001 e 2011
		Evolução do tipo de ocupação dos alojamentos - sazonais, vagos, ocupados (%) 2001 e 2011
		PROPRIEDADE
		Regime de propriedade de alojamentos – 2011
		Valor Médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€)
		IDADE E ESTADO DE CONSERVAÇÃO
		Época de construção do edificado (n.º)
		Proporção de edifícios segundo o Estado de conservação do edificado (2011)
DINÂMICAS DE REABILITAÇÃO		
Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas		
Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar		

	Equipamentos	DINÂMICA CONSTRUTIVA
		Edifícios e fogos concluídos (n.º) nos concelhos da LVT, 2015
		Edifícios concluídos por tipo de obra (n.º) nos concelhos da RLVT, 2015
		Edifícios concluídos nos concelhos da RLVT (N.º), por destino da obra, 2015
		Edifícios concluídos por tipo de obra e destino da obra (n.º), NUTS III da RLVT, 2015
		Proporção de edifícios concluídos, por tipo de destino (%), NUTS III, 2014
		Proporção de alojamentos não clássicos, 2001 – 2011
		EDUCAÇÃO
		Estabelecimentos de ensino superior (N.º) por Natureza institucional;2014
		Estabelecimentos de ensino superior por 100 000 habitantes (N.º)
		SAÚDE
		Hospitais (N.º) por Natureza institucional, na RLVT, 2013
		Centros de Saúde (N.º) na RLVT, 2012
		CULTURA
		Equipamentos culturais nos concelhos da RLVT - Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários (N.º), 2011 e Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias (N.º), 2013
Mobilidade e Transportes	Infraestruturas de Transporte	Movimento de mercadorias (toneladas) no Aeroporto de Lisboa e no total nacional
		Movimento de passageiros (n.º) no Aeroporto de Lisboa e no total nacional
		Movimentos de mercadorias nos Portos (toneladas)
		Movimento de passageiros (n.º) – Porto de Lisboa (fluvial e marítima)
		Proporção de mercadorias expedidas por modo rodoviário (%) em transporte intracomunitário por Local de origem - AML
		Mercadorias descarregadas (t) por Porto declarante e Tipo de carga
		Movimento de mercadorias (t) nos portos por Porto declarante e Tipo de movimento
	Mobilidade	Deslocações sub-regionais e inter-regionais
		Distribuição das deslocações sub-regionais e inter-regionais de cada NUTS III
		Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por Local de residência (à data dos Censos)
		Índice de polarização de emprego (N.º) por Local de residência (à data dos Censos)
		Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante
Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º)		
Energia	Produção e Consumo	Consumo de energia eléctrica (kWh) por Localização geográfica e tipo de consumo
		Consumo de energia eléctrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência
		Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.) por Local de residência
		Saldo Energético (Produção - Consumo)
		Quota de produção bruta de eletricidade (kWh) por Localização geográfica e Tipo de produção de eletricidade; 2013
Económica	Especiação	Produto interno bruto (B.1*g) por habitante a preços correntes (Base 2011 - Milhares €)
		Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2011 - %) por ramo de atividade

		Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %)	
		Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %)	
		Proporção do valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços (CAE Rev. 3 - %)	
		Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (CAE Rev. 3 - %)	
		Produtividade aparente do trabalho (Base 2011 - € milhares)	
		Produtividade económica dos sistemas de produção, 2009	
		Superfície, produção e produtividade das principais culturas na AML (NUTS II)	
		Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)	
		Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) – 2014	
		Proporção de Pessoal ao serviço (%) nas Empresas, na RLVT, por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - 2014	
		ESPECIALIZAÇÃO – TURISMO	
		Capacidade de alojamento (N.º) nos empreendimentos turísticos por Localização geográfica e tipologia	
		Empreendimentos turísticos (n.º e capacidade de alojamento) por NUTS III, dez 2017	
		Unidades de Alojamento Local na RLVT - dez 2017	
		Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros por localização geográfica e tipo de estabelecimento	
		Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica e Tipo (estabelecimento hoteleiro)	
		EMPREENDEDORISMO	
		Taxa de natalidade (%) das Empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - 2014	
		Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - 2014	
		Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica
			Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, 2004/2014
			Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica
		Ambiente	Água
Qualidade das Águas Costeiras de Transição, nos concelhos da AML e Oeste, 2015			
Água segura (%) por Localização geográfica, 2015			
Perdas reais de água , 2011/2013			

		Proporção de águas residuais tratadas, 2006/2009
	Resíduos	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente, 2001/2014
		Resíduos urbanos recolhidos (t) por Localização geográfica, Tipo de recolha e Tipo de destino, 2002/2014
		Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.) por Localização geográfica, 2001/2014
Capital Natural	Áreas Classificadas	Proporção da superfície de Rede Natura 2000, Ramsar e Áreas protegidas (%) por concelho, 2014
	Estrutura Ecológica Regional	Rede Ecológica Metropolitana
		Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, OVT
	Reserva Ecológica Municipal	Ponto de situação das REN publicadas nos municípios da RLVT
Área afeta à REN nos municípios da RLVT		
Riscos e Proteção Civil	Riscos Ambientais, Naturais e Tecnológicos	Taxa da superfície florestal de área ardida (%) por localização geográfica
		Superfície ardida (ha) por localização geográfica e tipo de superfície ardida

Anexo 2 – Contributo para os REOT municipais – reflexão da CCDR LVT sobre os problemas, objetivos e indicadores de medição

TERRITÓRIO / PESSOAS / ATIVIDADES				
PROBLEMAS / DESAFIOS	OBJETIVO	CONTRIBUIÇÃO DO PDM	INDICADORES DE MEDIÇÃO DA EVOLUÇÃO	
			Resultado	Realização
Excessiva impermeabilização do solo nas áreas urbanas / carência espaços verdes públicos e de contínuos naturais	Implementar estruturas ecológicas urbanas (EEU)	Identificar as áreas fundamentais para a EEU e propor medidas para a sua efetiva implementação / Introdução de índices de impermeabilização / Pagamento de espaços verdes em loteamentos deve ser evitada	Área verde por habitante no espaço urbano	
			% de solo urbano mantido permeável	
			Dimensão dos espaços verdes públicos	
Ocupação de áreas de risco	Eliminar a exposição de pessoas e bens ao risco	Identificação das áreas de risco e imposição de restrições à edificabilidade / Nas áreas já ocupadas com edificação propor medidas de eliminação ou minimização/adaptação da exposição ao risco (UOPG com programa)	Dimensão das áreas edificadas em áreas de risco	Nível de realização das medidas programadas
			N.º de licenciamentos em áreas de risco	
Ocupação edificada de territórios com outras vocações de uso – conservação natureza, agricultura, etc	Salvaguardar os recursos e valores territoriais de ocupação edificada	Identificação dos recursos e valores territoriais e imposição de restrições à edificabilidade / Associar instalação de novos usos a medidas de melhoria da vocação do espaço / Nas áreas onde os recursos e valores territoriais estão colocados em causa propor medidas que tenham em vista a sua reposição (UOPG com programa)	Nº de licenciamentos por uso e por categoria de espaço rústico (agrícola, florestal e natural)	Nível de realização das medidas programadas

Ausência de limites estáveis das áreas destinadas a edificação – desenvolvimento extensivo, disperso e linear	Conter a extensão das áreas edificadas urbanas e dispersas	Delimitação das áreas edificadas contidas à realidade existente, incluindo espaços intersticiais total ou parcialmente infraestruturados com possibilidade de colmatação / Nas áreas edificadas degradadas e desocupadas propor medidas de incentivo à reabilitação e/ou reconversão (UOPG com programa) / Imposição de restrições à edificação nas restantes áreas	Dimensão das áreas destinadas à edificação (urbanas e rurais)	Nível de realização das medidas programadas /
			Dimensão das áreas disponíveis para edificação incluindo os espaços com possibilidade de requalificação/reconversão (em solo urbano e rustico e diferenciando as áreas para atividades económicas)	
			% de edifícios reabilitados face ao total de licenciamentos	
Destruturação e desqualificação das áreas edificadas nas periferias das áreas urbanas com fraca identidade territorial	Estruturar, qualificar e fortalecer a identidade territorial dos espaços urbanos periféricos	Identificação das áreas urbanas desqualificadas e propor medidas de valorização (UOPG com programa)		Nível de realização das medidas programadas
Degradação e abandono dos centros urbanos, incluindo função residencial	Regenerar as áreas centrais	Identificação do centro e propor medidas de regeneração (UOPG com programa) /majoração dos índices no caso da reabilitação de edifícios degradados para fins habitacionais / Estabelecer % mínima de uso habitacional / Estabelecer % mínima de implementação de equipamentos de apoio à função residencial / Estabelecer % mínima de estacionamento para residentes	% de edifícios reabilitados face ao total de edifícios degradados	Nível de realização das medidas programadas
			N.º de residentes no centro	
			N.º de fogos vagos ou devolutos no centro	
Atravessamento dos aglomerados por tráfego interurbano	Compatibilizar os meios de transporte com as diferentes funções urbanas	Identificar os troços problemáticos / Realização de medidas de minimização / eliminação do desconforto	Dimensão em Km das vias com problemas	Nível de realização das medidas programadas

Mistura de usos não compatíveis (em especial atividades económicas incompatíveis com espaços urbanos)	Conformar as atividades económicas ao espaço em que se inserem	Identificação das atividades económicas incompatíveis com o uso envolvente e propor medidas para a eliminação/minimização do desconforto	N.º de ocorrências	Nível de realização das medidas programadas
Excessiva dispersão das atividades económicas	Manter espaços disponíveis e acessíveis para a instalação de atividades económicas	Imposições à edificação de novas atividades económicas sem relação direta com os espaços agrícolas, florestais ou naturais, em solo rústico	N.º de licenciamentos de novas atividades económicas em relação direta com os espaços agrícolas, florestais ou naturais, em solo rústico	
Desemprego / Difícil acesso a áreas próprias para a instalação de atividades económicas grandes consumidoras de espaço e geradoras de tráfego		Prever espaços destinados a estas atividades económicas através da colmatação e/ou reconversão de espaços consolidados / Identificar critérios para a criação de áreas de expansão / Restrições à edificação para novas atividades económicas em solo rústico	Dimensão das áreas destinadas a atividades económicas grandes consumidoras de espaço e/ou geradoras de tráfego, em locais adequados	
Dissociação da função residencial com a função de emprego e serviços	Incentivar a criação de espaços de multiusos compatíveis	Estabelecer limites mínimos para instalação de usos não residenciais em espaços residenciais	Dimensão dos espaços monofuncionais	
Uso massivo do transporte individual / fraca oferta de transportes públicos	Aumentar a integração entre os diferentes meios de transporte	Identificação das áreas não servidas por transporte público e propor medidas de resolução	Dimensão das áreas urbanas não servidas por transporte público	Nível de realização das medidas programadas
			Meio de transporte utilizado casa - emprego e duração do percurso	
Dificuldade de acesso a habitação a custos controlados	Equilibrar a oferta de habitação às necessidades existentes	Estabelecer % mínima de habitação a custos controlados /majoração dos índices no caso de habitação a custos controlados	N.º fogos disponíveis a custos controlados	

Excesso oferta alojamento		Restringir a possibilidade de construção de novos fogos a um máximo de 20% dos fogos existentes, tendo em consideração a oferta já existente	N.º de fogos vagos/devolutos no centro	
Isolamento das populações áreas rurais com dificuldade de acesso aos equipamentos e serviços essenciais	Conformar os serviços de infraestruturas e equipamentos com as necessidades existentes	Identificação das áreas de baixa densidade e propor medidas (UOPG com programa – transporte porta a porta, serviços ambulantes, criação de lugares de encontro)		Nível de realização das medidas programadas
Falta de racionalização das infraestruturas e equipamentos		Delimitação do solo urbano numa lógica de racionalização das infraestruturas / Inventariar infraestruturas e equipamentos não utilizados ou subaproveitados /gestão partilhada de equipamentos / incentivo à utilização de infraestruturas ambientalmente sustentáveis / Em áreas urbanas não servidas, proibir a edificação até que o serviço esteja disponível	Dimensão das áreas urbanas não servidas por infraestruturas e equipamentos essenciais	
Fraca cobertura de infraestruturas de saneamento completa no solo rural		Garantir sistema de drenagem e tratamento das águas residuais privilegiando-se os sistemas autónomos	Dimensão das áreas edificadas em solo rural não servidas por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	
Inúmeros passivos ambientais e territoriais	Eliminar as disfunções ambientais e territoriais	Identificar os passivos e estabelecer medidas de recuperação (UOPG com programa) / Estabelecer medidas de compensação para a regularização de atividades / Identificar passivos territoriais e ambientais/ Aumentar os mecanismos de apoio / Criar "banco" para efeitos de resolução por mecanismos de compensação	N.º e área afetada por passivos ambientais e/ou territoriais	Nível de realização das medidas programadas
Erosão dos solos e desertificação		Estabelecer condições para a prática de agricultura e florestação – ver plano de combate à desertificação		

Proliferação de espécies florestais de crescimento rápido		Estabelecer as áreas onde não é possível a arborização com espécies de crescimento rápido / Estabelecer condições para a plantação – ver guia sobre florestação em REN	N.º projetos e área abrangida com arborização com espécies de crescimento rápido	
---	--	--	--	--

PROCESSO DE PLANEAMENTO E GESTÃO			
PROBLEMAS / DESAFIOS	OBJETIVO	CONTIBUIÇÃO DO PROCESSO	INDICADORES DE MEDIÇÃO DA EVOLUÇÃO
Fraca adesão dos munícipes para a importância do ordenamento do território	Acentuar os mecanismos de formação, sensibilização e participação para o OT	Envolver os munícipes no processo de planeamento nas suas diferentes fases	N.º de sessões públicas realizadas no âmbito do processo de elaboração da proposta de PDM
Insuficiente capacidade técnica dos municípios		Produção e divulgação de normativos / Realização de ações de formação e sensibilização dos técnicos das autarquias	N.º pretensões dos munícipes que tiveram enquadramento no plano face ao total de pretensões
Falta de controlo das ilegalidades / Ausência de uma fiscalização efetiva e posterior facilitismo na sua resolução	Incrementar a eficácia da fiscalização	Aumentar as ações de fiscalização sistemática garantindo a conclusão do processo	N.º de sessões de sensibilização/formação realizadas
			N.º novas ocupações ilegais identificadas por ano
			N.º de ações de fiscalização realizadas por ano

<p>Fraca visibilidade da estratégia municipal subjacente à proposta de ordenamento e em que medida contribui para: criação de conforto territorial / melhoria da qualidade de vida das populações (incluindo conceitos associados de mobilidade sustentável, eficiência energética, etc) / mitigação e adaptação às alterações climáticas / valorização dos serviços dos ecossistemas</p>	<p>Dar visibilidade à estratégia municipal</p>	<p>Melhorar a visibilidade da estratégia no relatório de fundamentação considerando as várias preocupações da atualidade / Estabelecer uma relação clara da estratégia com a proposta de ordenamento / Criar um ponto no regulamento do plano no início de cada capítulo que aborde a estratégia subjacente aos aspetos regulamentados</p>	<p>N.º de PDM que integram estas preocupações</p>
<p>Fraca incorporação preocupações atinentes às alterações climáticas</p>	<p>Integrar as preocupações das alterações climáticas no ordenamento do território</p>	<p>Adotar medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas</p>	<p>N.º de PDM que integram estas preocupações</p>
<p>Falta de flexibilidade das regras por vezes não consonante com a realidade e a dinâmica territorial / Regras demasiado regulamentadoras e pouco potenciadoras / Regras por vezes pouco claras</p>	<p>Adotar normativos mais claros, flexíveis e potenciadores</p>	<p>Utilizar mais regras do que valores quantitativos / introduzir regras potenciadoras e não apenas limitadoras (majoração de índices, diminuição de taxas)</p>	<p>N.º de PDM que integram estas preocupações</p>
<p>Ausência de uma gestão partilhada dos recursos territoriais</p>	<p>Gerir os recursos territoriais de forma partilhada</p>	<p>Coordenação efetiva do processo de planeamento em articulação com as diversas entidades competentes em matéria de recursos territoriais</p>	
<p>Morosidade das revisões PDM / Inúmeras alterações às opções de planeamento territorial</p>	<p>Agilizar os processos de planeamento</p>	<p>Produção de cronogramas e normativos / Realização de ações de formação das entidades da AC</p>	<p>N.º de reuniões/ ações de formação com as entidades setoriais</p>
			<p>Número de documentos de uniformização produzidos (guias)</p>